

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“O PARAÍSO TERMINA QUANDO O TRABALHO COMEÇA”:
COTIDIANO OPERÁRIO E PODER DISCIPLINAR NA FÁBRICA TÊXTIL
CONFIANÇA (SERGIPE, 1943-1957)

Wagner Emmanoel Menezes Santos

São Cristóvão
Sergipe - Brasil
2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237p Santos, Wagner Emmanoel Menezes.
“O paraíso termina quando o trabalho começa”: cotidiano operário e poder disciplinar na Fábrica Têxtil Confiança (Sergipe, 1943-1957) / Wagner Emmanoel Menezes Santos ; orientadora Célia Costa Cardoso. – São Cristóvão, 2014.
175 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Sergipe - História. 2. Fábricas – Sergipe. 3. Relações trabalhistas. 4. Mão-de-obra. I. Cardoso, Célia Costa, orient. III. Título.

CDU 94(813.7)

Wagner Emmanoel Menezes Santos

“O PARAÍSO TERMINA QUANDO O TRABALHO COMEÇA”:
COTIDIANO OPERÁRIO E PODER DISCIPLINAR NA FÁBRICA TÊXTIL
CONFIANÇA (SERGIPE, 1943-1957)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof.^a Dr. Célia Costa Cardoso.

SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE - BRASIL
2014

Wagner Emmanoel Menezes Santos

“O PARAÍSO TERMINA QUANDO O TRABALHO COMEÇA”:
COTIDIANO OPERÁRIO E PODER DISCIPLINAR NA FÁBRICA TÊXTIL
CONFIANÇA (SERGIPE, 1943-1957)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof.^a Dr. Célia Costa Cardoso.

Prof.^a Dr. Célia Costa Cardoso
(UFS)

Prof.^o Dr. Antônio Lindvaldo Sousa
(UFS)

Prof.^o Dr. Wilson Roberto de Mattos
(UNEB)

AGRADECIMENTOS

A escrita de uma dissertação de mestrado não é apenas um trabalho solitário, mas conta com o apoio de inúmeras pessoas, que fizeram críticas, indicaram livros ou mesmo auxiliaram na escolha do título da pesquisa. É preciso agradecer aos meus colaboradores que tiveram sugestões valiosas e tornaram esse trabalho cada vez melhor.

Agradeço aos professores das disciplinas ofertadas no mestrado e cursadas por mim, pois contribuíram bastante para o aprimoramento da minha pesquisa. Lembro também dos professores da Universidade Federal de Pernambuco que estavam associados ao PROHIS (Programa de Pós-Graduação em História / Universidade Federal de Sergipe) e assim colaboraram com diferentes e importantes sugestões. A coordenação do PROHIS foi fundamental, principalmente no tocante ao auxílio a minha viagem ao Rio Grande do Norte para apresentação de artigo no evento nacional da ANPUH/2013.

Agradeço o professor Augusto da Silva, que tive a honra de conhecer durante o mestrado, pela análise criteriosa do meu texto na Qualificação. Sou grato ao professor Antônio Lindvaldo que conheço desde o meu primeiro período da graduação em História e tive a sorte de cursar três disciplinas com ele; além disso, durante a Qualificação, orientou como eu deveria pensar o cotidiano operário em Sergipe. Por fim, agradeço por indicar a documentação valiosa dos processos trabalhistas dos operários que se encontrava no arquivo do TRT e que forneceu meios para maior crescimento dessa pesquisa. Devo também ser grato ao professor Wilson Roberto de Mattos que gentilmente veio de outro Estado e fez contribuições e críticas para o aperfeiçoamento do meu texto.

Nunca poderei esquecer os meus valiosos amigos do mestrado e guardarei todos em meu coração, pois marcaram a minha vida acadêmica. Com a mesma medida, sou grato aos colegas da minha graduação que mantive contatos e que me incentivaram. Não citarei os nomes, pois corro o risco de esquecer algum, e então eu jamais me perdoaria. Agradeço a inúmeras outras pessoas que cruzaram o meu caminho e contribuíram com alguma coisa.

Agradeço aos funcionários dos arquivos que visitei. Dentre tantos, destaco o pessoal do arquivo do TRT que sempre me acolheu com boa animação e disponibilizou os processos trabalhistas movidos pelos operários da fábrica Confiança. Mil abraços principalmente para Lourdes, que disse que eu era amigo do arquivo (fiquei contente nesse dia!), seu Zé e outros tantos.

Agradeço infinitamente por poder contar com a orientação da professora Célia Costa Cardoso que constantemente se mostrou atenta e perspicaz nas correções. Conheço-a desde a graduação e a partir daí foi a responsável pelo meu crescimento acadêmico. Corrigiu meus artigos, indicou livros, fez críticas, falou como deveria ser a escrita acadêmica, pensou comigo o projeto de pesquisa, escolheu os melhores títulos da dissertação, enfim contribuiu para o meu aprimoramento científico.

Por fim, quero dedicar essa pesquisa a minha mãe Telma Cristina, pessoa que sempre acreditou nos meus estudos e foi responsável pelo suprimento financeiro, além de que eu passaria mil páginas tecendo elogios para ela, e ao pai Murilio Barbosa, que foi outro personagem incentivador e colaborador. Os meus irmãos, Bruno e Daniel, comemoraram comigo a minha aprovação no mestrado e todos os desafios conquistados. Agradeço também a minha vó Ruth pelo seu carinho e pela força dada.

Sina de Operario

Nair, levante-se!
 Olhe, está ouvindo o apito?!
 É a primeira chamada!
 Luzia já vem!
 E as outras já estão passando!
 Ó mamãe, estou tão cansada de ontem!

Bom dia, Nair,
 Oh! Luzia, vai hoje?
 Como não? e o domingo remunerado?
 Tossindo assim?
 Que é que eu hei de fazer?

Requeira ao Instituto um descanso.
 Não: se isto eu fizer,
 o patrão não me recebe de volta!
 Ele está despedindo todos
 depois da licença;
 o Braga, o Egídio
 e mais de cinquenta
 foram despedidos, perdendo todo o tempo?

E a Justiça do Trabalho?
 Justiça, Ministério, tudo isto aqui,
 é o dinheiro do patrão!

Luzia tossiu outra vez;
 e a tosse renitente, continuou;
 ela voltou para casa
 e nunca mais foi trabalhar.

Agora, quando a fábrica apita,
 ela, chorando, olha as amigas passando
 e num esforço sem par,
 cambaleando vai à janela
 e ao longe vê a fábrica,
 ouve a zoadá dos teares
 e diz, balbuciando:
 “foram eles que tomaram minha fôrça
 Minha fôrça está rodando a fábrica!”

Poesia de Dermeval Manguiera, *Gazeta Socialista*, 21-07-1956, p. 05. (Nota do jornal: “Dermeval Manguiera é um poeta sergipano de marcada vocação para a poesia de caráter Social”).

RESUMO

O surgimento das fábricas marcou a sociedade, transformando os hábitos e as relações entre os indivíduos, novas tecnologias surgiram, e até a noção de tempo ganhou outro sentido. O homem teve que vender a sua mão de obra ao capitalista industrial fazendo parte do processo de assalariamento, e assim ele se sujeitou a vida diária dentro da fábrica através de longas jornadas de trabalho, horários rígidos, etc. Muitos operários enfrentaram essas condições de trabalho no Brasil, principalmente nos anos iniciais do período republicano. Em Sergipe, as fábricas têxteis contribuíram para o desenvolvimento do estado trazendo mudanças sociais, políticas e culturais. Para entender o crescimento do setor têxtil e o cotidiano operário, essa pesquisa analisou a vida dos trabalhadores (alimentação, moradia, vestuário, lazer, conflitos internos, etc.) dentro e fora da fábrica Confiança, fundada em 1907, em Aracaju, e que tinha Joaquim Sabino Ribeiro como principal diretor. O recorte temporal compreende de 1943, ano do surgimento da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que visou ainda mais regulamentar as leis trabalhistas e a relação conflituosa entre empregador e empregado, até 1957, quando acontece a crise no setor têxtil nacional que contou com a demissão de vários operários, inclusive afetando os trabalhadores sergipanos. As fontes utilizadas foram a revista Poliantéa, os periódicos Fôlha Popular e Gazeta Socialista, obras dos memorialistas Mário Cabral e Murillo Melins, a literatura de Amando Fontes e principalmente, os processos trabalhistas movidos pelos operários contra a fábrica Confiança. O aporte teórico desta pesquisa baseia-se no conceito de disciplinarização, proposto por Michel Foucault, com o objetivo de compreender como se dava o processo de disciplinarização no cotidiano dos trabalhadores da fábrica Confiança.

Palavras-chaves: Sergipe, Fábrica, Disciplinarização, Cotidiano, Operário.

ABSTRACT

The emergence of factories marked the society, transforming the habits and relations between individuals, new technologies emerged, and even the notion of time gained another sense. The man had to sell their labor to the industrial capitalist part of the wage process, and so he was subjected to daily life within the industry through long working hours, strict schedules, etc. Many workers faced these working conditions in Brazil, especially in the early years of the republican period. In Sergipe, textile industries contributed to the development of the state bringing social, political and cultural changes. To understand the growth of the textile industry and the workers' daily lives, this research examined the lives of workers (food, housing, clothing, leisure, internal conflicts, etc.) within and outside the Confiança factory, founded in 1907, in Aracaju, and that had Joaquim Sabino Ribeiro as chief director. The time frame includes 1943, year of the emergence of CLT (Consolidation of Labor Laws) which aimed to further regulate the labor laws and the conflicting relationship between employer and employee, until 1957, when the crisis happens in the national textile industry which had the dismissal of several workers, including affecting sergipanos workers. The sources used were Poliantéa magazine, periodicals Fôlha Popular and Gazeta Socialista, works of memoir Mário Cabral and Melins Murillo, the literature Amando Fontes and especially, labor claims brought by workers against Confiança factory. The theoretical contribution of this research is based on the concept of discipline, proposed by Michel Foucault, in order to understand how was the process of disciplining the daily lives of workers of Confiança factory.

Keywords: Sergipe, Factory, Disciplinarization, Everyday, Workman.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 - FÁBRICA CONFIANÇA EM SERGIPE: HISTÓRIA, PRODUÇÃO TÊXTIL E “DISCIPLINA HIERÁRQUICA”	24
2 – “NÃO VÊS O QUE TE DOU EU?”: RELAÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE	65
3- A VIDA FORA DA FÁBRICA E O CONTROLE PATRONAL NO COTIDIANO OPERÁRIO	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	162

INTRODUÇÃO

A Europa estava passando por uma fase intensa de transformações sociais, políticas e principalmente econômicas, valorizando-se a mecânica e a técnica através de várias descobertas e inventos que pudessem auxiliar o homem no seu trabalho diário, culminando, assim, com a Revolução Industrial que teve a Inglaterra da segunda metade do século XVIII como o seu berço. Vários setores econômicos se desenvolveram e caracterizaram a Revolução Industrial: a máquina a vapor, os tecidos de algodão e a indústria pesada, como a mineração e metalurgia. A cidade de Manchester, por exemplo, foi um importante centro do setor têxtil e teve a sua urbanização acelerada, deixando de ser um povoado, em 1700, para ter cerca de 100 mil habitantes cem anos mais tarde¹.

O ritmo acelerado e a sujeição dos indivíduos transformaram e marcaram profundamente o cotidiano dentro e fora das fábricas, principalmente, na Inglaterra. Horas de trabalho extenuantes, alimentação em horário regrado, locais com pouca higiene e com altas temperaturas, utilização do trabalho feminino e infantil, enfim, eram vários os problemas que a industrialização trouxe para a população pobre que, destituída do saber técnico e dos instrumentos de produção, teve que vender a sua mão de obra barata. Procurou-se controlar os indivíduos para que se sujeitassem ao trabalho nas fábricas e acatassem os mandos de um patrão que visava aumentar a sua produção através do uso de técnicas e de regras rígidas.

O nascimento da fábrica se deu mais pelo caráter organizativo e muito menos pelo aparato tecnológico. O historiador Edgar de Decca² afirma que o “sistema de fábrica” parece que foi ditado por uma necessidade organizativa do ambiente fabril tendo como resultado uma nova ordem de disciplina do trabalhador durante o processo de produção, através de regras de pontualidade, de cuidados com a limpeza, a diminuição do desperdício, a proibição de bebidas alcoólicas. A afirmação de poderes hierárquicos e autoritários contribuiu para o êxito alcançado pelos empresários capitalistas, durante as primeiras tentativas fracassadas que rodearam a instalação das fábricas, e não tanto o uso das máquinas no processo de trabalho. Então, a tecnologia serviu para concretizar a dominação patronal, que já ganhava contornos

¹ IGLÉSIAS, Francisco. *A revolução industrial*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção tudo é história, 11).

² DECCA, Edgar Salvadori de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção tudo é história 51). O autor também faz uma análise do controle presente nos engenhos do período colonial brasileiro afirmando que se pode encontrar aí, com devidas proporções, o “sistema de fábrica”, pois o engenho do açúcar apresentava a sua própria forma de organização social do trabalho, através das hierarquizações, concentração de trabalhadores destituídos dos meios de produção e expropriados de qualquer saber técnico, e a figura do empresário.

através do poder de organização da direção fabril, e visava fortificar a docilização e a submissão dos trabalhadores, assegurando a regularidade e a continuidade da produção, bem como acabar com os possíveis focos de resistências.

Para afirmar ainda mais o seu poder, o capitalista precisou se apoderar do saber técnico dos indivíduos, transformando-os em trabalhadores com pouca especialização e que deveriam receber um baixo salário. As pessoas detinham um saber que era importante na fabricação das mercadorias, ao mesmo tempo em que representava certa autonomia contra a exploração do processo de trabalho dentro das fábricas. Com isso, o patrão, precisando concentrar ainda mais poder em suas mãos, “apoderou-se” dos saberes dos operários, principalmente no momento da divisão das tarefas, e começou a investir na contratação de mestres e contramestres que passaram a deter tal conhecimento. Enfim, o capitalista ficou responsável pelas fases do planejamento, concepção e direção, enquanto que os operários deveriam saber como executar as tarefas.

Os desdobramentos da industrialização mundial modificaram velhos costumes e percepções das pessoas, incutindo nelas outras formas de interações sociais. Entre o final do século XIX e até meados do XX, a economia internacional proporcionou um novo dinamismo na sociedade através de mudanças que afetaram a ordem e as hierarquias sociais, as noções de tempo e de espaço, os modos de perceber e utilizar os objetos, isto é, transformações nos hábitos cotidianos dos indivíduos. Nesse curso, como destaca Nicolau Sevcenko³, surgiu os veículos automotores, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, e uma diversificada gama de utensílios eletrodomésticos, como a televisão, e ainda teve o desenvolvimento da fotografia, do cinema, a radiodifusão, e contava com as escadas rolantes, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a anestesia, a penicilina, o medidor de pressão, etc. O resultado dessa expansão europeia afetou as sociedades tradicionais, que tinham como base a economia agrária, como, por exemplo, a vida dos brasileiros. Pode-se notar o aparecimento embrionário do operariado brasileiro entre as décadas de 1870 e 1880, contando já com associações operárias, sociedades de solidariedade, agremiações de trabalhadores e jornais. Contudo, a urbanização e industrialização no Brasil tornam-se decisivas a partir de 1890 com a nascente República⁴.

O período republicano brasileiro teve como ênfase o desenvolvimento da indústria, principalmente a têxtil, mesmo que o café ainda continuasse com grande expressão, e a

³ SEVCENKO, Nicolau (orgs.). Introdução. In: *História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do rádio*. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo – 1889/1940*. São Paulo: Brasiliense, 1990 (coleção tudo é história, 130).

incorporação de novos hábitos, como os costumes franceses, para que o governo se fortificasse ainda mais e os governantes mostrassem o seu poder. Com isso, foi imprescindível modernizar o país, abrindo avenidas e cuidando da saúde pública - através dos médicos higienistas que tentavam impor o seu cientificismo -, colocou-se à margem a cultura da população pobre, considerada indolente e de pouco moralismo. Tentaram colocar na marginalidade o jogo do bicho, o carnaval, a religiosidade, a serenata e a boemia, o uso de velhas vestimentas, ao passo que era feito um investimento na infraestrutura, como a derrubada dos morros e tendo assim a proliferação das favelas⁵.

A modernização foi acompanhada da chegada dos imigrantes que trouxeram hábitos dos seus países de origem, bem como consciência política, para formação de organizações de luta operária, e a bagagem intelectual. Os imigrantes faziam um amplo corpo proletário em São Paulo, na capital federal, em algumas cidades mineiras, e em certas áreas industriais do sul do país. Eles, provenientes em sua maioria de áreas rurais, tinham como destino inicial a agricultura, mas logo começaram a desempenhar outras funções, como o trabalho nas fábricas têxteis⁶.

O trabalho urbano no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, ilustrava um mundo que tinha como base a exploração do homem pobre que teve que vender a sua mão de obra e fazer parte de intensas jornadas diárias, recebendo um parco salário. Em São Paulo, os trabalhadores faziam uma jornada de trabalho que batia dezesseis horas, com isso, retirando-lhes possibilidades de lazer ou mesmo de descanso. Essas pessoas moravam em precárias habitações, como os cortiços, sofriam com os problemas de transporte e eram submetidos ao controle do patrão⁷. A situação precária da vida dos operários, em São Paulo, também fará parte da realidade de muitos estados brasileiros, agravando em determinados locais.

Em Sergipe, as fábricas têxteis contribuíram para o desenvolvimento da economia, política e cultura da população em geral, forjando novos hábitos e costumes. Na capital, duas fábricas de tecidos tiveram importância: a fábrica Sergipe Industrial, fundada em 1882⁸, e a Confiança, criada em 1907.

Para entender o cotidiano dos operários têxteis em Sergipe, fez-se a opção por focar a fábrica Confiança, pois o seu diretor, Joaquim Sabino Ribeiro, foi um capitalista que teve destaque na economia sergipana inclusive sendo considerado intelectual e aplicador de

⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

⁶ BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 12-13.

⁷ Idem, p. 11.

⁸ AMARAL, Lindolfo Alves do. *Sergipe: história, povo e cultura*. Aracaju: Governo de Sergipe, SEED, Projeto Nordeste, 1998, p. 17.

métodos modernos no seu estabelecimento; em complemento, a escolha deveu-se também pelo seu impulso no desenvolvimento do lazer, principalmente na criação do mais famoso time de futebol sergipano e a construção do seu estádio. Pretende-se então discutir como era a vida dos operários nesse estabelecimento, tanto na hora de produção de mercadorias quanto no lazer, bem como as relações que detinham com o patrão. O recorte temporal compreende de 1943, ano do surgimento da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que visou ainda mais regulamentar as leis trabalhistas e a relação conflituosa entre empregador e empregado, até 1957, quando acontece a crise no setor têxtil nacional que contou com a demissão de vários operários, inclusive afetando os trabalhadores sergipanos⁹.

As fontes utilizadas foram de diversos tipos e encontradas em várias localidades. De início, para compreender o surgimento da fábrica Confiança, recorreu-se aos relatórios dos presidentes do Estado, entre os anos de 1907 até por volta de 1930, que fazem uma prestação de conta sobre política, economia, educação, hospitais, sistema prisional, e outros aspectos da sociedade sergipana. Dentre tantos pontos, a economia foi o foco principalmente no tocante a indústria têxtil que ganhava cada vez mais destaque, cujos relatórios dos presidentes traziam tabelas que mostravam o desenvolvimento anual das principais fábricas locais. Os dados servem para analisar não apenas o espaço físico, como o maquinário e a quantidade de fusos, mas também perceber se havia incentivos fiscais por parte do governo, a quantidade de homens, mulheres e menores que faziam parte do corpo de funcionários. Em outros momentos dos relatórios, é perceptível a preocupação com o lazer e com a questão dos baixos salários e das moradias, ou seja, da condição de vida dos operários sergipanos.

Em complemento desta documentação, as obras literárias *Os Corumbas* (1933) e *Rua do Siriri* (1937), ambas do escritor Amando Fontes, são importantes na medida em que descrevem mais intrinsecamente o cotidiano das pessoas pobres, notadamente temas como prostituição e vida dos operários têxteis. As suas produções, apesar do caráter fictício, possuem um cunho histórico mostrando os aspectos sociais e fazendo uma espécie de defesa das causas sociais¹⁰. A década de trinta foi uma atmosfera de fervor principalmente no plano da cultura brasileira:

⁹ O recorte temporal deve levar em conta a sincronia/diacronia, permanência/ruptura, pois periodizar é mostrar também as mudanças e não apenas a coesão. Ver PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

¹⁰ SILVA, Maria Ivonete Santos. *Romance Industrial: aspectos históricos e sociológicos da obra de Amando Fontes*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília. Aracaju: governo do Estado de Sergipe. FUNDESC. 1991, p. 28.

Tomando por amostra a literatura, verificam-se nela alguns traços que, embora característicos do período aberto pelo movimento revolucionário, são na maioria “atualizações” (no sentido de “passagem da potência ao ato”) daquilo que se esboçara ou definira os anos 20. É o caso do enfraquecimento progressivo da literatura acadêmica; da aceitação consciente ou inconsciente das inovações formais e temáticas; do alargamento das “literaturas regionais” à escala nacional; da polarização ideológica¹¹.

Até o ano de 1930, a literatura mais aceita era caracterizada pelo purismo gramatical, que tendia a adotar como modelo o formalismo da língua portuguesa, e que deveria ser vista pelos estrangeiros. Entretanto, nesse período ocorre uma proliferação das literaturas regionais que modificavam as formas de escrita e os temas, enfocando também o cotidiano e o jeito de falar dos excluídos.

A literatura como fonte é importante na medida em que tenta responder as indagações do historiador, inclusive, sobre aspectos que passam quase despercebidos em outros tipos de documentação. A ficção é um reduto de sensibilidades, de valores de uma época, estetização do social, pois o romancista – mesmo que de maneira indireta – retrata os aspectos da sociedade em que viveu e logo constrói pistas sobre o seu tempo. Então, conforme Sandra Pesavento, “a literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprios, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos”¹².

Também serão utilizados os memorialistas sergipanos Mário Cabral, *Roteiro de Aracaju* (1948), e Murillo Melins, *Aracaju Romântica que vi e vivi*, que com certo tom lírico e romanesco recordam o passado sergipano e assim descrevem vários aspectos da vida diária da população: festas, diversões, os acontecimentos mais marcantes, os amigos e inimigos, fábricas têxteis, o bonde dos namorados e as meretrizes que animavam os clientes nas noites da capital.

Além das obras literárias, a imprensa jornalística será importante no sentido em que traz artigos que mostram o cotidiano da população pobre e, mais especificamente, a vida diária do operariado sergipano. A revista *Poliantéa*¹³, da Associação Sergipana de Imprensa, fez, no ano de 1949, um dossiê falando sobre as maiores fábricas têxteis de Sergipe inclusive

¹¹ CÂNDIDO, Antônio. A Revolução de 1930 e a Cultura. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2,4, p. 27-36, abril 84.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 82.

¹³ No ano de 1949, os diretores da revista eram Eliéser Leopoldino de Santana, Zózimo Lima, Severino Uchôa e José Tomaz Gomes da Silva, e o secretário era Ronald Borges da Silva. A Associação Sergipana de Imprensa foi fundada em 31 de agosto de 1933 e reconhecida de utilidade pública pelo decreto estadual nº 280, de 18 de março de 1935. *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, ano 1949, Catálogo SS-22101/02, IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe). “Uma empresa que lidera a assistência social em Sergipe”, reportagem de J. Tomaz.

analisando a fábrica Confiança. Os jornalistas optaram por descrever a infraestrutura da fábrica – como as clínicas médicas existentes, bem como as escolas e creches, os salões de festas e o campo de futebol, etc. – relacionando tudo isso ao serviço de assistência social dado pelo patrão para os seus funcionários. Eles geralmente eram recebidos pelos donos das fábricas e pelos altos funcionários, que estavam aptos em mostrar o desenvolvimento fabril, e tinham pouco interesse em saber a opinião dos operários. Aparecem, constantemente, os nomes dos industriais sergipanos que mostravam orgulhosamente as suas empresas que, segundo diziam, contribuíam fortemente para a economia local e para a melhoria de vida dos mais necessitados. Apesar disso, essa fonte tem a sua relevância quando descreve os serviços que eram oferecidos no interior das indústrias e, mais ainda, entender quais eram os propósitos do patronato e o controle que exercia sobre os seus empregados.

Com características diferentes, tinham os jornais que se autoproclamavam defensores dos operários e publicavam vários artigos que mostravam o cotidiano dos trabalhadores, suas conquistas, as arbitrariedades dos patrões, enfim, voltavam-se mais para os conflitos existentes nas relações de produção. Aqui serão destacados dois jornais: primeiro, o jornal *Gazeta Socialista* que, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, publicava entrevistas com operários, fazia denúncias, citava alguns processos trabalhistas, esclarecia as leis trabalhistas e os direitos e deveres dos funcionários. Seu editorial informava que era uma publicação da Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e que contava, quase sempre, com a direção do político Orlando Dantas. O segundo periódico, *Fôlha Popular*, era o semanário do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹⁴, que no período militar teve a sua sede invadida e sofreu danificações na sua velha impressora¹⁵. Publicava artigos de correspondentes que visitavam as fábricas e denunciavam os problemas que os operários sofriam, trazia indicações de livros principalmente de autores de esquerda, etc.

O corpo documental mais analisado e aprofundado aqui será os processos trabalhistas movidos pelos operários e que se encontram, ainda não catalogados, no arquivo do TRT

¹⁴ A linha política do PCB sofreu várias transformações internas ao longo do tempo, inclusive com a saída de muitos intelectuais que discordavam do rumo que o partido estava tomando. Além disso, tinha o fato de que constantemente sofria perseguições dos governos Vargas e Dutra, entrando na ilegalidade em 1947. O livro de Zacarias fala sobre a trajetória, no período de 1936 até 1948, do antigo Partido Comunista do Brasil e também dos comunistas, no tocante às perseguições e as lutas. Apesar de falar sobre o partido de forma mais geral, ele foca na Bahia. Além de citar entrevistas, sua principal fonte é a revista *Seiva* que era o primeiro periódico “antifascista” dirigido por comunistas que, a partir da Bahia, deram o primeiro impulso para a reorganização nacional do PCB. Ver mais em SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: Os comunistas, o antifascismo e a Revolução burguesa no Brasil 1936 – 1948*. São Paulo, Anablume, 2009.

¹⁵ DANTAS, José Ibarê Costa. *O domínio militar em Sergipe*. Artigo disponível em <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1996%3AAbb-o-dominio-militar-em-sergipe-&catid=58%3Aobservanordeste&Itemid=414> acessado em 14 de agosto de 2013.

(Tribunal Regional do Trabalho) da 20ª Região de Sergipe, fazendo-se uma opção pelos processos que falam apenas sobre a firma Ribeiro, Chaves e Cia, isto é, a empresa detentora da fábrica Confiança. Apesar de ser uma fonte repleta de formalismos e burocracia¹⁶, os processos trabalhistas reproduzem em grande parte o cotidiano tanto fora da fábrica e mais ainda sobre o seu interior.

No Brasil, em 1923, foi criado o CNT (Conselho Nacional do Trabalho) - pelo Decreto 16.027, de 30 de abril, assinado por Arthur Bernardes - tendo como primeiro presidente Augusto Viveiros de Castro, que sugeriu a instalação de Juntas Industriais dentro das fábricas para pacificar as relações entre empregador e empregado. Mais tarde, no governo varguista, criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que contou com Lindolfo Collor no cargo de primeiro ministro desse órgão, assumindo no dia 26 de novembro de 1930, e tendo na equipe Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes Filho que tinham experiência nos movimentos sindicais, além do empresário têxtil Jorge Street - antes do Ministério do Trabalho, os conflitos trabalhistas eram resolvidos pelo Ministério da Agricultura. Após dois anos, Joaquim Pedro Salgado Filho assumiu a presidência do órgão recém-criado e implantou as Comissões de Conciliação, regulou as jornadas de trabalho na indústria e no comércio, e se preocupou com as mulheres e os menores operários. Em 1932, surgiram as Comissões Mistas de Conciliação, que julgavam as divergências coletivas, e as Juntas de Conciliação e Julgamento, que solucionavam somente os litígios individuais trabalhistas. A formação delas era paritária e tripartite, com composição de vogais, que eram indicados pelos sindicatos dos empregados e empregadores, e pelo presidente da Junta, indicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que não tinha a necessidade de ser formado no curso de Direito, pois só com o surgimento efetivo da Justiça do Trabalho que houve a obrigatoriedade de ser juiz de carreira ou bacharel em Direito, além de domiciliar na jurisdição da Junta. Salgado Filho também ficou responsável pela configuração da Carteira de Trabalho através do Decreto 21.175, de março de 1932.

¹⁶ O cotidiano é bastante trabalhado nas obras de micro-história que utilizam documentos oficiais e que muitas vezes foram escritos pelas elites. Carlo Ginzburg, tendo como fonte um processo inquisitorial, conseguiu captar o cotidiano do moleiro Menocchio e a rede de relações em que ele estava inserido. Em outra obra, descreveu o que chamou de mentalidade dos camponeses, principalmente os acusados de feitiçaria. Nos processos analisados, os inquisidores extraíam ao máximo, mesmo que com torturas, o depoimento do acusado de feitiçaria para saber como tal prática era concebida por ele e também pela população local. De acordo com GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 e GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das letras, 2010. Boris Fausto, utilizando jornais e até canções, descreveu o cotidiano na São Paulo dos anos 30 tendo como base o processo judicial de Arias de Oliveira. FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

A Justiça do Trabalho somente foi inaugurada efetivamente em 01 de maio de 1941 durante ato público de Getúlio Vargas no campo de futebol do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, através do Decreto nº 6596 e em cumprimento ao Decreto 1237/39, apesar de que já estava inserida na Constituição Federal desde 1934. Quanto à sua estrutura organizacional, passou a ser composta não apenas pelas Juntas de Conciliação e Julgamento, órgãos de primeira instância, mas também pelos Conselhos Regionais do Trabalho, correspondendo aos órgãos de segunda instância, e pelo Conselho Nacional do Trabalho, instância máxima e que não contava com a presença dos juízes classistas ou vogais.

A legislação trabalhista iria ainda ter outros avanços; por isso, em 1942, Vargas nomeou uma Comissão para elaborar um anteprojeto de unificação das leis do trabalho, lançando finalmente a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) no ano de 1943. O documento foi elaborado pelo ministro do trabalho, Alexandre Marcondes Filho, e pelos juristas e técnicos, Arnaldo Süssekind e Segadas Vianna. Por fim, a Justiça do Trabalho deixou a esfera administrativa e passou a integrar o Poder Judiciário em 1946. O CNT converteu-se em TST (Tribunal Superior do Trabalho) e os Conselhos Regionais do Trabalho foram substituídos por TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho). Ao longo da década de 1950, as leis irão sofrer outras mudanças e o sistema trabalhista vai se aperfeiçoando¹⁷.

É essa estrutura da justiça trabalhista que o operariado sergipano recorreu e buscou os seus direitos, entre 1940-50, tentando elucidar os conflitos existentes no mundo fabril – seja entre os próprios operários, seja com os seus superiores hierárquicos, ou ainda contra algum problema na produção. A oposição entre o reclamante (o operário que se sentiu injustiçado e que faz a denúncia) e a reclamada (a fábrica que terá que se defender da acusação) gerará depoimentos e provas. O reclamante terá, em várias circunstâncias, direito de voz e contará a sua versão sobre os fatos, mesmo que depois o “chefe da secretaria” transforme o seu depoimento oral para a parte escrita. Além disso, nos processos colocam-se dados pessoais do reclamante: profissão, remuneração, estado civil, localização da residência, data de entrada e saída da fábrica, e o motivo da reclamação.

Já a parte reclamada contará com advogados ou “prepostos” que farão a sua defesa, além de poderem apresentar provas escritas e/ou mesmo testemunhas que justifiquem a punição dado ao operário. As fábricas possuem uma gerência – formada pelos superiores

¹⁷BULLA, Beatriz (et al). *Justiça do Trabalho: 70 anos de direitos*. São Paulo: Alameda, 2011. O livro faz um apanhado sobre a história da justiça trabalhista desde os seus anos iniciais até os anos 2000. Também fala sobre o cotidiano atual, como o julgamento e a execução dos processos, os advogados e inovações, além de conter diversas entrevistas. E, como último ponto, o livro traz um caderno de imagens para ilustrar os momentos mais marcantes dessa história.

hierárquicos, tais como gerentes, mestres, contramestres, entre outros – cuja tarefa é o acompanhamento do trabalhador diariamente, fazendo uma intensa vigilância e, o mais importante, registrando tudo isso através da anotação em tabelas, uso de advertências e de suspensões, enfim, uma verdadeira catalogação de cada funcionário. Todas essas provas são apresentadas no tribunal e, muitas vezes, estão anexadas aos processos. E, diante disso tudo, conseguem mostrar o cotidiano fabril: o controle do patronato, as formas de resistência do operariado, a deficiência da empresa, as diversas brigas, o horário de entrada e de saída, etc.

Além do reclamante e reclamada, forma-se uma rede de relações sociais que se percebe através dos processos trabalhistas. Os envolvidos na justiça apresentam funcionários da empresa como testemunhas: cada parte chama a pessoa que tem confiança e que possivelmente fará um depoimento em seu favor; isto é, o operário apresenta os colegas que geralmente fazem parte da sua secção de trabalho, enquanto que o advogado da fábrica tem uma predileção pelos funcionários mais especializados, como mestres e contramestres. O mais importante é perceber a pluralidade de funcionários que contavam um pouco das suas vidas no interior da fábrica Confiança. Eles concebem indícios que revelam o sentimento de trabalhar em um fábrica e como vivenciavam esse mundo que era baseado na produção intensa de mercadorias.

Em Aracaju existia a Junta de Conciliação e Julgamento, cujas salas de audiência estavam localizadas na Avenida Rio Branco, nº 356. No interior do Estado, os trabalhadores deveriam se dirigir até os Cartórios do Civil onde atendiam os juízes de direito, e assim podiam apresentar as suas reclamações por escrito ou verbalmente. O juiz marcava o dia da audiência e devia o reclamante, e também o reclamado, comparecer com as suas devidas testemunhas. Se inicialmente houvesse entendimento entre as partes, acontecia à conciliação, caso contrário, prosseguia-se a audiência.

As reclamações podiam ser feitas por conta da falta de cumprimento de obrigações do patrão tais como salários, férias, acidentes, falta de assistência médica, e também escolar, horários, dispensa injusta, indenização por falta de aviso prévio, etc¹⁸. Ao final do processo, o juiz presidente - juntamente com o vogal do empregador e o vogal do empregado - decidia se julgava procedente ou improcedente a reclamação do operário. Caso a vitória fosse desse último, a fábrica teria que depositar na justiça do trabalho a quantia da indenização referente.

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, a fábrica Confiança sofreu vários processos trabalhistas que foram movidos por operários que estavam descontentes, e assim foram até a

¹⁸ *Gazeta Socialista*, 28-08-1948, p. 03.

justiça buscar os seus direitos. Constantemente, o advogado João de Araújo Monteiro tinha que defender a fábrica, apresentando provas e testemunhas, para poder invalidar a reclamação do trabalhador. Para ter uma ideia da quantidade de processos, e a preocupação que isso dava aos diretores, o quadro seguinte representa o universo das reclamações trabalhistas durante o ano de 1956:

	Justiça do Trabalho Pauta de Julgamento Reclamante	Datas de algumas audiências de cada operário. Ano 1956
Reclamado Ribeiro, Chaves e Cia. (Fábrica Confiança).	Genildes Soares Santos	27/03
	Maria Bernadete Araujo	21/02; 17/04
	Luci Fernandes Souza	19/03
	Maria Vanda Vieira Andrade	16/02; 21/03
	Reginaldo da Costa Menezes	24/03; 20/04; 10/05; 17/05
	Alaide dos Santos	18/05; 18/06
	Luis Pedro Silva	19/04; 11/05; 21/06
	José Alves de Araujo	16/04; 15/05
	Mauricio de Souza	14/05
	Abilio dos Santos e outros	17/05
	Maria Custódia Oliveira	18/05
	Genesi Soares dos Santos	17/02
	Abigail Cruz	08/05
	Maria Alves de Melo	08/05
	Alaide V. de Oliveira	30/07
	João Matias e outros	31/07
	João de Abreu Ramos	13/08
	Irineu P. Santos	02/08; 14/08
	Isautina dos Santos	14/08
	João Joaquim de Santana	17/08
	Helena Maria Barreto e outros	17/08
	Creusa dos Santos	17/08
	Maria Julieta	02/08; 18/08
	Weilde dos Santos	03/08

Quadro feito com base nas edições do periódico *Gazeta Socialista* do ano de 1956. Edições de 24-03-1956; 18-02-1956; 17-03-1956; 16-06-1956; 14-04-1956; 12-05-1956; 11-02-1956; 05-05-1956; 01-09-1956; 28-07-1956.

Na documentação dos processos trabalhistas, vários termos aparecem e servem para esclarecer como era o sistema de poder que vigorava no interior da fábrica Confiança. Muitas vezes aparece o termo “disciplina”, com certas derivações, mostrando que dentro do

estabelecimento fabril deveria se conjugar a ordem com a constante produtividade de mercadorias. Para entender as características do poder disciplinar, o aporte teórico de Michel Foucault tornou-se relevante principalmente no seu livro *Vigiar e Punir* que se dedica a analisar e definir o controle exercido sobre os indivíduos na modernidade. Publicado originalmente em 1975, a obra teve consistência no engajamento político-intelectual de Michel Foucault, a partir de 1971, no interior do GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões) cujo movimento preconizava entender como era a vida nas prisões tendo como foco a visão dos próprios detentos¹⁹.

O conceito de disciplinarização fez parte de vários trabalhos de Michel Foucault inclusive influenciando estudos de pesquisadores em diversos países. A principal ideia foi a de que o controle exercido sobre os indivíduos operasse não através de agressão física do corpo, outrora representado pelo ritual do suplício, mas sim com base na suavidade para adestrá-los e para majorar o seu poder de produção. Para tanto, a vigilância e a punição marcaram exaustivamente a vida diária das pessoas, fazendo com que sejam situadas dentro de uma tecnologia política de gestão dos corpos. Tal aplicação ocorreu em várias esferas sociais, ou seja, o poder disciplinar encontrava-se pulverizado em diversos mecanismos:

Em *Vigiar e punir* (1975), o autor apresentava uma série de paralelos entre prisões, escolas, fábricas, hospitais e quartéis como instituições produtoras de “corpos dóceis”. A organização espacial das salas de aula, por exemplo, assim como a dos pátios dos quartéis e das fábricas, facilitava o controle pela vigilância. Numa passagem famosa, ele descreveu o “panóptico”, plano de uma prisão ideal preparado pelo reformador do século XIX Jeremy Bentham, concebido de tal modo que as autoridades podiam ver tudo, mantendo-se elas próprias invisíveis²⁰.

O panóptico era uma instituição prisional criada pelo filósofo Bentham cuja principal função tinha como base a intensa vigilância dos detentos através da torre central, local que deveria ficar o inspetor. Só que, mesmo sendo um plano arquitetural, ele fazia parte de um sistema mais vasto e complexo, isto é, era um poder político aplicável em vários lugares. O panoptismo então se concretiza no interior de várias instituições, como nas escolas, nos quartéis, entre outras, e principalmente nas fábricas. O dono de fábrica investiu pouco no uso de chicotes, por exemplo, e mais no poder disciplinar. Ele percebeu que vigiar e utilizar outras

¹⁹ Sobre o GIP e para entender um pouco mais do contexto intelectual que possibilitou o surgimento das ideias sobre as prisões, ver os vários artigos, entrevistas, entre outras coisas, em FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros de Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, (Coleção Ditos e escritos, IV).

²⁰ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005, p. 76.

formas de punições trariam mais efeitos positivos para o aumento do lucro da sua empresa e consequentemente mais produção dos seus funcionários.

Como base no conceito de poder disciplinar atribuído por Michel Foucault, o objetivo geral da pesquisa é compreender como era o controle dentro da fábrica Confiança, a gestão patronal sobre os operários, a ordenação do tempo e do espaço, e a aplicação de punições no cotidiano. Entende-se que a técnica de disciplina não apenas fazia parte do interior fabril, mas perpassava os diversos níveis do cotidiano operário, como a vida nas moradias e no lazer. Aliás, muitas vezes o dono da fábrica Confiança produzia festas, e até criou um clube de futebol, com o intuito de também controlar as diversões dos seus funcionários.

O cotidiano operário compreende o trabalho diário desempenhado pelo indivíduo no interior fabril, mas também os momentos de lazer, ou seja, o tempo considerado livre para que se divirta com a família e com os amigos. Enfim, o cotidiano representa:

História dos anti-heróis e das anti-heroínas, de criaturas ordinárias, do “homem sem qualidades” [...], a história da vida cotidiana e privada é, finalmente, a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas “de lado”. Mas nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma²¹.

O cotidiano é formado por interações entre os próprios operários, mas também entre eles e os seus superiores hierárquicos e o dono da fábrica. São relações sociais não isoladas, mas múltiplas e que são capazes de mostrar o sentido que cada grupo possui de si mesmo e do outro. Só que, diante dessa pluralidade de ações, focou-se o grupo operário que por si só já é bastante complexo e heterogêneo. Nesse sentido, procura-se então “concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência”²². Os operários da fábrica Confiança, apesar do controle disciplinar, constituíam-se como agentes de transformações sociais e lutavam politicamente contra a exploração do capital/trabalho e a sujeição aos mandos do patrão.

O título da pesquisa “O paraíso termina quando o trabalho começa” merece também uma explicação. Em 1950, o periódico *Gazeta Socialista* fez uma entrevista com o marceneiro José Onofre, operário da fábrica Confiança, que contou um pouco sobre a vida da sua família, para, no final da reportagem, citar a frase que nomeia essa pesquisa. A implantação de uma

²¹ PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Dominíos da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 1997, p. 274.

²² CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Dominíos da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 1997, p. 51.

fábrica gera uma ideia de modernidade, seja por impulsionar a economia e a parte financeira do governo, seja por precisar e ofertar empregos para os mais pobres. Cria-se então certa euforia, pois muitos se candidatam às vagas de emprego acreditando que ganharão um salário para manter, pelo menos, um padrão digno de subsistência. Entretanto, isso vai se descontruindo ao longo do período em que os indivíduos começam o trabalho e vão fazendo interações com os seus superiores hierárquicos. E assim se iniciam os conflitos trabalhistas, como foi o caso de Onofre que se lamentava das perseguições que a sua família sofria constantemente, por parte da gerência fabril. Como era funcionário, ele tinha que obedecer aos superiores hierárquicos que costumavam procurar confusões com os seus filhos. O controle patronal era tão intenso que, não suportando mais, Onofre mandou alguns filhos irem morar em São Paulo.

O operário Onofre acreditava que o trabalho era algo positivo e que dignificava. Tal construção teve ênfase no mercado industrial que precisava de homens que se submetessem ao assalariamento e aos mandos de um capitalista. E,

para se ter uma idéia da força dessas utopias realizadas impregnando todos os momentos da vida social a partir do século XVIII, basta considerarmos a transformação positiva do significado verbal da própria palavra trabalho, que até a época Moderna sempre foi sinônimo de penalização e de cansaços insuportáveis, de dor e de esforço extremo, de tal modo que a sua origem só poderia estar ligada a um estado extremo de miséria e pobreza²³.

A emergência do regime republicano brasileiro tinha como base política a transformação do “homem livre” – o imigrante, os “nacionais” e o ex-escravo – em um trabalhador assalariado. A construção de uma nova ideologia do trabalho e a repressão das autoridades policiais e judiciárias foram coisas importantes. Após a libertação dos escravos, era necessário garantir o suprimento da mão de obra e, para tanto, teria que ocorrer uma mudança radical no conceito vigente do termo trabalho, transformando-o em algo valorativo, dignificante e com outros sinônimos, tais como “ordem” e “progresso”. O país seria impulsionado para o “novo”, para a civilização, e o indivíduo pobre teria que vender a sua força física para as fábricas fazendo parte do processo do capital. Em complemento, a preguiça e os atos desordeiros deveriam ser eliminados, mesmo que contassem com a repressão policial, tornando os homens aptos ao trabalho e com hábitos decentes²⁴.

²³ DECCA, Edgar Salvadori de, op. cit., p. 07.

²⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 46-50.

Para analisar o cotidiano operário em Sergipe nas décadas de 1940-50, essa pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro descreve os anos iniciais da fábrica Confiança e a situação precária de vida dos trabalhadores, bem como a preocupação do governo local com as habitações populares e a implantação de iniciativas que visavam fortalecer o setor têxtil sergipano. Após isso, foi analisado de forma mais abrangente os conceitos de disciplina e panoptismo, para especificá-los melhor através da vida operária e do controle patronal na fábrica Confiança.

O segundo capítulo, ainda com base no conceito de disciplinarização proposto por Michel Foucault, se focará nas relações de produção e no investimento do patrão na medicina. E mais: abordará os conceitos do taylorismo e os seus desdobramentos para a higienização do espaço fabril; a criação de clínicas médicas e as interações dos médicos com o corpo de operários; e finaliza com o cotidiano dos menores aprendizes dentro da fábrica Confiança e as relações com os seus superiores hierárquicos.

O terceiro e último capítulo descreve o cotidiano fora da fábrica Confiança, abordando a moradia, alimentação e vestuário, carestia de vida e o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores, bem como o lazer nos cabarés, os jogos de azar e o consumo de bebidas alcoólicas. Os moralistas – jornalistas, médicos, policiais, entre outros – criticavam as diversões populares e constantemente utilizavam meios coercitivos, cujo propósito era acabar com a imoralidade pública. Além desse controle, o próprio patrão criou várias formas de lazer para os seus funcionários, tais como festas, incentivo aos esportes, visitas a fazenda de sua propriedade, e inúmeras outras coisas. No âmbito do entretenimento, a concretização do poder disciplinar do dono da fábrica Confiança será a construção de um estádio para o time de futebol do seu estabelecimento.

1. FÁBRICA CONFIANÇA EM SERGIPE: HISTÓRIA, PRODUÇÃO TÊXTIL E “DISCIPLINA HIERÁRQUICA”

No início do século XX, as fábricas têxteis sergipanas contribuíram para a economia local, contando com fortes investimentos do governo que se preocupava em lançar incentivos fiscais, criar cursos e várias conferências inclusive para expor os produtos internacionalmente, preocupação com o solo e também com o salário e as condições básicas de vida do operariado. Muitas pessoas do interior sergipano, devido à seca e as desilusões com o trabalho nos engenhos, vieram até a capital aracajuana e formaram mão de obra barata, fazendo parte da relação capital/trabalho. A fábrica Confiança era uma opção para a população pobre, principalmente, para as mulheres que eram as prediletas pelo patronato e tinham como destino a função de fiandeiras, ao passo que deveriam obedecer às ordens dos mestres e contramestres.

Sendo assim, o primeiro capítulo pretende analisar os aspectos políticos, econômicos e sociais durante o surgimento e instalação da fábrica Confiança nos primeiros anos do século XX. Pretende-se descrever como eram as condições de moradia, vestuário, alimentação e o salário dos operários e a preocupação do governo em reunir o patronato para discutir e propor melhorias sociais. As fontes utilizadas, nesse primeiro momento do capítulo, foram os relatórios dos presidentes sergipanos, as obras literárias de Amando Fontes e os livros dos memorialistas Mário Cabral e Murillo Melins.

O segundo momento do capítulo vai avançar no recorte temporal e abordará, tendo como base o processo trabalhista da operária Neuza dos Santos, referente ao ano de 1949, como era o sistema de poder que vigorava no interior fabril. Surge, no processo da operária, o termo “disciplina hierárquica” que pontuará as discussões trazidas por Michel Foucault sobre a forma de controle presente na sociedade moderna. As principais fontes utilizadas foram os processos trabalhistas tanto de Neuza dos Santos quanto de outros operários da fábrica Confiança.

O objetivo do capítulo é analisar como ocorria a disciplinarização dos trabalhadores dentro da fábrica Confiança: o horário de serviço era cronometrado nos postos de trabalho, como era feita e qual o propósito do registro de atividades e atitudes diárias dos funcionários, a hierarquização e a sujeição dos trabalhadores às ordens, muitas vezes arbitrárias, dos superiores hierárquicos, e, por fim, as proibições e punições para os “infratores”. O patrão

preocupava-se em manter uma constante vigilância através de todo um aparato que lembrava em muito as características do panoptismo.

1.1 - NOS PRIMEIROS ANOS DA FÁBRICA CONFIANÇA E A CONDIÇÃO DE VIDA DOS OPERÁRIOS

A fábrica têxtil Confiança teve sua fundação em 1907, sendo controlada por uma comandita por ações do grupo Ribeiro, Chaves e Cia e contando, no ano de 1910, com cerca de 150 teares²⁵. O fundador foi o coronel Sabino José Ribeiro²⁶ que procurou investir cada vez mais na produção de tecidos para atender a demanda fora do Estado de Sergipe. Aliás, a produção algodoeira, nos anos iniciais do período republicano, era a segunda expressão econômica do território sergipano sendo cultivada no agreste e no sertão pelos pequenos proprietários. O açúcar ainda continuava no primeiro plano de produção, mas também tinha certo destaque a pecuária e a cultura de subsistência²⁷.

Em 1915, o presidente do Estado general Manuel P. de Oliveira Valladão informa que a indústria manufatureira se tornará nos anos seguintes um elemento valioso da riqueza pública e “com orgulho podemos dizer que a indústria em Sergipe não é artificial, não vive das outras indústrias; ella vai aos nossos campos de algodão buscar a materia prima de que precisa, beneficia-a convenientemente”, transforma em tecidos e exporta para vários Estados, inclusive a capital federal. Ele continua esclarecendo que “do trabalho de nossas fabricas vive grande parte da população de nossas principaes cidades, nunca faltando nellas trabalho para o operario” e que, mesmo com a crise nacional nesse setor, em Sergipe “as nossas fabricas continuaram a produzir com a mesma economia, sim, mas tambem com a mesma segurança e a mesma intensidade; nenhuma diminuiu o numero de operarios, nem reduziu os dias de trabalho, nem diminuiu a producção”. Destaca ainda que “a barateza de nossa vida” permite “que o salario do operario seja pequeno e por isso os nossos tecidos podem competir em preço com os similares das outras fabricas”. Por fim, “devemos por todos os meios favorecer a fundação de novas fabricas e desenvolver o plantio de algodão”²⁸.

²⁵ ROMÃO, Frederico Lisboa. *Na trama da história: O movimento operário de Sergipe – 1871 a 1935*. Aracaju: Gráfica J. Andrade Ltda. 2000, p. 51.

²⁶ *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

²⁷ DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 46-49.

²⁸ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1915, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, presidente do Estado.

Já no ano de 1919, o presidente do Estado coronel José Joaquim Pereira Lobo acentuou o problema operário e convidou vários industriais e comerciais para o Palácio do Governo, “além dos srs. secretario geral dr. Alvaro Silva, deputado dr. Gentil Tavares, intendente dr. Antonio Bittencourt, os srs. coroneis José da Silva Ribeiro, Sabino Ribeiro, dr. Thales Ferraz, Carlos Cruz, Adolpho Rollemberg, Alfredo Busch, coronel Antonio Franco e outros, ficando resolvida, entre outras medidas, a construção de casas para operarios, a redução das horas de trabalho e aumento de salario”. A medida foi apoiada por todos na reunião e o governo daria concessões aos industriais²⁹.

As fábricas de tecidos precisavam e atraíam diversas pessoas que estavam dispostas a fazer parte do corpo de funcionários e tentar ganhar um salário que, como acentuou o presidente do Estado, era pequeno. Tal aspecto tinha como justificativa o fato de que o custo de vida era baixo e logo os operários teriam acesso às boas condições no padrão de consumo, e também destaque que os tecidos locais podiam ser vendidos e fazer uma concorrência com os das outras regiões. Só que tudo isso se tornou tênue porque nos anos posteriores foi preciso fazer uma reunião para discutir sobre o problema operário, como as moradias e o aumento de salário. Em 1932, por exemplo, o salário têxtil variava entre 6\$ e 10\$ semanalmente, quando o valor necessário para atender as necessidades básicas de uma família operária teria que ser por volta de 40\$000 por semana – e para compensar esse baixo salário, os trabalhadores faziam outras atividades³⁰. A moradia aparecia como mais um problema para os operários, pois os benefícios sociais atingiam as elites fazendo com que a população mais pobre fosse viver nas periferias. Os operários moravam em vielas, em becos sujos, sem saneamento e sem água e luz, inclusive os nomes das ruas caracterizavam a realidade: Rua do Desaperta, do Gaiola, do Topo, do Pega pra lascar, do Vai quem quer, Beco do Açúcar, do Sovaco, das Sete Facadas, entre outros³¹. O literário sergipano Amando Fontes descreve o interior de uma casa operária:

Uma luz mortiça espalhou-se pelo quarto, mobiliado apenas pela cama de pinho sem verniz, uma cadeira de peroba mal lavrada, e, a um canto, o baú de folha-de-flandres, pintado de verde, com umas florzinhas amarelas. [...] Em seguida, atravessou o corredor apertado, a sala de jantar (onde, numa cama de ferro estreitíssima, dormiam as duas filhas menores), e entrou no apertado cubículo a que chamavam a “cozinha”. Três grandes pedras brutas serviam-lhe de fogão. Pôs alguns cavacos entre elas. Feito o fogo, colocou em cima a velha chaleira que usavam desde o engenho, e onde iria ferver a água para o café.

²⁹ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1919, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 13ª legislatura, pelo coronel José Joaquim Pereira Lobo, presidente do Estado.

³⁰ ROMÃO, Frederico L, op. cit, p. 97.

³¹ Idem, p. 101.

Os indivíduos dormiam em tábuas estendidas sobre quatro caixões de querosene e/ou numa rede. As habitações dos operários estavam em precariedade principalmente os móveis que eram quase todos adaptações, caso do fogão feito por pedras brutas. Além disso, a casa era um verdadeiro cubículo que servia para a residência de uma numerosa família, tendo cada cômodo ser dividido e ter várias funções; e acrescenta-se também o fato da pouca privacidade entre os membros da família. Quando chegavam o inverno e o período de fortes chuvas, as casas sofriam sendo que muitas não suportavam e desabavam, bem como os moradores que sentiam um rigoroso frio e podendo até ficar doentes. E esse sofrimento vai muito além das condições habitacionais perpetuando-se até a alimentação: a família operária levava até o trabalho, em latas, a refeição que era composta por feijão com farinha e um pedaço de linguiça; tomava, em casa, café com bolachas duras; comer carne era apenas em momentos especiais - e às vezes no almoço -, pois o seu consumo estava com preço elevado. Sobre a vestimenta e os cuidados pessoais, usava-se uma camisa esburacada e imprestável que tinha um grande rasgo mostrando as partes íntimas, e agasalhos, quando tinham, para se proteger das chuvas; a higiene tinha que ser às pressas: colocando um pouco de água nos olhos, limpando os dentes com carvão e penteando o cabelo de qualquer jeito³². Com todos esses problemas, a fala do presidente do Estado, que destacou o aspecto positivo do baixo salário dos operários e o fato das coisas estarem baratas, torna-se arbitrária, pois é fruto de uma construção de uma pessoa que não vivencia diariamente a precariedade nos suprimentos básicos e tampouco sofre.

Os quadros seguintes mostram os detalhes da produtividade da fábrica têxtil Confiança durante os anos de 1915 a 1922, trazendo dados que servem para elucidar qual era a mão de obra mais utilizada pelo patrão, o desenvolvimento do maquinário fabril, a preocupação governamental com o setor têxtil, os tipos de tecidos fabricados, etc.

³² FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 25ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p. 34-40.

Fábrica Confiança – Firma Social Ribeiro, Chaves e Cia – Aracaju (SE)						
			1915	1916	1917	1918
Capital			600:000\$000	600:000\$000	600:000\$000	600:000\$000
Fundo de Reserva			237:356\$250	330:467\$590	376:998\$450	593:172\$200
Dividendo do último ano social			12%	12%	12%	15%
Matéria-prima		Espécie	Algodão em rama	Algodão	Algodão	Algodão
		Procedência	Deste Estado			
		Quantidade Consumida em Kg (ano anterior)		284.780	216.454	3.642 fardos
Teares		Nº Total	230		230	230
		Nº Funcionando	218		228	230
Fiação		Nº Fusos		8.500	8.000	8.000
		Nº de fios empregados na fabricação dos tecidos		16 a 24		
Força		Motriz	Motor a gás-pobre		Motor a explosão	Motor a explosão
		Da Máquina	250 cavalos		250	250
Combustível			Carvão		Lenha	Lenha
Produtos		Espécie	Bulgarianas, riscados, brins, toalhas, algodãozinho e chales	Todas as cores	Tecidos de cores: bulgarianas, zephires, riscados, brins, chales, toalhas, etc.	Tecidos de cores: bulgarianas, zephires, brins e chales.
		Preços Correntes	\$180 a \$360 o metro e 1\$300 o Quilo			
	Produção Anual	Fardos	4.358 no último ano		3.836 de toalhas	4.956
		Peças				
		Metros		3.237.064	2.708.175 e 3.423 chales	
Operários		Total	412	420	420	425
		Sexo masculino	104	104	105	112
		Sexo Feminino	308	316	315	313
Despesa mensal com combustível				4:740\$620	4:000\$000	4:782\$000
Favores do Estado			Não goza			
Observações			Sociedade em comandita por ações	A fábrica tem produzido tintas vegetais	A fábrica tem produzido tintas vegetais	

Quadro feito com base nos relatórios dos presidentes do Estado de Sergipe referente aos anos de 1915 até 1918.

Fábrica Confiança – Firma Social Ribeiro, Chaves e Cia – Aracaju (SE)					
		1919	1920	1921	1922
Capital		600:000\$000	600:000\$000	1.800:000\$000	1.800:000\$000
Fundo de Reserva		737:699\$080	737:699\$080	392:103\$070	890:375\$147
Dividendo do último ano social		15%	15%	15%	10%
Matéria-prima	Espécie	Algodão	Algodão	Algodão	Algodão
	Procedência				
	Quantidade Consumida em Kg (ano anterior)	330.000	324.246	318.290	371.438
Teares	Nº Total	228	300	300	350
	Nº Funcionando	228	230	260	300
Fiação	Nº Fusos	8.000	8.000	8.300	10.000
Força	Motriz	Motor a explosão (gás-pobre)	Vapor	Motores a explosão	Eleticidade
	Da Máquina	250	225	500 (devendo ser eletrificada dentro de poucos meses)	600
Combustível		Lenha e casca de côco	Lenha	Lenha	Lenha
Produtos		Espécie	Zephires, brins e chales	Riscados, brins, chales, colchas e fazendas cruas	Riscados, algodãozinho, brins, etc.
	Produção Anual	Fardos		5.316	5.287
		Peças			
		Metros	3.186.436		
Operários		Total	423	454	600
		Adultos / Sexo masculino	127	72	104
		Menores / Sexo Masculino	14	36	25
		Adultos / Sexo Feminino	226	250	440
		Menores / Sexo Feminino	56	96	31
Horas de trabalho		9	9	9	9
Despesa mensal com combustível		4:500\$000	5:706\$520	8:000\$000	12:000\$000
Favores do Estado				Redução de 30% nos impostos de exportação	30% na exportação dos produtos com similares e isenção completa sobre malharia, marcerização, etc (*)

Quadro feito com base nos relatórios dos presidentes do Estado de Sergipe referente aos anos de 1919 até 1922. Observação:

(*) Esses favores serão gozados logo que fiquem [concluídos] os melhoramentos da fábrica.

A matéria-prima utilizada pela fábrica era o algodão cuja produção tinha a própria procedência local. Os quadros acima ainda demonstram a quantidade de teares que, entre os anos de 1915 e 1918, manteve a estabilidade de 230, mas nos anos seguintes, por conta de favores do governo, houve um considerável aumento chegando até 350 teares no ano de 1922. O número de fusos, no setor de fiação, também sofreu um aumento tendo até 10.000 em 1922, enquanto que, no ano de 1916, contava com apenas 8.500. A evolução da fábrica aparece na força motriz, pois antes se utilizava o “motor a gás-pobre”, passando pelo motor a explosão, vapor, e por último, a eletricidade. Produziam-se vários tipos de produtos como “bulgarianas, riscados, brins, toalhas, algodãozinho, chales, zephires, lisos, malharia, colchas e fazendas cruas”. Referente à quantidade de operários, sempre houve o privilégio para com o trabalho feminino - geralmente as mulheres recebiam menos do que os homens – chegando inclusive a ter um número absurdamente maior do que a força masculina, como no ano de 1921 que possuía apenas 104 rapazes para 440 moças. O mesmo fato acontecia com o trabalho de menores, tendo privilégio as meninas, porém a diferença entre os números era um pouco mais sutil. Muito se pensa que a mão de obra infantil fazia o maior corpo de funcionário da fábrica, mas o segundo quadro informa que havia uma baixa quantidade de crianças quando se comparado com os adultos, tanto do sexo masculino quanto do feminino. Para o trabalho pesado nas máquinas de fiação, o patrão preferia a força feminina investindo nela cada vez mais ao longo dos próximos anos e perfazendo uma carga horária de nove horas diárias.

Os produtos das empresas sergipanas fizeram sucesso na Europa, especialmente em Londres, onde aconteceu no mês de julho de 1921 uma importante exposição na qual a fábrica Confiança enviou 32 amostras de tecidos tintos e crus³³. O avanço fabril foi ocorrendo através de novas experiências como o uso do algodão *Day's Pedigreed*, porém ainda contava com 350 teares e 10.000 fusos³⁴. Em 1926, houve o consumo de 447.949 quilos de algodão em rama e produção de 594.182 metros de tecidos crus e 1.500.173 metros de tecidos tintos³⁵; no período de 01 de agosto de 1927 a 31 de julho de 1928, empregou 478.646 quilos de algodão e fabricou 1.014.264 metros de tecidos crus e 2.412.487 metros dos tintos³⁶; por fim, em

³³ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1921, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo coronel dr. José Joaquim Pereira Lobo, presidente do Estado.

³⁴ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1925, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 15ª legislatura, pelo Mauricio Graccho Cardoso, presidente do Estado.

³⁵ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1927, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 16ª legislatura, pelo Manoel Corrêa Dantas, presidente do Estado.

³⁶ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1928, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 16ª legislatura, pelo Manoel Corrêa Dantas, presidente do Estado.

1929, teve o consumo de 371.739 quilos de algodão em rama e produção de 650.608 metros de tecidos crus, 792.837 de tecidos tintos e 2.025.021 tecidos branqueados³⁷.

Em 1927, o presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas apresentou uma prestação de contas, que lembrava em muito o relatório do ano de 1915 de Manuel P. de Oliveira Valladão, informando que “florescem as industrias de tecidos, que entre nós não foram atingidas pela crise de excesso de produção, que tantos prejuizos causou aos industriaes de outros Estados” devido “é que as fabricas sergipanas consomem algodão de produção interna, comprando-o directamente ao agricultor, sem impostos nem grandes despesas de transporte”. Tudo se dava porque “demais, o operario não é exigente: o custo da mão de obra é muito baixo”. Através desse relatório, salientou novamente que a economia têxtil sergipana desenvolvia-se por conta da produção interna do algodão e porque o operariado local não era exigente vendendo assim a sua mão de obra por um preço baixo. Ora, então o patronato lucrava cada vez mais, pois a crise nacional no setor têxtil não assolou a economia sergipana e com isso o lucro, baseado no pagamento de um baixo salário, vai aumentando. Com crise ou sem crise, com elevação ou sem elevação do custo de vida social, o salário ainda continuava o mesmo para a grande maioria do operariado cuja justificativa seria para investir e manter o crescimento industrial sergipano.

O estatuto da fábrica Confiança, através da Assembleia Geral Extraordinária celebrada em 10 de fevereiro de 1935, mostra que os sócios solidários eram Sabino José Ribeiro, Maximino Chaves José Ribeiro e Joaquim Sabino Ribeiro e por outros comanditários de responsabilidades limitadas, tendo a duração de vinte anos, que se completarão em 1955, e que durante esse prazo a sociedade só poderá ter três sócios solidários. O artigo 2º do estatuto esclarece que “o objeto da sociedade é a exploração de fibra texteis, sua fiação, tecelagem, alvejamento, tinturaria e mais operações fabris acessórios”. Sobre a distribuição dos lucros, o artigo 17º mostra que os funcionários serão beneficiados com “2% destinados à Caixa Beneficente de auxilio aos operários”, “1% destinado aos acidentes no trabalho, conforme a legislação vigente, bem como à invalidez adquirida em serviço da Empresa” e “até 5%, a criterio da Gerencia, para gratificação aos operarios que tiverem, pelo menos, um ano de serviço, e na proporção do salario de cada um”. Já o artigo 18º estava preocupado em garantir “[...] verbas necessarias à reforma e conservação de maquinismo e predios”. Por último, o artigo 1º (Capítulo VII – Disposições Transitórias), §1º, “a juizo da Gerencia, poderá ser adquirido material moderno de maior capacidade produtôra e de melhor qualidade de tecidos”

³⁷ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1930, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 17ª legislatura, pelo Manoel Corrêa Dantas, presidente do Estado.

e, no §2º, “dos fundos ‘Debentures Sorteadas’ e ‘Fundo de Reserva’, quando terminado o resgate das ‘Debentures’, dez por cento (10%) serão aplicados, a critério da Gerencia, na aquisição de casas constituídas em bem de família, para prêmio aos auxiliares e operários da Fábrica, que nela trabalhem e tenham mais de vinte anos consecutivos de bons serviços prestados”³⁸.

A empresa Confiança estava localizada no Bairro Industrial, antigamente chamado de Chica Chaves. Nas primeiras décadas do século XX, em Aracaju, ocorreu o processo modernizador que visou desenvolver e embelezar a cidade – principalmente o perímetro central – baseado no molde europeu francês e consequentemente na capital carioca da república brasileira. Nesse momento, intensificam-se os melhoramentos materiais como o bonde de tração animal, a criação de novas empresas têxteis, os cinemas, entre outras coisas, sendo o governador Pereira Lobo um dos responsáveis pelo processo de modernização. Só que tudo isso tinha uma face contraditória, pois os benefícios atingiam positivamente a faixa populacional formada por pessoas ricas, enquanto que a mais numerosa ficava à margem tendo que vender a sua mão de obra barata. Muitos pobres, então, não usufruíam dos benefícios sociais e, sendo excluídos, foram morar ao redor do centro da cidade formando bairros proletários como o Bairro Aribé (atual Siqueira Campos), o próprio Bairro Industrial e etc³⁹. O meretrício também sofreu e, através dos discursos dos moralistas, as prostitutas tiveram que viver, por uma atitude da força policial e dos governantes, na famosa Rua do Siriri que era uma local decadente e de casebres⁴⁰. Separou assim, a mulher decente, honrada e mãe de família – utopicamente formulada pelo discurso dos moralistas - da mulher prostituta que trabalhava com o seu corpo para ganhar e sustentar a si e/ou os seus filhos. Começa então as contrariedades, pois o processo modernizador visava excluir os pobres, os indecentes, os prisioneiros, os loucos, os mendigos, as prostitutas, enfim, todos os grupos que ameaçassem a soberania das elites, porém não dava direitos sociais para que esses grupos excluídos saíssem da degeneração e conseguissem ter uma vida de boa qualidade. Logo, por exemplo, os operários recebiam um baixo salário por conta do patrão que visava apenas o lucro, fazendo com que os seus empregados estivessem a toda sorte de miséria. O processo de modernização trouxe benefícios sociais para as elites, mesmo que, por isso, tenha gerado aspectos negativos para a maioria da população carente.

³⁸ Estatutos da Fábrica Confiança, Sociedade em Comandita por ações, Ribeiro, Chaves e Cia, Aracaju (SE). Aprovados em reunião da Assembleia Geral Extraordinária, celebrada a 10 de fevereiro de 1935, IHGSE.

³⁹ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Disciplina e resistência: cotidiano dos operários têxteis em Aracaju (1910 a 1930)*. São Cristóvão, 1991. Bacharelado (História) - Universidade Federal de Sergipe.

⁴⁰ Sobre o cotidiano das prostitutas em Aracaju, ver a obra de literatura em FONTES, Amando. *Rua do Siriry*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1937.

Com o passar dos anos, a cidade aracajuana foi se desenvolvendo cada vez mais e o Bairro Industrial seguiu esse mesmo ritmo. O memorialista sergipano Mário Cabral caracteriza esse bairro como sendo formado por proletários e de gente pobre:

O Bairro Industrial (antigamente chamado Chica Chaves e primitivamente conhecido com o nome de Maçaranduba) é o bairro mais romântico da Cidade de Aracaju. Pode não parecer, mas é. Bairro humilde, bairro proletário, bairro de gente pobre. Pela manhã longos apitos chamam os operários para o trabalho. E as ruas se enchem de homens e de mulheres a caminho das fábricas enormes. À tarde saem os operários, em bandos, uma confusão de cores berrantes compondo uma tela bonita, encharcada de vida e de colorido. À noite, todavia, o encanto do Bairro Industrial é maior. Há uma paz imensa em todas as coisas. As chaminés, como orelhas fitas, “escutam o silêncio das alturas”. [...] E nessas noites quentes, de um misterioso langor tropical, há sempre uma canção distante que nos chega aos ouvidos. São notas de violões, farrapos musicais, trechos de canções perdidas. [...] É no Bairro Industrial que transita o bonde dos namorados. Bairro de operários atraindo, à noite, grande número de rapazes. O Bonde dos Namorados é precisamente o bonde das 22 horas, o bonde que vai para a cidade. Às 22 horas, lá no fim de linha, o condutor vira os bancos. [...] E o bonde segue dançando, aterro afora, rumo da cidade, cheio de namorados, exclusivamente de namorados⁴¹.

Todo o lirismo e o romantismo do memorialista classifica o bairro como sendo um lugar apazível, apesar dos problemas da população pobre, e repleto de pessoas que iam namorar e se divertir no bonde. Além disso, era comum escutar, sentindo um clima tropical, uma canção distante que ia chegando aos poucos nos ouvidos dos transeuntes. O bairro é formado por operários, que moravam nesse lugar ou nos arredores, que logo é definido pelo memorialista como similitude de gente humilde que acordava pela manhã, quando o apito da fábrica tocava, enchendo-se de homens e de mulheres indo para o trabalho. Apesar do aspecto romântico, o memorialista sergipano Murillo Melins prefere apontar o lado econômico do Bairro Industrial:

[...] e, aí sim, estaremos entrando no Bairro Industrial. Avistamos aquele aterro inicial, cruzamos a Ponte do Tecido, passamos pela Fábrica “Sergipe Industrial” que vai está a nossa direita. À nossa esquerda, pilhas de madeiras que serão transportadas em troleis, irão abastecer as caldeiras que alimentam os motores da Fábrica de Tecidos. [...] Adiante um pouco, encontramos uma vila de boas casas ocupadas por operários e seus familiares. [...] Em um trecho amplo, roda paralela à Fábrica Confiança, ouvimos o barulho dos motores que impulsionam as tagarelas lançadeiras e sentimos aquele cheirinho de algodão, característico das fábricas têxteis. É o reduto tradicional da antiga Empresa Ribeiro Chaves & Cia., que teve à frente por muitos anos o grande administrador, Dr. Joaquim Ribeiro⁴².

Acrescenta ainda sobre o aspecto político e cultural:

⁴¹ CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. 3ed. Aracaju: Banese, 2001, p. 175-176.

⁴² MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi – Anos 40 e 50*. 4 ed. Aracaju: Unit, 2007, p. 318-320.

Bairro Industrial das célebres e agitadas greves e movimentos políticos dos operários que reivindicavam salários justos e melhores condições de trabalho. [...] Bairro Industrial das belas operárias que nas festas juninas animavam com suas danças, requebrados e olhares brejeiros, perfumadas com *cheiros baratos* os “Sambas de Roda”, “Samba de Parelha” e o “Samba de Coco”, estalando seus tamancos e despertando olhares lascivos aos homens. É hora de o “Bonde dos Namorados” voltar. O condutor e o motorneiro viram os bancos e o arco que leva energia para o velho motor “Siemens”. No nosso bondinho rodará em direção ao centro da cidade⁴³.

Por fim, o memorialista ressalta o aspecto da infraestrutura do bairro que “começa a receber as benesses da modernidade” com “suas ruas e avenidas estão sendo pavimentadas”⁴⁴. Havia uma intensa vida cultural nessa localidade, com ares românticos e de várias festas típicas, e política através das greves e dos movimentos operários que lutavam por melhorias de condições básicas de vida.

No ano de 1921, vários trabalhadores reuniram-se no Centro Operário para debater sobre a redução nas horas de trabalho e, entre os dias 20 e 23 de julho, formou-se uma comissão cuja incumbência era falar com o presidente do Estado José Pereira Lobo que afirmou que não utilizaria a polícia para violentar os operários, nem fazia pressão ao movimento, desde que tudo fosse conduzido na perfeita ordem. A fábrica Sergipe Industrial diminuiu sua jornada diária de 11 para 8 horas, já a Confiança foi mais taxativa e ficou com cerca de 9 horas. Com isso, o mês de agosto teve um fortalecimento no movimento operário com reuniões sucessivas e acaloradas, principalmente no Centro Operário. Em uma dessas reuniões, ficou certo que uma comissão formada por três membros iria se entender com Sabino Ribeiro, dono da fábrica Confiança, para que fosse reduzido o horário dos pedreiros e carpinteiros, todavia não obteve êxito. Diante disso, as reuniões continuavam e o presidente do Centro Operário convidou os carpinteiros e os pedreiros para que, na noite do dia 05 de setembro, abandonassem os serviços na fábrica até que o patrão reduzisse as jornadas de trabalho. Vários boletins foram distribuídos largamente na capital, bem como para o interior sergipano, mas, no entanto, a adesão não foi total mesmo entre os operários que trabalhavam na fábrica Confiança. Em 10-09-1921, o governante estadual foi até a indústria com a intenção de ouvir pessoalmente diversos operários. Após dois dias, Sabino Ribeiro publicou uma carta na imprensa demonstrando seu mal estar com o movimento grevista, declarou-se amigo e irmão do operariado, criticou o movimento russo, mostrou a importância do trabalho e propôs ao governo a convocação de um congresso com todos os industriais locais para a

⁴³ Idem, p. 320-321. Grifo presente no original.

⁴⁴ Idem, p.321.

discussão sobre o problema das horas de trabalho. Uma semana depois do congresso dos industriais, o presidente do Estado recebeu uma comissão do Centro Operário ficando estabelecida, ao final, a escala de oito horas para os todos os operários. Os trabalhadores comemoraram a vitória fazendo uma passeata pacífica pelos bairros da capital aracajuana, com discursos e bebidas⁴⁵.

Além das greves, o memorialista Murillo Melins destaca que as fábricas de tecidos – Sergipe Industrial e Confiança – caracterizavam o bairro, inclusive deixando o ar com cheiro de algodão e que, para ele, isso não era tão ruim, porém, para os trabalhadores que respiravam diariamente o pó de algodão, produziam-se vários tipos de doenças respiratórias. Se as fábricas de tecidos são relevantes para a sociedade aracajuana, o Bairro Industrial segue o mesmo caminho, pois se projetou nele uma forte vida sociocultural que marcou o cotidiano tanto dos populares quanto das elites.

O personagem que mais teve destaque na administração da fábrica Confiança foi o capitalista Joaquim Sabino Ribeiro Chaves que era visto como um industrial preocupado com os seus operários, bem como inteligente e perspicaz na direção do seu estabelecimento. Em 1950, o periódico *Diário de Sergipe*⁴⁶, apesar do seu caráter tendencioso, fez extensa matéria sobre os anos iniciais da fábrica Confiança e os consequentes avanços e contribuições para a sociedade. O fundador foi o coronel Sabino José Ribeiro que era comerciante e tinha o desejo de criar mais um estabelecimento têxtil na capital aracajuana, apesar de poucos acreditarem no êxito dessa iniciativa. O progresso atingido pela firma Sabino, Ribeiro e Cia, como sucessora de Rosa, Queirós e Cia, fez surgir a indústria Confiança mesmo que o comércio de tecidos sofresse variações muitas vezes desastrosas. Após a morte do coronel, a sua esposa Joana Ribeiro assumiu os negócios e colocou no cargo de gerente da empresa um dos seus filhos, Joaquim Sabino Ribeiro, que tinha visitado os grandes centros industriais do Brasil e do estrangeiro, notadamente os Estados Unidos, onde esteve fazendo estudos têxteis e observações comerciais, implantando assim os métodos que eram considerados modernos na época.

Muitos consideravam Joaquim Sabino Ribeiro como “personalidade moça” e tendo “dotes intelectuais e morais”, exercendo também as funções de membro do Departamento Administrativo do Estado, “onde revelou inteligencia e descortínio, aliados a uma louvável compreensão de suas responsabilidades”, pois era “filho de um tão digno pai”. Com isso:

⁴⁵ DANTAS, Ibarê. Notícias de greves em Sergipe 1915-1930. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 31, p. 139-156, ano 1992.

⁴⁶ *Diário de Sergipe*, 01-01-1950, p. 15. “Uma grande emprêsa textil”.

O Dr. Joaquim Ribeiro mostra-se em tudo digno de seu saudoso pai. A “Fábrica Confiança” sempre em crescente progresso, mantém vilas operárias, campos de “sport”, cooperativas, “crèche”, cinemas e assistência médico-dentária com instalações de consultório e gabinete próprios. Hoje que se faz mister a propaganda e uso do Gazogênio, convém lembrar que a “Fábrica Confiança” dispõe de um grande Gazogênio, construído com dedicado patriotismo em suas próprias oficinas⁴⁷.

No interior da fábrica, os operários participavam e trocavam experiências, como também faziam conflitos entre si. O complexo fabril agregava em um mesmo local vários indivíduos, muitas vezes contraditórios, tornando-os uma massa, isto é, para que se comportassem como se fossem homogêneos e assim todos produzissem cada vez mais mercadorias e gerassem o aumento de lucro para a empresa. Entretanto sabe-se que o grupo operário é plural, possuindo e compartilhando diversas experiências entre os seus membros, como infortúnios e alegrias.

A operária Neuza dos Santos participava desse mundo complexo que existia na fábrica Confiança, onde trabalhava como fiandeira. Ela sofreu perseguições e até foi suspensa porque deixou a máquina em que trabalhava para poder ir até a enfermaria, dentro da própria fábrica, levar o resultado do seu exame médico. Diante disso, ela resolveu ir até a justiça trabalhista lutar pelos seus direitos no ano de 1949. Nesse ano, a empresa Confiança contava com 780 operários, com capital integralizado montado em Cr\$ 3.000.000,00 e com reserva de Cr\$ 13.361.281,76, possui 386 teares e 10.460 fusos. Os diretores eram Joaquim Sabino Ribeiro Chaves e Joana Ribeiro Chaves, e ainda contavam com os altos funcionários Rubens Ribeiro Cardoso e Epaminondas Vital⁴⁸.

1.2- O CONFLITO ENTRE NEUZA DOS SANTOS E O CONTRAMESTRE FORTUNATO JOSÉ DOS SANTOS: “DISCIPLINA HIERÁRQUICA” NO COTIDIANO DENTRO DA FÁBRICA

A fiandeira Neuza dos Santos⁴⁹, solteira, residente na Rua General Calazans, nº 524, trabalhava na fábrica Confiança fazia oito anos com admissão em 15 de agosto de 1941,

⁴⁷ *Revista Novidade*, ano VI, nº 17, julho e agosto de 1942, Volume A.VI, Catálogo SS-23152, IHGSE. “Justa homenagem a memória do Cel. Sabino Ribeiro.”

⁴⁸ *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

⁴⁹ Neuza dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-352/49, Aracaju (SE), Reclamante: Neuza dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho, 20ª Região. Sem Catalogação.

recebendo um salário por produção numa média diária de Cr\$ 16,00, foi até a justiça do trabalho em 10 de novembro de 1949, pois:

que, ontem, dia 8 foi suspensa injustamente pelo prazo de 6 dias; que, ontem procurou o sr. Joaquim Ribeiro, proprietario da fabrica, para esclarecer os motivos que davam margens à suspensão, mas este nada resolveu; que, tem mais de oito anos de serviço na reclamada e nunca foi suspensa, jamais cometendo falta como bem comprova sua carteira profissional.

No primeiro dia de audiência, 23 de novembro de 1949, às catorze horas, na Avenida Rio Branco, nº 356, o preposto Luiz Ribeiro Brito⁵⁰ fez a defesa da fábrica afirmando inicialmente que a operária deixou a sua secção de trabalho para ir até a enfermaria, porém não comunicou ao contramestre sobre a sua saída. Com isso, a máquina de fiação de algodão não podia ficar parada, mas teria que ter uma pessoa substituta:

que ao voltar ao trabalho, encontrou a maquina enguiçada, comunicou o fato ao contramestre, dizendo: “esta peste está quebrada e eu não emendo”, que o contramestre perguntou onde ela estava que deixou a maquina ficar naquelas condições ao que ela disse que tinha ido à enfermaria; que o contramestre lhe lembrou que na qualidade de dona da maquina, a reclamante tinha a obrigação de lhe avisar quando saísse para que ele indicasse uma operaria para lhe substituir na maquina; que a reclamante disse ao contramestre: “eu aqui faço o que quero”; que o contramestre declarou que ia comunicar ao tecnico o procedimento da reclamante; que então a reclamante disse: “ja vai tarde e se for dar parte de mim você se arrepende”; que o contramestre queixou-se ao chefe e a reclamante foi suspensa por seis dias [...].

A operária Neuza dos Santos tentou se defender afirmando que estava trabalhando na sua máquina de fiação quando teve necessidade de ir até a enfermaria da fábrica para levar o exame de urina, mas chamou a jovem Tudinha – uma das moças que trabalhavam nas levadas e não tinham atribuição definida, ficando para substituir as tecedeiras - para que ficasse em seu lugar momentaneamente. Ao voltar para o posto de trabalho, aproximadamente cerca de oito minutos depois, ela encontrou a máquina abandonada com os fios quebrados e, diante disso, procurou o contramestre Fortunato dos Santos para informar sobre todo o ocorrido, inclusive que Tudinha estava com preguiça. O contramestre revelou:

⁵⁰ A intimação dos diretores da fábrica, segundo se nota no processo trabalhista de Neuza dos Santos, foi expedida em 10 de novembro de 1949 – e recebida na fábrica em 11 de novembro de 1949 -, para que comparecessem na audiência “independentemente do comparecimento de seus representantes, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o preponente”. A fábrica tinha vários advogados que representavam os diretores. Se caso ninguém comparecesse, “à referida audiência importará o julgamento da questão à sua revelia, e na aplicação da pena de confissão, quanto à matéria de fato”, ou seja, a sentença será dada e aplicada. Na audiência o reclamado deveria oferecer no máximo três provas, entre documentos e/ou testemunhas.

que fôra êle quem tirara Tudinha da maquina, colocando-a em outra e que a declarante não tinha direito de botar ninguém em maquinas para substituição; que disse a declarante ao contra mestre que sabia que não tinha direito mas como as meninas da levada costumam substituir as tecedeiras e isto em regra geral, com o conhecimento do contramestre; que o contramestre insistiu em dizer-lhe que ela não tinha direito de botar ninguém na maquina.

A fiadeira, vendo a insistência do contramestre em discutir, voltou para o serviço. Entretanto Fortunato dos Santos estava irredutível e continuava com a discussão, chegando ao ponto em que a operária lhe virasse as costas. Ela continua o depoimento esclarecendo que falou ao contramestre que tinha livre vontade e fazia o que quisesse, não desejando assim brigar e nem “criar caso”. Ele, por sua vez, respondeu que na fábrica era diferente e tudo teria que ser de acordo com a sua vontade. Em seguida, disse que iria até o mestre e contaria o caso. Todavia, a operária retrucou dizendo que “Mais diga como se passou o caso, pois se me acusar, se arrepende”; o contramestre ao sair respondeu “Ja vou” e a reclamante ainda disse “Ja vai tarde”. Após o depoimento de Neuza dos Santos, o preposto da fábrica teve ainda mais uma chance e declarou, entre várias coisas, que a fiadeira era advertida por falta de bom comportamento porque é muito violenta no tratamento com os seus superiores hierárquicos.

Em 02 de dezembro de 1949, às 15h, três testemunhas foram apresentadas para defender a fábrica. O primeiro depoente era o tão falado Fortunato José dos Santos, casado, contramestre, residente na Rua Manoel Preto nº 10, verificou que uma das máquinas de fiação, da sua secção, estava parada por falta de manejo e, então, resolveu chamar a operária Tudinha para que ficasse no local. Após isso, ele estava tirando a ferramenta do armário até que se aproximou a fiadeira Neuza dos Santos dizendo que a máquina dela estava parada e que tinha ido até a enfermaria. O contramestre retrucou dizendo que ela não tinha informado quando saíra da secção e que não podia colocar outra pessoa na máquina, pois não possuía direito para tal atitude. Segundo ainda o depoimento da primeira testemunha, a operária respondeu “Botei porque quiz e venha ver minha maquina como está com os fios arreventados” e ainda disse aborrecida “Veja como está esta maquina e essa peste eu não emendo”:

que ainda advertiu à reclamante que ela não devia agir assim que a reclamante no mesmo tom ainda disse: botei porque quiz e aqui eu faço o que quizer; que ainda a reclamante continuou a replicar dizendo que na maquina fazia o que queria e que o depoente so queria que todo mundo “pizasse no caco” e que pisando fora do caco ele depoente achava ruim [...].

A segunda testemunha era Consuelo Gomes da Cruz, solteira, fiadeira, residente na Rua Bahia, nº 843, informou que não viu se Tudinha tinha ficado na máquina, também não

saber dizer se foi o contramestre quem tirou Tudinha da máquina e, por fim, que não saberia dizer quanto tempo a reclamante demorou na enfermaria. Todavia, acrescenta que pela manhã, cerca de sete horas e já começando o expediente, Neuza dos Santos foi para a enfermaria, não chegando a trabalhar na máquina, mas que foi a sua companheira Adélia Santos quem colocou para funcionar, pensando que alguém estivesse tomando conta porque existiam muitas meninas por perto. Enfim, a testemunha disse que nunca ouviu a reclamante tratando mal os seus superiores – apesar de já ter ido, poucas vezes, ao gabinete do mestre para ser advertida -, mas apenas escutou ela dizendo ao contramestre que ele se arrependia se a acusasse.

Dulcineia Gomes da Cruz, terceira testemunha, menor de idade, fiandeira, residente na Rua Bahia nº 843, afirmou, logo de início, que não assistiu nada da confusão e somente ouviu a própria reclamante dizer que dentro da fábrica fazia o que queria. Complementa dizendo que Neuza dos Santos pediu para Tudinha ficar na máquina, só que esta não ouviu. A testemunha disse ainda que viu quando a operária foi até a enfermaria demorando talvez por volta mais de cinco minutos. No final do depoimento, Dulcineia Gomes informa que:

Tudinha disse à depoente que a reclamante pediu a ela Tudinha, para ficar na máquina isto Tudinha lhe disse depois do caso; que a reclamante é boa operaria para a depoente; que não sabe informar se a reclamante foi chamada a atenção no serviço; que trabalha há pouco tempo na fábrica; que a reclamante é superiora da depoente e costuma tratar bem a ela depoente; que para a depoente, o contra-mestre é boa pessoa.

Para esclarecer ainda mais a confusão ocorrida na fábrica Confiança, a justiça pediu a presença e inquiriu Gertrudes da Silva (a famosa Tudinha) que era menor de idade, aprendiz de fiandeira, residente na Rua Vitória, nº 339, comunicou que conhecia todos os serviços de fiação da fábrica e era funcionária fazia três anos. Ela trabalhava na mesma seção da reclamante tendo como direção o mestre Cícero, costumava substituir as fiandeiras quando estas tinham necessidades de sair e que, inclusive, já havia substituído Neuza dos Santos em determinados momentos. Por fim, acrescenta que não a avisaram sobre a máquina ou então não ouviu, e:

que, quando a reclamante saiu, sua máquina estava parada, pois estavam tirando a levada; que se a reclamante tivesse avisado a depoente que iria sair, a depoente teria tomado conta da máquina; que não sabe informar se a reclamante trata bem aos seus superiores, mas que trata bem às suas companheiras; que não ouviu dizer que a reclamante tivesse ameaçado ao contra-mestre.

Após o depoimento de Tudinha, a operária Neuza dos Santos ganhou mais uma chance de falar, repetindo as mesmas coisas do seu depoimento inicial. Ela continuou afirmando que tinha sido injusta a sua suspensão e queria que a Junta julgasse procedente a sua reclamação. A fiandeira ainda reforçou que se retirou da máquina após pedir para que alguém lhe substituísse e foi até a enfermaria, quando voltou, percebeu que a máquina estava quebrava. Então, resolveu avisar ao contramestre e este logo se aborreceu e afirmou que a moça não tinha o direito de colocar qualquer pessoa em seu lugar. Ela respondeu que aquilo era um hábito, pois várias vezes tinha feito tal coisa. O contramestre ficou insistindo no erro da operária e comunicou que ia avisar ao mestre. A reclamante, já aborrecida, disse: “Conte o caso sem me condenar, pois se me condenar e não falar a verdade o senhor se arrepende”.

O preposto da fábrica esclarece que, como a fiandeira iria demorar pouco tempo na enfermaria, não havia necessidade de comunicar ao contramestre sobre a sua saída da secção de trabalho. Aponta mais uma vez o comportamento errôneo da operária quando dirigiu palavras de baixo calão dizendo “Esta peste está quebrada e eu não emendo”. No último dia de audiência, 13-12-1949, às 16 horas, o presidente do tribunal proferiu que “considerando que, pelas próprias declarações da reclamante, quando inquirida, ficou demonstrado a falta de urbanidade, a indisciplina, uma vez que, quando advertida pelo seu superior, manteve conduta irregular, discutindo inamistosamente com o contramestre e chegando até a ameaçá-lo” e resolve “julgar improcedente a reclamação [...]”.

Neuza dos Santos era casada⁵¹ com um ferroviário e, como acontecia com a família operária, teve que ficar trabalhando na fábrica para a manutenção do lar. Moço, trabalhador e robusto, José Bomfim teve muitas dificuldades, pois o salário de ferroviário era pouco e, após ter tuberculose, deixou o trabalho e o que recebia de indenização dava apenas para comprar os seus remédios. A saúde de José Bomfim ia piorando a cada dia, enquanto que a sua esposa trabalhava diariamente para manter o sustento financeiro do lar, pois ela era mãe de uma garotinha.

Após o trâmite na justiça trabalhista, a fiandeira voltou para a fábrica, mas no mês de janeiro de 1950, um período de intenso calor, teve uma vertigem no local de trabalho e pediu ao contramestre para ir para casa. Obtendo o consentimento, ela descansa o restante do período, mas, no dia seguinte, recebe a notícia de que tinha sido novamente suspensa por ter

⁵¹ O periódico *Gazeta Socialista* também publicou o fato de Neuza dos Santos ter ido para a Justiça do Trabalho. No processo trabalhista, ela aparece como solteira, enquanto que, no periódico, já se encontrava casada e com uma filha. Ao que tudo indica, de fato, ela era casada, pois o seu marido, segundo o jornal, estava tuberculoso e era cuidado pela esposa há algum tempo. Neuza pode ter dito que era solteira, pois poderia não ser casada legalmente.

abandonado o serviço; e as perseguições vão se seguindo a cada dia⁵². Por volta de fevereiro de 1950, a operária Neuza foi demitida e recebeu como indenização a quantia de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros)⁵³.

O conflito entre Neuza dos Santos e o contramestre Fortunato dos Santos traz à tona o sistema de poder que se corporificava dentro da fábrica Confiança. O preposto Luiz Ribeiro, em seu depoimento, esclarece muito bem o que vigorava no interior da fábrica e o que sujeitava os funcionários:

[...] que diz Julio de Azevedo Sodré, legislação do Trabalho, volume primeiro: “bem forte e respeitado deve ser mantido o poder disciplinar da empresa sobre os empregados, o qual decorre do estado de subordinação do segundo ao primeiro e é uma necessidade determinada pela exigência da ordem, da disciplina, do respeito e da moralidade no seio do estabelecimento [...]

No interior fabril existe, assimilação do patronato e atuação sobre a grande massa de operários, segundo o fragmento destacado, o “poder disciplinar” que deve manter a ordem, o respeito, a moralidade, a subordinação dos empregados no seio do estabelecimento. Ele é um processo, uma técnica utilizada pelos patrões para vigiar, controlar, e quiçá punição dos operários que trabalham diariamente nas fábricas. É um poder que parte “de cima para baixo” com o propósito de criar corpos dóceis, disciplinados, atenciosos ao serviço, domesticação literal, enfim, produzir pessoas que sigam as regras da empresa e que não provoquem confusões. Além disso, esse processo é corretivo fazendo com os indivíduos consertem os seus erros; todavia, se persistirem neles, sofrem punições disciplinares, tais como suspensão e demissão. O patrão percebeu que o uso de chicotes, ou de quaisquer meios que agrediam o corpo, prejudicava o desempenho do operariado na fabricação de mercadorias, e conseqüentemente tendia uma diminuição do lucro final. Enfim, é um tipo de poder – dentre tantos que estão por aí - que foi utilizado muito pelos donos de fábricas cujo propósito principal era adestrar os indivíduos para majorar a produção.

Michel Foucault dedicou-se a analisar a transformação, durante o período moderno, do suplício para a configuração e penetração na sociedade do poder disciplinador. Na época do corpo supliciado, em que havia todo aquele ritual cênico para a morte, pouco a pouco foi

⁵² Conforme o artigo, intitulado de *O Paraíso termina quando o trabalho começa*, na coluna *Fábricas e Comércio*, do jornal *Gazeta Socialista*, que fez uma entrevista, em 1950, com o operário José Onofre, pai de Neuza dos Santos, que contou como era a vida de sua família na fábrica de tecidos Confiança. Tem um equívoco no processo de digitalização do jornal, pois o texto foi dividido em duas partes: a primeira parte encontra-se na edição de 20-01-1950, e já a segunda está na edição de 28-01-1950. No jornal impresso, pode-se perceber que a matéria está completa na mesma edição, ou seja, nas páginas um e quatro de 20-01-1950.

⁵³ *Gazeta Socialista*, 25-02-1950, p. 04.

sendo repugnado pelo povo, fazendo com que as práticas punitivas fossem mais suaves, visando educar o infrator e trazê-lo para a cidadania, e não mais sentenciando o seu corpo através da agressão. O corpo, principalmente a partir do século XVIII, adquiriu um estatuto político para fins econômicos, onde seria uma força útil através do seu aspecto produtivo e submisso. Criou-se, então, uma tecnologia política do corpo cuja finalidade é produzir um saber sobre ele, bem como controlá-lo. Enfim, troca-se o suplício por outra forma de gestão sobre os indivíduos que seria a disciplinarização, visando o adestramento, manipulação, vigilância, controle exaustivo, punições, etc.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. [...] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)⁵⁴.

A anatomia política do poder disciplinar investe sobre as escolas, os hospitais, a organização militar e os lugares de produção, enfim, sobre todo local fechado que permite fazer uma gestão dos indivíduos no espaço, sua repartição e sua identificação⁵⁵. Essas instituições disciplinares detém esse poder que é uma anatomia política do detalhe, uma “microfísica do poder”. Na sociedade industrial, Michel Foucault destaca que as fábricas parecem como se fosse um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada, onde formula um quadriculamento individualizante para isolar os operários e localizá-los. Realiza-se na oficina uma vigilância geral e individual, constatando se o operário está presente, se desempenha com qualidade o seu serviço, compara-se ele com os outros, classifica-o conforme suas habilidades e rapidez; acompanha os sucessivos estágios de fabricação das mercadorias. Além disso, o sistema fabril também procura uma extração de forças em diversas faixas etárias apelando assim para as crianças e os velhos que possuem certas aptidões e que constituem mão de obra barata. O objetivo da disciplina é aumentar a força econômica do corpo e reduzir a força

⁵⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 133-134.

⁵⁵ REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. Revisão técnica de Maria do Rosário Gregolin São Carlos: Claraluz, 2005, p. 36.

política⁵⁶, nesse sentido, não há espaço para dispersões dos operários, comunicação entre si, formação de manifestações e greves, enfim, qualquer tipo de descontentamento político-radical, pois o intuito é a constante produtividade.

A fábrica parece como uma espécie de prisão, pois “na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal”⁵⁷. Logo, tem todo o aparato que se encontra no interior carcerário, como o exame e o registro agudo dos indivíduos, análise que é ao mesmo tempo coletiva e individualizante, regras que devem ser seguidas e punições para os delitos, tudo visando manter o poder sobre os corpos das pessoas. O modelo panóptico tem como efeito maior fazer uma indução permanente nos detentos para que acreditem que estão sendo vigiados e examinados constantemente, mesmo com a “inexistência” de um vigia⁵⁸. Por fim, o panoptismo pode ser aplicado em diversos lugares com propósitos de controlar os indivíduos, domesticá-los e aumentar a sua força econômica para a produção.

1.3- O PANOPTISMO NO INTERIOR DAS MANUFATURAS

O panóptico era um plano arquitetural, criado pelo filósofo Jeremy Bentham no final do século XVIII, para uma casa penitenciária: o edifício deveria ser em formato circular, com os apartamentos dos prisioneiros ocupando a circunferência e separados entre si, dessa forma, os indivíduos não poderão se comunicar; no centro do edifício tem-se o apartamento do inspetor; deve ter também uma área intermediária ou anular, isto é, todo o espaço vazio que ficava entre as celas dos prisioneiros e a torre do inspetor; cada cela terá, na parte voltada para o exterior do plano, uma janela que serve para iluminá-la e uma grade de ferro bastante fina para o inspetor ver todo o local; a comunicação entre o inspetor e um prisioneiro, para se evitar que o indivíduo da cela ao lado escute toda a conversa, será feita através de um pequeno tubo de metal que deve ir da cela até o alojamento central, e por meio disso, qualquer murmúrio pode ser ouvido; tem também um sino que será suspenso e servindo como alarme; sobre o aquecimento do edifício, os tubos e as fornalhas ficarão no interior para a circulação de ar e correspondente ventilação⁵⁹.

⁵⁶ CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica de Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 112.

⁵⁷ FOUCAULT, Michel, op. cit., p. 171.

⁵⁸ CASTRO, Edgardo, op. cit., p. 314-316.

⁵⁹ BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Organização de Tomaz Tadeu. Traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno e Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 20-23. Ver os artigos presentes no livro, especialmente o de Michelle Perrot, intitulado *O inspetor Bentham*, que faz uma biografia de Jeremy Bentham e fala sobre o contexto da produção dos seus textos.

Apesar do propósito da criação de prisões, o panoptismo é um poder que pode ser aplicado em diversas situações cujo fator fundamental seja exercer um controle e uma vigilância sobre os indivíduos e fazer com que não produzam confusões:

Não importa quão diferentes, ou até mesmo quão opostos, sejam os propósitos: seja o de *punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos* em qualquer ramo da indústria, ou *treinar a raça em ascensão* no caminho da *educação*, em uma palavra, seja ele aplicado aos propósitos das *prisões perpétuas* na câmara da morte, ou *prisões de confinamento* antes do julgamento, ou *casas penitenciárias*, ou *casas de correção*, ou *casas de trabalho*, ou *manufaturas*, ou *hospícios*, ou *hospitais*, ou *escolas*.⁶⁰

O panóptico torna-se uma metáfora aplicável em diversas situações, sujeitando ao seu intento, que parece abalador, mas que produz certa eficácia como é o caso das manufaturas. Sobre isso, Jeremy Bentham se ocupa e fala dos benefícios conseguidos nas manufaturas com corresponde controle dos trabalhadores:

Onde eles [os trabalhadores] são pagos por *peça*, o interesse que o trabalhador tem no valor de seu trabalho supera o uso da coerção e de toda medida calculada para forçá-lo. Nesse caso, não vejo outro uso a ser feito do princípio da inspeção a não ser no caso em que alguma instrução seja necessária, ou para impedir qualquer desperdício ou outro prejuízo, caso em que o trabalhador não gostaria de ter seu ganho diminuído ou de sofrer qualquer outra punição⁶¹.

O salário por produção fomenta um autocontrole no trabalhador, fazendo com que se torne vigilante de si mesmo, e que não gaste tempo com coisas supérfluas. No entanto, deve-se prestar atenção no desperdício ou em outros prejuízos que possam ser consequências da falta de atenção dos trabalhadores, apesar da instrução que recebem com propósito de aprender as etapas de cada produção. Além disso, Bentham afirma que as manufaturas teriam um alojamento central que seria usado como escritório de contabilidade e também como um depósito temporário⁶².

O aspecto mais importante do panóptico é a vigilância sendo que a “sua essência consiste, pois, na *centralidade* da situação do inspetor, combinada com os dispositivos mais bem conhecidos e eficazes para *ver sem ser visto*”⁶³. O inspetor na torre central será capaz de perceber qualquer atitude dos prisioneiros e, quando sentir algo estranho, tomará as providências cabíveis. Por outro lado, os detentos sabem que estão sendo vigiados

⁶⁰ Idem, p. 19-20. Os grifos estão presentes no original.

⁶¹ Idem, p. 68.

⁶² Idem, p. 69.

⁶³ Idem, p. 28. Grifos presentes no original.

continuadamente e logo não procurarão fazer qualquer coisa que incite dúvidas, caso isso seja mesmo possível.

Todo o plano visa também o trabalho dos prisioneiros como algo lucrativo. Eles trabalharão, caso contrário, não terão mais nada a fazer tanto pela manhã quanto pela noite. Nisso, será melhor ocupar o tempo com tarefas e assim ganhar algumas bonificações. Outro ponto é que as punições não serão mais severas, pois o corpo dos condenados é útil e fonte de força para o trabalho, ou seja, um fator econômico. Por conta disso tudo, o panóptico fez parte da realidade de muitas fábricas porque ele é muito além do que a arquitetura, mas sim um poder político, ou seja, como se fosse uma gestão sobre os indivíduos.

1.4 - O PROCESSO DE DISCIPLINARIZAÇÃO DOS OPERÁRIOS NA FÁBRICA CONFIANÇA

Como se percebe, o controle e a vigilância serão exercidos dentro da fábrica Confiança fazendo parte do cotidiano dos operários que nela trabalham. Analisará o desempenho coletivo dos trabalhadores, mas também se exerce uma compreensão sobre a individualidade para perceber o quanto cada pessoa é capaz de produzir. Sobre isso, fará um registro intenso de cada atividade dos indivíduos, bem como aquelas que não foram feitas, e assim saber, ao final, se é um corpo produtivo e “adestrado”. Algumas características são essenciais na disciplinarização dos operários e que podem ser notadas na fábrica Confiança.

a) *o operário é examinado e registrado continuamente*: Existe uma esquematização através de dados, tabelas, provas, enfim, em números que representam o cotidiano do operário no seu local de trabalho. Ocorre uma quantificação, uma catalogação intensa, ininterrupta, diária, que registra o desempenho do indivíduo e assim se consegue avaliar o seu desenvolvimento como força produtiva; entretanto, também mostra as suas falhas, suas faltas, e isso será uma justificativa cabal para a demissão do operário. Esse exame tem a função de acompanhar diariamente o progresso do operário e, se caso alguma coisa errada acontecer, “medicá-lo”.

A operária Maria Ester Santos⁶⁴ teve a sua vida fabril toda documentada que, em certo momento, serviu como prova para justificar a sua demissão por parte dos diretores da fábrica. Analisou-se todo o seu desempenho como operária da fábrica Confiança mostrando-lhe as

⁶⁴ Maria Ester Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-529/52, Aracaju (SE), Reclamante: Maria Ester Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação

suas faltas, com ou sem justificativas, seu período de afastamento por conta de uma gravidez, entre outros pontos.

Nome: Maria Ester Santos nº 5-18 Data de Admissão: 13 de novembro de 1947 Nascimento: 08/07/1928 Local: Capela Carteira nº 21773								
Secção	Falta	Licença	Dias	Moléstia	Suspensão	Apresentação	Dias Perdidos	
Tecelagem				19-11-947		27-11-947	7	
	27-12-947					29-12-947	1	8
	26-1-948					27-1-948	1	
	25-2-948					26-2-948	1	
	27-3-948					29-3-948	1	
	14-4-948					15-4-948	1	
	26-4-948					27-4-948	1	
	13-5-948					14-5-948	1	
	26-5-948					28-5-948	1	
	16-6-948					17-6-948	1	
	7-7-948					8-7-948	1	
	26-7-948					27-7-948	1	
	15-9-948					16-9-948	1	
	20-9-948					21-9-948	1	
	23-10-948					25-10-948	1	
	3-11-948	5-11-948 médica				8-11-948	4	
	24-11-948					25-11-948	1	
	20-1-949	19-1-949				24-1-949	3	21
	14-2-949					15-2-949	1	
	17-3-949					18-3-949	1	
	13-4-949					14-4-949	1	
		12-5-949				13-5-949	1	
		4-6-949 médica				6-6-949	1	
	8-7-949					9-7-949	1	
	14-7-949	15-7-949 médica				19-7-949	4	
		22-7-949				9-8-949	15	
	8-9-949					9-9-949	1	
	27-9-949					28-9-949	1	
	8-11-949					9-11-949	1	
	7-12-949					9-12-949	1	29
	20-1-950					21-1-950	1	
				31-1-950		11-2-950	10	
	21-2-950					22-2-950	1	

Nome: Maria Ester Santos nº 5-18 Data de Admissão: 13 de novembro de 1947 Nascimento: 08/07/1928 Local: Capela Carteira nº 21773								
Secção	Falta	Licença	Dias	Moléstia	Suspensão	Apresentação	Dias Perdidos	
Tecelagem		7-3-950 (F)				24-3-950	15	
	24-3-950					25-3-950	1	
	3-4-950					5-4-950	2	
		23-5-950				24-5-950	1	
	21-6-950					26-6-950	4	
	28-6-950					4-7-950	4	
	12-7-950					17-7-950	4	
	1-8-950				5-8-950	5-8-950	4	Nº587
					5-8-950	9-8-950	3	
	9-8-950					12-8-950	2	
	5-9-950					8-9-950	2	
	29-9-950					30-9-950	1	
		4-10-950 (F)						126
	Auxílio à Gestante Cr\$901,80.							
Instituto 12-2-951	5-1-951					19-6-951	202	
	4-9-951					5-9-951	1	
	9-10-951					10-10-951	1	
	12-11-951					14-11-951	2	
	16-11-951					17-11-951	1	
	11-12-951					12-12-951	1	
	18-12-951					19-12-951	1	207
	8-1-952					9-1-952	1	
	29-1-952					30-1-952	1	
	5-2-952					6-2-952	1	
	19-2-952					21-2-952	2	
	20-2-952				21-2-952	21-2-952		Nº689
						22-2-952	1	
	11-3-52	Não colocou a impressão digital				12-3-952	1	
	1-4-52					2-4-52	1	
		15-4-52 médica						
	18-4-52					19-4-52	3	
	6-5-52					7-5-52	1	
	12-5-52					13-5-52	1	
	10-6-52					13-6-52	2	
Para ser dispensada na primeira oportunidade.								
	15-7-52					16-7-52	1	

Nome: Maria Ester Santos nº 5-18 Data de Admissão: 13 de novembro de 1947 Nascimento: 08/07/1928 Local: Capela Carteira nº 21773								
Secção	Falta	Licença	Dias	Moléstia	Suspensão	Apresentação	Dias Perdidos	
Tecelagem		30-8-52 (F)				17-9-52	15	
	17-9-52					18-9-52	1	
	22-9-52					23-9-52	1	
	25-9-52			Advertência		29-9-52	3	
					Advertência	29-9-52		Nº23
	7-10-52					8-10-52	1	
	14-10-52							
Dispensado. Motivo: Faltas consecutivas. 17-10-52.								

Os quadros registraram o cotidiano dos problemas enfrentados pela operária dentro da fábrica Confiança. Ela foi admitida em 13 de novembro de 1947 e, logo em seguida (19-11-1947), ficou doente; sendo assim, foi examinada em 30-12-1947 e aprovada como apta para o serviço em 15-01-1948. Maria Ester dos Santos nasceu em 08-07-1928, em Capela (SE), era tecelã e faltava muito ao serviço, aumentando ano após ano. Apenas nos dois últimos meses de 1947, ela faltou oito dias úteis, sendo sete por motivo de doença e o restante sem qualquer motivo justificado⁶⁵. No ano seguinte, as faltas foram aumentando cada vez mais, pois a operária não compareceu ao serviço cerca de dezoito dias úteis, sendo quatro dias por motivo justificado e catorze sem qualquer justificativa⁶⁶. Em 1949, ocorreram trinta e dois dias de faltas, sendo treze sem a menor justificativa e, para as outras, houve licença médica para justificar. Em 1950, os diretores advertiram à operária, mas, mesmo assim, aconteceram cinquenta e cinco dias úteis que não houve comparecimento, sendo somente dezesseis por doença e trinta e seis sem motivo pleno, e o restante foi porque, no dia 05 de agosto de 1950, Maria Ester teve que assinar a sua suspensão de três dias. Já em 1951, a operária ficou afastada devido à gravidez – e que era um direito garantido por lei - durante o período de duzentos e dois dias, porém quando voltou ao serviço ainda faltou cerca de sete dias úteis. Em 1952 houve trinta e cinco faltas sendo que ela teve que assinar, em 21-02-1952, sua suspensão de um dia. A situação da tecelã ia se complicando dia após dia, tanto que assinou, em 29-09-1952, uma advertência por conta das inúmeras faltas. Era um ultimato que a tornava ainda

⁶⁵ A quantidade de faltas - por conta de moléstias ou por outros motivos, sendo justificados ou não - referem-se aos números dos quadros e também da interpretação de todo o processo da operária Maria Ester dos Santos. Os quadros foram apresentados como provas documentais para comprovar que a operária era faltosa, mas, além disso, o advogado da fábrica apresentou um relatório que detalhava as faltas e os seus motivos. Então, só são contabilizados os dias úteis perdidos.

⁶⁶ Os operários, muitas vezes, justificavam as faltas, porém a direção não aceitava dando pouco crédito.

mais ciente de sua conduta e ainda informava para que não faltasse mais ao trabalho, caso contrário no breve futuro teria a demissão como punição. Entretanto, no dia 07-10-1952, Maria Ester dos Santos faltou ao serviço, voltando apenas no dia seguinte e, ainda nesse mês, não compareceu entre os dias 14 a 17. Por fim, todos esses fatos contribuíram para a sua demissão por justa causa.

Maria Ester dos Santos fazia parte de um controle disciplinar intenso, pois era examinada diariamente, advertida por suas faltas, recebeu suspensões e advertências, e por último teve a rescisão de seu contrato como punição. Quando entrou para a fábrica teve a vida catalogada em tabelas e tudo o que fazia era anotado para depois, se caso houvesse algum problema na justiça trabalhista, e que de fato isso aconteceu, os diretores poderiam apresentar e comprovar as suas faltas. Os problemas de saúde, faltas sem justificativas, exames clínicos, auxílio maternidade, licença para ir fazer o pré-natal, e até o fato da tecelã não ter colocado a impressão digital, tudo era anotado de forma precisa. Quem fazia isso, pelo menos no início, era a mestra Genolina Silva⁶⁷ que fazia um acompanhamento e uma vigilância diária da tecelã, mesmo tendo outros operários para tomar conta.

A catalogação e quantificação servem para evitar, e prevenir, a formação de um negligente. Então, pode-se dizer que a coisa última que o patrão quer é a formação de um desidioso em sua fábrica, tanto que investe para isso, pois, como no caso de Maria Ester, teve o apoio de licença médica, de auxílio maternidade, e até uma parcimônia porque, lembre-se, a demissão da operária aconteceu após várias advertências que a fábrica expeliu. O propósito disso é consertar o negligente e utilizar o seu exemplo para coagir os demais indivíduos.

A conduta de Maria Ester era conhecida por muitos operários no interior fabril, como Iraci Santos, solteira, tecelã, domiciliada na Avenida São Miguel, nº 9, Bairro Santo Antônio, disse “que a reclamante faltava um pouquinho ao serviço, isto é, por mes faltava um dois e tres dias; que a declarante não sabe informar se a reclamante justificava tais faltas; que não sabe informar qual o maior salario ganho pela reclamante”. Essa primeira testemunha informou que a sua companheira de trabalho tinha um grau considerável de faltas: o depoimento vai progredindo, começou dizendo que era uma falta por mês, depois cresceu para duas faltas, e, terminou, informando que eram três. Maria José Santos, segunda testemunha, solteira, tecelã, residente na Rua Espírito Santo, nº 449, Bairro Siqueira Campos, disse “que a reclamante faltava ao serviço; que a declarante não sabe informar se a reclamante justificava tais faltas; que a declarante percebe o menor salário de cento e quarenta cruzeiros”.

⁶⁷Pelo menos é o que tudo indica, pois no primeiro quadro tem o nome, escrito de caneta vermelha, de Genolina Silva que devia ser a mestra de Maria Ester dos Santos.

Muitos patrões brasileiros não tinham tanta paciência com os seus funcionários, punindo principalmente os que eram faltosos, e nem chegavam a pagar as indenizações. Entretanto, o caso de Maria Ester é interessante por conta da paciência e demora na sua demissão, esperando que tivesse considerável quantidade de faltas para tomar uma atitude mais séria. É difícil saber ao certo se a operária tinha regalias, se era protegida por algum superior hierárquico, ou se a gerência podia ter certo receio e preocupação para com as suas enfermidades, e até levantar aqui a hipótese de que a produção fabril estava em alta e então a operária não tinha muita relevância, logo a melhor coisa seria deixá-la como estava e não ter que enfrentar um processo na justiça trabalhista – apesar de que a vitória seria certa para a fábrica.

Pode-se ainda argumentar que a fábrica Confiança tinha a peculiaridade de ser paciente com os seus funcionários, não sendo tão punitiva como eram outras indústrias brasileiras. Essa característica aparece no processo movido pelo operário Leônidas dos Santos⁶⁸ que morava na Rua Argentina, nº 328, Bairro América, e desempenhava a função de ajudante de engomador. A direção indicou que o operário deixasse o posto de simples ajudante e assumisse a função de engomador, porém ele recusou e argumentou que não tinha devida competência para assumir tal cargo. Outro ponto desfavorável era que Leônidas dos Santos deixava o serviço para fazer exposições de luta de boxe, muito embora fosse constantemente advertido pelos supervisores. Muitas vezes ele não utilizava a faca para cortar os fios enrolados e “que depois de tantas advertências novamente o reclamante insistiu em desobedecer a ordem fazendo o serviço erradamente”. Entende-se que os supervisores tiveram tolerância com o ajudante de engomador, mesmo que não fosse um trabalhador tão produtivo, e até ofereceram um cargo que ganhava mais gratificações, sem falar das inúmeras vezes que ele foi ao trabalho sem a faca.

Caso divergente aconteceu com a urdideira Abigail Cruz⁶⁹ que era casada, residente na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 801, Bairro Monte, e reclamou que não recebeu o auxílio maternidade. O advogado da fábrica argumentou que a operária não apresentou o atestado médico e nisso não seria obrigado a adivinhar que ela estava gestante. Na audiência, Abigail Cruz apresentou o comprovante médico e disse “que não comunicou à firma reclamada o seu estado de gravidez”, pois “podia ser observado por todos, tanto mais quanto a declarante

⁶⁸ Leônidas dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-74/56, Rec. 99, Aracaju (SE), Reclamante: Leônidas dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação

⁶⁹ Abigail Cruz, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-97/56, Rec. JCJ-SJ-123/56, Aracaju (SE), Reclamante: Abigail Cruz, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação

comparecia frequentemente ao escritório da fábrica”. E “que nenhuma falta praticou e por isso mesmo nenhuma pena disciplinar sofreu durante o tempo em que trabalhou para a reclamada”. Contradizendo, o advogado da reclamada afirmou que a urdideira faltou várias vezes ao serviço. No findo do processo, o tribunal reconheceu que essa alegação não ficou devidamente provada, “isto posto, e considerando que a reclamante foi despedida sem justa causa”, resolveu julgar procedente a reclamação.

Os superiores hierárquicos foram tolerantes com Maria Ester e com Leônidas dos Santos, porém não aconteceu a mesma coisa com a urdideira Abigail Cruz, sendo-lhe negado o direito ao auxílio gestação. Com isso, percebe-se que as punições dos trabalhadores da fábrica Confiança eram arbitrárias e não seguiam uma determinada lógica. Pode-se afirmar que os diretores eram algumas vezes pacientes com os seus funcionários, acatando os deslizes e aplicando poucas punições. Todavia, essa relutância em demitir os operários se devia por conta da justiça trabalhista que não aceitaria qualquer justificativa, isto é, seria necessário, para a fábrica obter vitória, que o empregado cometesse várias faltas e que se produzissem provas documentais e testemunhais que o “incriminassem”. A vida trabalhista de todo o corpo de funcionários era registrada e armazenada para assim criar material farto que defendesse a fábrica durante os processos trabalhistas. Outra justificativa estava no fato de que, como no caso de Maria Ester, era importante ter infratores das normas e regras do estabelecimento para que, quando a punição destes acontecesse, os demais funcionários se sentissem coagidos e temerosos.

b) *Hierarquização dentro da fábrica Confiança*: Luiz Ribeiro Brito, em seu primeiro depoimento, disse: “que a reclamada suspendendo a reclamante, nada mas fez do que usar de um direito que lhe assiste, qual seja o seu poder disciplinar hierárquico sobre todos os seus empregados”. A família de Onofre estava sendo vigiada diariamente, principalmente pelos contramestres e pelo gerente da fábrica que faziam questão de mostrar e exercer a supremacia que detinham. O patrão concentrava o poder, mas o tornava pulverizado, precisando de pessoas que mantivessem a ordem e a disciplina em seu estabelecimento. E, para tanto, contava com alguns auxiliares que detivessem certo tipo de poder, mesmo que com limites, como os gerentes, os mestres e os contramestres, isto é, os superiores hierárquicos, que sentiam que a grande massa de operários devia obedecê-los. Eles tinham o poder disciplinador devido à natureza do cargo, isto é, desempenhavam funções cuja finalidade era controlar, deter, e principalmente vigiar todos os trabalhadores da sua secção; e, além disso, contava ainda o privilégio de receber um salário que era maior do que o dos outros. Entretanto, o fator salário apresenta uma linha bastante tênue, na medida em que os operários menos

especializados podiam, através da produção, aumentar o rendimento: o contramestre Ildefonso convidou alguns companheiros até o seu escritório para que falassem quem eram as operárias que estavam ganhando mais dinheiro do que ele, pois elas recebiam por produção e, sendo assim, às vezes conseguiam ter um bom salário que inclusive ultrapassava o de alguns contramestres⁷⁰.

O mais importante a destacar é a vigilância dos superiores hierárquicos que acontecia cotidianamente, exaustivamente a todo o momento⁷¹. A finalidade é fazer um acompanhamento da produção diária do trabalhador, pois o poder disciplinar exerce um controle não tanto sobre o resultado de uma ação, mas sim sobre os processos da atividade⁷². Quando um produto está finalizado, pouco sofrerá interferência visto que será muito complicado consertá-lo, então, é preciso que se acompanhe o operário enquanto estiver produzindo, pois assim será possível remediar todos os seus erros, ensinando-lhe como manejar corretamente e evitar prejuízos para a empresa. Vigia-se, assim, cada parte da operação completa e não tanto o seu resultado final.

É exercida sobre esses vigilantes também uma vigilância incessante; é preciso vigiar os vigilantes. O patrão tem uma rede ininterrupta de vigilantes que é formada por todos os funcionários da empresa: os gerentes vigiam os mestres, que, por sua vez, vigiam os contramestres, que, estão atentos ao trabalho dos outros operários, e, esses últimos, também vigiam os seus colegas, ou mesmo os mestres e os contramestres. Cada indivíduo transforma-

⁷⁰ *Fôlha Popular*, 29-09-1956, p. 02.

⁷¹ Esse intenso processo de vigilância faz lembrar o clássico filme de Charles Chaplin. O personagem principal, “o vagabundo”, era constantemente vigiado pelo patrão, através de telas espalhadas pela fábrica, inclusive até no banheiro. O patrão também resolveu comprar uma máquina, que alimentava os operários e reduzia o tempo do almoço, para que não se gastasse muito tempo em coisas que não fossem relacionadas à produção. Aliás, havia uma produção em pleno vapor tanto que, em uma cena, o personagem ficou descontrolado, mostrando assim que o trabalho era exaustivo e tomava o tempo diário dos operários. E que esse controle, por parte do patrão, também se expandia para o momento íntimo da pessoa, isto é, o lar. Veja mais no filme Charles Chaplin *Tempos Modernos*, Título Original: *Modern Times*, Gênero: comédia, drama, romance, Preto e Branco, 87min, 1936. O processo de vigilância também pode ser relacionado com o livro *1984*, de George Orwell, que retrata um regime totalitário e repressivo, onde os habitantes da Oceânia deveriam adorar o Partido, ou seja, a figura do “Grande Irmão” (o Big Brother). O personagem principal é Winston Smith, responsável pela falsificação de documentos públicos e consequente mudança do passado, pois o governo tem o propósito de controlar os indivíduos através das Teletelas espalhas por todos os locais e que também acreditem que ele é correto em que tudo que faz. O aparato governamental estava dividido em Ministério da Verdade – onde Winston trabalhava – que era responsável por notícias, entretenimento, educação e belas artes; havia também o Ministério da Paz, responsável pela guerra; o Ministério do Amor, para manter a lei e a ordem; e o Ministério da Pujança para as questões econômicas. Constantemente, os indivíduos tinham que parar as suas tarefas quando começava “os dois minutos de ódio” para se dedicarem a atacar o inimigo mortal do Partido, ou seja, Emmanuel Goldstein que havia sido contrarrevolucionário, foi condenado à morte, para depois ser esquecido. Winston conheceu Julia e tinha uma grande atração sexual, se encontrando em aventuras amorosas – claro que fora da visão das Teletelas porque o ato sexual era abominável, a não ser para a procriação. O personagem começa a criticar o sistema, mas, ao final de tudo, é preso e levado para o famoso – por ser terrível! – quarto 101. Lá, ele é torturado até acreditar que o Partido era bom. Para mais conhecimento, ver ORWELL, George. *1984*. Tradução de Alexandre Hubner e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁷² REVEL, Judith, op. cit., p. 35.

se em um inspetor para analisar a coletividade; “cada camarada torna-se um vigia”. Ao final de tudo, cada pessoa será vigilante de si mesmo e analisará o seu próprio desempenho:

[...] Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá a vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório⁷³.

Uma brilhante tecnologia que possui poucos investimentos e gastos, além de ter uma grande eficácia. O panoptismo ficou presente no interior das fábricas e a sua ideia de vigilância foi utilizada constantemente para a sujeição dos trabalhadores às regras do patronato, para adestramento dos corpos, produção da docilidade e aumento da força útil de fabricação. Na firma Confiança, o poder disciplinar atuou através de vários inspetores como o mestre Daniel que, enquanto não estava denunciando as falhas dos operários para a direção, aproveitava-se:

[...] da situação de miséria de dois velhos pedreiros desempregados, contratando os para um trabalho em que o metro do rebôco é pago a Cr\$ 6,00. E para completar admite muitos operários sem serem registrados há mais de dois anos, prejudicando os, pois não descontam para o Instituto nem gozam de outros direitos legais⁷⁴.

Contramestre Ildefonso, mestre Daniel, gerente Luiz Ribeiro eram as pessoas, dentre tantas outras, que vigiavam o operariado da fábrica têxtil Confiança. E apesar de terem escritórios na empresa, resolviam fiscalizar e controlar os trabalhadores pessoalmente. Enfim, várias pessoas estavam distribuídas pela estrutura fabril com o propósito de vigiar e punir os operários, principalmente os tecelões que ficavam nas máquinas. Gerentes, mestres, contramestres e os seus ajudantes eram os mais relevantes, pois se tornavam “os olhos” do patronato.

c) *Controle do tempo*: Era imprescindível ordenar o horário de entrada e de saída dos operários dentro da fábrica. No processo de Neuza dos Santos muito se falou sobre o tempo que ela gastou para ir até a enfermaria: em questão de minutos – entre cinco e oito - a máquina quebrou e perdeu toda a produção daquele dia, então, isso gerou problemas para a empresa. O relógio serve para induzir as pessoas: não é tão importante o relógio concreto fixado na fábrica, mas a sua indução, seu controle, seu caráter de fazer com os operários

⁷³ FOUCAULT, Michel. O olho do poder. In: *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 330.

⁷⁴ *Fôlha Popular*, 01-09-1956, p. 02.

sintam a sua presença. Ele deve ser onipresente, ou seja, deve estar em todos os lugares. Logo, o relógio imaginário é mais eficaz, pois o indivíduo se policia para produzir constantemente - principalmente quando ganha por produção. Neuza dos Santos não se atentou para o relógio concreto, mas foi até a enfermaria sabendo que tinha um tempo limitado e se policiou para não demorar muito, pois sabia que a produção dependia do seu manejo da máquina. Os indivíduos trabalham tentando produzir muito, em pouco tempo, criando dentro de si uma espécie de autocontrole do seu tempo de serviço. Muitos trabalhavam através de pressão tendo um relógio imaginário que lembrava as tarefas.

E. P. Thompson⁷⁵ analisa a mudança do senso do tempo e as reestruturações rigorosas que ocorreram. Antes do intenso processo de industrialização, a população inglesa era orientada pelas tarefas domésticas e dos vilarejos: o camponês cuidava das coisas que eram realmente necessárias, havia pouca separação entre o trabalho e a vida, e as tarefas pareciam que careciam de urgência, a pessoa poderia programar o seu trabalho para outro dia, e pouco se admitia cronogramas precisos e representativos. No capitalismo industrial disciplinado, o empregador deve utilizar o tempo para se evitar o desperdício porque ele é dinheiro, moeda, e ninguém passa o tempo, mas sim o gasta. Para tanto, deveria ter a folha de controle, o próprio controlador do tempo, os delatores e as multas como formas de disciplina dos indivíduos nos postos de trabalho. Enfim, na sociedade capitalista madura o tempo devia ser todo consumido, utilizado e negociado.

A cidade de Aracaju tinha um relógio que estava localizado na Praça Fausto Cardoso. Apesar de ficar um pouco afastado do Bairro Industrial, onde estavam as duas maiores fábricas de tecidos, ele servia para regular o tempo dos indivíduos, especialmente do operariado. A poesia de Renato Nunes, intitulada de *Soneto ao Relógio da Praça Fausto Cardoso*, mostra:

Há quanto tempo que tu fazes greve,
Há quanto tempo que vives dormindo!
Quem tem juízo, portanto, não deve
Seguir-te as horas neste sono infundo.

Oh Bigue Bem dos nossos proletários!
Quem, da razão ciente em ti confia
Se nos impões tantos fusos horários.
Traíndo, assim, a própria Geografia?!

Os teus ponteiros são oito inimigos

⁷⁵ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

Da agitação, da pressa, da violência,
Que só movidos podem ser as varas...

Oh bom Relógio dos tempos antigos!
És nossas dôres – pela paciência,
És nosso amigo – pelas *quatro* caras...⁷⁶

O relógio, para o poeta, torna-se uma coisa importante, pois a palavra é escrita em letra maiúscula. Ele tem vivacidade, na medida em que faz parte do próprio cotidiano dos indivíduos, funcionando como se fosse um guia que indicava os caminhos que deveriam seguir no dia a dia. Estava presente na dor, na paciência, no íntimo, como se fosse um amigo. Entretanto, o relógio “fazia greve”, isto é, não estava mais funcionando⁷⁷.

Em 1956, a fábrica Confiança tinha dois principais turnos: das 5h até às 13h30min e 13h30min às 22 horas⁷⁸. O horário deveria ser seguido como se fosse uma lei, pois os operários não podiam chegar atrasados e tampouco liberados mais cedo. Quando chegava a época das festas, vários problemas existiam entre os trabalhadores e os seus patrões:

Na véspera de São Pedro, os operários e operárias da Confiança, trabalhavam até às 22 horas. No entanto, pela tarde, elas combinaram solicitar ao patrão largar o trabalho mais cedo, visto ser dia de festa. Unidas foram ao mestre e, fazendo uma coleta de assinaturas, enviaram ao sr. Joaquim Ribeiro. Este cedeu e os operários saíram às 17,30 horas. Essa vitória foi conquistada porque os operários e operárias estiveram unidos. Isso prova, mais uma vez, que a união é o meio dos trabalhadores conquistarem os seus direitos e reivindicações...⁷⁹

Os operários precisavam de descanso e aproveitavam os dias festivos para fazer isso. Alguns, de fato, iam para as festas, aproveitavam as comidas típicas do São Pedro, e também faziam a adoração desse santo. A noite seria de comemoração e de distração para recuperar e fortalecer a força física. Conquanto, os dias seguintes seriam de trabalho, principalmente, para recuperar as horas perdidas na folga dos festejos juninos.

d) *Proibições e punições*: Forma-se uma rede de proibições que todos devem ficar atentos e seguir rigorosamente, para que a ordem e a disciplina sejam mantidas em todos os postos de trabalho. É proibido brigar dentro da fábrica Confiança, porém várias brigas aconteceram, tanto com ofensas verbais, quanto com sérias agressões físicas. A fiandeira Maria Vanda

⁷⁶O *Nordeste*, 31-03-1954, p. 04. O grifo está presente no original. É uma alusão ao estilo do relógio que possuía quatro lados, como se fossem quatro “caras”. Qualquer localização que a pessoa estivesse – norte, sul, leste, oeste - conseguiria saber o horário.

⁷⁷*Sergipe Jornal*, 20-08-1954, p.01.

⁷⁸*Fôlha Popular*, 20-10-1956, p. 04. Esse era o horário, principalmente, da turma que trabalhava na secção de preparação.

⁷⁹*Fôlha Popular*, 02-07-1955, p. 01.

Vieira de Andrade⁸⁰, solteira, residente na Rua Minas Gerais, nº 27, Bairro Dezoito do Forte, começou a trabalhar em 08 de janeiro de 1947 e foi despedida em 26 de dezembro de 1955 por ter se envolvido em uma agressão física.

O advogado João de Araújo Monteiro afirmou que em um dia qualquer, Maria Vanda, ou simplesmente Vanda, em pleno serviço, dirigiu-se até Luci Fernandes Sousa, conhecida por Dai, e começou a dizer palavras injuriosas e, com a discussão ficando cada vez mais séria, deu um tapa na outra. Luci Fernandes sentiu-se ofendida e tomou um cilindro de fiação jogando-o na cabeça de Maria Vanda que teve ferimentos na testa. As duas começaram a brigar ainda mais, porém terceiros tentaram acabar com a confusão. O fato chegou até a direção que resolveu dispensá-las sem indenização e aviso prévio.

Segundo Maria Vanda, a confusão ocorreu pouco antes do início do trabalho e que Dai chegou perto dela e lhe perguntou se havia contado ao contramestre que ela estava penteando o cabelo na secção onde trabalhava. Depois de negar, Maria Vanda pediu para que a sua companheira se afastasse um pouco, visto que estava falando próximo demais, mas não foi atendida e, sendo assim, procurou afastá-la com as próprias mãos. Dai ficou com raiva e agarrou os cabelos da outra, e vice-versa. Não achando o bastante, Luci ainda pegou um rolo de fiação e jogou na testa da sua rival. O contramestre Cícero veio e acabou com a confusão⁸¹. Ele esclareceu que não havia recebido nenhuma denúncia, porquanto viu pessoalmente que Luci Fernandes estava penteando os cabelos em horário de serviço.

A operária Maria Zenaide Lima, ou simplesmente Zenaide, testemunha representando Vanda, declarou que não presenciou a briga, mas que tudo ocorreu minutos antes das sete horas. Afirma também que Luci Fernandes, no dia anterior, havia penteado o cabelo em hora de serviço e que foi advertida pelo contramestre. Ela foi ao encontro de Luci Fernandes que afirmou que foi Vanda quem disse que ela tinha denunciado tudo para o contramestre. Logo, Zenaide foi prestar esclarecimentos com Maria Vanda que apenas falou: “Eu não!”. Depois disso, supõe que a operária foi até Dai e a confusão começou, e foram levadas até o fiscal da empresa.

Chegou à vez de Cícero Monteiro prestar seu depoimento, tendo residência na Avenida João Rodrigues, nº 567 e confirmando que a confusão se iniciara antes das sete horas, mas que a operária Luci já havia começado o trabalho naquele dia. Quando chegou ao

⁸⁰ Maria Vanda Vieira de Andrade, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-3/56, Rec. JCJ-SJ 3/56, Aracaju (SE), Reclamante: Maria Vanda Vieira de Andrade, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

⁸¹ Maria Vanda diz no seu depoimento que Cícero era ajudante de contramestre. Entretanto, as outras testemunhas informará que ele era contramestre e quando Maria Vanda recebeu oito dias de suspensão aparece, na promissória, que havia desobedecido, de fato, o contramestre.

local, percebeu que duas operárias estavam brigando – cada uma puxando o cabelo da outra -, acabando em seguida. Cícero Monteiro não soube informar quem, de fato, havia começado a briga, mas viu “um galo na testa” da operária Vanda. Apesar de interrogar várias operárias, ele percebeu que não seria possível apurar quem estava com a razão. Então olhou para Vanda e notou que ela era mais forte fisicamente do que Luci, mas não sabia informar qual das duas teria coragem de atacar primeiro. O gerente da empresa veio e começou a interrogar os funcionários.

Gersia Alves, testemunha representando a fábrica, casada, moradora na Rua Armindo Guaraná, nº 299, afirmou que a briga aconteceu minutos antes de começar o serviço, mas que, no entanto, a operária Luci já havia começado o trabalho. Apesar de trabalhar na mesma secção das operárias que brigaram, Gersia Alves não sabe informar quem de fato iniciara a confusão e, quando viu cada uma puxando o cabelo da outra, chamou o contramestre e notou que Vanda estava com um “galo na testa”. Ainda cita que Maria Vanda é mais forte do que Luci e que as duas trabalhavam na mesma sala, uma de costas para outra, sendo as máquinas em posição paralela. Por fim, a testemunha disse que a empresa não apurou quem estava com a razão e, mesmo assim, dispensou as mulheres que brigaram.

A próxima testemunha da fábrica era Eulina Souza, casada, residente à Rua Coronel Padilha, nº 27, Bairro Dezoito do Forte, esclareceu que a luta aconteceu antes das sete horas, minutos antes de iniciar o serviço, e que viu as duas já brigando, mas não sabe dizer quem provocou. Com um depoimento meio neutro, a testemunha fala que não teve conhecimento se a empresa procurou averiguar a confusão e que não viu os ferimentos nas operárias.

Em audiência trabalhista no dia 24 de março de 1956, o advogado Manuel Achilles Lima, representante da operária, afirmou que era procedente a reclamação feita pela sua cliente, excetuando o pedido de indenização de férias de 1955, pois esse ano não havia sido completado e, sendo assim, a operária não teria direito a tal benefício. Diz ainda que a operária apenas se defendeu como podia e de forma moderada perante a agressão de Lucy Fernandes – que seria a grande responsável por toda a confusão e pela demissão da sua cliente.

O advogado da fábrica continuou defendendo que a operária brigou em horário de serviço e, portanto, isso dava plena razão para sua demissão. Ele mostra que a atitude de demitir é coisa séria e que está em consonância legalmente:

[...] A Jurisprudência firmada estabelece que a agressão mútua, em hora e local [local] de serviço, e isto está plenamente provado, além de alterar o ritmo de

trabalho importa na quebra da disciplina do estabelecimento, justificando plenamente a dispensa do empregado.

As brigas no interior da fábrica alteravam o ritmo de produção dos operários, gerando por certo momento um período de distração e até de diversão, pois os indivíduos param o serviço e juntam-se para ver a confusão. Uma briga envolve várias pessoas: além do núcleo central da confusão, Maria Vanda e Lucy Fernandes, também teve as participações de Zenaide, Cícero, Gersia Alves, Eulina Souza, e até parte da gerência. Com a movimentação geral, muitos largam as tarefas e vão participar da discussão seja separando as duas operárias que estavam brigando ou na apuração dos fatos. Além do desperdício de tempo, tem-se outro problema: o gasto de energia útil, tanto para quem está brigando, quanto quem observa. Por fim, quando a confusão termina, iniciam-se outras etapas como saber o destino das operárias, a pessoa que começou todo o problema, etc.

Na briga “está caracterizado o ato de indisciplina que por si só é o bastante para justificar a rescisão de contrato sem qualquer indenização”, segundo informa o advogado da reclamada. A indisciplina é concebida como alteração do ritmo do serviço, ou seja, quando o operário questiona a disciplina e critica a ordem proposta pela fábrica, deixando assim tudo no descontrole. E para julgar se um ato é considerado indisciplina, o patronato, os advogados e o tribunal utilizam a CLT, que regulamenta as relações trabalhistas, outras leis paralelas e analisam se a fábrica sofreu algum prejuízo com a atitude do operário.

Chegou à vez da decisão final da Junta que afirmou que Maria Vanda começou a confusão já que esta “deu um tapa” em sua colega e recebeu em troca “um rôlo de fiação”. Segundo ainda a Junta, a agressão partiu da reclamante, pois ela era fisicamente mais forte do que a outra operária e que a confusão não ocorreu em pleno horário de serviço, pois Lucy Fernandes estava se preparando para iniciar o trabalho. E decide “seja como fôr, porém, a reclamante cometeu falta grave, que enseja o despedimento sem qualquer ônus para a reclamada, não se podendo invocar em seu favor um bom passado funcional [...]”. Esse passado funcional significa tudo aquilo, principalmente as coisas negativas, que a operária fez durante os nove anos que trabalhou na fábrica Confiança. O advogado da fábrica apresentou provas do passado de Vanda: em 12 de agosto de 1954, a operária assinou uma advertência por “falta de interesse no trabalho”; já no dia 19 de março de 1955, a advertência foi por conta de “faltas sem motivo justificado”; e finalmente recebeu uma suspensão de oito dias que se recusou a assinar em 09 de março de 1955 por “desobediência as ordens do contramestre, ofendendo-o com gestos”. O passado de Maria Vanda, segundo a Junta, não era favorável

para a sua defesa devido a existência de provas, como as advertências, que comprovavam certa indisciplina dentro da fábrica. A decisão final foi:

[...] considerando que, nada obstante o voto do vogal dos empregadores, no sentido de ser admitida a hipótese de agressão mútua, o que na realidade ocorreu foi uma agressão física praticada pela reclamante na pessoa da sua referida colega; considerando que, apesar de contar com nove anos de casa, não podia a empresa usar de tolerância para com a reclamante, dado o seu mau passado funcional; considerando o que mais dos autos consta, RESOLVE a Junta, por unanimidade, julgar improcedente a reclamação [...].

Se existia uma intensa produção de mercadorias dentro da fábrica por parte dos operários, também aconteciam várias interações entre os indivíduos sendo que muitas resultavam em conflitos, chegando até a agressão física. Com uma grande carga horária, os trabalhadores passavam muito tempo dentro da fábrica e, com isso, estabeleciam vínculos de amizade, profissionais e até afetivos. Aliás, a fábrica torna-se muitas vezes o único local em que os operários circulavam praticamente o dia inteiro, permanecendo mesmo na hora de dormir através das vilas operárias que concentravam os indivíduos nos arredores da indústria. Outro ponto importante, que pode ser analisado no processo de Maria Vanda, é o fato da existência de normas rígidas: não podia pentear os cabelos em pleno horário de serviço, pois havia vigilantes para averiguar os passos dos operários, como os mestres e contramestres – mesmo que, constantemente, os operários fizessem vigilância entre si.

Outros operários também estavam envolvidos em brigas, como foi o caso de Cândido Vitorino Santos⁸² que era servente, solteiro, morador na Rua Carlos Burlamaqui, nº 250, entrou na fábrica em 25 de novembro de 1942 e teve demissão em 15 de dezembro de 1949, e recebia o salário diário de Cr\$ 16,20, pago semanalmente. Segundo ele, um companheiro de trabalho começou a ofendê-lo no recinto com palavras injuriosas para depois atingi-lo no olho esquerdo. No dia seguinte, por volta de duas horas da tarde, Cândido Vitorino voltou ao trabalho, pois o gerente queria conversar com ele para tentar resolver a situação. No entanto, para sua surpresa, foi demitido e recebeu a quantia de Cr\$ 276,00. Por último, informou também que a direção da fábrica não apurou corretamente os fatos sobre quem estava com a razão na briga.

As regras rígidas da fábrica Confiança não se limitavam apenas às confusões e agressões físicas, indo mais além e atingindo a vida diária dos operários. O servente Antônio

⁸² Cândido Vitorino Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-394/49, Aracaju (SE), Reclamante: Cândido Vitorino Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Humberto da Silva⁸³, solteiro, residente na Rua General Seroa da Mota, nº 274, Bairro 18 do Forte, começou a trabalhar na fábrica em 27 de novembro de 1952 e recebia um salário por produção no valor de Cr\$ 248,50 semanais. Na audiência trabalhista do dia 07 de maio de 1955, às 10 horas, o advogado João de Araújo Monteiro listou o que o servente fez de proibido em pleno horário de serviço:

[...] Em janeiro de mil novecentos e cinquenta e quatro, foi êle advertido pela firma reclamada, por ter quebrado uma peça da máquina. Em dezembro do mesmo ano, faltou com a devida atenção ao seu superior, o contramestre, sendo, por isso, advertido. Em fevereiro de mil novecentos e cinquenta e cinco, o reclamante abandonou a secção, para fazer a toilette, na hora do trabalho, o que lhe valeu uma suspensão de três dias. Em abril de mil novecentos e cinquenta e cinco, agiu da mesma maneira, largando o trabalho antes da hora legal e fazendo mais, levando uma lata d'água para o local do trabalho, a fim de preparar a sua toilette.

Por sua vez, o servente tentou se defender e afirmou que foi pegar uma lata de água para beber, em horário de serviço, porque não havia água na secção em que trabalhava, passando cerca de dois minutos. Sabe-se que existia um intenso controle dos operários nos postos de trabalho, mas agora ele é exercido com mais intensidade no tocante à liberação da água que os indivíduos bebiam. O operário José Bento dos Santos, encarregado de máquinas da secção de cardas, solteiro, 33 anos de idade, morador na Rua General Xavier de Brito, nº 51, Bairro Joaquim Távora, começou o seu depoimento esclarecendo “que a firma não tolera que se saia da secção para beber água” e que o reclamante fazia isso constantemente. Sobre o fato do controle da água na secção de trabalho, ele afirmou:

que na secção em que o declarante e o reclamante trabalham a agua de beber chega às sete horas, demora meia hora e depois é desligada, volta às onze horas e meia hora depois também é desligada, voltando novamente às dezoito horas; [...] que nas ocasiões em que é ligada a agua de beber, os operários têm ordem para ir bebê-la, e até para trazê-la para a secção; que a agua que o reclamante diz que bebeu é a que se destina às caldeiras; que não se pode sair da secção, a não ser em objeto de serviço [...].

Se existia um cronograma de trabalho para os operários, também era feito a mesma coisa para a água. O propósito principal era fazer com que os trabalhadores não parassem o serviço sequer para beber água. O servente Antônio Humberto levava consigo uma “lata de fazer café” e a enchia com bastante água, visto que o esforço que fazia deveria consumir as suas energias desidratando-o continuamente. Se fosse um dia ensolarado, e fazendo um

⁸³ Antônio Humberto da Silva, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-138/55, Rec. JCJ-SJ-210/55, Aracaju (SE), Reclamante: Antônio Humberto da Silva, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

intenso trabalho braçal, a vontade de consumir água aumentava ainda mais, porém teria que ser controlada por conta dos horários rígidos no fornecimento do líquido.

O cardista Deoclécio Teles da Conceição, segunda testemunha do reclamante, solteiro, com 24 anos de idade, residente à Rua Espírito Santo, 464, no Bairro Siqueira Campos, teve um depoimento que foi contestado veemente e que era bem diferente da testemunha anterior. Ele começa dizendo que não liberavam a água em nenhum momento e que, somente após a suspensão do servente Antônio Humberto, é que começaram a fornecer água às seis e meia, as onze e também treze horas e meia, por fim, por volta de dezoito horas. Afirmou ainda que o servente estava com sede e por isso foi buscar água para beber, gastando cerca de dois minutos.

Já o contramestre Agenor Pereira Santos, casado, morador na Avenida João Rodrigues, nº 481, Bairro Industrial, representando a fábrica, informou que o servente foi suspenso duas vezes por deixar a secção com o intuito de se banhar mesmo que houvesse se esgotado o horário para sair, e que, certa vez, saiu de calção para lavar os braços e o rosto na pia. Confirma ainda que cada operário tem por obrigação ter vasos para guardar água e que, como o depoente trabalhava fazia quinze anos na fábrica, nunca faltou água para beber nos horários designados.

O advogado da fábrica teve mais uma chance de falar avisando que seria um absurdo afirmar, em uma empresa onde se trabalhava cerca de seiscentos indivíduos, que “faltasse água para beber e, o que é muito pior, se negasse aos operários beber água quando tivesse sede” e “que pior absurdo, ainda, é se dizer que a água que vem da caldeira, morna e cheia de ferrugem, pode ser bebida por qualquer operário”. Após isso, o resultado final proferido pelo presidente da justiça do trabalho foi “julgar improcedente a reclamação [...]”. Com isso, ficou provado que os operários deveriam se sujeitar e seguir corretamente as regras rígidas da empresa: o servente Antônio Humberto deveria estar atento às normas dentro da secção onde trabalhava como, primeiro, não quebrar nenhuma peça de qualquer máquina; segundo, não responder grosseiramente aos seus superiores hierárquicos; último, abandonar a secção em horário de serviço para buscar água ou para se banhar. Quando a pessoa não segue os tópicos desse aparato normativo, estabelecem sobre ela as punições disciplinares. O tribunal citou que “constata-se, assim, que o reclamante sofreu a penalidade disciplinar [...] porque, depois de ter sido já suspenso devido a ter desobedecido ao regulamento da empresa, rescindiu na mesma falta”.

A penalidade disciplinar não deverá acontecer através do uso de força física, isto é, contar com uma agressão que atinja o trabalhador e o incapacite de exercer a sua função. Ao

contrário, opta-se por punições que visam educar o infrator, bem como servir como exemplo para os demais, e fazer uma correção dos seus atos: aplicam-se advertências, suspensões, etc., e, por último, a demissão. São métodos cujo propósito é recuperar o trabalhador e fazer com que ele não cometa mais nenhuma infração, seja simples ou mesmo até grave. Lembre-se, o corpo do indivíduo tem um valor de mercado, principalmente em uma sociedade industrial, e que pode ser útil como força propulsora, por exemplo, das máquinas de fiação. Além disso, o período dos castigos físicos já passou e a fábrica Confiança investia cada vez mais em sua estrutura – inclusive no atendimento médico -, seja por conta dos órgãos fiscalizadores, ou das leis, como a própria CLT, ou mesmo de parte da imprensa que vigorava e estava atenta ao interior das fábricas e ao patronato.

O exemplo torna-se uma coisa fundamental nesse aparato punitivo, pois todos devem saber quem é o infrator e qual a sua infração. Olha-se, agora, para o futuro evitando-se novos focos de erros e, como coloca Michel Foucault, “é preciso punir exatamente o suficiente para impedir” sendo que “a pena deve ter efeitos mais intensos naqueles que não cometeram a falta; em suma, se pudéssemos ter certeza de que o culpado não poderia recomeçar, bastaria convencer os outros de que ele fora punido”. A falha de um operário já está feita e, mesmo com os devidos ajustes, pouco será consertada, então, privilegia-se retirar um aprendizado do que aconteceu e mostrar para os demais indivíduos, evitando-se que o mesmo erro seja cometido por outras pessoas. Por fim, “o exemplo [...] é um sinal que cria obstáculo”⁸⁴.

A atribuição da penalidade disciplinar, por parte dos patrões, também tem sua utilidade nos tribunais trabalhistas. O operário Antônio Humberto não sofreu qualquer tipo de penalidade, ou seja, sua punição não ocorreu de maneira arbitrária, como se fosse uma atitude dura da gerência da fábrica Confiança. Ao contrário, foi justificado - pelo advogado da firma - que sobre ele pairou uma punição de caráter disciplinar logo entendida como algo não grosseiramente aplicado, mas sim como uma atitude que servia para conscientizar o operário visto que ele próprio cometeu falhas.

As proibições dentro da fábrica não paravam e atingiam até a higiene, como foi o caso da operária Carmosita Dias Tavares⁸⁵ que foi acusada de jogar alimentos nas canelas. Solteira, despenhando a função de enroladeira, residente na Rua Acre, nº 35, Bairro Siqueira Campos, trabalhava na fábrica desde o dia 15 de julho de 1944, recebia um salário de Cr\$ 90,00 semanais, e disse “que foi despedida sem saber qual o motivo”. Entretanto, ela teve várias

⁸⁴FOUCAULT, Michel, op. cit., p. 90-91.

⁸⁵ Carmosita Dias Tavares, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-65/49, Aracaju (SE), Reclamante: Carmosita Dias Tavares, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

advertências que comprovavam as suas falhas: 1) sofreu “a penalidade de suspensão, por 12 dias uteis” por conta de “agressão com palavras”; 2) “a penalidade de suspensão, por 3 dias uteis, por haver cometido a seguinte falta: faltas sem motivo justificado”; 3) suspensão de três dias por “brincadeira no serviço e não quer obedecer ao ajudante de contramestre”; 4) suspensão de seis dias devido a “indisciplina e insubordinação”. Além desses recibos, Luiz Ribeiro Brito salientou que a operária “colocara cascas de frutas no caixão de canelas, o que é terminantemente proibido e ao ser advertida pelo contra-mestre, que lhe pediu para retirar tais cascas, a reclamante não atendeu [...]”. Carmosita Dias afirmou que as cascas de banana não foram colocadas nas canelas por ela e que não sabia dizer quem tinha feito tal coisa. Segundo Francisco Ramos, testemunha representando a fábrica, solteiro, contramestre, com 29 anos de idade, residente na Avenida Sabino Ribeiro, nº 154, “é proibido deixar restos de alimento no caixão de canelas, a fim de evitar baratas e ratos que poderão roer os fios de algodão” e que “a reclamante costuma deixar resto de comida na caixa [...]”.

É proibido dormir em horário de serviço: o operário José Juvêncio dos Santos⁸⁶, fazia trabalho braçal, solteiro, morador no Bairro Cidade Nova, recebia uma diária de Cr\$ 36,00 paga semanalmente, foi encontrado dormindo. João de Araújo Monteiro, advogado da fábrica, informou “que no dia onze de abril do ano corrente foi o mesmo encontrado dormindo na hora do trabalho, em lugar oculto, o que determinou a rescisão do seu contrato de trabalho”. Já o operário falou “que, efetivamente, em hora de trabalho, foi encontrado descansando, com a cabeça apoiada no braço, em local situado fora da secção” e que estava assim “porque, por motivo de moléstia em pessoa de sua família, havia perdido a noite”.

O ajudante de cardista Amintas Santos⁸⁷, solteiro, residente na Rua Porto da Folha, nº 06, recebia o salário diário de Cr\$ 19,70, pago semanalmente, faltou várias vezes ao serviço, foi encontrado dormindo no serviço e “acidentou duas máquinas” acarretando prejuízo para a empresa. Sobre esse último ponto, ele se defendeu dizendo que o primeiro acidente aconteceu logo que entrou na fábrica, por causa de sua pouca experiência, enquanto que o segundo devido ao cabo ficar enganchado e, indo consertar, “a maquina embuchou; que nessa ocasião o declarante sofreu um talho na mão direita”.

A fábrica Confiança tinha várias normas proibitivas que cercavam o cotidiano dos operários durante o horário de serviço, fazendo com que muitos ficassem atentos, mas que

⁸⁶ José Juvêncio dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-140/55, Rec. JCJ-SJ-212/55, Aracaju (SE), Reclamante: José Juvêncio dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

⁸⁷ Amintas Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-443/53, Aracaju (SE), Reclamante: Amintas Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

nem por isso deixassem de burlá-las, como abandonar o serviço para ir dormir ou tomar água. Aplicavam-se punições disciplinares que serviam, ao mesmo tempo, para correção dos infratores e educação dos espectadores. É o panoptismo que vigora no interior da fábrica através do controle do tempo, sujeição dos trabalhadores às ordens de seus superiores hierárquicos, catalogação de cada etapa do trabalho do operário, proibições e aplicações de penalidades.

O próximo capítulo irá avançar nessas discussões sobre a vigilância operária no interior da fábrica e abordará os conceitos do taylorismo e a racionalização do espaço físico da empresa Confiança. A produção teria que ser baseada nos moldes científicos visando constante aumento da força física dos operários. E, para tanto, havia certa preocupação com o corpo do indivíduo que deveria ser sadio e produtivo, então, investir na construção de clínicas, enfermarias e contratar médicos especializados tornou-se uma coisa imprescindível. Outras preocupações do patrão eram a domesticação literal das crianças que trabalhavam no seu estabelecimento, sujeitando-as aos mandos dos contramestres e mestres, e o controle nas creches e escolas destinadas aos filhos dos operários.

2. “NÃO VÊS O QUE TE DOU EU?⁸⁸”: RELAÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE

Joaquim Sabino Ribeiro, dono da fábrica Confiança, procurou investir em seu estabelecimento através de melhorias na infraestrutura, criação de clínicas e policlínicas nos arredores da fábrica, contratação de profissionais qualificados, e até construiu creches e escolas para os filhos dos seus funcionários. Tornou-se imprescindível não apenas exercer um controle do operariado dentro dos postos de trabalho, mas também cuidar da saúde dos seus funcionários. Era necessário evitar que os trabalhadores ficassem doentes, pois a produção diária tendia a diminuir e isso podia causar danos para a empresa, logo, o patrão contratava médicos especializados para detectar e prevenir as enfermidades – além de vigiarem os operários que se diziam doentes. A educação também era uma preocupação do dono de fábrica, na medida em que os menores serviam como uma mão de obra barata, podendo ser mais fácil atuar neles o processo de docilização, isto é, estariam mais sujeitos ao controle patronal e assim produziram mais mercadorias.

O segundo capítulo abordará, inicialmente, o taylorismo e o seu conceito de administração científica das fábricas. Taylor preconizou toda uma racionalidade para uma efetiva gerência das manufaturas e, assim, o patrão podia obter mais lucro através da maior produção dos seus funcionários e do devido controle do tempo. Tal método serviu para fazer uma remodelação na infraestrutura das fábricas: pouca circulação de ar, temperatura quente, enfim, a insalubridade pairava em várias indústrias e, então, dever-se-ia higienizar o local em que os operários trabalhavam com o propósito de criar uma ideia de bem estar e gerar um incentivo na produtividade.

Após isso, o capítulo falará sobre o investimento do patrão na medicina do seu estabelecimento e as interações sociais, muitas vezes conflituosas, entre os médicos e os operários. Os serviços de saúde eram bastante utilizados pelos trabalhadores, entretanto, certas vezes, eram atendidos precariamente pelos médicos que até utilizavam palavras grosseiras. Por fim, o capítulo focará o cotidiano dos menores aprendizes no interior fabril e as relações de produção que detinham com os seus superiores hierárquicos. A infância passou a ser compreendida como uma faixa etária em que se deve aplicar medidas de controle e de

⁸⁸Verso retirado de MORAES, Vinicius de. O Operário em Construção. In: *Soneto de fidelidade e outros poemas*. São Paulo: Ediouro, 2002 (Clássicos de ouro), p. 46.

investimento: as crianças seriam educadas através do trabalho fabril evitando, ao mesmo tempo, os vícios que se encontravam facilmente nas ruas.

As fontes utilizadas no capítulo foram os jornais sergipanos, principalmente, *Gazeta Socialista* e *Fôlha Popular* que traziam denúncias sobre as arbitrariedades que os operários sofriam na fábrica; e a revista *Poliantéa*, que estava mais preocupada em analisar a infraestrutura fabril e a preocupação do patrão com o aspecto social. Em complemento, os processos trabalhistas movidos pelos operários também são utilizados, pois muitas vezes esclarecem como eram as relações sociais e de produção entre os indivíduos.

O objetivo do segundo capítulo, ainda tendo como base o processo de disciplinarização, será analisar as relações entre os médicos e os operários dentro da fábrica Confiança, além do cotidiano dos menores aprendizes e as relações tumultuadas com os mestres e contramestres. Se existe um controle dos trabalhadores dentro da secção de trabalho, ele irá se estender até as clínicas, policlínicas e enfermarias, pois os médicos, além da preocupação com a saúde, serviam para atestar se o indivíduo estava apto ao trabalho ou se estava fingindo para não trabalhar. Além disso, os médicos também faziam um registro de cada consulta dos operários para depois, caso o patrão precisasse, fazer um diagnóstico de quem produzia mais e gerava mais lucro. Enfim, o poder disciplinador fazia parte das relações médicas e também do cotidiano dos menores dentro da fábrica Confiança.

2.1 - TAYLOR E A ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA DA FÁBRICA

Muitas fábricas passaram por uma forte gestão científica, racionalização do trabalho, com a finalidade de elevar a força produtiva dos operários através da diminuição do tempo gasto. O ápice ocorreu na introdução do conjunto de ideias desenvolvidas por Frederick Winslow Taylor (1856-1915) que foi aplicado nas manufaturas dos Estados Unidos, mas que também ganhou adesão nos governos fascistas – na Alemanha e na Itália – e na Rússia. O taylorismo, como ficou conhecido, era uma forma de dominação do patrão sobre o grupo operário:

Método de racionalizar a produção, logo, de possibilitar o aumento da produtividade do trabalho “economizando tempo”, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo, o sistema Taylor aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica,

assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalhador pela classe dominante⁸⁹.

A ciência fabril, proposta por Taylor, separava as fases de planejamento, concepção e direção, que deveriam ser controladas pela gerência, da fase de execução das tarefas. Os operários, que antes detinham o conhecimento sobre a produção de mercadorias, apenas deviam receber as instruções de como e em quanto tempo realizar as suas tarefas, pois o princípio era centralizar o poder nas mãos do patronato e fazer com que o nível dos seus funcionários fosse cada vez menos especializado. Com isso, a fábrica teria mais mão de obra barata, inclusive com a utilização de crianças, mulheres e velhos. E “através desta expropriação, o operário perde totalmente o controle técnico do processo de produção” que passa a ser controlado pelo “quadro de profissionais, engenheiros, mestres, escritórios gerenciais, administradores, de onde o processo de trabalho será decidido, planejado, controlado e imposto”⁹⁰.

Frederick W. Taylor escreveu o livro *Princípios de Administração Científica* (1911) explicando o seu método de gerenciamento das manufaturas. Ele definiu a administração científica como:

Consiste, entretanto, em certa *combinação* de elementos que não existiam no passado, isto é, conhecimentos antigos coletados, analisados, agrupados e classificados em leis e normas que constituem uma ciência, acompanhada de completa mudança na atitude mental dos trabalhadores e da direção, quer reciprocamente, quer nas respectivas atribuições e responsabilidades. Resulta disso nova divisão de responsabilidades entre as duas partes e cooperação íntima e cordial, que não comportam os antigos sistemas de administração. E, ainda, tudo isto não poderia existir, em muitos casos, sem auxílio de mecanismos que foram gradualmente aperfeiçoados⁹¹.

Taylor percebeu que diariamente aconteciam desgastes dentro das fábricas, seja em função consciente dos trabalhadores, seja em decorrência de atos ineficientes que foram erroneamente dirigidos. Os operários costumavam “fazer cera”, isto é, trabalhavam propositalmente devagar para reduzir a produção; e essa “vadiagem”, indolência natural, segundo afirmou Taylor, afetava diretamente o trabalho, a prosperidade e a vida dos próprios operários e também das indústrias nacionais. As causas da “vadiagem” eram, primeiramente, a ideia de que o maior rendimento do homem e da máquina terá como resultado final o

⁸⁹ RAGO, Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. *O que é taylorismo?* São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos 112), p. 10.

⁹⁰ Idem, p. 32-33.

⁹¹ TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de Administração científica*. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990, p. 100-101. Grifo presente no original.

desemprego da maioria dos operários; segunda causa: havia um sistema precário da administração que, mesmo indiretamente, forçava os trabalhadores a fazerem cera no trabalho; última causa: dentro das indústrias aplicavam-se métodos de gerenciamento ineficientes como os antigos sistemas empíricos que serviam para desperdiçar o esforço dos indivíduos.

Muitos operários acreditavam que, se trabalhassem com mais rapidez, fariam uma injustiça para a classe proletária através do aumento do desemprego. Então, quase todos se uniam e faziam uma determinada meta, inclusive os novatos na empresa que tinham que se sujeitar a tal prática. Entretanto, Taylor criticou esse pensamento afirmando que a eliminação da cera traria vários benefícios: desceria o custo da produção e ampliaria, ao mesmo tempo, o mercado interno e externo, a falta de emprego e a pobreza diminuiriam, os salários seriam mais elevados, menos horas de serviço diário e melhores condições de trabalho e de habitação.

O ambiente fabril deveria sofrer uma reestruturação através da implantação de métodos científicos. A principal coisa a fazer era a substituição dos métodos empíricos pelos científicos. Os trabalhadores conheciam, através da tradição oral que atravessou muito tempo, vários métodos para se executar uma mesma tarefa e, assim, não havia uniformidade em seus métodos empíricos, também chamados de tradicionais. Cada operário desenvolvia a sua tarefa diária de acordo com o que ele acreditava ser a melhor maneira de produzir mais, contando inclusive com o apoio da gerência que fazia pouca intervenção. Taylor afirmou que esses sistemas tradicionais deveriam ser substituídos através de um desenvolvimento de uma ciência que envolvia a fixação de normas, leis e fórmulas padrões que seriam fundamentais para aumentar a produção e reduzir o tempo na fabricação de mercadorias. Ele mesmo fez várias experiências nas fábricas e, com a ajuda de algumas pessoas, foi testando na prática os melhores métodos e registrando tudo para depois servir como planejamento para a gerência.

A função da direção era “não só conhecer as leis para substituir os processos empíricos, mas também ensinar a todos os operários, sob suas ordens, os métodos mais rápidos de executar o trabalho”⁹². A direção deveria fornecer professores para a instrução dos trabalhadores sobre os melhores e mais simples movimentos, cuidando principalmente dos indivíduos mais lentos para que atinjam o desenvolvimento certo, e “todos aqueles que, depois do ensino devido, não quiserem ou não puderem trabalhar de acordo com os novos métodos e no ritmo requerido, serão dispensados”⁹³. O foco então não é tanto o grupo, mas o

⁹² Idem, p. 78.

⁹³ Idem, p. 66.

indivíduo que seria ensinado sobre a melhor forma para reduzir o tempo e aumentar a sua produção.

O taylorismo também estava preocupado com o esforço físico dos empregados. Havia a “lei da fadiga” que se aplicava aos trabalhos que atingiam o limite da capacidade do homem, isto é, quando o serviço era penoso e gerava fraqueza no corpo. Utilizavam-se as mãos e os braços na execução das tarefas, por exemplo, carregar barras de ferro que necessitava de maior esforço físico do trabalhador. Para fazer com que ele não chegasse à fadiga, deveria diminuir o peso e isso aumentava as horas que passaria carregando as barras de ferro, contando assim com a inclusão de períodos de repouso necessários para a recuperação. Os trabalhos mais árduos – como a tarefa de carregar lingotes – tinham que ser feitos por um tipo de pessoa que, nas palavras de Taylor, seria o “homem tipo bovino”. O operário de reações vivas e inteligentes seria impróprio para tal tarefa, então, procurava-se um “ser tão estúpido e fleumático que mais se assemelhe em sua constituição mental a um boi, que a qualquer outra coisa”⁹⁴.

Os benefícios da administração científica das manufatures são demasiados. Os trabalhadores ganhariam maiores salários, teriam a carga horária reduzida, podiam economizar dinheiro inclusive parando de beber. Para o patrão, os resultados positivos são o maior aperfeiçoamento na qualidade do produto, redução material no custo de inspeção e, o mais importante, a formação de relações amistosas entre a administração e os empregados, tornando inexistentes os conflitos dentro das manufaturas como o surgimento de greves e a cera. A harmonia entre empregados e empregadores deverá ocorrer dentro das fábricas através da colaboração para que juntos enriqueçam. Os consumidores também serão beneficiados com o novo sistema: os maiores aperfeiçoamentos industriais contribuirão para tornar o preço final da mercadoria mais razoável e assim a população terá mais condições de consumo. Ao final, todos ganharão, segundo acredita Taylor, com a nova ciência:

Avalie-se o que isso significa para todos: aumento das coisas necessárias e de luxo, seu uso em todo país, encurtamento do período de trabalho quando isto for desejável, crescentes oportunidades de educação, cultura e recreação que tal movimento implica. [...] Isto significa aumento de prosperidade e diminuição de pobreza, não somente para os trabalhadores, mas também para toda a comunidade⁹⁵.

Para se chegar à prometida prosperidade, a aplicação do taylorismo deve ser bastante cuidadosa, caso contrário terá vários problemas. A maior dificuldade do sistema científico

⁹⁴ Idem, p. 53.

⁹⁵ Idem, p. 102-103.

consiste na mudança de atitude mental e dos hábitos dos operários e da direção, onde todos devem entender que os métodos tradicionais são frágeis e o novo sistema então tem que vigorar e ser aceito, bem como praticado. Só que isso não acontece rapidamente, mas deve ser feito gradualmente e com prudência, através da instrução individual de cada operário, caso contrário, “o resultado do desprezo aos princípios fundamentais foi uma série de greves, seguida do insucesso daqueles que pretenderam fazer a mudança, e o retorno de todo o estabelecimento a condições piores do que as existentes antes da tentativa⁹⁶”.

Pode-se resumir a administração científica em quatro princípios fundamentais: 1º) Desenvolvimento de uma verdadeira ciência, 2º) Seleção científica do trabalhador, 3º) Sua instrução e treinamento científico, 4º) Cooperação íntima e cordial entre a direção e os trabalhadores⁹⁷. Esses princípios servem para tornar a fábrica um lugar mais aprazível, harmonioso, e de cooperação entre os funcionários e a direção, evitando assim uma série de atritos. Elimina, assim, o antigo sistema que vigorava nas manufaturas e não se aceitará mais o patrão que só pensa em seus dividendos “e que se limita em brandir o açoite sobre as cabeças de seus comandados, tentando obrigá-los a produzir mais, por menores salários” e também se eliminará o operário “que exige um aumento atrás do outro e menos horas de trabalho, enquanto sua produção, em vez de aumentar, torna-se cada vez mais deficiente”⁹⁸.

2.2 - RACIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO FABRIL

A administração científica do taylorismo pode ter também expressão na intervenção do espaço físico dos estabelecimentos industriais, em que a “fábrica satânica”, local com pouca ventilação, quente, escuro e sombrio, cede lugar para a “fábrica higiênica”, mais racionalizada, asséptica, limpa, clara, arejada, cujo propósito era criar um bem estar entre os trabalhadores. A concepção de uma “limpeza física” será acompanhada com a “limpeza moral” que teria a função de formar corpos dóceis, apolíticos e indivíduos pouco hábeis para criticar a relação capital/trabalho ou o próprio dono de fábrica. Assim,

a projeção da “fábrica higiênica” visa anular a representação simbólica da “fábrica satânica”, recorrente no imaginário operário, opondo-lhe a imagem de um mundo da produção harmonioso, onde os ritmos e os regulamentos do trabalho fariam parte da

⁹⁶ Idem, p. 97.

⁹⁷ Idem, p. 95.

⁹⁸ Idem, p. 100.

própria natureza do processo produtivo e não mais dependeriam da mera vontade patronal de dominação⁹⁹.

Em Sergipe, nos primeiros anos do surgimento das indústrias têxteis, o espaço físico era insalubre, com grandes galpões de tetos altos, com ventilação insuficiente para arejar todo o ambiente, a luminosidade também era ruim, o pó da lã do algodão formava uma perene névoa que adentrava os pulmões dos operários, a temperatura alta tornava o lugar fabril quente, os maquinários produziam um barulho ensurdecedor, e as condições sanitárias eram precárias como a falta de banheiros, bebedouros, entre outros¹⁰⁰. Diante disso, o espaço fabril passa a ser todo racionalizado para produzir nos operários o ideal de harmonia e vontade de trabalhar cada vez mais na produção de mercadorias. Os patrões vão investindo nas suas empresas e modificando o espaço, tornando-o mais higiênico e saudável.

O espaço fabril mais higiênico é uma quimera, não apenas do patronato têxtil, mas também dos próprios operários que reclamavam por melhorias físicas nos postos de trabalho e pelos jornalistas que publicavam denúncias sobre as condições materiais dentro da fábrica. A revista *Poliantéa*, quando fez várias matérias sobre as fábricas sergipanas, apontava constantemente que a assistência social dada pelos patrões estaria relacionada com o maior desenvolvimento na infraestrutura dos estabelecimentos. Sobre os banheiros da empresa Confiança, a revista citou que “dispõem os operários de um grande número de banheiros e aparelhos sanitários, higienicamente cuidados e dispostos em duas grandes filas, uma para homens e outra para mulheres”¹⁰¹. Os banheiros se tornam uma preocupação: eles devem ser cientificamente e espacialmente divididos em duas alas e tratados higienicamente, para se evitar assim doenças que possam comprometer a saúde do operariado. Entretanto, mesmo com todos esses cuidados, os banheiros não funcionavam tão bem assim:

Cabe à Saúde Pública zelar pela saúde do povo, mas infelizmente, pelo menos aqui na fábrica Confiança, tal não acontece. Nesse sentido, fazemos um apêlo aos encarregados da Saúde Pública para que visitem a fábrica e verifiquem em que condições trabalham as operárias da fiação e tecelagem. Têm que suportar forçadas o mal cheiro que parte das privadas imundas. Esperamos que a Saúde Pública tome as necessárias providências. Essa a nossa advertência¹⁰².

O periódico *Fôlha Popular* destacou no fragmento acima que os banheiros da fábrica Confiança precisavam de cuidados dos governantes locais. O jornal, que em seu editorial

⁹⁹ RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Estudos Brasileiros, v.90), 1985, p. 19.

¹⁰⁰ ROMÃO, Frederico L, op. cit., p. 94-95.

¹⁰¹ *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

¹⁰² *Fôlha Popular*, 18-06-1955, p. 04. Matéria de Otávio Oliveira.

frisava que lutava pela causa proletária, preocupava-se com a infraestrutura fabril apresentando um discurso que valorizava os aspectos higiênicos dos postos de trabalho. Aliás, ainda pelo fragmento, percebe-se que tal concepção também era seguida pelos encarregados da saúde pública. Sendo assim, os diversos grupos eram quase unânimes sobre que um local moderno e higiênico só traria coisas positivas. O jornal *Fôlha Popular* levava muito a sério esse discurso, como mostra outra matéria que publicou:

Mas uma vez, operários da Confiança vêm reclamar melhores condições de trabalho, através nosso jornal. Apesar de, em várias ocasiões, terem apelado para a Fábrica no sentido de higienizar os aparelhos sanitários, nada foi feito. Os tais aparelhos estão insuportáveis, ameaçando a própria saúde dos operários e operárias. A Saúde Pública também deveria mover uma palha, pelo menos. Os operários ficariam agradecidos, tanto à direção ou a Saúde Pública se tomassem as devidas providências¹⁰³.

O discurso de uma “fábrica higiênica” é muitas vezes frágil porque na prática, isto é, no momento de consertar os problemas e trazer melhorias efetivas, começa uma espécie de mascaramento da real situação. O fragmento esclarece que, tanto o dono da fábrica quanto os encarregados da saúde pública, não tomaram providências para higienizar os vasos sanitários e acabar com o mau cheiro. Talvez seja por conta de economizar dinheiro, ou pela Saúde Pública que também não fazia pressão, ou mesmo por outros motivos, que o patrão demorou em consertar os banheiros. Os banheiros eram constantemente utilizados pelos operários que, tendo uma alta carga horária de trabalho, ficavam praticamente o dia inteiro na fábrica. Em 18 de junho de 1953, os operários José Cosme (casado e com 25 anos) e José Arioaldo (de 18 anos) resolveram, após o serviço extraordinário, e como os banheiros já estavam fechados, tomar banho no tanque em plena escuridão. Ao entrarem no tanque foram atingidos por uma forte carga elétrica, sendo que o vigia tentou ajudar, mas quando chegou ao local “já os dois infortunados rapazes haviam sido fulminados”¹⁰⁴.

Os acidentes persistiram e atingiram até o dono da fábrica. No mês de novembro de 1956, o diretor Sabino Ribeiro sofreu um acidente em seu estabelecimento e teve que ficar internado no Hospital de Cirurgia¹⁰⁵. Aliás, acidentes graves aconteceram, algumas vezes, de forma violenta:

AGRADECIMENTO. A Sociedade em Comandita por Ações RIBEIRO CHAVES & CIA. agradece à comunidade Sergipana a demonstração de penhorada

¹⁰³ *Fôlha Popular*, 01-12-1956, p. 04.

¹⁰⁴ *O Nordeste*, 20-06-1953, p. 04.

¹⁰⁵ *Gazeta Socialista*, 25-11-1956, p. 01.

solidariedade manifestado quando do violento incendio que irrompeu num dos depósitos de algodão da Fabrica Confiança, de sua propriedade, guardando, sempre, a mais grata impressão do testemunho inequívoco desse apoio e apreço confortadores. A Diretoria¹⁰⁶.

O incêndio aconteceu na tarde de 24 de abril de 1956 sendo as chamas do fogo controladas pelos operários, Corpo de Bombeiros, autoridades locais e estaduais, e a sociedade¹⁰⁷. Os acidentes prejudicavam o patrão e os operários, pois o local de trabalho ficava interditado, logo não havia mercadorias para se produzir e o patrão, certas vezes, gastava dinheiro para repor o material. A prevenção de acidentes, mesmo atingindo um alto valor gasto, era a melhor opção:

Há ainda a levar em conta os chocantes aspectos humanos da questão – os sofrimentos, as necessidades, a viuvez e a orfandade, que os acidentes acarretam aos lares operários, e os ônus que o amparo legal dos acidentados e seus beneficiários trazem à economia nacional, embora sejam reconhecidamente pequenas as diárias e as indenizações. Em 1953, por exemplo, podemos calcular em cerca de 300 milhões de cruzeiros o montante gasto com a assistência médica a acidentados, as diárias e as indenizações¹⁰⁸.

O patrão passa a investir cada vez mais em seu estabelecimento: primeiro, o poder disciplinar preocupa-se com o corpo do indivíduo, com a saúde de cada trabalhador, pois nota aí uma forma de retirar a energia produtiva; segundo, a imprensa visitava as fábricas e depois publicam denúncias; terceiro, a produção dependia do bem estar emocional e físico do empregado, pois a enfermidade prejudicava o desempenho individual; quarto, o acidentado poderia recorrer na justiça e conseguir indenizações.

Investir é se precaver para estabelecer um controle eficaz na previsão de futuros acidentes. O investimento na medicina, por exemplo, aparece como algo importante, através da contratação de médicos especializados e de construção de clínicas e enfermarias. Na enfermaria da fábrica havia cerca de três enfermeiros e duas enfermeiras¹⁰⁹. São especialistas que auxiliavam o operário acidentado e/ou enfermo, ajudando-o na indicação e aplicação de medicamentos.

¹⁰⁶ *Gazeta Socialista*, 09-06-1956, p. 05.

¹⁰⁷ *Gazeta Socialista*, 09-04-1957, p. 03. Resumo do Balanço da firma Ribeiro, Chaves e Cia. referente ao ano de 1956.

¹⁰⁸ *Sergipe-Jornal*, 26-11-1954, p. 03 e 04. O trecho faz parte da entrevista que o periódico fez com Hélio Goulart Marques, delegado do Instituto dos Industriários de Aracaju. Estava acontecendo, no Brasil, a VII Semana de Prevenção de Acidentes.

¹⁰⁹ *Fôlha Popular*, 28-05-1955, p. 03.

2.3 - MEDICINA DO COMPLEXO FABRIL

A tecelã Mercedes de Oliveira Costa¹¹⁰, casada, residente na Rua de Alecrim s/n, entre Lagarto e Simão Dias, começou a trabalhar na fábrica em 11-07-1944 e foi despedida em 23-04-1945, afirmou “que durante os quinze primeiros dias de sua doença não percebeu salários; que a Fábrica teve conhecimento de sua doença; que o afastamento do empregado, da empresa, por motivo de doença, não é considerado abandono de emprego, sendo injusta a sua dispensa”. No dia 14 de maio de 1945, às quinze horas, Luiz Ribeiro de Brito, preposto da fábrica, informou que a operária deixou de comparecer ao trabalho durante quatro meses e que, ao voltar, apresentou-se normalmente para reiniciar os serviços. Para confirmar a alegação, Luiz Ribeiro evoca “o parágrafo terceiro do artigo vinte e três, da Lei de Mobilização Industrial” que diz que “a falta ao serviço, por mais de oito dias seguidos, sem motivo justo, equipara-se a abandono de serviço”. Ele continua a acusação dizendo que a tecelã não avisou a fábrica sobre o seu estado de doença e tampouco apresentou provas.

A primeira testemunha da reclamante, Tercília Alípia dos Santos, era casada, doméstica, residente à Rua do Alecrim s/n, afirmou que a tecelã durante vários dias, quando chegava onze horas, ficava com febre e que, mesmo assim, ia trabalhar começando o serviço às catorze horas e terminando às vinte e duas horas – e que, às vezes, pedia para sair às dezoito horas. A testemunha salienta que a tecelã muitas vezes voltou doente para casa, com muita febre, após completar todo o serviço e que, inclusive, teve vezes que não pôde continuar o trabalho tendo que abandoná-lo em certos dias. Ela continua dizendo que a reclamante:

passou três meses doente de impaludismo; que depois desses três meses não pôde continuar a trabalhar, ficando de cama; que a reclamante pediu à fábrica o auxílio médico, lhe tendo sido negado; que, então, a reclamante foi ao Hospital de Cirurgia onde teve cuidados médicos; que a reclamante avisou à fábrica que estava doente; que, um dia, apareceu uma moça dizendo-se assistente, trouxe um bilhete para a reclamante; que, a reclamante não sabendo, digo, que, a depoente não sabendo ler, disse que a reclamante estava acamada, desacordada; que a assistente foi até o quarto da reclamante, acordando-a; que a reclamante ao ver o bilhete deu uma síncope.

Após isso, segundo ainda informa a testemunha, a operária ficou cada vez mais doente, não podendo se levantar durante todo o mês de outubro. Tercília Alípia esclarece que

¹¹⁰ Mercedes de Oliveira Costa, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-81/45, Aracaju (SE), Reclamante: Mercedes de Oliveira Costa, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

cuidou, na sua própria casa, da sua amiga tecelã durante mais ou menos cinco meses por caridade, visto que a operária somente tinha o emprego na fábrica.

Luiz Ribeiro e Tercília Alípia divergem nos depoimentos principalmente no tocante ao fato da operária ter avisado ou não à direção da fábrica sobre a sua enfermidade. Entretanto, não pairava dúvida sobre a certeza de que a tecelã tinha ficado doente, pois logo apresentou várias provas documentais, inclusive com vários atestados expedidos por médicos do Hospital de Cirurgia. Em um atestado estão listados diversos remédios que Mercedes de Oliveira deveria tomar em “uma colher de chá, em um cálice d’água, pela manhã e à noite”. O seu médico Basílio Amaral diz: “atesto que Mercedes de Oliveira Costa, foi examinada no dia 6 de outubro de 1944 e fez tratamento no ambulatorio do Hospital de Cirurgia”, e ainda há um cartão de registro do ambulatório com a matrícula da operária, nº 1.305, idade de 27 anos e sexo feminino. Além disso, outro ponto de suma importância é sobre o conteúdo do bilhete, trazido por uma assistente, que fez piorar ainda mais a saúde da tecelã. O bilhete continha:

D. Mercedes Oliveira. A senhora tenha a bondade de comparecer hoje na fabrica, como sem falta pois o escritorio precisa acertar questão do dinheiro que lhe pagou sabado. A senhora levou o seu cheque com o dinheiro da sacola errada. Isto se verificou logo que a senhora sahiu. A sua sacola está no escritorio com o seu dinheiro e a sacola da outra está vazia que a senhora recebeu a quantia de 55\$200. Traga a importancia que recebeu e o cheque para receber o seu e entregar o da moça. Note bem! Apareça hoje sem falta. Sem mais. A Assistente.

O esclarecimento de toda a confusão envolvendo o bilhete aconteceu na audiência trabalhista do dia 25 de maio de 1945, às 16 horas, quando na presença de mais duas testemunhas da reclamante. Ezequiel Mariano da Silva, casado, residente à Rua São João, 309, mestre, afirmou que quando um operário adoece em sua seção manda-o para o escritório ou para o médico da fábrica. Ele também esclareceu que a reclamante, no sábado, foi buscar o dinheiro que lhe cabia, tendo levado, por engano, uma quantia a mais. Então, a assistente mandou logo no domingo uma pessoa buscar o dinheiro, porém não encontrou a tecelã em casa. Após três dias, ela escreveu um bilhete pedindo a devolução do excesso, mas que não sabia que a reclamante estava doente. Após o depoimento de Ezequiel Mariano, chamou-se a próxima testemunha, ou seja, a tão falada assistente: Maria Madalena Santos, solteira, moradora na Rua Gumercindo Bessa, 352, era assistente na secção de tecelagem e foi quem pagou a operária Mercedes de Oliveira. Ela disse que:

deu dinheiro a mais, enganando-se com a remuneração de outra; que notando o engano, mandou uma pessoa ir a casa da reclamante para que ela devolvesse a importância que foi a mais; que esta pessoa não encontrou a reclamante em casa;

que a reclamante não voltando ao trabalho, a declarante mandou um bilhete a reclamante para que ela fosse acertar as contas; que a portadora do bilhete disse à declarante que tinha encontrado a reclamante doente; que disse mais que a reclamante ia comunicar ao doutor Joaquim estar doente por intermédio de um bilhete; [...] que as portadoras do bilhete e do recado da declarante à reclamante já não trabalham na Fábrica [...].

O conteúdo do bilhete é apontado como fator de agravamento da saúde de Mercedes de Oliveira, tanto que ela utilizou tal acontecimento para ir até o dono da fábrica reclamar sobre o bilhete que lhe havia causado pressão, fazendo com que ficasse ainda mais debilitada.

Por fim, em 07-06-1945, às 14h, a tecelã continuou afirmando “que não abandonou o serviço mas pelo fato de estar de cama não podia, por isto mesmo comparecer ao trabalho; que avisou a sua doença ao senhor Ezequiel; que adoeceu em outubro do ano passado, indo ao serviço dia sim, dia não; que em dezembro já não mais podia comparecer ao serviço”. Após isso, o tribunal começou a decisão final lembrando “que a reclamante deixou os serviços em quatorze de dezembro de mil novecentos e quarenta e quatro e só em vinte e três de abril do corrente apresentou-se para reiniciar os serviços” e que as provas documentais “[...] demonstram a doença da reclamante anterior ao seu abandono”. Com isso, tais provas surtiram pouco efeito e “isto posto, considerando que não ficou demonstrado ter a reclamante, doente, comunicado à empresa sua moléstia”, a decisão final foi “por unanimidade, julgar improcedente a presente reclamação [...]”.

A saúde dos trabalhadores torna-se alvo de investimento pelo patronato para retirada e transformação em energia produtiva com intenção de fabricação de mercadorias. Tem-se verdadeiros agentes especializados em medicina que funcionam como controladores dos corpos-sujeitos, tendo o poder de fazer diagnósticos, através de uma análise pessoal ou laboratorial, e fazer uma previsão que visa elucidar e acabar com as futuras enfermidades que possam existir. Uma vez aplicado todo o aparato do exame e comprovado a doença, opta-se pela expulsão do indivíduo que deixou de ser uma mão de obra útil e produtiva. Tal situação operou sobre a operária Mercedes de Oliveira que, por conta de sua constante doença, não podia ir para o serviço e isso gerava prejuízos para a fábrica. Ela passou vários meses de cama, mesmo que fosse ao médico e que fosse submetida a determinados tratamentos. Seu corpo doente tornou-se alvo de intervenção médica – tanto da fábrica, quanto dos profissionais do Hospital de Cirurgia – para que fosse recuperada a sua força física e com a consequente eliminação das suas enfermidades. Entretanto, tal intervenção sofreu poucos resultados positivos e, logo, teve que ser demitida de onde trabalhava. O mestre Ezequiel Mariano salientou que a operária “é uma empregada fraca, só dava conta de um tear”,

demonstrando assim que a sua tarefa era de fazer uma análise gradual e diária do desempenho das pessoas que trabalhavam na sua secção, fazendo concomitante um diagnóstico – mesmo que ainda precário – e enviando, como ele mesmo disse, “que quando um operário adoece em sua secção [...] mando-o para o escritório ou para o médico”.

A medicina visa o enquadramento do indivíduo, ao mesmo tempo em que opera sobre os grupos, isto é, abrange o seu campo de atuação tornando-se coletivo. Então, tem-se uma medicina social, possuidora de uma tecnologia médica, que tem o corpo como uma realidade biopolítica. Ela se centra na melhoria do nível de saúde da população através da organização sanitária, o controle da circulação de água e do ar, o espaço em que circundam as pessoas, e também uma preocupação com os grupos mais pobres cujo propósito é torná-los mais aptos ao trabalho e menos perigosos para os ricos¹¹¹.

Se o corpo, individualizado e coletivo, é fruto de possíveis problemas, resta então criar uma tecnologia médica dentro da fábrica para detectar as doenças, propor exames clínicos, fazer diagnósticos, ministrar resultados positivos ou negativos, e, caso tiver alguma enfermidade, separar o corpo doente e lhe aplicar procedimentos para atingir a cura. Para conter os problemas na saúde, os diretores investem na medicina fabril:

[...] a “Policlinica Operária Sabino Ribeiro”, ponto alto daqueles serviços sociais e que obedece à sábia orientação e direção do Dr. Lourival Bonfim. Há duas salas de curativos, dois consultórios médicos, sala para aplicação de penicilina, rouparia, salão de Raio X, secção de fisioterapia com aparelhos de ondas curtas, diatermia, raios ultra violeta e infra-vermelho e, por fim, um bem instalado consultório dentário¹¹².

Em média, cerca de 30 a 40 operários eram atendidos diariamente na Policlínica. Os serviços de saúde estavam a cargo dos seguintes médicos facultativos: Lauro Porto, Hugo Gurgel, Canuto Garcia Moreno, Fernando Sampaio, João Perez Garcia Moreno, Aluizio Andrade, Luiz Bosco Sobral, Machado de Souza, e Osório Dias Ribeiro cuidando dos serviços dentários. Existia também um laboratório de exames clínicos, que estava a cargo do médico Izaac de Brito Lima, dispondo de um moderno serviço de microscopia e de manipulação, sendo que tudo era registrado em um fichário “com um movimento rigorosamente perfeito”. Por fim, tinha os serviços que eram prestados a domicílio através de um grupo de visitadoras especializadas¹¹³.

¹¹¹ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 143-170.

¹¹² *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

¹¹³ *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

Muitos operários utilizavam os serviços médicos da fábrica, como foi o caso de Eduardo Eloy dos Santos¹¹⁴ que, mesmo não estando doente, foi até a Policlínica pedir para que o médico lhe receitasse um fortificante, pois, como pagava a taxa de higiene, acreditava que tinha o direito de usufruir em qualquer hora dos serviços de saúde da empresa. Solteiro, torneiro, entrou na fábrica em 08-08-1947 e saiu em 10-06-1949, recebendo uma remuneração de Cr\$ 16,20 diários, foi ao consultório médico da fábrica e, chegando lá, encontrou o doutor Aloysio Andrade¹¹⁵ que lhe perguntou o que estava sentindo. O torneiro, em pé junto à mesa do consultório e com as mãos apoiadas por um guarda-chuva, respondeu que “nada estou sentindo, mas tenho direito porque descontei salário para ter direito a remédio; quero que me receite um fortificante”. O médico ponderou dizendo que os serviços médicos da fábrica eram para atender os casos de doenças confirmados por exame clínico e de laboratório; e que, como o operário nada sentia, não havia necessidade de lhe receitar remédios. Contudo, Eduardo Eloy estava irredutível e respondeu, em voz alta e grosseira, que “estou pagando e quero um fortificante”. Para finalizar o caso, visto que várias outras pessoas aguardavam na fila para fazer uma consulta, o médico pediu para que o operário se retirasse e levou o fato ao conhecimento de Epaminondas Vital, até que voltasse o diretor médico Lourival Bomfim para resolver o caso. Segundo Luiz Ribeiro de Brito, preposto da fábrica,

os médicos a serviço da reclamada são remunerados mensalmente e sujeitos ao regulamento da empresa descontando em folha de pagamento contribuição para o Instituto dos Industriários, considerados portanto como superiores hierárquicos dos empregados da reclamada [...].

Como se nota, os médicos detinham o poder não somente sobre o corpo dos indivíduos, mas também o da hierarquia, na qual os trabalhadores deveriam obedecê-los e nem podiam questioná-los. Os médicos enquadraram-se no processo de disciplinarização, pois

¹¹⁴ Eduardo Eloy dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-183/49, Aracaju (SE), Reclamante: Eduardo Eloy dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação. Processo com várias danificações.

¹¹⁵ José Aloysio Andrade, era natural de Japaratuba (SE), tinha a Cadeira de Clínica Médica, filho de Manuel Durval de Andrade e de Márcia Maciel Andrade, e nascido em 29 de abril de 1913. Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 15 de dezembro de 1937 ganhou vários títulos e fez diversos cursos de especialização. Em março de 1942 foi nomeado médico auxiliar do Serviço de Sífilis e Doenças Venéreas do Centro de Saúde da Capital; fez curso de Extensão Universitária de Eletrocardiologia Clínica, no período de 1951, no Rio de Janeiro; fez o curso de Radiologia, realizado na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, em novembro de 1951; foi sócio efetivo fundador da Sociedade Médica de Sergipe, em junho de 1954. Lecionou no Colégio Estadual de Sergipe, em 1941, como contratado, na cadeira de História Natural. Atuou também como gastroenterologista e cardiologista. Faleceu em abril de 1995, em Aracaju. Ver SANTANA, Antônio Samarone de; DIAS, Lúcio Antônio Prado; GOMES, Petrônio Andrade. *Dicionário biográfico de médicos de Sergipe: séculos XIX e XX*. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009, p. 128; SILVA, Henrique Batista e. *História da Medicina em Sergipe*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2007, p. 293-295.

se tornam vigilantes e controladores da grande massa de trabalhadores da fábrica, mas que, no entanto, difere dos outros vigias – como os mestres, contramestres, assistentes, entre outros – porque detêm o conhecimento e a aplicabilidade medicinal, assim sendo, a tarefa principal é a intervenção na saúde dos operários que se dará através de várias formas e que, no caso em apreço, corresponde ao uso de fortificante. Por suposição, o torneiro estava produzindo abaixo do normal e achava que precisava do fortificante para repor e ter mais energia para enfrentar o serviço diário. Entretanto, o corpo médico fabril precisava de exames clínicos para poder elucidar os problemas e aplicar corretamente o remédio para que se tenha uma provável cura.

Aliás, para ser funcionário da fábrica Confiança, logo no início, o indivíduo passa por diversos exames clínicos. Eduardo Eloy, quando entrou na empresa e quando foi submetido aos vários exames médicos, tinha em sua ficha de registro que era portador de uma bronquite, fazendo com que periodicamente fosse ao consultório médico e, após ser examinado, obtinha um fortificante. Na penúltima vez que foi ao médico, segundo o depoimento do operário, foi indicado um remédio de vermes; e quando acabou de tomar o remédio, voltou para pedir um fortificante. O operário disse que estava doente, mas o médico pediu que ele se retirasse levantando-se e dando um empurrão. O torneiro não gostou e falou que, para usufruir dos serviços médicos da firma, pagava cerca de vinte e sete cruzeiros e vinte centavos mensais, mas, então, o médico lhe disse “Você não come? Para que remédio?”. Após isso, sentiu-se lesado, entregou sua ficha para a enfermeira, e foi fazer uma reclamação ao seu patrão Sabino Ribeiro.

Os conflitos entre os operários e os médicos aconteciam constantemente. Teve outro caso, agora com o diretor de medicina Lourival Bomfim¹¹⁶, que faltava ao trabalho e isso prejudicava os pacientes que precisavam de atendimento:

A direção da Fábrica Confiança não trata os operários como estes merecem, são humilhados, castigados, etc. Ultimamente grande número de operários que procuram se receitar com o dr. Lourival Bomfim, não tiveram a felicidade pois esse médico não tem aparecido e nem ao menos comunica aos operários para que os mesmos não

¹¹⁶ O aracajuano Lourival Bomfim, diretor dos serviços médicos da fábrica Confiança, filho de Serafim Bomfim e Antônia Rosa de Melo, nasceu em 22 de outubro de 1909. Fez sua graduação na Faculdade de Medicina da Bahia (1934) e logo foi atender os moradores de Capela (SE) desempenhando a função de clínico geral. Depois, transferiu-se para Aracaju sendo radiologista dos hospitais de Cirurgia e de Santa Isabel. Trabalhou no serviço de Radiologia e Tisiologia da Secretaria do Estado da Saúde e foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Sergipe lecionando a disciplina de biofísica. Em 1966, fez um curso de aperfeiçoamento para professores no Departamento de Bioquímica da Universidade Federal de Pernambuco. Teve atuação também nas pesquisas sobre o meio ambiente sergipano, com trabalhos nas áreas de piscosidade dos rios, preservação de manguezais, poluição dos rios e mares pelo petróleo. Seu currículo foi analisado pela Nações Unidas e foi indicado para participar do I Fórum Mundial sobre Meio Ambiente, realizado em Estocolmo (Suécia). Lutou contra os perigos do efeito estufa e o aquecimento global. Faleceu, em Aracaju, no dia 15 de agosto de 1996, com 86 anos de idade. Idem, p. 152.

fiquem a espera-lo até as tantas da noite. Deixar o serviço às 16 horas e ficar esperando até às 19 e, no fim, nada de médico...¹¹⁷

Novamente aparecem os conflitos cotidianos entre trabalhadores e médicos, sendo o péssimo atendimento a principal causa – que inclusive não era exclusividade das clínicas, mas também ocorriam casos de descontentamento na enfermaria, na qual os operários eram recebidos com grosserias¹¹⁸.

Vários operários ficavam enfermos, seja por algum problema de saúde, eventualidades, ou exaustão do trabalho na fábrica. A fiandeira Helena Vieira Santana¹¹⁹, casada, residente à Rua Nobre de Lacerda, nº 949, faltava muito ao serviço, mas que tais faltas seriam por motivo de doença, e procurava o médico da fábrica para obter licença. Muitas vezes a operária não aguentava o serviço e pedia ao mestre Cícero que lhe dispensasse naquele dia, e assim, voltava para casa – e teve ainda uma vez que deixou de comparecer ao trabalho por cerca de dois dias por causa de uma gripe. O advogado da fábrica João de Araújo Monteiro, por sua vez, informou que a fiandeira não procurava justificar tais faltas e tampouco se consultou com os médicos da empresa, mas que não ia ao serviço porque queria ganhar indenização para viajar para a Bahia.

A pessoa só podia ir ao médico quando não estivesse em horário de serviço. O enfermo tinha que esperar até que o trabalho daquele dia chegasse ao fim e, assim, poderia se consultar com o médico. O operariado da fábrica Confiança pagava uma taxa de higiene, logo, tinha direito a ter uma assistência clínica digna¹²⁰.

O aumento da chamada “taxa de higiene” de Cr.\$10,00 para Cr.\$20,00, é um verdadeiro absurdo e está causando indignação entre os operários. Só podemos classificar esse aumento como um atentado contra o salário-mínimo, com o fito de anulá-lo. Vejamos: contribuimos com Cr.20,00 mensais para o Sindicato, com direito a todos os benefícios da assistência médica não só para os associados como para toda a família. E a taxa de higiene, que vai para os cofres da fábrica? É um desconto de Cr.\$80,00 mensais e somente o operário tem direito a se beneficiar de uma pretensa “assistência” que na prática não corresponde ao mínimo das nossas necessidades. Enfim, é uma assistência que não satisfaz aos operários. A fábrica, de remédios, em geral só fornece xarope e pilulas e quanto a consulta médica, os poucos que ainda procuram isso lá, se sujeitam a perder um bocado de tempo; quando os médicos aparecem e atendem parecem, pelo que se nota, que estão

¹¹⁷ *Fôlha Popular*, 30-06-1956, p. 04.

¹¹⁸ *Fôlha Popular*, 11-08-1956, p. 03.

¹¹⁹ Helena Vieira Santana, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-323/51, Aracaju (SE), Reclamante: Helena Vieira Santana, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

¹²⁰ Na fábrica Sergipe Industrial, cada operário sofria um desconto de cerca Cr\$6,80 semanais devido à taxa médica. Uma operária, por exemplo, recebeu cerca Cr\$21,00, quando deveria ganhar 27,00. Pode parecer pouco, mas, contabilizando mensalmente, a taxa médica traz problemas no orçamento financeiro da família. *Gazeta Socialista*, 17-06-1950, p. 04.

fazendo um favor. A verdade é que, por isso mesmo, os operários evitam procurar assistência médica na fábrica. A questão da taxa de higiene é uma questão que merece ser discutida no Sindicato. Juntos, formando uma grande força, acharemos uma solução para esse desconto absurdo¹²¹.

O sindicato cobrava uma taxa médica cujo plano cobria toda a família do operário e, além disso, percebe-se que também oferecia advogados quando alguém entrasse na justiça, apesar de que muitos advogados faltavam nas audiências do Ministério do Trabalho. Contribuía, para a procura dos médicos do sindicato, as grosseiras que os trabalhadores sofriam quando iam se consultar com Lourival Bomfim e com as enfermeiras da fábrica. Se consultar com os médicos da indústria era uma verdadeira peleja tanto que alguns operários faziam uso dos serviços externos. O operário Luiz Adolfo Santos¹²², solteiro, morador na Rua São Francisco, nº 17, Bairro Santo Antônio, trabalhava para a firma Confiança desde o dia 10 de junho de 1942 e recebia o salário diário de Cr\$ 16,20 que era contado e pago semanalmente, no dia 25 de novembro de 1949 se afastou do serviço por motivo de doença e não recebeu o auxílio enfermidade. O médico do sindicato, que o operário se consultou, deu-lhe vinte dias para tratamento de saúde, enquanto que o da fábrica não reconheceu o atestado como sendo bom¹²³. Como investe na medicina, o patronato apenas reconhece como válidos os atestados que são produzidos pelos seus médicos e assim mantém um efetivo controle sobre a saúde e a doença dos seus empregados. Ao final do processo, no dia 12 de dezembro de 1949, foi assinado um termo de conciliação entre o reclamante e a reclamada. Ficou em acordo que:

a) a reclamada enviará o reclamante ao Instituto de Aposentadoria; compromete-se também pagar integralmente o auxílio enfermidade, caso o médico desta autarquia, o considere incapacitado; b) a reclamada pagará as custas, para cujo efeito foi arbitrado o valor do presente processo em Cr\$50,00; as custas serão pagas da seguinte maneira: cinco cruzeiros em estampilhas Federais e mais um selo de Educação e Saúde, também Federal.

¹²¹ *Fôlha Popular*, 01-09-1956, p. 02.

¹²² Luiz Adolfo Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-370/49, Aracaju (SE), Reclamante: Luiz Adolfo Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

¹²³ Os médicos constantemente entravam em conflitos na hora da expedição dos laudos e muitos inclusive tentavam desclassificar os seus próprios companheiros de profissão. Exemplo dessa discordância entre os médicos foi estudado por Michel Foucault que se baseou no dossiê do parricida Pierre Rivière que degolou sua mãe, sua irmã e seu irmão com bastante crueldade. O mais importante no livro é perceber os conflitos e as divergências de opiniões entre os próprios médicos, os juízes e a sociedade para poder fazer a patologia se o criminoso era louco, demente, teve uma alucinação ou mesmo se gozava de racionalidade. Nesse período, o saber médico estava tentando se firmar na sociedade e, para tanto, visitava a população e começava a interferir nos resultados dos tribunais. Ver mais em FOUCAULT, Michel (org.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: Um caso de parricídio do século XIX*. Tradução de Denise Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

O aparato estrutural, composto por clínicas e laboratórios e o corpo de médicos, tinha, apesar dos conflitos e dos problemas, um papel importante no controle da saúde e cura das enfermidades dos operários. Como se viu, muitos trabalhadores ficavam doentes e precisavam se consultar, sendo que podiam ir até os médicos da fábrica e gozar de certos benefícios que muitas pessoas, como parte da população pobre aracajuana, nem tinham acesso e teriam que ir para os hospitais públicos.

Os médicos da fábrica Confiança tinham ampla especialização, atendendo em consultas privadas e também pertenciam ao corpo de funcionários de vários hospitais da capital sergipana, como no caso do Hospital de Cirurgia. Com isso, pode-se dizer que o corpo médico da fábrica têxtil não era selecionado de forma arbitrária, mas sim optava por profissionais renomados e conhecidos inclusive nacionalmente. Por exemplo, o corpo de funcionário do Hospital de Cirurgia tinha, no ano de 1955, como médicos auxiliares Hugo Gurgel, Canuto Garcia Moreno, Luiz Bosco, Lourival Bomfim, e Fernando Sampaio¹²⁴ como vice-presidente do hospital, e como tesoureiro Lauro Porto¹²⁵. Esses médicos já trabalharam na fábrica Confiança, confirmando assim que o patrão não contratava profissionais com pouca experiência profissional ou que não tivessem sucesso na área médica.

Eles tinham consultórios e faziam atendimentos particulares, como demonstram os vários anúncios que divulgavam nos jornais. Canuto Garcia Moreno¹²⁶ divulgou que fazia

¹²⁴ Fernando Sampaio nasceu em 22 de agosto de 1916, em Riachuelo (SE), e filho de Álvaro de Oliveira Sampaio e Thalia de Oliveira Sampaio. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 14 de dezembro de 1940, e fez a especialização em cirurgia na Faculdade de Medicina de São Paulo e um curso de aperfeiçoamento de cirurgia torácica na Universidade de Michigan (USA) em 1958. Presidente e redator do Boletim do Centro de Estudos do Hospital de Cirurgia e cirurgião do Pronto Socorro desse hospital. Foi membro titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões e presidiu a Sociedade Médica de Sergipe, entre 1962 e 1964. Foi um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Sergipe, sendo professor titular da disciplina de cirurgia geral, e chefe do Departamento de Cirurgia e Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Sergipe. Mais tarde, recebeu o título de professor emérito da UFS em 31 de maio de 1979. Faleceu em 25 de outubro de 1979, em Aracaju. SANTANA, Antônio Samarone de; DIAS, Lúcio Antônio Prado; GOMES, Petrônio Andrade, op. cit., p. 90; SILVA, Henrique Batista e. op. cit., p. 300-301.

¹²⁵ No período natalino, o jornal católico *A Cruzada* lançava várias matérias especiais sobre as personalidades sergipanas. Em 1955, o escolhido foi o médico Augusto César Leite, um dos principais fundadores do Hospital de Cirurgia e principal personagem na evolução da medicina em Sergipe. O dossiê do jornal trouxe uma entrevista com esse médico e fez uma longa matéria sobre o início do Hospital de Cirurgia, a sua estrutura no ano de 1955, o corpo de médicos, algumas fotografias, entre outras coisas. Para a matéria, que aqui foi recortada e adaptada, ver *A Cruzada*, 24-12-1955, p. 16-17.

¹²⁶ Canuto Garcia Moreno nasceu em 13 de janeiro de 1916, em Santos (SP), filho de Pedro Garcia Moreno e Maria Ambrosina Brandão Moreno. Ainda criança, transferiu-se para Maruim (SE). Teve sua formação na Faculdade de Medicina da Bahia, em 13 de dezembro de 1941, atuou em Capela e também em Aracaju como cirurgião e diretor clínico do Hospital Santa Isabel, chegando até a participar da elaboração do primeiro regimento interno desse hospital. Depois atuou como proctologista e cirurgião geral do Hospital de Cirurgia. Fez a sua primeira cirurgia de laparotomia, auxiliado por Osvaldo Leite, em 18 de maio de 1948. Ao lado de alguns amigos, introduziu em Sergipe a cirurgia torácica. Em 1962 voltou para Santos, mas deixou um registro de 1.837 operações cirúrgicas realizadas em Sergipe. Era patrono da Academia Maçônica de Sergipe e da cadeira de número cinco da Academia Sergipana de Medicina. Faleceu em 12 de novembro de 1969 na sua cidade natal. SANTANA, Antônio Samarone de; DIAS, Lúcio Antônio Prado; GOMES, Petrônio Andrade, op. cit., p. 64.

cirurgia geral, de varizes, e seu consultório estava localizado no Edifício Aliança, Segundo Andar, Sala 203, e aberto diariamente das 16 horas em diante¹²⁷. Lauro de Britto Porto atendia as pessoas com problemas nos olhos, ouvido, nariz e garganta, no endereço na Rua João Pessoa, 256, fone 445, sendo que sua residência ficava na Travessa José de Faro, nº 29, fone 498¹²⁸. Já João Baptista Perez Garcia Moreno, irmão de Canuto Garcia Moreno, atendia na especialidade de neuropsiquiatria com consultório na Rua Laranjeiras, 224, e residência na Praça Olímpio Campos, nº 439¹²⁹. Com esses médicos, funcionários da empresa Confiança, salienta-se que o investimento fabril ocorria em diversos segmentos, como na área de psiquiatria, de oftalmologia e otorrinolaringologia, e cirurgia geral.

O corpo dos indivíduos sofre uma decomposição para um favorável e exato procedimento médico, como o diagnóstico positivo dos problemas e a futura elucidação e cura da enfermidade. Ocorre uma “partilha” corporal na qual cada médico, com sua própria especialidade, tem o dever de analisar a parte que se dedicou na sua formação intelectual, ou seja, fica responsável por acabar com o problema específico e que tem amplo conhecimento. Se tal especialização é uma realidade então dentro da fábrica precisa-se de vários médicos, formando assim um corpo medicinal – mas que, designa uma pessoa (o diretor Lourival Bomfim) responsável na coordenação e administração.

Desde já, é importante dizer que a medicina moderna tem, como coloca Michel Foucault, uma finalidade terapêutica, de cura. Por volta do século XVIII, começa uma reestruturação (“um novo olhar”) do hospital adquirindo assim novos contornos principalmente sendo programado como um instrumento terapêutico e de intervenção sobre a doença e o doente. Antes, na Europa da Idade Média, o hospital não tinha a funcionalidade de curar, mas era uma instituição de assistência aos pobres, bem como de separação e de exclusão. Acrescenta-se também o caráter de uma proteção social: recolher o pobre doente para que as outras pessoas não sejam afetadas e contraíam doenças. Enfim, o personagem ideal dos hospitais era o pobre que está morrendo. Com isso, já sabendo do destino certo do indivíduo, busca-se a sua salvação eterna, por isso que a administração dos hospitais estava controlada pelos religiosos ou leigos. A partir do século XVIII, a formação da medicina hospitalar acontece por conta de uma disciplinarização do espaço e, por outro lado, pela transformação do saber e da prática médica. Deveria, em primeiro lugar, agora, ter uma maior preocupação espacial dentro e fora do hospital: percepção sanitária da cidade como analisar se

¹²⁷ *Sergipe-Jornal*, 31-08-1954, p. 03.

¹²⁸ *Gazeta Socialista*, 01-05-1951, p. 03.

¹²⁹ *Gazeta Socialista*, 01-05-1951, p. 03.

as águas estão poluídas e também o ar atmosférico; deve-se também calcular a distribuição interna, como o planejamento e as divisões das salas onde os indivíduos doentes ficavam, se tem circulação de ar purificado para evitar os contágios de doenças entre as pessoas, etc. A segunda mudança refere-se à transformação do sistema de poder dentro do hospital: o médico, que fazia visitas irregulares, passa a se multiplicar e se afirmar cada vez mais, nisso, o espaço passa a ser organizado medicamente. Em terceiro lugar, por fim, houve uma organização exaustiva de um regime de registro permanente de tudo que acontece: constitui-se assim um campo documental que servirá para a formação de saber, isto é, para a educação dos profissionais médicos; o indivíduo doente emerge sendo um objetivo terapêutico, mas também se torna objeto de saber e da prática médica. A medicina moderna não atua somente sobre o indivíduo, mas preocupa-se com o enquadramento do coletivo, pois a sociedade como um todo recebe os discursos e práticas médicas¹³⁰.

Voltando para a realidade da fábrica Confiança, consegue-se atribuir várias características que ainda predominam tanto para o saber e quanto para a prática dos médicos, mesmo que seja na segunda metade do século XX. Lembre-se da existência de um fichário que registra, ponto a ponto, todo o percurso clínico dos operários, como as enfermidades e o que se pode fazer para curar, entre outras coisas. Essa disciplinarização, que é produzida pela medicina fabril, vigia os corpos doentes para ver qual o desempenho dos operários. Além do fichário, existe um registro que não é tanto material, mas inter-relacional. Os médicos não necessariamente precisavam anotar em fichas quais eram os trabalhadores da fábrica que mais necessitavam de cuidados medicinais, pois, como conviviam diariamente, sabiam quem estava mais apto para o trabalho e quem não estava.

Além do registro, os médicos faziam escalas diariamente na fábrica, apesar de alguns casos que mostravam que eles faltavam ou que não queriam atender. Os profissionais comandavam a medicina fabril e atendiam frequentemente os operários que estavam doentes, além de que contavam com um grupo de visitadoras especiais que iam às casas das pessoas. Enfim, o médico era uma realidade dentro da fábrica e a sua participação na vida dos operários tendia a aumentar cada vez mais.

Outro ponto de destaque era a espacialização da medicina da fábrica. Teve a construção de clínicas, policlínicas, enfermarias, laboratórios, tudo para que tivesse um diagnóstico positivo do doente, sua cura, e a sua volta o quanto antes ao serviço. Divide-se espacialmente o “hospital fabril” e, para cada canto, designa um responsável médico, isto é,

¹³⁰ FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012, p. 171-189.

por exemplo, o laboratório de exames clínicos tinha a direção de Izaac de Brito Lima e já o consultório dentário estava com Osório Dias Ribeiro. Com essa separação propõem-se maiores cuidados clínicos, acabar com a circulação de doenças dentro da fábrica, e manter um padrão sanitário eficaz.

A medicina fabril estava racionalizada, isto é, contava com médicos especializados e diplomados nas melhores faculdades do país e baseava-se no método científico, rejeitando assim qualquer tipo de curandeirismo ou de “práticas medicinais” populares. No interior da fábrica Confiança pairava apenas a medicina científica no tratamento das enfermidades do operariado. Aliás, isso era uma característica também da sociedade aracajuana que afirmava a soberania dos médicos e dos hospitais como os principais responsáveis por curar as doenças da população, como demonstram os jornais que traziam constantemente informações sobre os avanços estruturais e científicos da saúde local.

A historiadora Gabriela Sampaio¹³¹ analisou os conflitos dentro da própria classe médica e também dos médicos com os curandeiros, boticários, feiticeiros, barbeiros sangradores, benzedeiros, etc., durante o período imperial brasileiro. A medicina oficial queria se concretizar socialmente e então começou a perseguir as práticas populares que não tinham o caráter científico. Entretanto, o povo e a elites frequentavam os curandeiros e costumavam duvidar e temer os médicos, que até divergiam no melhor tratamento para os seus pacientes, além de se acusarem e muitas vezes não terem o apoio das autoridades policiais e legislativas. A crença nos médicos não estava ainda consolidada e a medicina era algo quase iniciante, dando os seus primeiros passos, com hospitais precários e pejorativamente chamados de “depósitos de doentes”. Com isso, a situação de maior prestígio da classe médica somente iria ser afirmada nas primeiras décadas da República, apesar do chamado curandeirismo ainda continuar forte.

No interior da fábrica Confiança, entre as décadas de 1940-50, os médicos já estavam consolidados como os únicos agentes de cura dos operários. Sabino Ribeiro não aceitava que as práticas de medicina popular estivessem presentes dentro do seu estabelecimento, pois contratava médicos, construía clínicas, e somente tinha validade os atestados médicos, quando os operários não se consultavam com os profissionais da fábrica, de hospitais registrados e consagrados. Ele gastava anualmente uma quantia considerável com a saúde dos seus funcionários, segundo mostra o quadro abaixo:

¹³¹SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

Relatório do Serviço Médico da Sociedade em Comandita por Ações Ribeiro, Chaves & Cia., relativo ao ano de 1949.	
SERVIÇO CLÍNICO	
Doentes examinados	3539
Exames de saúde	488
Internamento de doente nos Hospitais de Cirurgia e Psicopatas	15
OTORRINOLARINGOLOGIA	
Doentes examinados	183
SERVIÇO DE RAIOS-X	
Radioscopias	968
Radiografias	382
FISIOTERAPIA	
Aplicações	427
LABORATÓRIO	
Reações de Kahn	350
Hemogramas	42
Ovohelmintoscopia	160
Exames de urina	431
Exames diversos	1104
SERVIÇO DENTÁRIO	
Extrações	535
Obturações	298
Curativos	2077
FARMÁCIA	
Receitas aviadas	2830
SERVIÇO DE ENFERMAGEM	
Visitas a domicílio	877
Curativos	4860
Gramas de estreptomicina aplicadas	148
Unidades de Penicilina aplicadas	164600000
Injeções diversas	11030

Quadro feito pelo chefe do serviço médico Lourival Bomfim mostrando os gastos com a saúde para o relatório correspondente ao exercício de 1949 da fábrica Confiança. *Diário de Sergipe*, 12-04-1950, p. 02.

Conclui, então, que o patrão investia profundamente na medicina científica da sua fábrica contratando profissionais especializados e que frequentaram as melhores faculdades nacionais, e quiçá mundialmente, além de trabalharem para os hospitais da capital sergipana. Ele construiu clínicas, enfermarias, laboratórios, entre outras coisas, e também tinha um grupo de visitantes que ia aos domicílios operários. Vários funcionários utilizavam os serviços de saúde, como atesta o quadro, contando com quase quatro mil atendimentos em 1949 no serviço clínico, mas aconteciam, por diversas vezes, conflitos com os médicos. O mais importante, entretanto, foi analisar o forte investimento médico na fábrica para que os operários usufríssem de favorável atendimento, mas que o intuito principal do patrão era aumentar o efeito útil do trabalho.

2.4 - MENORES APRENDIZES: PRODUÇÃO E EDUCAÇÃO

Vários menores trabalhavam na fábrica Confiança, fazendo parte da produção intensa de mercadorias e desempenhando diversas funções. O ajudante mecânico Antônio José dos Santos¹³², solteiro, residência na Rua Porto da Folha, nº 906, Bairro Monte Castelo, começou a trabalhar em 05 de agosto de 1952 e foi demitido em 19 de fevereiro de 1955, recebia um salário de Cr\$ 103,00 semanais, não gozou de férias e “que foi suspenso injustamente por 8 dias, que ao apresentar-se ao serviço, foi informado que estava suspenso novamente por mais 8 dias; que entretanto mandaram-no trabalhar e ao pegar o serviço mandaram suspender o mesmo e que se apresentasse no Escritório sendo então despedido”. Em 10-03-1955, na audiência trabalhista, o advogado João de Araújo Monteiro disse que o operário cometeu indisciplina, por duas vezes seguidas, negando-se a fazer o serviço determinado pelo mestre da oficina: em 10-02-1955, o menor foi suspenso por oito dias, e então, voltando ao serviço em 19-02-1955, novamente negou-se a trabalhar tendo como resultado a rescisão do seu contrato. O menor tentou justificar a sua negação para fazer o trabalho designado, afirmando que:

realmente, mandaram o declarante virar uma telas; que entregaram os arames e mais nada e depois os alicates, porque o declarante pediu; que o declarante não sabia fazer aquele serviço; que o declarante pediu explicação aos mestres e contramestre sobre o serviço, nada tendo êstes adiantado ao declarante, porque também o desconheciam; que o mestre e o contramestre tentaram ajudar o reclamante, mas não o conseguiram, em virtude de não entenderem do serviço, como já disse; que o reclamante pediu, então, a ajuda de um colega, o qual foi dando explicações ao declarante, tendo êste feito um pedaço, embora mal feito.

Ele ainda esclarece que largou o serviço para ir tomar um pouco de água, porém foi suspenso. Em seu regresso, entregou o seu cartão ao mestre que não gostou da atitude e achou que estava sendo zombado, despedindo o menor. Após o depoimento do reclamante, apresentou-se a sua testemunha: José Ricardo Santos, solteiro, mecânico, com 32 anos de idade, residente à Rua Nereu Cunha, 229, no Bairro Joaquim Távora, declarou quase as mesmas coisas do adolescente, mas acrescentou que, vendo o ajudante mecânico sem as ferramentas, pediu para que buscasse um alicate, um martelo e mais outro instrumento, e também o auxílio de mais uma pessoa – só que o pedido, feito às oito horas e alguns minutos, só foi concretizado ao meio dia. Ele ratificou que o menino não sabia fazer o serviço e que foi pedir ajuda ao mestre e ao contramestre que não souberam ensinar. Antônio José deveria ter

¹³² Antônio José dos Santos (menor), Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Pro. JCJ-SJ-77/55, Recl. 119/55, Aracaju (SE), Reclamante: Antônio José dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

um ajudante que seria uma pessoa encarregada de lhe ensinar o serviço, porém fizeram mudanças passando então ele próprio a fazer a função desse ajudante. Sobre a confusão do cartão, a testemunha informa que:

[...] o reclamante ficou esperando o mestre para entregar o cartão; que o contramestre, então, pediu o cartão, ao que o reclamante respondeu que não entregava ao contramestre e sim ao mestre e que precisava falar com este; que quando o mestre chegou o reclamante lhe perguntou: “Meu mestre, qual é o motivo que o senhor me baixou, me detratou sobre uma mulher dama?”; que o mestre respondeu que não havia detratado o reclamante relativamente àquele assunto; que o reclamante, então, disse que quem debochava com homem só podia ser mulher e ele, reclamante, não era mulher.

Ainda conforme o depoimento da testemunha, o menino acrescentou que não daria certo continuar trabalhando na fábrica e, então, mandaram-no ao escritório. Em 25-04-1955, às quinze horas, o advogado da fábrica apresentou as suas duas testemunhas. A primeira era Edson Lacerda, casado, mestre mecânico, residente na Avenida João Rodrigues, 533, Bairro Industrial, trabalhava na firma fazia já vinte e seis anos, declarou que o menino foi demitido porque quis, pois não aparecia na secção para trabalhar e, quando fazia isso, constantemente tinha uma justificativa. A testemunha disse que aconselhava o garoto no serviço - observando que de nada adiantava os seus conselhos -, falando que ele deveria tomar cuidado para não gastar tanto material, mas teve a seguinte resposta: “Eu me estrago, quanto mais o material”. Percebendo a falta de compromisso, Edson Lacerda enviou um rapaz, o serralheiro Afonso Pena, para fazer o serviço de telas, mas o reclamante não lhe prestava auxílio ficando parado – e, então, ele levou o garoto até o escritório que teve uma suspensão. Quando voltou à fábrica, o contramestre pediu o cartão – documento que era fornecido pelo escritório e necessário para o ingresso na secção de trabalho – e, sendo-lhe recusado o pedido, declarou para o menor que só iria receber dinheiro quando começasse a trabalhar. Então:

que o reclamante procurou o declarante a quem entregou referido documento; que, depois, o declarante foi à secção onde trabalhava o reclamante, havendo o contramestre dito ao declarante que o reclamante não lhe quiz entregar o documento em questão e que o mesmo havia dito que o serviço da tela não o faria mais; [...] que, em virtude disto, o declarante levou o reclamante ao escritório, onde este tudo confirmou; que estas foram as razões porque o reclamante foi despedido [...].

Esclarece também que a pessoa que deveria ensinar o trabalho para o garoto seria José Ricardo Santos que trabalhava na oficina mecânica e estava de férias, porém quando voltou ao serviço foi demitido. José Ricardo foi a testemunha de defesa do menor e que falou várias coisas ruins da fábrica, inclusive dizendo que o mestre e o contramestre não sabiam ensinar e

nem tinham experiência. O seu depoimento na justiça trabalhista não foi visto com bons olhos pela direção da fábrica, custando-lhe o emprego. Edson Lacerda informou, ao final do seu depoimento, “que referido senhor estava de férias e ao voltar foi despedido; que quando o empregado José Ricardo veio depor já estava de férias; que, terminadas as férias e retornando ao serviço, foi o senhor Ricardo despedido”. Por isso, entende-se que o operário foi demitido após o seu depoimento “polêmico” na justiça, decerto como uma forma de punição da direção fabril. Só que a testemunha, em seguida, tenta justificar afirmando “que dita despedida decorreu do corte que se está fazendo, em virtude da adaptação da energia fornecida pela cachoeira de Paulo Afonso; que não foi somente o senhor Ricardo que foi despedido, mas já foram uns três” e que, quando concluída a adaptação, a secção será extinta e os que nela trabalham serão demitidos também.

Dorgival Moura, segunda testemunha da reclamada, era casado, contramestre mecânico, residente à Rua Sabino Ribeiro, 198, declarou, entre tantas outras coisas, que o garoto não fazia o serviço e ficava conversando com colegas, e que o trabalho com telas era bastante fácil e qualquer pessoa podia fazê-lo. Sobre a confusão do cartão, ele informa que perguntou se o menino havia “trazido a entrada”, no qual respondeu que sim e que somente entregaria ao mestre. Mesmo com a ameaça do salário que podia não receber, o menor ainda ficou parado esperando o mestre, mesmo que o cartão também pudesse ser entregue ao contramestre. Por fim, a testemunha salienta “que o reclamante gostava sempre de traquinar, isto é, mexer nas máquinas, tanto assim que era preciso observá-lo sempre”.

José Laurindo Cerqueira, advogado do reclamante, disse que o menino foi vítima da falta de habilidade na execução de um serviço especializado e também do excesso de rigor dos superiores hierárquicos. Aproveita a oportunidade e retoma o assunto da demissão injusta de José Ricardo, afirmando que:

informou uma testemunha da reclamada que tal despedida operou-se porque, com a utilização da energia de Paulo Afonso, a secção em que trabalhava o reclamante, iria desaparecer, informação, entretanto, que comporta dúvida, por isso que a mesma continua existindo e alguns operários ainda nela trabalham.

Voltando à defesa do seu cliente, o advogado pontua que ele era menor de idade e “parco de recursos intelectuais” para desempenhar desde uma tarefa simples até as tarefas mais complicadas, como o uso de ferramentas para a confecção de uma tela de arame. Referente ao cartão, o advogado diz que isso nada afeta o contrato de trabalho, pois não houve prejuízos para a empresa.

A Junta, quando estava proferindo a decisão final, mostrou um argumento que lembrava as testemunhas apresentadas pelo advogado da fábrica, fincando que o menor operário não se interessou pelo serviço e que recebeu, então, uma suspensão disciplinar de oito dias pelo fato de não entregar o cartão ao contramestre e cometer ato de indisciplina. E “assim, entendemos que a despedida imposta ao reclamante assentou-se na ocorrência de justos motivos” e que resolve “por unanimidade, julgar improcedente a reclamação [...]”.

A aprendiz de urdideira Genildes Freire de Oliveira¹³³, solteira, com residência na Avenida Coelho Campos, 1099, iniciou os serviços na fábrica em 30 de julho de 1953, recebendo uma média de Cr\$ 130,00 semanais, sendo demitida em 12 de janeiro de 1955. A confusão começou a partir de um bilhete enviado pela empresa *São José do Pinheiro*, da firma Franco & Cia., localizada em Laranjeiras (SE), que dizia o seguinte:

Estamos enviando n/ caminhão conduzido pelo motorista Sr. Vicente Alves de Lima, a fim de Vv. Ss. mandarem - 5.000 sacos por conta de n/ pedido, conforme entendimento que tivemos hontem por telefone. Aproveitamos, tambem, da oportunidade para fazer chegar as mãos de Vv. Ss. para a devida apreciação, 166 (cento e sessenta e seis) sacos defeituosos, conforme Vv. Ss. poderão constatar da costura dos mesmos. Limitados ao exposto, subscrevemo-nos.

Segundo esse aviso, os sacos estavam defeituosos por não serem costurados corretamente e assim acarretando prejuízos. No dia 02-02-1955, às 14h, o advogado João de Araújo Monteiro declarou que Genildes Freire trabalhava na secção de fabricação de linha para costurar sacos e que esta linha exigia a torção de dez fios. Entretanto, por diversas vezes, a menina fora advertida pelo seu mestre por conta de utilizar apenas cinco, seis, ou mesmo sete fios, resultando que a linha ficava muito fraca e começando a rasgar facilmente os sacos costurados. Apesar da advertência do mestre, a menor continuava persistindo no seu erro e isso acarretava prejuízos para a fábrica que chegava a receber reclamações por conta de sacos que se rasgavam facilmente. E, na última vez do prejuízo, a firma resolveu demiti-la. Para complementar, o advogado ainda cita que a garota era uma operária faltosa no serviço. Em sua defesa, Genildes Freire informou que, logo quando iniciou os serviços na fábrica, desempenhava a função de urdideira passando depois a trabalhar como enroladora e, por fim, estava na tecedeira. Ela nunca foi repreendida pelo mestre da sua secção e, por isso mesmo, ficou surpreendida quando teve conhecimento de sua demissão, sendo assim:

¹³³Genildes Freire de Oliveira (menor), Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Prc. JCJ-SJ-33/55, Rec. 37/55, Aracaju (SE), Reclamante: Genildes Freire de Oliveira, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

so podendo atribuir este fato à má vontade do mestre; que a má vontade deste resultou de ter a declarante recusado convite que lhe foram feitos para encontros fóra das horas de serviço; que durante todo o tempo em que trabalhou, nunca sofreu nenhuma suspensão e nem mesmo foi advertida por qualquer falta praticada no serviço.

Em 17-02-1955, às quinze horas e trinta minutos, apresentou-se a única testemunha da reclamante: Ezíquio Mariano da Silva, casado, mestre, residente à Rua Sabino Ribeiro, 271, no Bairro Industrial, declarou somente que durante o tempo em que a menor trabalhou na sua secção mostrou ser uma boa operária; e que não poderia falar mais nada, pois a operária estava trabalhando em outra secção da empresa. Logo em seguida, Waterloo Santos, testemunha da fábrica, casado, mestre da secção de tecelagem nova, residente à Avenida João Rodrigues, 505, Bairro Industrial informou que a menina foi advertida por ele, dois dias antes de ser demitida, por conta de trabalhar:

[...] com quatro fios, quando devia trabalhar com dois na fabricação de linha para trama de brim; quanto à fabricação de linha para costurar sacos, a reclamante também estava fazendo o serviço erradamente, pois devia trabalhar com dez fios, e estava trabalhando com cinco e seis fios, do que resulta aumentar a produção para o operário em prejuízo da fábrica, pois os sacos ficam sem resistência e rompem-se facilmente na costura; que a empresa recebeu reclamações [...].

Cerca de duzentos e sessenta sacos foram devolvidos causando prejuízo para a fábrica e, mesmo com a repreensão do mestre, a operária continuou cometendo novas falhas, levando a direção a optar pela sua demissão. O declarante diz que tem certeza da culpa da menina pelo fato de que a máquina que ela trabalhava, parada às vinte e duas horas, voltou a funcionar no dia seguinte, às cinco horas da manhã, estando com apenas cinco ou seis fios ao invés de dez.

A fabricação de linha requer intensa atenção na junção dos fios cuja quantidade torna-se variada de acordo com a sua utilização. A segunda testemunha da reclamada, Miguel Alves, que era solteiro, 23 anos de idade, contramestre, residente à Rua Sabino Ribeiro, nº 94, Bairro Industrial, esclarece que a reclamante trabalhava na secção de fabricação de linhas para costurar sacos e que, por sua vez, também produzia linha para trama de brim. Esse último tipo de linha contém cerca de dois fios, porém a aprendiz utilizava quatro fios e causava prejuízo para a firma. O declarante ainda acrescenta que o erro se devia a “falta de atenção no serviço” e também por conta de que, ao trabalhar com uma menor quantidade de fios, a operária aumentava a produção, visto que as linhas fabricadas por ela continham no máximo seis fios e não dez para costurar sacos, e assim diminuiria o tempo de enrolação. E, como a operária recebia por produção, saíria ganhando.

O tribunal na decisão final fez um levantamento dos erros cometidos pela operária, tanto na produção de fios para costurar sacos quanto na produção de brim, que inclusive foram apresentados como provas na audiência trabalhista. E “nestas condições, não se pode deixar de reconhecer que houve justa causa para a rescisão contratual” e considerando os autos resolve “por unanimidade, julgar improcedente a reclamação [...]”.

Os dois casos citados oferecem alguns pontos que devem ser analisados. Primeiramente, o fato de que muitos menores não sabiam desempenhar as tarefas que eram designadas pelos seus superiores hierárquicos. Fazer telas de arame através do manejo de ferramentas complicadas não deveria ser uma coisa tão simples, pois contava também o fato de que poucos estavam dispostos a ensinar o menor Antônio José; e fazer linhas com exatidão nos fios, que serviam para costurar sacos, precisava de uma atenção redobrada que a operária Genildes Freire não tinha. Essas funções não devem ser percebidas como sendo de exclusividade de jovens aprendizes, mas também eram desempenhadas por adultos. O patrão contratava os menores, apesar dos órgãos que controlavam o ingresso deles nos estabelecimentos comerciais, devido ao fato de pagar um baixo salário, de esperar maior produção e tentar ter um controle de maior eficácia. Entretanto, esses pequenos trabalhadores burlavam as regras e conseguiam até tirar vantagens. Genildes Freire desempenhou várias funções - inclusive que nem era no padrão de aprendiz - como urdideira, enroladora e tecedeira. Ela já tinha feito corretamente o serviço das linhas e, apesar das advertências dos seus superiores, aproveitava e tentava produzir ganhando mais tempo e mais dinheiro. Então, se os adultos encontravam meios de burlar as regras do poder disciplinar fabril, as crianças faziam a mesma coisa.

O segundo ponto refere-se às brincadeiras que aconteciam constantemente, fruto da própria faixa etária: o operário Antônio José foi acusado de gostar de “traquinar” nas máquinas mesmo que fosse repreendido por isso e sofresse constante observação. O interior da fábrica torna-se o lugar do trabalho, mas também da diversão e de algazarras por parte dos aprendizes. É lá onde passam várias horas e por isso precisam encontrar formas de distração e de brincadeiras, pois precisam aliviar a tensão na qual estão presos diariamente. Essa diversão em pleno horário de serviço, e que era proibida para todos os empregados da fábrica, poderia ser as brincadeiras nas máquinas, responder grosseiramente aos mestres e contramestres, etc.

Em terceiro lugar, o fator risco que muitos sofriam dentro da fábrica. Genildes Freire apontou que era perseguida pelo seu mestre porque tinha recusado os seus convites para encontros amorosos. O machismo pairava no interior da fábrica e muitos mestres, por conta de receber um maior salário e ter mais poder hierárquico, aproveitavam-se dos seus

subordinados menores de idade para paquerá-los e fazer ameaças. Só que essa relação, por diversas vezes conflituosa, tinha outro lado como o fato de que muitas operárias sediam aos encantos dos homens, seja por estarem apaixonadas e/ou verem uma oportunidade de crescer profissionalmente.

Nos anos iniciais do seu surgimento, a fábrica Confiança teve como funcionários menores operários que estavam sujeitos ao perigo das grandes e pesadas máquinas, sendo várias vezes vítimas de acidentes no próprio local de trabalho, como foi o caso de Irinéa Vieira que sofreu um acidente na fábrica Confiança em 07 de novembro de 1931 e que ainda não havia recebido a sua indenização legal¹³⁴. Em outras fábricas sergipanas, abusos sexuais aconteciam tal como, em 04-05-1923, o caso da menor Theresa de Andrade, operária da fábrica de tecidos em São Cristóvão, que disse que foi deflorada pelo seu colega de profissão Octacílio Silva.

Em São Paulo, vários acidentes aconteceram, mesmo com o investimento de alguns patrões na sua empresa, caso de Francisco Matarazzo – proprietário da fábrica têxtil Mariângela – que adquiriu máquinas de tamanho reduzido para as crianças que empregava. Já o industrial Jorge Street dava balas e brinquedos para os menores trabalhadores da vila Maria Zélia. Apesar desse paternalismo, a exploração fabril continuava submetendo vários indivíduos a inadequadas condições de trabalho e vítimas de acidentes e de abusos. Ocorriam jornadas de trabalho infantil de dez, doze e até catorze horas diárias, como no Cotonifício Crespi, na Moóca, onde cerca de sessenta menores deveriam trabalhar das 7h da noite até às 6h da manhã do dia seguinte, ou seja, durante 11 horas, tendo apenas um repouso de vinte minutos à meia noite. Além disso, as crianças sofriam vários abusos: maus-tratos dos patrões e de outros cargos de chefia, as meninas eram paqueradas lascivamente, e também recebiam salários poucos significativos. Se muitas crianças sofriam com a rigidez patronal dentro da fábrica, outras procuravam ser “rebeldes” e até ameaçavam os seus superiores. Em 1907, Paulo Kruger - que era chefe de uma secção da empresa de cerveja Antártica - pediu o auxílio da polícia contra o operário Nambrusco Loureço que o havia ameaçado de morte porque foi suspenso do serviço por oito dias. A desobediência, a malcriação, as brincadeiras faziam parte do cotidiano dos pequenos trabalhadores, pois encontravam espaços na rigidez disciplinar fabril para a diversão e outras coisas do próprio universo infantil¹³⁵.

¹³⁴ ROMÃO, Frederico L., op. cit., p. 99.

¹³⁵ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 259-288.

Era importante a mão de obra infantil dentro das fábricas: pelo fato de ser um corpo produtivo com mais ânimo e de relativa força física, e ainda receber salário mais baixo do que os operários com idade mais avançada. Em 28 de março de 1951, a Comissão de Salário Mínimo reuniu-se e depois de vários estudos sobre a situação dos trabalhadores resolveu fixar o salário dos comerciários e dos operários sergipanos. Em Aracaju, os empregados adultos deveriam receber cerca de Cr\$ 500,00 mensais ou Cr\$ 16,70 diários; enquanto que os menores de idade receberiam Cr\$ 250,00 mensais ou Cr\$ 8,34 diários. No interior do Estado, os adultos recebiam Cr\$ 400,00 mensais ou Cr\$ 13,35 diários; já os menores teriam Cr\$ 200,00 ou Cr\$ 6,66 diários. Esse quadro de preço não dava para arcar com os custos de vida em Aracaju, pois o trabalhador, devido a um momento de carestia de vida, gastava cerca de Cr\$ 30,00 diários¹³⁶.

Se havia uma preocupação com as crianças no interior das secções de trabalho, o patronato procurou ir mais além investindo também na educação através da construção de escolas e creches. Os filhos dos trabalhadores tinham que ser educados dentro dos princípios que os diretores da empresa acreditavam serem os mais corretos, fazendo com que os petizes também se tornassem um alvo de controle e vigilância para que evitassem os vícios sociais. E isso começava cedo, desde a creche:

[...] a creche “Joana Ribeiro”, em pavilhão próprio, com um bem instalado consultório médico, pátio para banho de sol aos garotos, enfermaria a cargo dos jovens e diligentes enfermeiras, cosinha e uma despensa com alimentos e vários produtos destinados ao grande número de filhinhos de operários que são entregues antes de iniciados os trabalhos da Fábrica¹³⁷.

A historiadora Margareth Rago coloca que “o interesse pela educação dos operários desde a infância reflete a intenção disciplinadora de formar ‘cidadãos’ adaptados que internalizassem a ética puritana do trabalho comportando-se de modo a não ameaçar a ordem social”¹³⁸. A creche da fábrica preocupava-se com a saúde e com a alimentação, dando assistência aos filhos dos operários, e principalmente com o processo de controle. Ela torna-se um “órgão social”, investe nos cuidados da criança, precavendo os males que podiam assolar a infância. Na fábrica Confiança, a educação parece ser bastante valorizada pelo patrão, tendo até um caso de demissão de uma operária que não levou a filha para a creche:

¹³⁶ *Gazeta Socialista*, 01-04-1951, p. 04. Faz muito tempo que os operários têxteis já recebem o salário diário de Cr\$ 16,70. A matéria do jornal refere-se aos comerciários e aos trabalhadores de uma maneira geral.

¹³⁷ *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

¹³⁸ RAGO, Margareth, op. cit., p. 120.

Mais uma operária foi jogada ao desemprego na Fábrica Confiança. A referida operária trabalhava na secção de preparação e obedecia a turma que trabalhava nos seguintes horários: das 5hs. as 13,30 e das 13,30 às 22 horas. O motivo da expulsão foi porque não levou sua filhinha para a creche, em virtude da inconveniência dos horários. A creche deve ser uma coisa obrigatória em todas as fábricas pois de certo modo vem ajudar às operárias que são mães; mas se por um ou outro motivo a operária não queria ou não possa levar seu filho ou filha para lá, não é justo que seja punida. Levar os filhos para a creche não pode ser obrigatório. A operária não recebeu nenhuma indenização, apesar de ter 6 anos de serviço¹³⁹.

A maioria dos grupos sociais notava a escola como sendo algo positivo, concordando na ideia de que sobre a infância deveria agir uma educação que construísse um adulto inteligente e livre dos vícios. Pelo fragmento, a operária foi expulsa porque não levou, apenas em um único dia, a sua filha até a creche. Só que tal acontecimento gera dúvidas sobre a extremidade da ação dos diretores da fábrica, pois, mesmo que investissem na educação e a propiciassem, não poderiam tomar uma atitude tão drástica. É difícil saber ao certo o real motivo de demissão da operária, pois se devem questionar as aparências que se levantam como benfeitoras.

O trecho acima revela ainda que as mulheres deviam conciliar o trabalho nas fábricas com os cuidados dos seus filhos, preocupando-se com a saúde e a educação deles. Michelle Perrot¹⁴⁰ afirma que a dona de casa perfeita era o modelo sonhado da boa educação e que os economistas e os moralistas viam nisso o núcleo do equilíbrio econômico e familiar. Entretanto, as mulheres pobres lançaram-se ao assalariamento e participaram da vida intensa de produção das fábricas têxteis. Enfim, as mulheres não se livraram do trabalho do lar, e nem houve divisão das tarefas domésticas com os seus esposos, mas sim teve um acúmulo de funções.

Sobre a criança aplicam-se investimentos que logo produziram frutos. Na fábrica Confiança existia uma Escola de Corte e Costura, funcionando à noite, e que formava gerações de modistas. Além disso, tinha a Escola Teixeira Chaves com matrícula de cinquenta alunos e com direção da professora Maria Mendes de Almeida¹⁴¹. Os olhares vigilantes analisavam as atitudes, comportamentos, hábitos, a aprendizagem, como tendências para saber as habilidades de cada jovem. Os melhores e os que tiverem mais desenvoltura continuariam na fábrica, fazendo parte do quadro de funcionários, assim como os seus pais um dia fizeram. Ocorre um modelamento da mente e do corpo, então, os que têm mais aptidão intelectual e uma boa saúde tornam-se alvos de constantes investimentos.

¹³⁹ *Fôlha Popular*, 20-10-1956, p. 04.

¹⁴⁰ PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 114-121.

¹⁴¹ *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

A infância torna-se, assim, uma preocupação para os adultos, porém, como afirma Philippe Ariès¹⁴², isso nem sempre aconteceu, inclusive as crianças eram consideradas como sendo pequenos adultos, cometia-se um infanticídio secretamente admitido, elas não eram batizadas, enfim, inexistindo principalmente até o século XVII o sentimento significativo de uma infância perante a sociedade. Na arte medieval, por volta do século XII, as crianças eram representadas não com características de uma expressão particular, mas sim como se fossem adultos de tamanhos reduzidos. A vestimenta também era semelhante entre as crianças e os adultos artesãos das aldeias, conservando assim o modo de vida que não separava essas faixas etárias. Os jogos e as brincadeiras seguiam o mesmo rumo de compartilhamento, como a música e dança que reuniam toda a coletividade, e as brigas de galo que durante o medievo estavam relacionados à juventude e a escola. Entretanto, essas concepções foram mudando por conta de dois aspectos, ou seja, da escola e da família que trouxeram um sentimento de particularidade infantil.

Philippe Ariès também analisa o papel e a evolução dos colégios afirmando logo de início que, na Idade Média, eles eram reservados para um pequeno número de clérigos e misturavam-se diferentes faixas etárias dentro de um mesmo lugar, pois a idade dos alunos era algo irrelevante; era natural que um adulto se misturasse com as crianças. A evolução das escolas aconteceu pelo estabelecimento definitivo de uma disciplina que conduziu para a modernidade não apenas o ensino, mas também a vigilância e o enquadramento da juventude, criando assim um sentimento das idades e da infância. Os professores tinham a missão, agora, não apenas de transmissão do conhecimento, mas também de formar espíritos, inculcar virtudes, instrução para a vida. A disciplina escolar, oriunda de um caráter eclesiástico ou religioso, tinha três características: a vigilância constante, a delação erigida em princípio de governo e em instituição, e o uso de castigos corporais. Entre os séculos XIV e XVII, a disciplina era de caráter humilhante através do uso do chicote e que era aplicado, de início apenas às crianças, mas depois se estendeu para toda a população escolar que muitas vezes ultrapassava os vinte anos. Esse caráter duro de penalidade escolar foi repugnado pela opinião pública e as crianças, que antes eram percebidas como seres fracos e servis, passaram a ser valorizadas. Enfim, a diferença básica entre a escola da Idade Média e a dos tempos modernos reside na introdução da disciplina que inicialmente visava à humilhação das crianças e que depois passou a ser questionada.

¹⁴²ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

No século XX, a educação infantil aparecia relacionada ao trabalho fabril e ao afastamento da rua, local habitado por gente viciada e por mendigos. A crônica, escrita pelo jornalista Eliéser Leopoldino de Santana, e baseada em fatos reais, esclarece muito bem como era a vida de uma criança moradora de rua:

Renato é um garoto de cerca de 10 ou 11 anos de idade, muito vivo, muito ativo, muito inteligente.
 Conhecí-o em circunstâncias interessantíssimas: ia eu pela Avenida Barão de Maroim, a pé, e a minha frente êle, quebrando, impiedosamente, uma por uma, as lâmpadas da iluminação pública, com balas de bodeque.
 Os seus tiros eram de tal precisão que me deixavam confuso, se devia louva-lo ou dar-lhe uma bofetada.
 Seguí, afinal, o último impulso, que foi alcançá-lo e advertí-lo de que, se continuasse naquela brincadeira de mau gosto, muito constrangido, eu o denunciaria às autoridades e o mandaria para uma colônia de correção.
 Ainda eu não acabara de falar e já êle desassombrado, olhando-me de cima a baixo, como quem mede um adversário de pouca importância, dizia, com desdém:
 - Sei o que estou fazendo! Isso que o senhor vê (apontava para as lâmpadas quebradas) é a minha vingança contra toda uma população perversa, má, que deixa morrer à fome os meus pobres **papás**, os meus adorados irmãosinhos (e os olhos de Renato encheram-se de lágrimas), recém-chegados do Ceará, negando-me um miserável emprego!...
 Perguntei-lhe, então, que espécie de emprego desejava, e êle, sem cerimônia, respondeu-me que a sua maior ambição era ser gerente de [uma] fábrica de tecidos. Como eu não dispunha nem de fábrica, nem de cargo de gerente, ofereci-lhe a única coisa que estava ao meu alcance que êle aceitou imediatamente: um lugar de jardineiro em nossa casa, com cama, mesa e Cr.\$80,00 mensais.
 Nos primeiros trinta dias tudo correu admiravelmente e Renato até ia esperar-me para abrir o portão de entrada.
 Depois começaram a desaparecer coisas: ora livros caríssimos das minhas estantes, ora jarros, estatuêtas e até a mangueira do jardim.
 Em casa não havia pessoa alguma capaz de cometer ações tão ignóbeis e as suspeitas, como era natural, recaíram sobre Renato.
 Este, depois de uma longa conversa amigável, acabou por confessar-se autor de todos os furtos, fazendo questão, no entanto, de salientar, que se fôra levado a praticar aquela ignomínia, isso devia, tão somente, ao seu grande amor à família, que continuava, cada vez mais, necessitada, desgraçada, infeliz...
 Não é preciso dizer que não só perdoei a Renato, como ainda aumentei-lhe o ordenado para Cr\$110,00 mensais.
 E quem não faria o mesmo por um filho tão extremoso?
 Passaram-se mais alguns dias e, certa vez, saindo da Repartição, onde trabalho, deparei-me com Renato, aflito, banhado em pranto: tinha-lhe morrido o querido **papá** e era preciso sepulta-lo condignamente.
 Penalizado com a situação, forneci-lhe Cr.\$250,00 e tomei um carro para levar pêsames à família enlutada.
 Imagine o leitor amigo qual não foi a minha suprema ao ser recebido pelo próprio pai de Renato, em perfeito estado de saúde, que me declarou ignorar o paradeiro do filho, ser viuvo há muitos anos, não ter outros filhos e nunca haver morado no Ceará...¹⁴³

¹⁴³ *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 02, Ano 1952, Catálogo SS-22101/02, IHGSE. “Perdição”. O grifo em negrito está presente no original.

A crônica traz à tona que a infância tornou-se alvo de sérias preocupações, pois, como “semente do futuro”, deve ser protegida dos perigos da rua, tais como o roubo, o furto, a prostituição e a mendicância. Para tanto, a redução dessas coisas ruins se daria através da educação escolar e do trabalho fabril. Essa pedagogia rentável baseia-se na disciplina dos menores, processo de correção do delinquente menor, e criando estruturas que possuem tal propósito.

No início do período republicano brasileiro os menores não tinham direitos e nem havia um serviço social organizado, nisso o governo fazia uma série de acordos junto às casas particulares de assistência provendo-as com verbas para que funcionassem. Um desses acordos se deu com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo que inicialmente tinha o serviço de atendimento destinado aos imigrantes, a partir do final do século XIX, mas que depois se tornou abrigo para a população infantil e juvenil que era enviada pelos órgãos policiais¹⁴⁴.

Em São Paulo, 1903, houve a inauguração do Instituto Disciplinar, órgão governamental, que se destinava ao enclausuramento e correção de todos os criminosos menores de 21 anos, bem como os pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados, entre nove e catorze anos de idade, que deveriam ficar até quando completassem 21 anos. O menor era registrado em um livro de matrícula, sujeito a um longo interrogatório, passava por um rigoroso exame médico através da medição antropométrica e também tirava fotografias, recebia o uniforme e, por fim, encaminhado para uma seção específica de acordo com a sua robustez física e aptidão. O jovem tinha que trabalhar em atividades agrícolas – na época era considerado o trabalho ideal para a regeneração do infrator, doutrinando-o e tornando a sua vida mais regrada – e, como complemento, tinha ginástica, instrução militar completa através da utilização de armas e exercícios de combate, aulas de educação cívica. As atividades começavam cedo: no inverno, os jovens levantavam-se cerca de cinco e meia da manhã e, após o banho frio, iam até as zonas de trabalho ficando de seis horas até cinco e meia da tarde; no verão levantavam-se cinco horas da manhã e com o fim do trabalho às cinco da tarde. O regulamento proibia momentos de lazer, pois brincadeiras e jogos não eram tolerados, gerando assim protestos dos menores. As fugas individuais ou coletivas, devido às medidas extremas, eram constantes mesmo que não existissem castigos físicos, mas sim punições como advertências ou repreensão, privação do recreio, isolamento nas refeições, perda da

¹⁴⁴ NETTO, Luiz Roberto. Por debaixo dos panos – a máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, nº 17, p. 129-141, set. 88/fev. 89.

insígnia de distinção ou “empregos” de confiança, e cela escura para as malcriações extremas. Diferente disso havia um sistema de recompensas militarizado através de benefícios como a inscrição do menor em um quadro de honra, lugares de honra à mesa durante as refeições, insígnias de distinção, prêmios diversos inclusive com dinheiro, etc. A possibilidade da liberdade seria possível através da mediante proposta do diretor ou por conta de apelação dos pais ao juiz. As autoridades criavam órgãos que, em uma sociedade urbano-industrial, visavam excluir e corrigir a escória da população que não se esquadrava na lógica da produção e do trabalho¹⁴⁵.

As “instituições assistencialistas” - bastante criticadas pelos moralistas, principalmente pelos médicos higienistas - funcionavam mais como lugares que abandonavam as crianças e pouco efeito útil tinham para a proteção, lembrando muito a prisão panóptica francesa Petite-Roquette¹⁴⁶. Nesses estabelecimentos, a mortalidade infantil era alta por conta das precárias condições tanto do espaço físico e também de vida dos menores¹⁴⁷. Os governantes deveriam investir cada vez mais na recuperação do menor infrator para transformá-lo, através dessas instituições disciplinares, numa pessoa capaz de ter um bom convívio social.

Fica claro que essas instituições são feitas para crianças e jovens oriundos de famílias trabalhadoras que possuem uma baixa renda mensal e são desestruturadas. Os menores, que são presos e que se tornam uma preocupação para os governantes, são aqueles que vivem em situação de marginalidade social, vivendo nas ruas e tendo pouca atenção dos pais. As crianças das famílias aristocratas não são consideradas como infratores ou delinquentes, visto que possuem pais ricos, tem educação nos melhores colégios, a família está estruturada, e, mesmo que fossem presas, saíram logo das instituições disciplinares. Ao contrário disso, os pobres – que já são vistos pelas autoridades como imorais e possuidores de costumes e hábitos indecentes – terão filhos que nascem estigmatizados e que logo precisam do auxílio dos moralistas, que se apresentam como educadores mesmo que os seus princípios estejam

¹⁴⁵ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2009, p.210-230.

¹⁴⁶ Essa prisão originalmente destinava-se às mulheres e foi construída de acordo com o plano arquitetural do panóptico de Jeremy Bentham. Rapidamente, ainda no oitocentos, a Roquette destinou-se a receber as crianças urbanas que logo morriam por conta das condições insalubres do local. A alimentação e a higiene eram medíocres, frio cruciante, níveis altíssimos de doenças, condições materiais deploráveis e isolamento absoluto – por conta disso, era comum a desordem dos menores que se rebelavam e faziam resistências contra a vigilância. Muitos menores estavam presos porque faziam vadiagem, roubos simples, mendicância ou atentados aos bons costumes. Finalmente, a Roquette foi demolida em 1974, sendo substituída por um conjunto habitacional popular. PERROT, Michelle. As crianças de Petite-Roquette. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, nº 17, p. 115-128, set. 88/fev. 89.

¹⁴⁷ RAGO, Margareth, op. cit., p. 125.

equivocados. Enfim, o jovem infrator é aquele que vem de classes marginais da população, tem família desestruturada e não frequenta a escola¹⁴⁸.

O trabalho infantil era algo comum em diversas indústrias brasileiras, sendo até priorizado e incentivado pelos donos de fábrica e também por governantes. O menor de idade deveria ocupar sua mente e desenvolver o seu corpo em atividades úteis, sendo que as fábricas apareciam como cooptação desse ideal. O serviço fabril educava e eliminava as possibilidades do menino habitar as ruas e torna-se um infrator, inclusive sendo ladrão ou mesmo assassino. Cria-se, desde já, uma ideia de proteção e de disciplinarização da infância.

Após analisar o investimento do dono da fábrica Confiança na saúde dos seus operários, seja na contratação de médicos especializados e criação de enfermarias, e a sua preocupação com a educação e o trabalho dos menores aprendizes, pretende-se agora focar, no capítulo seguinte, o cotidiano dos trabalhadores fora do espaço de produção. A disciplinarização dos indivíduos também fará parte da vida fora da fábrica, por exemplo, na vila operária que servia para controlar e vigiar o funcionário na sua intimidade. O lazer também era uma preocupação, pois a fábrica proporcionava bailes, tinha um salão de festas e até um campo de futebol – o estádio proletário Sabino Ribeiro – que será um marco para os campeonatos futebolísticos sergipanos, além de que efetivava o poder disciplinador do patrão. Ao passo que havia certo desenvolvimento do futebol, as condições de alimentação e de vestuário tornavam-se precárias e muitos operários pobres tinham que economizar no orçamento mensal para poder sobreviver, principalmente nos momentos de carestia de vida.

¹⁴⁸ PASSETTI, Edson. *O que é menor*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (coleção primeiros passos, 152).

3. A VIDA FORA DA FÁBRICA E O CONTROLE PATRONAL NO COTIDIANO OPERÁRIO

O poder disciplinar estava presente nos postos de trabalho da fábrica Confiança. Visava-se enquadrar espacialmente os operários para que produzissem intensamente, além da proibição de conversas e do desperdício do tempo útil. Tal sujeição tinha o interesse de formar corpos dóceis, racionalizados e domesticados, para que o sistema fabril não fosse criticado e sofresse com manifestações e greves.

Se o poder disciplinar encontrava-se no interior das indústrias, o mesmo se expande e vai fazer parte do cotidiano fora delas. Esse estudo investiga como se dava e qual o propósito do controle capitalista na vida cotidiana dos funcionários fora dos muros da fábrica Confiança. Primeiramente abordar-se-á a vila operária da fábrica, bem como as regras e normas para os operários conseguirem uma moradia nesse lugar e também o controle patronal aí exercido. O aspecto seguinte da pesquisa analisa como era a alimentação e o vestuário da população pobre e trabalhadora sergipana que, diga-se de passagem, sofria com a carestia de vida. E é justamente devido ao aumento do custo de vida que o poder de consumo dos pobres será limitado por conta dos baixos salários, como mostrará o terceiro tópico desse capítulo.

O lazer terá destaque aqui através de dois pontos fundamentais. O primeiro deles refere-se às diversões do povo – bebidas, jogos de azar e cabarés – que eram percebidas pelos governantes, industriais, policiais, e parte da própria população, como práticas imorais e indecentes. Diante disso, no segundo tópico, o patronato fabril irá se preocupar com os seus funcionários, evitando que frequentassem os vícios e as mazelas sociais e construindo assim cinemas, pistas de atletismo, salões de bailes, campo de futebol, etc. Ora, a disciplinarização preocupa-se com o tipo de lazer dos operários e, para tanto, forja diversões que são consideradas pedagógicas e positivas.

Entre as práticas de lazer dos operários, os esportes adquiriram um sentido especial. As autoridades locais assumiram a tarefa de desenvolver o corpo e a mente das pessoas, para proporcionar assim uma maior força de trabalho para a economia sergipana. Por último, essa pesquisa destacou o surgimento e a consagração do time de futebol Confiança, fundado por Sabino Ribeiro, cujo propósito principal era livrar os operários dos vícios que assolavam a sociedade sergipana, além de ser uma oportunidade para concretizar o poder paternalista e

fazer propaganda da própria fábrica. Deve-se dizer aqui que o futebol também era uma paixão de Sabino Ribeiro e de muitos dirigentes locais.

As fontes utilizadas ainda continuam sendo os processos trabalhistas e, majoritariamente, os diversos jornais que traziam matérias abordando o custo de vida da população, relatos sobre os operários da fábrica Confiança, e também a paixão pelo futebol que já ganhava fama. Os periódicos, mesmo os classificados como das esquerdas, estavam preocupados com a moralidade e decência da população e com isso lançavam críticas às diversões populares, por exemplo, aos cabarés.

3.1 - MORADIA

O operário José Onofre dos Santos, empregado da marcenaria da fábrica Confiança, tinha duas filhas menores: Neuza – aquela que foi entregar o exame clínico ao médico e, quando voltou, a sua máquina de trabalho já estava com os fios quebrados, conforme relatado na primeira parte da pesquisa - e Creuza que, por conta da carestia de vida, sentiram necessidade de ajudar a família, pois ouviram que a vida nas indústrias era um “paraíso”. No ano de 1945, entram ainda na fábrica Confiança mais três filhos menores: Alaesse, Eliezina e Ariovaldo; contando também com a companhia de uma sobrinha. A família de Onofre foi morar em uma casa de propriedade do patrão que ficava na Rua Sabino Ribeiro, nº 128. Parecia uma família feliz até que alguns problemas começaram a acontecer. O “paraíso” não era tão bom quanto pensavam os filhos de Onofre.

Ariovaldo começou a ser perseguido dentro e fora da fábrica Confiança, tanto que o seu pai Onofre mandou que agradecesse o emprego e pedisse demissão. Teve um dia em que Ariovaldo foi se divertir em uma festa, fomentada pelo patrão para os empregos, e um amigo lhe convidou para tomar uma bebida, que devia ser alcoólica, porém resolveu não pagar. Ariovaldo pegou dinheiro emprestado e pagou a bebida. Só que saiu da festa e chamou o rapaz, trocando socos com ele.

Nessa mesma noite, horas depois, Onofre estava dormindo até que escutou alguns indivíduos batendo na porta de sua casa e, então, resolveu sair. Nisso, deparou-se com dois contramestres embriagados que queriam que o seu filho, com 16 anos de idade, saísse para brigar. Decerto, estavam ali para vingar o rapaz que havia trocado socos com Ariovaldo mais cedo. Onofre - achando aquilo um absurdo - protestou, porém os homens falaram que tinham certo direito, pois o empregado da marcenaria estava morando em uma casa que pertencia ao

seu patrão. Apesar disso, ele não se abalou e os dois homens foram embora. Tal confusão não parou e uma de suas filhas foi chamada ao escritório, sendo constantemente perseguida pela direção da fábrica.

Em outra festa na fábrica, com baile animado e com muita diversão, o gerente foi até uma das filhas de Onofre e a chamou para dançar. A moça, notando as intenções de conquista, retirou-se do baile, mas, como Onofre mesmo diz, “caiu das graças”.

Duas filhas casaram e passaram a residir em outras casas da vila operária. O regimento da fábrica informava que só podiam morar, na mesma residência, famílias que tinham mais de três operários. Então, para completar, o gerente com propósito de perseguição e de vingança mandou uma meretriz ir morar com a família. O marceneiro José Onofre protestou contra tal atitude e não queria aceitar a meretriz. Devido à confusão, uma filha ficou indignada e contou para uma funcionária que morar com uma prostituta era coisa absurda. A conversa levou à suspensão da moça – que já tinha três anos de serviço na fábrica –, e que depois foi até a Justiça do Trabalho e, não obtendo vitória, resolveu ir para São Paulo mesmo sem receber às devidas indenizações. Esse foi o destino de Alaesse que em sua carteira profissional marca a entrada em 03-09-1945 e a saída em 07-12-1948. Com a continuação das perseguições, Onofre mandou também para São Paulo outra filha: a operária Eliezina. Diante disso tudo restou apenas o lamento do marceneiro: “O paraíso termina quando o trabalho começa”¹⁴⁹..

A fábrica Confiança tinha uma vila operária com uma rua de modernos *bungalows*¹⁵⁰, isto é, casas de médio tamanho, com varandas e também contavam com iluminação:

[...] os habitantes de Aracaju, desde a fundação da cidade até a segunda década do século presente [século XX], construíam as suas moradias, obedecendo um tipo padrão, que era mais ou menos assim: “casas estreitíssimas, baixas, de duas águas, com duas janelas e uma porta geralmente para a frente, quartos sem janelas, salas de jantar e de visitas, cozinha e um W.C. longe do corpo da casa. Um corredor comprido comunicava os cômodos”. A partir de 1920 foi introduzido, pelos mais abastados, o chamado tipo “bungalow”, que, com ligeiras adaptações vem sendo adotado até hoje, quando já temos várias construções do chamado tipo funcional [...]”¹⁵¹.

De acordo com o regimento, certas regras deveriam ser seguidas para que um operário pudesse morar em uma casa de propriedade da fábrica, por exemplo, o beneficiamento de famílias com mais de três membros. O patrão tinha a finalidade de ter uma abundante mão de

¹⁴⁹ A narração teve como base uma matéria, intitulada de *O Paraíso termina quando o trabalho começa*, na coluna *Fábricas e Comércio*, da *Gazeta Socialista*, 20-01-1950, 28-01-1950.

¹⁵⁰ *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

¹⁵¹ *Gazeta Socialista*, 31-10-1956, p. 02. *Economia e Finanças*, III- Indústria da Construção Civil, escrita por Francisco Rosas. O trecho citado por Rosas está relacionado com o livro *Evolução da paisagem humana de Aracaju*, de Bonifácio Fortes, que o autor da matéria utilizou.

obra e logo era necessário garantir que várias pessoas morassem em uma mesma residência, além do que seria um gasto alugar uma casa para uma família pequena. Lembre-se o fato de que muitas famílias operárias eram numerosas, pois, ao final do mês, juntavam-se os salários de todos para poder ter o sustento, como comprar alimentos, vestimentas e, em certos casos, pagar o aluguel. Morar junto era algo que os próprios operários já faziam principalmente por conta da altíssima carestia de vida, fazendo com que a sobrevivência dependesse do auxílio financeiro de todos os membros da família operária.

O dono da empresa Confiança destinava certas casas para os operários que não eram especializados, ou seja, como marceneiros e fiandeiras. E também na Rua Sabino Ribeiro moravam os operários que tinham altas funções dentro da fábrica, como o contramestre mecânico Dorgival Moura (casa de número 198), o mestre Ezíquio Mariano da Silva (nº 271) e o contramestre Miguel Alves (nº 94). Esses indícios apontam que funcionários de diversas funções podiam morar nas casas que eram de propriedade da fábrica.

Em São Paulo, até a década de 1930, poucos industriais construíram vilas operárias, pois isso demandava um alto investimento e também não havia a necessidade, inicialmente, de fixar todos os trabalhadores não-especializados junto ao local de trabalho. Entretanto, algumas indústrias fizeram vilas operárias, como o caso da Companhia Antártica que edificou uma série de casas na Rua da Moóca para os “cervejeiros”, operários mais especializados; a Companhia de Calçados Clark, fundada no bairro da Moóca em 1904, possuía casas edificadas somente para os contramestres que eram ingleses ou italianos; já a Fábrica de Ferro Esmaltado Silex, situada no Ipiranga, dispunha de 50 casas para os operários mais antigos. No interior de São Paulo, as fábricas foram instaladas em locais longe da povoação e, para tanto, precisavam construir casas para a fixação de quase todos os funcionários. A fábrica Votorantim, localizada nas proximidades de Sorocaba, teve que construir uma linha férrea e uma grande vila operária, tendo, em 1913, acomodações para até três mil operários¹⁵².

Eva Alterman Blay, analisando as vilas operárias na cidade de São Paulo, destacou a política econômica do grupo Matarazzo referente ao papel desempenhado na distribuição de casas:

A política adotada, de só fornecer casas para as famílias que tivessem muitos empregados, garantia a permanência de uma numerosa força de trabalho. Alugavam também aos operários especializados e em cargos de chefia; mas, sobretudo, se preocupavam em alugar para grupos familiares com numerosos braços. Com isso

¹⁵² DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 58-60.

garantiam dois resultados: uma abundante força de trabalho e uma baixa remuneração¹⁵³.

A autora, em várias passagens de sua pesquisa, mostrou a importância da vila operária para o patrão. Destacou o papel repressor desta, principalmente na eliminação de movimentos grevistas, e as coações do patronato sobre os seus empregados. Além disso, citou os vários casos em que os trabalhadores, que moravam nas vilas operárias e, portanto, estavam próximos às fábricas, eram chamados à noite para consertar alguma máquina que havia quebrado; alguns tentavam burlar, escondendo-se, fugindo ou mesmo fingindo que estavam doentes. Havia também o fato de que, no salário, o dono de fábrica descontava o aluguel e assim justificava que o operário ganhava pouco porque morava em uma das casas da empresa. Enfim, são variegados os motivos de se criar um estabelecimento com vila operária.

Na fábrica têxtil Brasil Industrial, em Paracambi (RJ), o controle da vila acontecia rigorosamente todo o tempo: os guardas vigiavam as crianças que iam tomar banho nos rios, avisando logo aos seus pais; não podia entrar nenhum estranho na vila; depois das 22 horas, a pessoa não podia ficar com as portas abertas de sua casa, tampouco andar na rua e nem namorar; proibia-se o uso de rádio que não era visto com bons olhos, pois se acreditava que tal instrumento de comunicação podia informar e educar os trabalhadores; não se podia também modificar a casa, nem a cor dos cômodos ou das janelas, trocar torneiras, etc. Na vila da fábrica Maria Cândida (RJ) acontecia semelhantes aspectos: guardas noturnos vigiando as casas a partir das 22 horas e utilizando o apito para se comunicar. Para conseguir uma moradia nas vilas dessas duas fábricas, o solicitante nem sempre era o pai, porque era tarefa da irmã ou irmão mais velho da família. Contava, para o sucesso do pedido, o desempenho profissional e a disciplina do operário. Sobre o pagamento do aluguel, na Maria Cândida, por exemplo, a família ficava isenta da taxa se tivesse mais de quatro operários trabalhando na fábrica e morando na casa da vila; caso fossem apenas dois operários pagava-se metade do aluguel¹⁵⁴.

A vila operária que teve mais destaque no âmbito nacional foi a Maria Zélia: construída pelo industrial Jorge Street, inaugurada em 1917 para abrigar os dois mil e cem funcionários que trabalhavam na Companhia Nacional de Tecidos de Junta, e situada no

¹⁵³BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 259.

¹⁵⁴KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica e Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin/RJ: Solon Ribeiro, 1997. O livro aborda vários aspectos do cotidiano operário nas fábricas em Paracambi, como a alimentação, vestuário, religiosidade, educação, assistência social, a saúde e a morte, e o lazer, através da prática de futebol, do cassino, banhos nos açudes, festas etc.

Bairro Belenzinho, em São Paulo. Contava com duas escolas, inauguradas em 09-07-1918, que tinham um auto-ônibus com capacidade de lotação para 55 indivíduos, sendo utilizado principalmente pelas crianças; havia também creche e jardim de infância; uma capela (1919) construída em estilo gótico que possuía confessionário, pia batismal, e o necessário para as celebrações e orações dos operários; assistência médica (com equipamentos, um médico e um enfermeiro) e odontológica (que cobrava preços módicos, sendo gratuito às crianças); enfim, o conjunto da vila completava-se com farmácia, salão de baile (as moças só podiam ir nesse lugar acompanhadas com as mães), campo de futebol (cujo time era Juta Belém), armazém, sapataria, teatro, coreto para a banda tocar, e outras áreas de lazer. O nome Maria Zélia foi uma homenagem à filha de Jorge Street que morreu ainda adolescente, bem no ano de inauguração da vila. O arquiteto francês Pédarrieux foi o encarregado pelo projeto da vila que seguiu o modelo europeu. Ergueu-se 198 casas com até quatro dormitórios, de tamanhos variados entre 75 e 110 metros quadrados, tendo água encanada, calçamento e energia elétrica, assoalhos de pinho-de-riça e portas em madeira maciça. O morador pagava apenas diretamente a energia elétrica, enquanto que a água e o aluguel da casa eram descontados do salário.

A distribuição das casas da Maria Zélia obedecia alguns quesitos. Importava o critério do número de operários de uma mesma família trabalhando na fábrica, bem como o grau de especialização e a relevância de seu trabalho. Caso a pessoa fosse solteira, poderia escolher qualquer um dos catorze aposentos que formavam um complexo contendo salas de estar e jantar, de costura, cozinha, seis banheiros e uma sala de banho e dois tanques. Quanto às normas, que estavam escritas em um quadrinho fixado na parede da sala de visita, proibía-se fazer barulho após nove horas da noite, tampouco ficar no portão, meninas e meninos não podiam brincar juntos, não colocar cama na sala e nem pregos na parede, e zelar pela manutenção da ordem e da limpeza. As ideias científicas e higiênicas estavam amplamente presentes, pois a pintura deveria ser igual em todas as casas, lavagem das moradias uma vez por semana e concurso para eleger o jardim mais bonito. Quanto às punições pelo descumprimento dessas regras, iam desde advertências, multas e até a perda da moradia.

A construção da vila por Jorge Street tinha a finalidade de fazer uma proteção contra os maus hábitos que os seus funcionários poderiam ter em contato com a sociedade. Era uma espécie de microcosmo repleto de regras e punições, perpassado pelo poder disciplinar do patrão. Todavia, essa vila foi alvo de sérias críticas por parte da imprensa anarquista que a considerava como o “Feudo Maria Zélia”. A tranquilidade também não aconteceu sempre,

destacando-se os casos de uma tentativa de suicídio, abusos sexuais e morais, e o desabamento do coreto em 1922.

A fábrica e vila foram vendidas ao grupo Scarpa para saldar as dívidas. A vila mudou de nome chamando-se Vila Scarpa, porém, em 1929, o grupo Guinle comprou-a e devolveu o seu nome primário. O IAPI (Instituto de Aposentadoria de Pensão dos Industriários) passou a administrar o local, a partir de 1931, que até chegou a servir como presídio político durante o Estado Novo. Em 1939, a Goodyear comprou parte dos terrenos e construiu a sua fábrica ao lado da vila¹⁵⁵.

A fábrica Confiança também tinha os seus propósitos quando resolveu ter uma vila operária. Sua função principal era manter os empregados nas proximidades da indústria para exercer maior disciplinarização, intenso controle e efetiva vigilância. O patrão preocupava-se, além dos serviços prestados nos postos de trabalho, com a intimidade dos trabalhadores, isto é, com a família. Vigiar os hábitos familiares era uma questão imprescindível.

Sujeitar-se ao poder disciplinador do patrão na vila operária era uma alternativa que muitos indivíduos teriam que fazer, devido à deficiência nos transportes públicos ou por conta dos altos aluguéis das casas populares na capital aracajuana. Os proprietários alugavam os casebres e ainda queriam que os inquilinos consertassem as residências, pois no período de chuvas as paredes das casas quase caíam¹⁵⁶. Para agravar ainda mais a situação dos pobres, a compra de terrenos tornou-se uma coisa muito difícil pelo fato de que os preços estavam aumentando cada vez mais. No ano de 1953, o aluguel de uma casa, que não dava sequer para uma família pequena, custava por volta de quinhentos cruzeiros. Se a pessoa não tivesse dinheiro para pagar uma casa, podia alugar um quarto no valor de Cr\$ 100,00, mas com pouca água e luz. Esses cubículos eram construídos em uma área irregular, e até mesmo nos quintais das pessoas que os alugavam¹⁵⁷. Em 1956, no bairro Siqueira Campos, zona de proletários, o metro de terra estava entre cinco e sete mil cruzeiros, vendido em prestação de até vinte meses, com 10% de entrada. Quando se passava da linha do Siqueira Campos, o valor aumentava em dez mil cruzeiros. Com isso, a população que ganhava um baixo salário encontrava sérias prerrogativas para comprar um lote de terra e erguer uma casa¹⁵⁸.

¹⁵⁵ MORANGUEIRA, Vanderlice de Souza. *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940)*. São Paulo, 2006. Dissertação Mestrado (História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

¹⁵⁶ *Gazeta Socialista*, 22-05-1948, p. 02.

¹⁵⁷ *O Nordeste*, 11-11-1953, p. 01.

¹⁵⁸ *Gazeta Socialista*, 09-06-1956, p. 05.

As condições insalubres das moradias dos operários tiveram também uma representação na literatura, como foi o caso da obra *Parque Industrial*¹⁵⁹ da escritora, jornalista e militante de esquerda Patrícia Galvão (1910-1962). Os cortiços, descritos no romance, tinham uma lavandeira comum, onde as mulheres lavavam as suas camisolas rasgadas e as calças dos seus maridos; os quartos eram habitados por várias pessoas que não tinham privacidade quando trocavam de roupa. Somado a isso, tinha a casa nº 12 que era a moradia de uma mulher que frequentemente recebia vários homens.

A população carente sofria para encontrar casas que estivessem em uma boa localização e que fossem higiênicas. Os terrenos tinham uma alta especulação imobiliária e os aluguéis das moradias e do quartos tornaram-se inacessíveis para a parcela populacional que recebia um baixo salário. Além das moradias, a alimentação e o vestuário oscilavam constantemente através de preços altos, mesmo que os salários continuassem ínfimos.

3.2 – ALIMENTAÇÃO E VESTUÁRIO

Além das despesas com a moradia, os trabalhadores sergipanos tinham que separar uma parte do salário mensal para a alimentação e o vestuário, em uma situação de carestia de vida alta. O jornalista J. V. Aquino, em sua coluna intitulada “Diário Operário” (1945), escreveu uma matéria analisando as condições de vida dos trabalhadores sergipanos. Salientou que os preços das mercadorias de primeira necessidade estavam elevados e, como solução, propôs o aumento de salário. Como exemplo, ele cita que uma família composta de seis pessoas não poderia gastar menos do que Cr\$ 120,00 semanais, pois teria que racionar os alimentos, tais como leite, queijo, ovos e outras iguarias. Além da precária alimentação, o pouco rendimento prejudicava “a maioria dos filhos dos nossos operários, não podem frequentar escolas, porque lhes faltam o calçado e a roupa para irem às aulas” e “raras são as famílias operárias que se dão ao luxo de irem uma vez por semana ao cinema, porque as economias não lhes permitem”. Os operários, aos domingos, saíam em passeio, mas evitavam ir até o centro da cidade por conta da vergonha com seus trajes. Alguns compravam roupas nos “gringos” que, mesmo com os preços elevados, dividiam em prestações. Para acabar com essa situação, o jornalista defende o aumento dos salários e o combate aos “exploradores da economia popular”¹⁶⁰.

¹⁵⁹ GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006, p. 81-83.

¹⁶⁰ *Diário de Sergipe*, 18-06-1945, p. 02. “Abaixo os exploradores”.

A preocupação com a situação precária de vida da população operária apareceu novamente nos escritos do jornalista Vieira de Aquino. A quantia de Cr\$ 64,80 era baixa, levando em conta uma família que tinha cerca de cinco ou seis membros, para comprar as mercadorias necessárias e fazer durar sete dias. Diante disso, os operários para não desequilibrarem as suas finanças estavam indo à “maré e ali desde que ela dá acesso, até ao começo da enchente, desenhas de pessoas pobres que como fantasmas se movem, vezes rapidas, vezes lentas, à procura de algum siri ou de alguns camarões transviados do fundo do mar [...]”. Tais alimentos seriam para o almoço do dia seguinte, substituindo a carne de boi que custava Cr\$ 5,20. Enfim, “é absolutamente impossível, um operario que tenha um lar organizado mesmo modestamente, passar com semelhante ordenado”¹⁶¹.

A direção da fábrica Confiança sabia que o preço da carne estava elevado, tanto que contratou uma pessoa, em 1945, para abater gado e vender as carnes para os funcionários do estabelecimento. Francisco Apolinário¹⁶², solteiro, morava na Rua da Areinha, município de Santo Amaro, sofreu um acidente após colocar três pessoas na sua canoa, quando o limite seria de dois indivíduos. Ele foi trabalhar no abatimento de gado recebendo uma remuneração de cinquenta cruzeiros semanais. Todavia, achou que o salário era baixo e foi cobrar, ao diretor da fábrica, maior remuneração que acreditava ser o valor correto, ou seja, o salário semanal de cento e cinquenta cruzeiros. O diretor declarou que o abatimento do gado dava prejuízo, por ser vendido aos funcionários com preço reduzido, e ofereceu o cargo de vigia. Nisso, Francisco Apolinário não aceitou e afirmou que ainda estava doente e não podia fazer esforço físico, mesmo que existissem comprovantes médicos que o capacitassem para volta ao trabalho, como demonstra o seu processo trabalhista.

Contratar uma pessoa encarregada de abater o gado e vender a carne para os funcionários com preço reduzido, indica que a direção tinha conhecimento da carestia de vida na cidade e, mais que isso, fez algo para amenizar a falta de suprimento alimentício dos seus empregados. Com isso, revela-se que os diretores sabiam que os salários que pagavam eram baixos e não davam para os seus funcionários suprirem suas necessidades básicas de alimentação, porém optaram em não aumentá-los, mas em criar outras formas alternativas, como foi o caso do abatimento do gado.

Se no ano de 1945 o baixo salário afetava a alimentação dos trabalhadores, não será nos próximos anos que isso irá melhorar. Era 1948 e ainda não se havia escutado o apito da

¹⁶¹ *Diário de Sergipe*, 12-01-1945, p. 02. “Cr\$10,80”.

¹⁶² Francisco Apolinário, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-230/45, Aracaju (SE), Reclamante: Francisco Apolinário, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

fábrica Confiança anunciar a hora do almoço, mas alguns meninos estavam com marmitas, e outros com pratos encobertos com panos, esperando o sinal sonoro para entregar a comida aos seus donos. Ali próximo, os vendedores de banana e de outras frutas iam se aproximando. Uma idosa, que também vendia comida, aguardava com a sua panela quente os fregueses. Tudo isso ocorreu nas sombras das árvores existentes em frente à fábrica Confiança. Pairava sobre os operários a notícia do aumento dos salários dos tecelões, mas, todavia, também a carestia de vida teve um crescimento considerável.

Perto da idosa que vendia a comida tinham quatro operárias, porém apenas uma comprou o prato de feijão com tripa, enquanto que as outras comiam, em pequenas latas, a carne com farinha que trouxeram de casa. Eram três morenas e uma negra que estavam com a cabeça cheia de lã. Uma das morenas, de vestido azul, convidou o repórter, que ali fazia uma matéria para o jornal *Gazeta Socialista*, para almoçar. Ele aproveitou a oportunidade e perguntou se a operária estava recebendo o repouso semanal remunerado. A operária, ainda com a boca cheia de farinha, respondeu afirmativamente, mas logo tentou criticar:

- Foi até bom, mas a gente precisa de mais coisa. Porque isso de pagar o domingo é uma necessidade. Se a gente passa o domingo trabalhando. O senhor creia que a gente não para o domingo. É o dia todo trabalhando, numa coisa e noutra para o dia seguinte. Eu por exemplo passo o dia todo lavando, esse vestido e o outro por que só tenho dois e na semana não posso lavar, que na labuta. Não tenho mãe, quem tem que fazer sou eu mesmo. E tem que ser assim mesmo, lavar no domingo, para vestir na segunda, porque o dinheiro não dá para comprar roupa.

O jornalista aproveitou e perguntou se o descanso remunerado não dava para cobrir as necessidades básicas e, sendo assim, se os tecelões precisavam de um aumento que fizesse efeito no orçamento mensal. A resposta da tecelã foi bem clara:

- Eu não entendo não, mas vejo falar aqui essa historia de repouso é uma Lei que tão fazendo no Rio. Agora sei que não resolve a nossa situação, melhora porque pagam um dia mais. E não fazem mais de que a obrigação porque no domingo a gente também come, e porque não ganha? Não tem nada a ver com aumento que é outra cousa. A vida tá ruim. As coisas caras. A gente come nessa lata porque não pode comprar coisa de comer em prato. O ganho não dá pra nada. É preciso aumentar, porque se não a gente morre de passar fome. Já vive tudo sem ter o que vestir. E isso de vestir... mas o pior é a barriga que grita e quando a barriga grita já se sabe o que é que as tripas quer... **aumento** [grifo presente no original], né “outra coisa não”.

O repórter continuou com o interrogatório, perguntando se a fábrica tinha aumentado o salário das funcionárias. A moça falou:

- Foi – respondeu a moça com um sorriso ironico. – o home mandou dar um **abono** [grifo presente no original] de 10%. Mas isto não é aumento. A situação é difícil

mesmo. Não é brincadeira não, esse povo que come aqui na lata, não é outra coisa não, é porque são como eu. E um abonozinho não dá nem pra o buraco do dente. As coisas tão cara e como a gente vai viver ganhando pouco? E quando acaba, ele tem direito de pagar a gente pelo que se produz. Se ele ganha muito com o que a gente faz, como a gente não tem direito nem a ganhar para comer? Eu sei que ele ganha muito, como paga pouco a quem faz tudo? É o braço deste povo que move a Fábrica, por isso precisa ser recompensado, senão, se a gente não trabalhá, o home não ganha nada. Tão falando que esse abono é pra que a gente não peça aumento, mas não é assim não. Se a gente precisa tem que pedir, ou então só se desce um aumento que satisfizesse.

Por fim, foi perguntado à operária se sabia de alguma coisa que o sindicato havia feito com relação ao quesito do salário. Ela respondeu:

- É, o nosso Sindicato ainda não tratou do assunto, pelo menos eu não tenho notícia. Mas eu sou do Sindicato e acho que é preciso um movimento do Sindicato, pra conseguir aumento. Nós não podemos nos conformar com isso não. E acho que o Sindicato só pode estar do lado da gente. Também não é possível que os tecelões não fiquem do lado do Sindicato quando ele levantar esta questão.

Os operários retornaram aos teares de algodão, pois era hora das máquinas se movimentarem mais uma vez. A entrevistada, juntamente com as suas companheiras, voltou para o serviço. A operária negra dirigiu-se ao repórter e disse: “- Pode botar as coisas que [ela] disse no jornal. Ela sabe falar. É do Sindicato, é metida em tudo...”. Após isso, o repórter pegou o primeiro bonde que passou e deixou o Bairro Industrial. Ele pensou se colocava o nome da operária entrevistada na reportagem, porém decidiu que seria melhor não identificar. O nome não importava tanto, pois não foi apenas a operária entrevistada que tinha sofrido com o trabalho árduo na fábrica e com a vida difícil que levava. Ela poderia representar várias outras operárias¹⁶³.

Em 1949, “um grande e moderno refeitório está sendo aparelhado e será inaugurado ainda este ano. Dispõe de inúmeras mesas para quatro pessoas, mesas padronizadas do SAPS, serviço de alto-falantes e uma cozinha ampla, higiênica e moderna”¹⁶⁴. Entretanto, em 1948, ainda não havia refeitórios e, então, os operários teriam que comer na frente da fábrica. A alimentação era composta por coisas simples, como frutas - especialmente a banana -, feijão, carne e farinha. A banana, por exemplo, era uma fruta bastante conhecida e consumida pelos sergipanos, inclusive em diversas fábricas têxteis, principalmente por conter certos nutrientes.

¹⁶³ Essa narração se refere a uma extensa reportagem do jornalista (nome não incluso) do periódico *Gazeta Socialista*, 27-11-1948, p.04. O repórter foi até a fábrica Confiança analisar como era a vida dos operários e saber notícias sobre o aumento dos salários dos tecelões. Chegou bem na hora do almoço e, com um papel e lápis na mão, se aproximou das pessoas e começou a entrevistá-las. As crianças, que levaram a comida para os operários, ficaram curiosamente olhando o jornalista.

¹⁶⁴ *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

Orlando Dantas veiculou no jornal *Gazeta Socialista*, em 1948, os aspectos da economia sergipana e nisso citou como a banana era plantada no território e como existia um descaso do poder público para com o investimento na produção dessa fruta:

Faz parte integrante da alimentação do nosso povo essa deliciosa e útil fruta, cultivada nos fundos dos nossos quintais, nos sítios e nos pés de grota, por toda zona habitada do nosso Estado. Não ha lavoura organizada em extensão média, como acontece existir nos Estados do Sul, visando exportação para fora do País. Os nossos proprios mercados são precariamente abastecidos em determinadas epocas do ano e o produto não se pode dizer que é barato. Se houvesse uma orientação tecnica seguida pelos nossos pequenos lavradores, imposta pelos Departamentos Técnicos do Estado e da União, claro que poderíamos ter uma área cultivada muito maior, e uma fonte de renda, de numero crescido, de nossa população [...] ¹⁶⁵.

A matéria ainda salientou que, devido às condições climáticas, poderia ser cultivado feijão, arroz, milho, mandioca, frutas e verduras diversas no território sergipano. Informou que o povo - por receber um baixo salário - e a burguesia se alimentavam precariamente desprezando as verduras e as frutas, preferindo os alimentos açucarados. A carne seca, o feijão e farinha eram os alimentos preferidos. Na indústria têxtil Sergipe Industrial, os operários também comiam farinha com jabá, trazida em bolsas de papel ou em latas, ao ar livre ¹⁶⁶. A historiadora Maria Auxiliadora Guzzo Decca afirma que em São Paulo:

O consumo de farinha de trigo, pão, arroz, macarrão e massas prevalecia fortemente sobre o consumo de carne, ovos, legumes e leite. Uma relação direta pôde ser estabelecida entre rendimentos mensais e tipo e quantidade de alimentação consumida. As famílias operárias mais pobres consumiam mais pão e massas do que carne, leite, etc. Com um acréscimo de “renda” aumentava-se o consumo de leite e carne ligeiramente, enquanto decresciam as despesas com açúcar e massas. Portanto, os grupos operários que ganhavam menos consumiam bem mais pão e cereais que os grupos que ganhavam mais. O consumo de pão e cereais era considerado excessivo à luz das teorias sobre nutrição vigentes na época ¹⁶⁷.

A condição de vida dos trabalhadores brasileiros, especialmente a alimentação, tornou-se uma preocupação para os governantes. O historiador Jaime Rodrigues ¹⁶⁸ analisou o comportamento alimentar dos trabalhadores em São Paulo, de 1920 a 1960, tendo como principais fontes as cadernetas das “Pesquisas de Padrão de Vida”, conservados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, nas quais os indivíduos anotavam os próprios hábitos familiares. No início do século XX, o país passava por várias transformações como a

¹⁶⁵ *Gazeta Socialista*, 30-10-1948, p. 01. Coluna “Aspecto da Economia Sergipana”, parte VII, de Orlando Dantas.

¹⁶⁶ *Gazeta Socialista*, 15-07-1950, p.01. “A Sergipe Industrial não tem refeitório”.

¹⁶⁷ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, op. cit., p. 35.

¹⁶⁸ RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*. São Paulo: Alameda, 2011.

ingerência de novos hábitos e também de novas práticas alimentares que chegaram com os imigrantes, além da pulverização de anúncios nos periódicos incentivando ao consumo de guloseimas, como a geleia de mocotó - feita desde 1916, produzida pela marca Colombo, e com embalagem em que o copo era reaproveitável, estimulando o consumo popular – e a sorveteira Kibon que iniciou suas atividades no Brasil em 1942 e tinha como primeiro produto registrado o Chicabon.

Apesar do crescimento dos preços e da variedade dos produtos alimentícios, as autoridades competentes estavam preocupadas com o consumo da população carente que era considerada pouco informada e tendo um baixo poder de aquisição. Então, seja pela força, seja pela via pedagógica, era necessário esclarecer o povo sobre qual seria a alimentação adequada. Os higienistas visitavam as feiras e os mercados, olhando os comerciantes e o público consumidor. As crianças também eram uma preocupação: restringia-se às gulodices entre as refeições, o chá, o café e até as bebidas alcoólicas, optando assim pelo consumo de verduras, frutas e a ingestão de leite. O interior das indústrias acompanhava o mesmo ritmo de inspeção. Os operários tinham que, na refeição do trabalho, evitar as frituras, os molhos apimentados, rabanadas, pastéis, batatas fritas, entre outros. A maioria dos indivíduos trazia de casa a marmita e almoçava em péssimas condições higiênicas, pois as fábricas sequer tinham refeitórios.

Além disso, o pesquisador Jaime Rodrigues aponta que os higienistas analisaram o comportamento alimentar dos imigrantes. Os indivíduos que vieram de Portugal consumiam mais batata, bacalhau e farinha de trigo; enquanto que os italianos preferiam macarrão, e tinham pouco consumo de batata e peixe. Os espanhóis destacam-se pela escolha de pão, gordura, tomate, batata e leite, e pouca farinha de trigo. Os lituanos consumiam carne bovina, batatas, peixe, farinha de trigo, manteiga e queijo, e pouco arroz, feijão e macarrão.

O consumo da população deveria ser de forma racional, isto é, completo, suficiente, harmônico e adequado. Tal ideia de uma “alimentação racional”, que ganhou força e visibilidade no país a partir de 1938, visava educar as pessoas sobre quais eram os alimentos com mais nutrientes, contar com o apoio dos governantes na fiscalização, etc. Enfim, como as autoridades acreditavam que o povo estava na ignorância, logo, seria preciso educá-lo através de campanhas que esclarecessem sobre a alimentação mais adequada.

Se havia uma precariedade no consumo de alimentos, acontecia o mesmo com o vestuário que era formado por poucas peças. A operária entrevistada tinha apenas dois vestidos e que, possivelmente, já estavam desgastados de tanto uso. Percebe-se que os vestidos eram lavados aos domingos porque não havia tempo para fazer isso na semana, visto

que o trabalho na fábrica consumia quase todo o horário da operária. Na saída da empresa Confiança tinha um posto de venda destinado aos funcionários que podiam adquirir pelo preço de custo todos os tipos de tecidos fabricados. Isso favorecia ao patrão, pois os operários usavam as roupas e podiam divulgar as mercadorias produzidas pela empresa e ainda, parte do dinheiro pago em forma de salário retornava para o patrão. Mas, mesmo com tal atitude, muitos não conseguiam comprar os tecidos. Deveriam ser caros e, com os salários baixos, poucos operários tiveram a oportunidade de consumi-los.

Se em Aracaju o vestuário dos operários era precário, em São Paulo praticamente tornava-se igual:

Apesar do vestuário ser o terceiro item na despesa operária, o guarda-roupa usado pelas famílias operárias era constituído por um mínimo de peças necessárias. Tanto os homens quanto as mulheres operárias tinham apenas as peças indispensáveis para o trabalho, poucas peças “caseiras” e de “passeio”. Alguns não teriam, inclusive, nem roupas de baixo, casacos, pares de meias, sapatos ou chinelos¹⁶⁹.

O salário era o fator que mais gerava sérios questionamentos por parte da população carente, pois definia a quantidade e a qualidade no consumo da alimentação e do vestuário. A justificativa da operária entrevistada para o fato de ter apenas dois vestidos referia-se ao baixo salário que recebia, mesmo ganhando o repouso semanal. Caso ganhasse bem, não comeria em latas, mas sim em prato, além de que teria mais de dois vestidos. Entretanto, nem sempre um bom salário poderia indicar uma qualidade no consumo, como informou a matéria de Orlando Dantas que criticou a alimentação dos burgueses. Deveria ter uma simbiose entre o dinheiro e a educação para o consumo de alimentos saudáveis.

O custo de vida aumentava a cada ano, como mostra o seguinte quadro:

O resumo foi tirado do “Anuário Estático do Brasil” que informa que o custo de vida em Aracaju teve as seguintes elevações de 1948 a 1957, tomando o número 100 como índice.	
1948 – 97	1953 – 178
1949 – 110	1954 – 213
1950 – 123	1955 – 272
1951 – 131	1956 – 345
1952 - 153	1957 - 406

Quadro adaptado do jornal *Gazeta Socialista*, 11-02-1958, p. 01. Matéria de Wilson Moura.

¹⁶⁹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, op. cit., p. 36.

O quadro acima projeta uma situação dramática para os trabalhadores sergipanos. O custo de vida aumentava ano após ano, porém os salários praticamente continuavam estáveis. Em 1957, para agravar ainda mais as circunstâncias, o território sergipano sofrerá com a crise no setor têxtil, tendo como principal consequência várias demissões.

3.3 - CUSTO DE VIDA E O PROBLEMA NO CONSUMO DE GÊNEROS BÁSICOS

Para compreender o custo de vida da população sergipana, o salário e o poder de consumo, é necessário recorrer às matérias que o jornalista Francisco Rosas publicou na coluna “Economia e Finanças” do periódico *Gazeta Socialista* durante o mês de dezembro de 1957. Em sua primeira matéria baseou-se num quadro organizado pelos nutricionistas do Ministério do Trabalho que determinava as quantidades mínimas dos gêneros alimentícios que deveriam ser ingeridas por um adulto diariamente. Ele mostrava a quantidade dos gastos com os alimentos, possibilitando assim fazer uma fixação do salário mínimo na região compreendida entre o Acre até a Bahia. A partir desses estudos, o repórter fez alguns quadros sobre a realidade estadual:

Alimentos	Ração Diária (Gramas)	Preço atual de quilo	Preço de custo das quantidades mínimas
Carne	150	30,00	4,50
Leite	200	10,00	2,00
Feijão	150	12,00	1,80
Arroz	120	20,00	2,40
Farinha	100	5,00	0,50
Legumes	400	25,00	10,00
Pão	200	20,00	4,00
Café	10	64,00	0,64
Açúcar	100	16,00	1,60
Banha	25	50,00	1,25
Manteiga	25	150,00	3,75
Frutas	Unid.	-	4,50
Total			36,94

Quadro retirado do jornal *Gazeta Socialista*, 05-12-1957, p. 02.

O quadro acima mostra os alimentos nutritivos mínimos e razoáveis que cada adulto deveria consumir durante o dia para obter energia física e mental, e conseguir desempenhar as atividades do seu trabalho. Os nutricionistas tentavam balancear a alimentação: indicavam um maior consumo diário de legumes (400 gramas) por ter apenas 240 calorias, enquanto que 200 gramas de pão tinham cerca de 599,20 calorias, e a banha com 227,5 calorias. Com isso, os profissionais informavam que era importante consumir variados alimentos, mas atentar que

cada um deles tinha uma determinada quantidade de calorias, além do valor proteico, ferro, cálcio e fósforo. Só que, para seguir tal dieta, a pessoa tinha que apertar o orçamento – os quilos da manteiga, banha, café e a carne eram os mais disparados – e gastar cerca de Cr\$ 36,94 diários. Tais indicações tornam-se flutuantes na medida em que muitos indivíduos não as seguiam à risca, por conta do baixo salário que ganhavam ou mesmo por não terem muito tempo disponível, caso dos operários têxteis que passavam boa parte do seu dia dentro da fábrica.

Necessidades Essenciais	Percentagem que deve ser Consumida	Valor da Quantia consumida (abatida de Cr\$ 73,33)
Alimentação	53%	38,87
Habitação	34%	24,93
Vestuário	8%	5,87
Higiene	4%	2,93
Transporte	1%	0,73
SOMA	100%	\$73,33

Quadro retirado do jornal *Gazeta Socialista*, 05-12-1957, p. 02.

Além de balancearem a dieta dos indivíduos, os técnicos também fizeram uma amostra sobre como gastar parte do salário. O repórter Francisco Rosas fez uma adaptação e organizou o quadro acima tomando como base o salário mínimo diário de Cr\$ 73,33 da nossa região. Ele começou então a analisar o impacto desses gastos na vida dos trabalhadores.

Conforme o jornalista, “a habitação tem reservado para si 34% do salário mínimo” que “equivale a Cr\$ 24,93 diários e no mês esta importância atinge a quantia de Cr\$ 747,70”. Esse valor daria para “alugar um quarto ou uma casa sem os mínimos requisitos de higiene” nos bairros mais distantes do centro da cidade e longe dos locais de trabalho. Já o vestuário “consome, de acordo com a tabela, 8% do salário”, Cr\$ 5,87 por dia, Cr\$ 176,10 por mês e “multiplicando esta importância por 12 meses, teremos Cr\$ 2.01,20 [não seria 2113,20?] para anualmente”. Para se vestir completo, o trabalhador gastaria:

Adquirindo 6 metros de brim para fazer um terno e este custando, vamos dizer, Cr\$ 60,00 cada metro teremos a soma de Cr\$ 360,00; para feitiço, registraremos Cr\$ 300,00; 1 ½ metros de tricoline para confecção de uma camisa branca, pelo preço de 35,00 a unidade, teremos Cr\$ 87,50 feito da camisa Cr\$ 40,00; para roupa de baixo atribuiremos uma quantia de Cr\$ 50,00; sapato um par, Cr\$ 200,00; meias um par, Cr\$ 25,00.

Somando tudo, tem-se:

Terno (incluindo o feitió)	660,00
Camisa (incluindo o feitió)	127,50
Roupa de baixo	50,00
Sapato	200,00
Meias	25,00
Soma	1.062,50

Quadro retirado do jornal *Gazeta Socialista*, 14-12-1957, p. 03.

Esses cálculos levaram em conta apenas a compra de uma única vestimenta ao ano e com preços baixos; roupas de cama e mesa não entraram nos dados, pois ainda precisavam de reajustes. É uma discrepância porque uma única roupa por ano tem o custo de Cr\$ 1062,50, que é mais da metade dos Cr\$ 2113,20 idealizados pelos estudos sobre o salário mínimo. Todavia, um trabalhador não irá ficar com apenas uma peça de roupa durante o ano inteiro, então terá que comprar pelo menos mais uma peça que custará Cr\$ 2125,00, extrapolando o orçamento para o vestuário e tendo que retirar um pouco da habitação ou alimentação. Se não quiser comprar os tecidos e nem mandar a costureira fazer, o trabalhador poderia abrir os jornais e ver as propagandas das lojas de roupas, caso da A Insinuante que vendia a marca Igê que “reune tudo o que o seu bom-gôsto exige: tecidos e aviamentos pré-encolhidos, da mais alta qualidade, corte moderno e anatômico, padrões novos e variados” e vinha até com certificado de garantia¹⁷⁰. Outra opção, e com a vantagem de comprar a crédito, era a loja dos Irmãos Figueiredo¹⁷¹, Rua João Pessoa, n° 45, que vendia paletó, calças, calçados, chapéus, meias, gravatas, lenços, camisas, entre outras coisas.

Michelle Perrot¹⁷² fez uma pesquisa sobre a vida dos operários franceses e percebeu que esses reivindicavam menos o direito à moradia e mais o direito à cidade. Lembrou, para esclarecer ainda mais a sua ideia, que a campanha contra os cortiços não é de origem operária. Sendo assim, o item que estava em crescimento nos gastos dos indivíduos era o vestuário, pois havia uma maior preocupação com a apresentação nos espaços públicos. Os trabalhadores enfrentavam uma imagem de inferioridade que era marcada pela sujeira e o desalinho, então, quando saíssem pelos bairros, deveriam projetar, tanto para si como para os espectadores, um bom aspecto visual. Nisso as roupas faziam a grande diferença, mesmo que sacrificassem o pagamento do aluguel.

A cidade ganhava importância para os indivíduos franceses que tentavam aproveitá-la peremptoriamente. Queriam um local aberto, de livre circulação e tinham a ambição de viver

¹⁷⁰ *Gazeta Socialista*, 12-12-1957, p. 03.

¹⁷¹ *Gazeta Socialista*, 14-12-1957, p. 02.

¹⁷² PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 101-125.

no “coração” da cidade. Eram contra as fortificações e não aceitavam morar nos terrenos baldios e em construções abandonadas. Quanto à estrutura das casas, Michelle Perrot descreve que a água era de uso público, não existiam banheiros e as pessoas utilizavam os famosos urinóis ou iam para fora de casa, o aquecimento interior era produzido por uma espécie de braseiros nocivos nas suas emanções. Poucos móveis e objetos no lar: utensílios de cozinha, uma mesa, colchões, algumas cadeiras, uma cômoda da família, imagens nas paredes e mais tarde, fotos. Tais condições levaram a classificar a casa como um alojamento, local temporário, em que as pessoas preferiam os espaços de fora, como os pátios, os corredores, as escadarias e, sobretudo, a cidade.

O próximo ponto abordado por Francisco Rosas é “os efeitos das despesas com a higiene e o transporte na bolsa do assalariado. Vimos que estas duas rubricas de despesas devem corresponder a 4% e 1% do salário mínimo, que equivalem a diária de Cr\$ 2,93 e Cr\$ 0,73, respectivamente”. As informações abaixo são bem esclarecedoras:

Utilidade e Despesas Mínimas pra Higiene	Preço unitário	Quantidades	Valor (Cr\$)
Corte de cabelo	10,00	1 p/ mês	10,00
Lâminas p/ barba	2,50	2	5,00
Creme p/ barba	10,00	1 pote	10,00
Sabonete	10,00	2	20,00
Lavagem de roupas	25,00	4 p/ mês	100,00
Total			145,00

Quadro retirado do jornal *Gazeta Socialista*, 17-12-1957, p. 03.

A verba mensal de higiene no valor de Cr\$ 87,90 é insuficiente perante a necessidade real de 145,00. O transporte também se atribuiu um valor “fora da realidade”, pois “o trabalhador utiliza apenas duas vezes o transporte no dia” e nesse caso tem uma despesa de Cr\$ 4,00.

O quadro seguinte refere-se ao mês de julho de 1956 e que, comparado com 1957, mostra certo aumento nos gastos com o consumo de alimentos:

Alimentos	Ração Diária (Gramas)	Preço atual de quilo	Preço de custo das quantidades mínimas
Carne	150	24,00	3,60
Leite	200	6,00	1,20
Feijão	150	20,00	3,00
Arroz	120	16,00	1,92
Farinha	100	5,00	0,50
Legumes	400	25,00	10,00
Pão	200	14,00	2,80
Café	10	60,00	6,00
Açúcar	100	13,00	1,30
Banha	25	36,00	0,90
Manteiga	25	100,00	2,50
Frutas	3 Unid.	-	2,50
Total			36,22

Quadro referente ao ano de 1956 e retirado do jornal *Gazeta Socialista*, 12-12-1957, p. 02.

O jornalista Francisco Rosas chegou à “conclusão de que o salário mínimo, no município de Aracaju, está a merecer um reajustamento, que não seja inferior a 40% sobre o atual”. Acrescenta, por fim, que o problema é ainda maior porque não se contabilizou os gastos com a assistência médica e com os remédios¹⁷³.

Sobre isso, duas coisas precisam ser ditas. Primeiro: o custo de vida aumentava cada vez mais na capital aracajuana fazendo com que os trabalhadores tivessem problemas no pagamento da habitação, alimentação, transporte, higiene e vestuário. Era muito difícil o salário suprir completamente esses cinco elementos básicos, fazendo com que o trabalhador optasse por alguns em detrimento dos outros. É relevante fazer uma comparação entre o valor proposto do salário mínimo diário de Cr\$ 73,33 (ano 1957), que já não dava pra suprir as necessidades básicas de um adulto, com o valor de fato recebido pelos operários. O ajudante de contramestre Josias de Almeida Silva¹⁷⁴, solteiro, residente na Rua Ouro Preto, 401, Bairro Industrial, foi contratado por um ano de serviço e recebia o pagamento hebdomadário de Cr\$ 504,00. Multiplicando a quantia diária de Cr\$ 73,33 por sete dias da semana, tem-se Cr\$ 513,31. Isso quer dizer que o salário semanal do ajudante de contramestre era insuficiente, por ser mais baixo do que o valor designado pelos especialistas – que, como já vimos, não dava para muita coisa. O que contava a favor de Josias de Almeida, pode-se supor, seria o fato de não ter que gastar com transporte, pois morava no mesmo bairro em que estava localizada a fábrica Confiança. Logo, o dispêndio com transporte poderia ser revertido para a alimentação ou outros consumos.

¹⁷³ *Gazeta Socialista*, 19-12-1957, p. 02.

¹⁷⁴ Josias de Almeida Silva, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-143/57, Rec. 193/57, Aracaju (SE), Reclamante: Josias de Almeida Silva, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

O cardista João Batista dos Santos¹⁷⁵, solteiro, residente à Rua Acre, 1.552, Bairro Siqueira Campos, recebia um salário diário de Cr\$ 73,40. O rendimento do cardista estava em seu limite (quando comparado aos 73,33 diários), sobrando apenas 0,07 que na verdade logo eram consumidos. A preparadeira Lindinalva da Paixão¹⁷⁶, casada, morava na Rua Porto Alegre, 54, Bairro Siqueira Campos recebia o salário por produção numa base de Cr\$ 1.700,00 mensais. Tendo como base a quantia de Cr\$ 73,33 diários, que equivale a cerca de Cr\$ 2.199,90 mensais, percebe-se que a operária recebia Cr\$ 499,90 a menos do que seria o salário ideal por mês. Era um ganho baixíssimo que praticamente não dava para nada e, além disso, ela era casada e, caso tivesse filhos, a dificuldade financeira aumentava. Esse caso confirma que o orçamento mensal dos trabalhadores contava com a participação da família inteira, onde cada membro contribuía financeiramente para ter pelo menos o básico. Outra coisa: não é somente o patrão que precisa da mão de obra feminina, seja para poder pagar um baixo salário seja para conseguir uma maior disciplina dentro do seu estabelecimento, mas também o pai de família que tem rendimento baixo e, devido às circunstâncias sociais, acaba acatando que sua esposa trabalhe na fábrica.

Segundo: se o salário não cobria as despesas com alimentação, higiene, transporte, vestuário e moradia, o que se esperar do lazer? Apesar das dificuldades financeiras e da labuta nas fábricas, os operários acabavam arranjando um tempo disponível para a diversão, principalmente, na noite aracajuana. O lazer tornava-se um momento de liberdade do fardo de oito horas diárias executadas no interior das fábricas.

3.4 – LAZER E ALEGRIA: BEBIDAS, JOGOS DE AZAR E CABARÉS

A necessidade de lazer cresceu com a urbanização e a industrialização. O trabalho industrial tinha uma execução mais fragmentária, organizada e rápida, implicando numa maior fadiga aos trabalhadores e gerando uma necessidade de repouso e evasão. No pouco tempo livre - o “não-trabalho”, “semilazeres” - as pessoas faziam trabalhos manuais em casa e praticavam jardinagem, mesmo que fossem de maneira desinteressada e não se configurasse um lazer. Eram cidadãos isolados, comportando-se mais como artesãos, e não usufruíam muito dos aspectos políticos, sociais e culturais. No entanto, aos poucos, começou a se

¹⁷⁵ João Batista dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-187/57, Rec. 245/57, Aracaju (SE), Reclamante: João Batista dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

¹⁷⁶ Lindinalva da Paixão, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-306/57, Rec. 395/57, Aracaju (SE), Reclamante: Lindinalva da Paixão, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

devolver uma aspiração ao lazer de maneira mais ampla e profunda. Com isso, o sociólogo Joffre Dumazedier¹⁷⁷ elenca três funções imbricadas e importantes do lazer:

a) função de descanso: o operário precisa de repouso para reparar as deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas obrigações do serviço. Ele precisa de silêncio e de pequenas ocupações para poder se reanimar e ter um sentido de existência. b) função de divertimento, recreação e entretenimento: é preciso ocorrer uma necessidade de ruptura para que se possa suportar as disciplinas e as coerções da vida. O tédio irá embora através de atividades de entretenimento como jogos e esportes e até de elementos ficcionais, como os livros de romances. c) função de desenvolvimento: é a integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais, criando assim novas formas de aprendizagem. Estimula o desenvolvimento da personalidade e podem surgir condutas inovadoras e criadoras.

Na coluna “Diário Operário” (1945), o jornalista J. Vieira de Aquino escreveu sobre a importância do tempo livre para os trabalhadores sergipanos. Afirmou primeiramente que, aos domingos e feriados, os indivíduos vestiam as melhores roupas e frequentavam o cinema e assistiam às partidas de futebol, como também passeavam nas ruas da cidade. Ele alertou que “é justo que o homem que trabalha a semana toda, ao domingo, vá espairecer um pouco, vá divertir um bocadito”. Acrescentou também que a leitura de livros era importante porque servia para a instrução e até os analfabetos deveriam pedir o auxílio de um “companheiro, ao vizinho, ao ‘cura’ da sua zona, ao chefe da seção de trabalho, onde ele vive, a esposa, ao filho”. A cultura teria que ser uma constante na população operária e, relevantemente, para as crianças que deveriam ser encaminhadas para a escola e a oficina, “porque, com filhos bem educados e cultos, a nossa Patria engrandecer-se-a perante as demais nações do mundo, as quais nos respeitarão, muito mais”. Por fim, o jornalista afirmou que “dividamos o nosso tempo disponível entre diversão, estudo e trabalho, e seremos felizes no futuro” e “percamos alguns minutos, nos dias de descanso em nosso proveito”¹⁷⁸.

O repórter Vieira de Aquino estruturou o cotidiano dos trabalhadores em três pilares complementares, tais como diversão, estudo e trabalho. Ele dividiu os períodos: tempo consumido fora dos postos de trabalho que corresponderia às distrações; tempo de estudo que poderia ser dentro das oficinas ou em qualquer lugar; e o tempo efetivo de serviço dentro dos estabelecimentos. Com isso, percebe-se que apenas as distrações – futebol, cinema e passeio – faziam parte do lazer, pois serviam para acabar com o tédio, “espairecer”, como o jornalista

¹⁷⁷ DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. Tradução de Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, (Debates; 82), 2012.

¹⁷⁸ *Diário de Sergipe*, 31-01-1945, p. 02. “Diversão, estudo e trabalho”.

mesmo citou. Já a educação aparecia como relacionada ao “tempo disponível”, mas não necessariamente considerada como lazer.

O conceito de lazer para o jornalista era bastante limitado e estava associado apenas às práticas de entretenimento que serviam para acabar com o tédio e que não tinham nenhuma importância pedagógica. A educação seria um “trabalho”, só que mais leve, que não precisava tanto do uso físico e poderia ser feito em casa quanto nos intervalos no interior das oficinas.

Após sabermos o sentido do lazer para o jornalista, é importante agora dizer que existe uma classificação. Em um lado, tem-se o entretenimento visto como positivo e moral, que seguiria determinadas normas de conduta e era controlado pelos grupos dominantes que até faziam uso da força policial, e do outro lado, o considerado como imoral e indecente. Vieira de Aquino novamente escreveu sobre o lazer operário, só que dessa vez começou a criticar fortemente as diversões que, para ele, eram consideradas indecentes e que fugiam à regra ou ao padrão dos grupos dominantes. Ele esclareceu que o trabalhador gastava o salário em jogos de azar e com bebidas alcoólicas, sendo esses hábitos, nas palavras do próprio jornalista, “verdadeira catástrofe”. Alertou que “cabe a nós insistirmos com veemência pelo afastamento desses dois inimigos dos homens, notadamente operários”, pois são prejudiciais “aos nossos bolsos, ao nosso corpo e a nossa economia” e, por fim, “aconcêlhae uns aos outros a evitarem taes vícios”¹⁷⁹.

O vício ao álcool era notado como algo prejudicial tanto ao intelecto quanto à saúde. O jornalista Al Neto publicou uma matéria informando sobre os aspectos negativos oriundos do consumo de bebidas alcoólicas, principalmente que a bebida “enfraquece a inteligência”. Ele começou enumerando os grupos sociais que se levantavam contra o álcool, como “os moralistas opunham-se ao alcoolismo por motivos morais” e “os médicos o condenavam por razões higiênicas”, além de que agora se conseguiu provar que a bebida diminuía o poder cerebral do homem. As suas alegações estavam baseadas no estudo da médica Lucille B. Kessler, do hospital estadual de *Traverse City*, no estado norte-americano de Michigan, que fez uma experiência com um grupo de cinquenta e um indivíduos que consumia bebidas alcoólicas usualmente e que não apresentava qualquer sintoma de enfermidade mental. O resultado da pesquisa mostrou que ocorriam “enfraquecimento da faculdade de apreensão, diminuição da memória e alteração da capacidade de adaptação social do individuo”. O pior de tudo era que “desta alteração na capacidade de adaptação social do individuo pode

¹⁷⁹ *Diário de Sergipe*, 02-02-1945, p. 02. “Combate ao jogo de azar e ao vício da embriaguez”.

estender-se ao próprio lar”, ou seja, “o álcool é a causa de desentendimentos sérios entre os esposos”, e “talvez nem ele, nem ela sejam culpados: o culpado é o álcool”¹⁸⁰.

O consumo de bebidas alcoólicas, mesmo que ainda de forma moderada, tornou-se uma preocupação para os moralistas, médicos higienistas, e também para a imprensa sergipana em voga. Cada parcela da sociedade apresentou os seus estudos e as suas concepções negativas sobre o álcool, mas que, ao final de tudo, chegava quase na mesma conclusão, isto é, renegação do vício da bebida. Além de alterações na saúde da pessoa, o consumo de bebidas também prejudicava as relações familiares, inclusive acabando até com o casamento. Então, dever-se-ia fazer tudo para evitar tal vício e, para tanto, os conselhos dos diversos profissionais teriam que ser levados em conta e cada familiar, principalmente os pais, tentaria manter distância do álcool.

Se a embriaguez prejudicava o raciocínio, o mesmo será válido para o desempenho no horário de trabalho. Era inadmissível que o operário fosse trabalhar alcoolizado, pois produziria pouco e ainda corria o risco de fazer uma mercadoria defeituosa. A fábrica aparece como local racional, liberto de vícios, idealizado, gestão científica, que esboça normas de conduta que proibiam o consumo de bebidas antes e durante a produção do operário. Aliás, como lembraram os jornalistas, a restrição aos vícios não acontecia somente dentro da fábrica, mas vai até o lazer, exercendo um controle sobre todos os momentos do cotidiano operário – muitas vezes até na relação cônjuge, como ficou provado na matéria do jornalista Al Neto.

Nos lugares de embriaguez, os princípios e as normas de convivência eram diferentes dos ditados pelos burgueses, pelas autoridades médicas e judiciais. Os consumidores tinham o direito de sentar à mesa de estranhos e iniciar uma conversa, e nisso criar um ambiente de extroversão e de disponibilidade. O brinde trazia toda uma carga de inclusão e de sociabilidades entre os bebedores¹⁸¹.

Outro vício bastante destacado pela imprensa era os jogos de azar. Em 1948, o vereador José Francisco Santos denunciou os jogos de azar criticando que parte da polícia seria conivente com tal diversão e assim deixava de cumprir a lei. Tanto na capital quanto no interior, o jogo era praticado e os presos eram logo colocados em liberdade. O vereador citou o município de Maruim, no qual “o jogo teve livre concorrência, baralho, dados, roletas, etc., funcionando livremente, tendo a polícia local e a Prefeitura, cobrado, um imposto ilegal para garantir a prática do jogo de ‘azar’, esse terrível cancro social” e fazendo isso a prefeitura

¹⁸⁰ *Diário de Sergipe*, 25-10-1950, p. 02. Coluna “Nos bastidores do mundo”. “Alcool e inteligência”.

¹⁸¹ CAMARGO, Daisy de. *Alegrias engarrafadas: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX*. Assis, 2010. Tese de Doutorado (História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, p. 65.

negligenciava os seus problemas mais urgentes¹⁸². Em Propriá, o vício aos jogos também era uma realidade atraindo até crianças e tendo a convivência dos poderes políticos locais, como a força policial. Lá havia cerca de quarenta casas de jogos de azar – começando pela Avenida Coronel Maynard Gomes, indo até as Ruas da Poeira, Alto do Hospital, Jackson Figueiredo e outras – que contavam com a roleta e o baralho¹⁸³. Na capital aracajuana, os interessados pela jogatina aproveitaram as festividades de São Cristóvão para armar as suas bancas na Praça Olímpio Campos, onde estava localizada a Catedral. Os sacerdotes católicos acharam tal coisa um abuso, condenando veemente, e afirmando que a jogatina se apresentava de diversas formas, como o jogo do bicho que era considerado “um dos maiores meios de corrupção do nosso povo”. Os jogos na festa de São Cristóvão reuniam adultos e crianças, não tendo assim um controle da moralidade pública¹⁸⁴.

O jogo do bicho surgiu tendo como legendas de apostas as flores e era visto como se fosse um apaziguador social. Entretanto, aos poucos, principalmente no início do período republicano brasileiro, e na *belle époque* carioca, vai sendo comparado como uma atividade degradante, desestabilizadora, um elemento de desordem pública. Mesmo assim, o jogo do bicho ainda irá continuar sendo o passatempo predileto de grande parte dos cariocas, inclusive contando com o apoio da imprensa. A febre dessa jogatina conquistava várias pessoas e o próprio jogo ia se diversificando através do uso de novos símbolos como alimentos e cereais - que tiveram o seu fracasso imediato. O sucesso do jogo do bicho tinha várias representações: a possibilidade de se obter ganhos extras, pois seria difícil ganhar muito dinheiro com o trabalho; e o fato do caráter lúdico, divertido, e por vezes mágico, já que as pessoas sonhavam e iam fazer as suas apostas de acordo com a interpretação do sonho. Enfim, o jogo do bicho era o momento em que os populares davam vazão às frustrações diárias¹⁸⁵.

Em Porto Alegre, que consolidava práticas semelhantes da cidade carioca, o jogo do bicho se alastrava entre o povo, bem como entre as elites, que via uma oportunidade para obter a ascensão social: ser dono de uma casa de jogos de azar era uma forma de ocupação e ganhar dinheiro. Em contrapartida, além das perseguições que sofriam por parte das autoridades policiais e administrativas, alguns populares e as pessoas dos jornais levantavam-se contra o jogo do bicho e os seus praticantes. Esse jogo chegou a Porto Alegre em 1897 e estava fincado no centro da cidade, atraindo diversos entusiastas como as crianças que tinham

¹⁸² *Gazeta Socialista*, 27-11-1948, p. 02.

¹⁸³ *O Nordeste*, 21-06-1952, p. 01. “O jôgo em Própria”, de Alberto Veloso.

¹⁸⁴ *O Nordeste*, 04-10-1952, p. 04. “Continua a jogatina”, de Humberto Moura.

¹⁸⁵ HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993.

uma versão em miniatura. Os sorteios do bicho eram realizados no Rio de Janeiro e por telegrama chegavam até a capital do Rio Grande do Sul, gerando assim brigas, seja por saber o resultado antes dos demais jogadores ou por informar resultados diferentes do sorteio.

Percebe-se que indivíduos de várias idades e profissões se envolviam nas práticas dos jogos de azar, por exemplo, políticos e policiais que até vendiam cartelas do jogo em Porto Alegre. Os moralistas estavam atentos e ficavam constantemente lançando críticas, porque acreditavam no valor positivo do trabalho, na moralidade pública e que o bicho deixasse de ameaçar à venda das loterias do governo. Todavia, os populares não deixaram de praticar essa diversão que servia para “fugir” da luta cotidiana e tentar a sorte para melhorar a situação econômica. Tal sucesso do jogo do bicho, em Porto Alegre, deveu-se a ausência de uma política governamental e também o fato de que a própria sociedade desafiava a lei¹⁸⁶.

Os jogos de azar condenados pelos moralistas, como a jogatina do bicho, apareciam associados com outros vícios. Cada local de jogo era visto como imoral e antiético, além que os seus frequentadores geralmente faziam parte de grupos condenáveis, caso das prostitutas que aproveitavam o momento para seduzir e ganhar dinheiro. Tais diversões - jogo e meretrício - eram bastante procuradas pelos sergipanos:

Jôgo e Meretricio prestigiado e incentivado: O clamor já começa a surgir do próprio povo contra o incremento do jôgo e do meretricio. Com a saída do Dr. Aloisio da chefia de Policia, mção que vinha se conduzindo brilhantemente (o que é bom dura pouco), já as prostitutas começam a voltar para a rua de Bonfim, certas e confiantes que triunfaram sobre o ex-Chefe de Policia. O jôgo campeia abertamente, isso em rua do centro da cidade. Quando surge uma autoridade querendo limpar, logo é colocado à margem. A sociedade assiste estarecida a tanta confusão e degenerescência¹⁸⁷.

O cabaré aparece como um ambiente bastante frequentado por operários que buscavam não somente o prazer, mas também distrações e conversas com os amigos, consumo de bebidas, enfim, coisas que servissem para aliviar a tensão do trabalho diário. Contudo, sobre o meretrício pairava um investimento das autoridades governamentais no sentido de acabar com tal situação e fazer uma espécie de limpeza social, mesmo fazendo uso da força policial. Além disso, o fragmento do jornal informa que o próprio povo clamava para acabar com o jogo e a prostituição. Ora, é fato que os grupos populares frequentavam os cabarés, bem como os

¹⁸⁶ GASPARIN, Marizete. *Prazer e Sorte: o jogo do bicho em Porto Alegre (1893-1903)*. Porto Alegre, 2007. Dissertação Mestrado (História) – UPF / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Em complemento, ver TORCATO, Carlos Eduardo Martins. *A repressão oficial ao jogo do bicho: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885-1917)*. Porto Alegre, 2011. Dissertação Mestrado (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹⁸⁷ *Gazeta Socialista*, 31-10-1957, p. 04.

moralistas que se levantavam contra, mas isso deveria ser feito de maneira secreta, mais velada, e em locais mais escondidos, como no caso do centro de Aracaju. Então, o cabaré como espaço de diversão e sociabilidade teria que ser real e desempenhar uma função, mas sua posição restringia-se a operar nos bastidores e em locais propícios, e não aparecer publicamente. As prostitutas eram colocadas à margem, pois a sua fonte de renda, através do “trabalho” com o corpo e os seus encantos, transmitia a promiscuidade e não podia vir à tona, isto é, aparecer perante a sociedade, na medida em que publicamente já se apresentava a mulher honrada, decente, pura e de família.

As meretrizes eram ousadas e tinham atitudes que escandalizam a sociedade aracajuana. No Bairro 18 do Forte, algumas cortesãs ficavam completamente despidas e tomavam banho em uma fonte localizada na Vila Alzira, trecho com a Rua 19 de Janeiro¹⁸⁸. Essa rua, antes considerada pacata e familiar, tornou-se residência de meretrizes após o desmanche do Morro do Bomfim. Começaram então a aparecer pensões que foram batizadas pelos populares como os “novos bonfinzinhos”¹⁸⁹.

A historiadora Margareth Rago¹⁹⁰ fez um considerável retrato sobre a prostituição feminina em São Paulo durante os anos de 1890 a 1930. O crescimento urbano-industrial suscitou nos médicos, juristas, criminologistas, literatos e jornalistas um interesse pela prostituição e uma preocupação com a moralidade pública, prioritariamente com a definição de códigos de conduta da mulher no espaço público.

O ambiente propício para a mulher de família era no seu lar, nos cuidados do seu esposo e dos seus filhos, e que não deveria frequentar os locais públicos da cidade. A modernização veio para inverter certos aspectos e, através da industrialização, as mulheres conseguiram mais tempo para passear na cidade. Novas propostas sociais estavam sendo prescritas que serviam para redefinir as inserções e funções do feminino na sociedade. E nesse panorama pode-se destacar a figura da prostituta que simbolizava a fragmentação do sujeito moderno e a separação efetiva entre o erótico e o amor, além de ser o lado negativo do progresso. Pode-se dizer que:

A prostituição foi vivenciada como linha de fuga da constelação familiar, da disciplina do trabalho, dos códigos normativos convencionais: lugar de desterritorialização intensiva e da constituição de novos territórios do desejo. [...] Nos territórios do prazer, vivem-se possibilidades de perda da identidade na relação sexual, de desterritorialização subjetiva, ao inverterem-se papéis e dramatizarem-se

¹⁸⁸ *Gazeta Socialista*, 17-12-1957, p. 04. Coluna “Espelho da cidade”.

¹⁸⁹ *Gazeta Socialista*, 09-11-1957, p. 04. Coluna “A vida da cidade”.

¹⁹⁰ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

situações, abrindo-se espaço à manifestação de “pulsões irreprimíveis”, que não podem se realizar na relação conjugal normalizada¹⁹¹.

O mundo da prostituição paulistana era uma rede de sociabilidades congregando artistas, músicos, coristas, boêmios, dançarinas, prostitutas e contando com serviços e empregados tais como choferes, garçons, cozinheiras, arrumadeiras, manicures, costureiras, porteiros. Nesse ambiente, vivenciavam-se várias práticas sociais, diferentes formas de lazer: bate papo entre os indivíduos, contar piadas ou os conchavos políticos, músicas animadas e, claro, as aventuras românticas e a circulação dos afetos. O bordel também era o lugar em que os jovens tinham a sua primeira vez. Os vícios eram frequentemente adotados através do consumo, comercialização e difusão de drogas, da jogatina, das brigas e confusões, e propagação de doenças venéreas como a sífilis.

O meretrício estava concentrado nas áreas centrais e comerciais da cidade de São Paulo. No Brás residiam as prostitutas mais pobres e que precisavam atender uma maior clientela. A prostituição do baixo meretrício era notada como um prazer delirante, de excesso dionisíaco, relacionado com o lodo, o charco e o esgoto. Nos cafés-concerto e nos bordéis chiques havia exposições de salteadores árabes, danças do ventre ao lado de luta romana, concertos, musicais variados, projeção de filmes, inclusive pornográficos, etc. Por fim, salienta-se “uma ambígua rede de solidariedades e pequenas rivalidades, competições e manifestações de amizade marcam, assim, a subcultura da prostituição”¹⁹².

Os lugares da boêmia, do meretrício e dos prazeres, estavam espalhados por vários cantos da cidade aracajuana, atraindo diversos homens que iam se divertir durante toda a noite¹⁹³. Nos Becos dos Cocos, os menores de idade - com treze até quinze anos – iam procurar as “Pensões das Mulheres” por volta das 19 horas às 21 horas e 30 minutos, já que a polícia fazia a sua fiscalização somente depois da 22 horas¹⁹⁴. Na Rua da Frente existiam tais pensões com jovens pobres e que antes eram estudantes, mas agora trajavam roupas caras porque eram sustentadas por homens ricos¹⁹⁵. As prostitutas ficavam também nas adjacências do Cassino Imperial e em um abrigo, consentido pela prefeitura, na entrada da Avenida João Ribeiro¹⁹⁶. Na famosa Rua do Bomfim, no trecho da Rua Lagarto com Simão Dias, a polícia

¹⁹¹ Idem, p. 27.

¹⁹² Idem, p. 259.

¹⁹³ Sobre os lugares de diversões, incluindo os cabarés, ver MAYNARD, Dilton Cândido Santos; CRUZ, Débora Souza. Os lugares do prazer: Prostíbulos, bares e outros espaços em Aracaju nos tempos da Guerra (1939-1945). In: MAYNARD, Andreza Santos Cruz; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *Dias de luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, Luminária Academia, 2011, p. 87-113.

¹⁹⁴ *Gazeta Socialista*, 21-09-1957, p. 04. Coluna “A vida da cidade”.

¹⁹⁵ *Gazeta Socialista*, 26-11-1957, p. 04. Coluna “A vida da cidade”.

¹⁹⁶ *Gazeta Socialista*, 14-09-1957, p. 04. Coluna “A vida da cidade”.

atendeu os reclamos dos moradores e deu quinze dias de prazo para o despejo das casas que exploravam o meretrício, incluindo o “dancing” que ali existia¹⁹⁷. Não era somente o centro da capital que era habitado por tais mulheres, mas também o bairro proletário Siqueira Campos que tinha as chamadas “casas de pastos” ocupadas por “velhas senhoras”, que arranjavam os clientes para as adolescentes iniciantes nessa vida de prostituição. As jovens frequentavam essas casas de forma discreta, visto que os seus pais não sabiam disso. Ao todo, eram 21 “casas de pastos” que estavam divididas entre a Rua Amazonas (8 casas), Rua Bahia (4 casas), São Paulo (1 casa), Rua Pernambuco e Mato Grosso (6 casas) e Distrito Federal (2 casas)¹⁹⁸.

O local de prostituição que mais ganhou destaque foi o Morro do Bomfim que compreendia vários trechos periféricos ao centro de Aracaju, como a própria Rua do Bomfim, assim como a Rua Vitória, Divina Pastora, Rua Siriri, a baixa de Pedro Calazans (nas imediações do local denominado por Curral), entre outras, e até mesmo as proximidades do Alto da Borborema (no elevado da Rua São Cristóvão)¹⁹⁹. O memorialista Murillo Melins²⁰⁰ lembra-se muito bem sobre o cotidiano na zona do Bomfim, inclusive das pensões de Odete Brasil, de Glória Bagaço, de Doninha Piúla, que tinha filial em Salvador, entre outras. Em muitas dessas pensões uma luz vermelha ficava acesa na fachada servindo como forma de distinção com as “casas de família” – que mesmo assim eram invadidas por bêbados. O movimento era intenso, principalmente, nos finais de semana em que as mulheres ficavam maquiladas, sentadas na porta ou debruçadas nas janelas, usando decotes provocantes e um perfume para chamar a atenção dos viandantes.

O memorialista destaca também a alimentação consumida dentro do Morro do Bomfim: tinha “vendedores de frutas, cachorro-quente, ‘fogosinho’, churrasquinho, cachaça em infusão de casca de pau e meladinha, mingau e o famoso mungunzá de ‘Mãe da Lua’, ficavam em pontos mais frequentados”. Tudo era acompanhado pelas vozes dos boêmios que tocavam os violões e animavam a vida noturna. Os jogos de azar, proibidos na cidade, funcionavam clandestinamente - como no cabaré de Pedro Bigodão - e geralmente tinham confusões, tiros e a presença da polícia. Aliás, as patrulhas da Polícia Militar e do Exército Brasileiro circulavam constantemente nos cabarés procurando os soldados que estavam se divertindo ou fazendo desordens. Eram vários os lugares de diversão no Morro do Bomfim: o

¹⁹⁷ *Gazeta Socialista*, 31-08-1957, p. 04. Coluna “A vida da cidade”.

¹⁹⁸ *Gazeta Socialista*, 12-09-1957, p. 04. Coluna “A vida da cidade”.

¹⁹⁹ SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida; LEÃO, Eudorica Luciana Almeida. Prostituição, cidade e imprensa: um ensaio sobre Aracaju na era Vargas (1937- 1945). *Cordis - Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, n. 7, p. 01-14, 2011.

²⁰⁰ MELINS, Murillo, op. cit., p. 359-362.

bar de Humberto Corcunda, o Sinuca de Sizenando, o Clube República, Cassino Esperança, o Stalingrado de Zé Fogo, o Fla-Flu, o Pinga-Pus e o famoso Moscou de Pedro Bigodão.

Todo esse cotidiano no Morro teve o seu fim no governo de Leandro Maciel que buscou modernizar a cidade e, para tanto, as zonas de prostituição, que representavam a imoralidade social, não deveriam mais existir. A ideia de progresso moral, que deveria ser acompanhada por todos os grupos sociais, era apresentada principalmente no jornal *Correio de Aracaju*, aliado ao governador. No primeiro ano de mandato, o periódico citava que “em vias de conclusão aí estão as diversas obras de vulto, inclusive o desmonte do Morro do Bomfim e o aterro dos alagados do Bairro Industrial, obras estas que bastariam para marcar uma administração proveitosa e definir um administrador capaz”²⁰¹. No segundo ano, o discurso se apresentava quase o mesmo, pois “a operação do Morro do Bonfim, para com a consequente remoção da areia dilatasse espaço útil ao desenvolvimento de Aracaju, nos alagadiços do Bairro Industrial, por si só vale uma administração, quando o serviço constituiria uma palida demonstração do que seria o Govêrno atual”²⁰². A demolição da famosa zona de meretrício trazia pelo menos dois benefícios sociais: o primeiro, com caráter mais físico, era a retirada das areias cujo destino seria os alagadiços do Bairro Industrial, e assim abririam novas ruas do centro da cidade, bem como a promessa de construção nessa área de casas populares para os trabalhadores²⁰³; o segundo benefício correspondia ao aspecto moral, pois o desenvolvimento também se daria pela eliminação dos costumes considerados indecentes.

Os relatos do viajante Daniel Freitas servem para entender ainda mais o sentido de modernidade que a cidade aracajuana estava passando durante o governo de Leandro Maciel. O aventureiro, nascido em Recife, esteve em duas oportunidades no território sergipano; a primeira vez foi quando tinha vinte anos, e indo para o Rio de Janeiro, o navio Taquari em que estava fez uma escala no porto de Aracaju para receber uma carga de diversas firmas, notadamente da firma Sabino, Ribeiro e Cia. Ele viajou por diversas regiões do país desde São Paulo até o Amazonas, quando finalmente chegou a Salvador. Daniel Freitas, voltando pela segunda vez, ressaltou “outro Aracaju, com desejo de progresso, abandonando os costumes provincianos” e “dai por diante minhas visitas a esta cidade foram amiudando [...]”, pois “atualmente ha uma febre de progresso em tudo nesta encantadora terra amiga e hospitaleira [...]”. O Morro do Bomfim não ficou de fora dos comentários do viajante informando que “o

²⁰¹ *Correio de Aracaju*, 31-02-1956, p. 01.

²⁰² *Correio de Aracaju*, 31-01-1957, p. 01.

²⁰³ *Correio de Aracaju*, 08-02-1956, p. 03.

arrazamento do Morro do Bomfim ou Pirro, a demolição do Alto da Borborema, do Morro do Oratorio de Bebé, cujas terras estão sendo material de aterro aos alagadiços e mangues que ainda existiam em Aracaju, dando novas áreas à planíssima cidade sergipana, admira o viajor que a visita” e assim “surtem novas e caríssimas construções de estilo moderno e criações próprias, atualizando Aracaju, arquitetonicamente ao nível das demais Capitais do nosso País”. E tudo isso, como percebeu o aventureiro, foi por conta do governador Leandro Maciel que vinha cumprindo as suas plataformas políticas²⁰⁴.

O memorialista Murillo Melins²⁰⁵ também escreveu sobre o desmanche do Morro do Bomfim. Ele informa que os donos de pequenos comércios e dos cabarés e famílias humildes fizeram um “abaixo-assinado” e uma comissão de moradores, incluindo prostitutas, foram até o Palácio do Governo para sensibilizar as autoridades políticas. Os agentes governamentais visitaram as casas e prometeram que os moradores receberiam uma indenização por conta da desapropriação, através de residências em bairros próximos ao centro da cidade. Porém, as máquinas chegaram, começaram o serviço e todos “olhavam estarecidos a fúria das máquinas desmanchando o morro, que representava a história da vida boêmia e de prazeres da nossa provinciana cidade”. A diversão, na crítica feita pelo memorialista, estava se acabando por conta de “falsos puritanos, muitos dos quais, já tinham subido furtivamente o Bonfim, acobertados pelo manto da noite em busca de amores pecaminosos, estavam agora apoiando os ‘moralistas’ que viam com satisfação o fim daquele ‘antro de perdição’”. E, como saudosa lembrança, “foi assim que o progresso da cidade sufocou as noites alegres, o canto dos seresteiros, os risos, os lamentos e os choros das prostitutas e os prazeres dos boêmios que frequentavam o Bonfim”.

Pode-se acabar com a geografia do meretrício, mas a prostituição com a sua subjetividade encontra várias formas de se manter em voga. O morro do Bomfim fazia parte do urbano aracajuano, lugar de encontro, residência de prostitutas, em que muitos homens iam atrás dos prazeres, e era isso o que mais importava. O corpo e os divertimentos proporcionados pelas meretrizes eram as coisas principais que os clientes buscavam independentemente de quais lugares essas mulheres estivessem. Com isso, pode-se dizer que o Bomfim tornou simbólico, ou seja, não é apenas o local, mas sim similitude de prostituição, pois ele estava onde as meretrizes ficavam: “Perguntamos pois? Houve demolição do ‘Morro

²⁰⁴ *Correio de Aracaju*, 08-11-1957, p. 05. “Aracaju, Progride”, escrita por Daniel Freitas.

²⁰⁵ MELINS, Murillo, op., cit., p. 379-384.

do Bomfim’ no Bairro Siqueira Campos? Bairro Industrial? Bairro Santo Antonio? E Bairro São José?”²⁰⁶.

Os lotes da zona do Bomfim, que também teve o apoio do Governo Federal para o desmanche, foram expostos à venda cujo pagamento podia ser dividido em quatro prestações, sendo 25% à vista e os outros 75% em três pagamentos semestrais²⁰⁷. Era importante vender rapidamente os terrenos, pois a região do antigo meretrício já estava servindo como lixeira e os moradores das redondezas sentiam o forte odor das sujeiras acumuladas²⁰⁸.

É importante afirmar que o lazer era incentivado por vários grupos sociais aracajuanos, incluindo os moralistas, conquanto que seguisse certas condutas, por exemplo, o afastamento dos vícios. O passeio com a família, o cinema e o futebol eram projetados como algo positivo e incentivado pelas autoridades. Ao contrário disso, tinham os vícios – a bebedeira, os jogos de azar e a prostituição – que traziam malefícios para os populares e então os governantes, com apoio da imprensa local, se levantavam com discursos e práticas moralistas. Era necessário disciplinar o entretenimento, isto é, controlar o lazer da população através de normas e ditames que, à luz da época, eram consideradas como sendo positivas.

O lazer dos operários brasileiros, que se confundia com o lazer da massa pobre dos bairros populares, era constituído por sociedades recreativas dançantes, clubes de futebol, o gosto pelos bares e as casas de jogo e apostas; havia também os grupos de conversas nas calçadas ou em torno das refeições coletivas, as canções feitas nas ruas por grupos musicais, festas populares ou religiosas, entre outros. Como aconteceu em Sergipe, também era imprescindível controlar as diversões dos trabalhadores, como foi o caso dos grupos anarquistas. Entre 1890 e 1930, os grupos anarquistas propuseram formas expressivas de lazer no cotidiano do proletariado: festivais de confraternização, de propagandas e comemorativos; passeios, excursões e noites de arte proletária. Criaram grupos teatrais que apresentavam peças de autores libertários vindos da Itália, Portugal e Espanha, e que eram encenadas nas associações sindicais ou nas casas de espetáculos simples nos bairros operários. Os piqueniques, com nomenclaturas de “libertários”, “primaveras libertárias”, “vida anarquista”, consistiam em pequenas idas aos sítios arborizados dentro ou fora da cidade²⁰⁹.

Se fora dos muros da fábrica Confiança existiam vários vícios, e os operários podiam fraquejar neles, então o ideal seria criar formas de divertimentos dentro do próprio

²⁰⁶ *Gazeta Socialista*, 14-05-1957, p. 03. Coluna “A vida da cidade”.

²⁰⁷ *Gazeta Socialista*, 07-11-1956, p. 04.

²⁰⁸ *Gazeta Socialista*, 13-08-1957, p. 04. Coluna “A vida da cidade”.

²⁰⁹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, (História em documentos), 1991, p. 64-70.

estabelecimento e assim vigiar com mais proeza e exatidão. O patrão Sabino Ribeiro estava preocupado com o tempo livre dos seus funcionários após o fim do trabalho diário.

3.5 - LAZER OPERÁRIO PROPORCIONADO PELA FÁBRICA / PATERNALISMO

O Sindicato dos Operários em Fios e Tecidos contava com o “Recreativo Clube Confiança”, fundado em 1944, com direção de Mario Cardoso Chagas e tesoureiro Antonio Paulo dos Santos, e composto por 129 operários associados. Sabino Ribeiro, no ano de 1945, convidou os operários do clube para que visitassem a sua fazenda Piauitinga, município de Salgado. Teve comidas, bebidas, danças e brincadeiras que começaram às 8 horas da manhã e somente terminaram às 17 horas da tarde²¹⁰. O convite do industrial tinha vários propósitos: manter os operários longe dos vícios e assim exercer um controle sobre os divertimentos, demonstrar na imprensa o seu espírito paternalista, e construir um ambiente de camaradagem entre os trabalhadores e a direção da fábrica. Ao abrir as portas da sua própria fazenda, o dono da fábrica Confiança mostrava que a sua fábrica se enquadrava no processo de disciplina que visava construir uma positividade nas relações, mesmo que muitas vezes conflituosas, entre operários e direção. Ora, essas “relações amistosas” formam-se também nos momentos do lazer, pois todos podiam se divertir e pouco perceber aquela rígida hierarquia que se encontravam.

A historiadora Michelle Perrot²¹¹ destacou o paternalismo dos industriais franceses perante os seus empregados, tendo propósitos bem definidos. Segundo ela, as primeiras manufaturas na França estavam instaladas no campo, devido à oferta de mão de obra e ao abrigo completo da família operária, ou seja, a célula familiar (pai, mãe e filhos) que era recrutada para garantir a permanência e a fidelidade dos trabalhadores. Em outras palavras: a industrialização tentou reforçar a família para utilizá-la com determinados propósitos. A fábrica aparece como um grande lar onde todos estão entrosados e fazem laços carismáticos. E nisso se tem o paternalismo que - conforme Michelle Perrot - possui três características fundamentais: 1) Presença física do patrão nos locais de produção, 2) Relações sociais do trabalho acontecem conforme o modelo familiar, pois o patronato projeta sobre si uma imagem de pai que se preocupa com os seus operários dando-lhes empregos e benefícios, 3) Os operários aceitam essa forma de integração e até colaboram; identificam-se com o patrão e com a fábrica.

²¹⁰ *Diário de Sergipe*, 20-03-1945, p. 02. Coluna “Diário Operário”, escrita por J. Vieira de Aquino.

²¹¹ PERROT, Michelle, op. cit., p. 60-62; 82-83.

O paternalismo, denotação de proteção e patrocínio, pode ter seus traços na fábrica Confiança, mesmo que difere em espaço e tempo dos primeiros anos da industrialização francesa. O patrão Sabino Ribeiro incorporou a imagem de um pai que se preocupava com a saúde dos seus operários, com a educação e até o lazer; e nisso tudo muitos trabalhadores confirmavam tal estereótipo.

O ajudante de contramestre José dos Santos²¹², solteiro, residente na Avenida Reis Lima nº 10, Bairro Santo Antônio, entrou para a fábrica no dia 15 de fevereiro de 1949 e demitido em 14 de fevereiro de 1953, foi acusado de insistir “que só trabalharia recebendo uma maior remuneração ou ganhando o mesmo salário do contramestre”. O gerente declarou que não podia aumentar o salário dele sem primeiramente falar com o diretor da empresa, porém o ajudante de contramestre se negou a trabalhar, afirmando ainda que só voltaria caso tivesse crescimento no seu ordenado. E tanto insistiu nisso que resultou em sua demissão. O mais importante neste caso é o fato de que o diretor da fábrica ficou sabendo da ocorrência e “mandou dona Euridice anotar o pedido do declarante para que, na outra semana, lhe fôsse dado aumento”. É difícil saber ao certo se o diretor falou mesmo que iria aumentar o salário do operário ou se foi mera invenção de Euridice para ganhar tempo e demiti-lo. O certo é que José dos Santos acreditou que o seu desejo seria realizado, pois a sua confiança estava no fato de que utilizaram o nome do diretor da fábrica.

Além do ajudante de contramestre, a menor operária Maria Vandelina Freitas de Jesus²¹³ procurou proteção no seu patrão. Tecelã, solteira, morava na Rua Tenente Jansen Melo, nº 521, Bairro 18 do Forte, começou a trabalhar na empresa em 10 de agosto de 1953 recebendo diárias na base de Cr\$ 125,00 semanais. Era considerada pela gerência como uma desidiosa, pois faltava constantemente ao serviço. Em sua defesa, ela argumentou que faltou por motivo de doença e quando estava grávida. Sobre a gestação, Maria Vandelina informou que avisou ao diretor da indústria que não poderia mais trabalhar e “que dito diretor mandou-a para casa, acrescentando que depois tomaria as providências cabíveis”. Mandou-se, então, “uma enfermeira em casa da declarante” para aplicar injeção e cuidar dela.

Os dois casos ilustram que a figura do patrão está presente dentro da fábrica vigiando ou mesmo atendendo e trazendo possíveis resoluções nos casos dos funcionários. Ele faz promessas de que tudo irá se resolver e assim gera uma crença no operário de que o seu

²¹² José dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-66/53, Aracaju (SE), Reclamante: José dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

²¹³ Maria Vandelina Freitas de Jesus, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-115/55, Recl. 184/55, Aracaju (SE), Reclamante: Maria Vandelina Freitas de Jesus, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

pedido foi atendido. O patrão aparece como um ser cordial, um pai, que não pensa em si, ou seja, no lucro da empresa, mas sim no contentamento dos seus empregados. Ele é dotado de aspecto “divino”: tem o seu escritório – centro de decisões e poder – e, para falar pessoalmente com ele, é necessário seguir etapas, isto é, tem que primeiramente comunicar os problemas da fábrica aos contramestres, mestres e gerentes.

Mais um caso de operário serve para ilustrar a presença do patrão em seu estabelecimento, além de acrescentar agora um confronto. A assistente Marina dos Santos²¹⁴, solteira, residente na Rua Maruim, 307, foi demitida “em virtude de ter ela praticado um ato de indisciplina e insubordinação” recusando-se a trabalhar no dia “dezessete do mês em curso, sob a alegação de que se tratava de um dia que era feriado municipal”. No dia seguinte, ela teve a advertência de que a data dezessete não era considerada feriado para a fábrica, mas declarou na frente do diretor “que tinha faltado e estava disposta a faltar em qualquer feriado, fosse ou não observado pela empresa”. Em defesa, a operária disse que quando retornou à fábrica o diretor indagou-a sobre o motivo de sua falta e “que o doutor Joaquim então disse à reclamante que os feriados para o comércio não eram os mesmos que para a indústria, acrescentando que se os outros compareceram a reclamante também devia ter comparecido, porquanto não iria fazer exceção”. Por fim, “o doutor Joaquim ainda disse que a declarante não podia continuar trabalhando na firma”. No término do seu depoimento, a assistente esclareceu o motivo que a levou a se atrapalhar: sua irmã comerciária mostrou um documento feito pela Associação Comercial que constava como feriado o dia dezessete, apesar de não especificar se seria referente somente ao comércio ou se ampliava à indústria.

Houve a apresentação de dois documentos. O primeiro deles, apresentado pelo advogado da fábrica, é uma edição do jornal *Diário Oficial* que traz um excerto de Emílio Gentil, delegado regional do trabalho de Sergipe, informando os dias de feriados, e não citando o dia 17 de março como tal. O segundo documento foi o que a operária Marina dos Santos se baseou, isto é, o Serviço Informativo da Associação Comercial de Sergipe que destaca como único feriado municipal o dia 17 de março em comemoração a “transferência da Capital e elevação de Aracaju a Categoria de Cidade”.

A demissão da assistente não aconteceu porque faltou no dia que teria expediente (17 de março), mas devido à prática de insubordinação e indisciplina que feria “o poder de

²¹⁴ Marina dos Santos, Tribunal Regional do Trabalho, Recurso Ordinário nº 69/53, Recorrentes: Ribeiro, Chaves e Cia., Recorrido Marina dos Santos, Relator Juiz Jaime Vilas Boas Filho, Procedência Junta de Aracaju. Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-87/53, Aracaju (SE), Reclamante: Marina dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

comando do empresário”. Muda-se o foco: a assistente “que trabalha nos escritórios da empresa” e “não é ela, realmente, uma operária, uma industriária” foi demitida por conta de seu confronto com o diretor fabril. Contudo, o presidente do tribunal – juntamente com os vogais – votou a favor de Marina dos Santos, pois entenderam que a moça não quebrou a disciplina do estabelecimento falando naturalmente com o seu superior; o advogado da fábrica ficou insatisfeito e recorreu de todas as formas para que se anulasse o resultado do processo e, entretanto, não obteve vitória.

O paternalismo não admite críticas, reivindicações, manifestações, enfim, qualquer confronto. E, caso isso ocorra, se toma punições como providências para manter o poder patronal em funcionamento. Em uma petição para revisão e anulação da sentença, que deu vitória para a assistente, exemplifica muito bem o que é o paternalismo:

Nem mesmo entidades empregadoras como a dos Recorrentes [fábrica Confiança] que, num perfeito espírito de justiça social, vae muito além das obrigações que lhes são impostas pela lei e oferecem ao seu operariado, na pequena Capital sergipana, um perfeito serviço de assistência médica, dentária, pré e post-natal, com creches, enfermarias, consultórios, gabinetes de raios-X, club recreativo e esportivo no recinto da própria fábrica, além de vila operária e de gestos expontâneos, como o que acaba de efetivar, majorando em 20% os salários de seu pessoal, encontram absoluta receptividade por parte do trabalhador, surgindo casos como o “sub judice”.

O patrão é responsável por gerar empregos dignos para os seus empregados, mas, além disso, ele se preocupa com a assistência social – que, deve-se ratificar, não é tanto uma obrigação sua, conforme diz o fragmento acima. Esse “perfeito espírito de justiça social” é a construção de obras médicas, educacionais e recreativas e também a utilização de “gestos expontâneos” como o aumento de salário. Tais assistências são referendadas tendo uma “absoluta receptividade por parte do trabalhador”. Só que existem alguns operários que confrontam esse paternalismo e começam a criticar o sistema fabril como um todo.

Enfim, o paternalismo está presente na fábrica Confiança englobando os três tópicos propostos por Michelle Perrot, acrescentando ainda o fato de que se operam resistências contra esse poder. Se alguns operários acreditam nas promessas do diretor fabril, outros já procuram o confronto.

O poder patronal na empresa Confiança expandia-se cada vez mais e contava com um cinema ao ar livre tendo projeção gratuita para os funcionários e seus familiares²¹⁵. Além disso, frequentemente ocorriam festas nos salões que eram enfeitados pelas operárias quando

²¹⁵ Poliantéa, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

acabava o turno de trabalho diário²¹⁶. Tinha também a Associação Desportiva Confiança, sede ampla e confortável, contando com um serviço de alto-falantes, dois gabinetes sanitários, mesa de pingue-pongue, salão de barbeiro, *buffet*, reservado para orquestra e um salão de danças. Praticava o futebol, o basquete e o vôlei que possuem boas pistas com moderna iluminação e arquibancadas amplas²¹⁷. O memorialista Murillo Melins se recorda do Cine Confiança e principalmente dos atletas do Clube Proletário, destacando: “no futebol: Edilberto – Reginaldo - Anastácio – Enock – Bidu – Labodi – Tutu – Sandoval – Paulo Lumumba e Lipiu. Do basquetebol de: Alfredo Souza – Wilson Moura – Bazinho e Zé Mocinha”²¹⁸.

É o futebol o maior empreendimento paternalista do dono da fábrica Confiança no âmbito do lazer. Muitas vezes até mesmo uma vaidade pessoal, pois nesse período (anos 40 e 50) o futebol já estava em pleno vapor e era agraciado pelos sergipanos. Era preciso que a fábrica produzisse bastante e que os operários tivessem bons rendimentos, ao passo que tal concepção irá permear no clube futebolístico, porquanto os jogadores deveriam vencer o time rival e mostrar quem mandava no futebol sergipano. O time Confiança era sinônimo de fábrica, disciplina e do próprio nome do seu dono.

3.6 – “SER CONFIANÇA JÁ SE ASSEMELHA A UMA SEITA, UM CULTO”²¹⁹: ESPORTES E CLUBE PROLETÁRIO CONFIANÇA

Em Sergipe, nos primeiros anos do século XX, o futebol tinha pouca ênfase no cotidiano da população e tampouco era consagrado como uma paixão. Os relatórios dos presidentes do Estado pouco citaram sobre a prática de esportes no território, demonstrando assim que vigorava a ideia de que o trabalho seria algo positivo e a principal preocupação dos indivíduos. Apesar disso, em nota esparsa e breve, o político Maurício Graccho Cardoso citou:

Capacitada da verdade do aforismo latino: - *mens sana in corpore sano*, isto é, de que a educação physica convenientemente dirigida contribue á formação do caracter e prepara, como o entendiam os gregos, com a virilização da raça, cidadãos uteis á pátria, não tem a administração publica regateado o seu auxilio a diversas associações desportivas que, para o seu desenvolvimento, pedem o amparo do governo. Foram assim cedidos, a titulo precario, terrenos para sédes e campos de varias associações de tennis, de remo e de foot-ball desta Capital. Nesses

²¹⁶ *Fôlha Popular*, 30-06-1956, p. 04.

²¹⁷ *Poliantéa*, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, Ano 1949.

²¹⁸ MELINS, Murillo, op. cit., p. 321.

²¹⁹ *Gazeta Socialista*, 08-06-1957, p. 03. “A crônica da semana”.

laboratórios invisíveis do fortalecimento hygico, é que na Allemanha, na Suissa e nos Estados Unidos se armam os escudos da defesa nacional, tanto para o campo da batalha guerreira, como para a arena da actividade economica, a qual, mais do que o outro, hoje em dia necessita, para o pleno exito e a victoria fecunda, de homens sadios, ageis e dispostos²²⁰.

Os esportes tinham a responsabilidade de desenvolver os indivíduos através do fortalecimento do carácter, preparação para a virilidade da raça e, prioritariamente, produzir mental e fisicamente cidadãos úteis para a pátria. A utilidade seria para formar uma mão de obra disponível composta de homens sadios, ágeis e dispostos ao trabalho e a produção econômica. Com isso, o governo teria a obrigação de investir nos esportes, na medida em que obteria para a economia sergipana maior produtividade da população, melhor administração e desenvolvimento social. Era preciso doar terrenos para as associações desportivas de tênis, do remo e do futebol.

Se para o presidente sergipano Graccho Cardoso o futebol, juntamente com outros esportes, teria a função de fortalecer os homens trabalhadores, deve-se dizer que o surgimento desse jogo no Brasil estava circunscrito aos grupos abastados. Os ingleses tornaram-se difusores do futebol e influenciaram o nosso país, principalmente São Paulo, e mais tarde os cariocas buscaram o estímulo de que precisavam nesse estado vizinho. Os clubes futebolísticos traziam da Inglaterra o material necessário à prática do jogo, por exemplo, bolas, uniformes e paletós para os sócios.

Os jovens Oscar Cox e Charles Muller, nascidos no Brasil, eram de famílias abastadas e trouxeram da Europa novas práticas e tradições. Apesar de não serem os introdutores, eles tornaram-se marcos na história do jogo de bola nas terras brasileiras. Sendo assim, o futebol será praticado inicialmente não pelos populares, mas sim pelas elites que percebiam nesse esporte uma forma de sociabilidades e de distrações. Consolidava-se então o futebol como um modismo elegante praticado por membros de famílias ricas. O historiador Leonardo Affonso afirma que:

Histórias como a dos dois pioneiros servem, assim, para atestar o carácter elitista dos primeiros tempos do esporte no Brasil: nascido somente pelo impulso isolado de alguns grupos abastados, que buscavam na Europa as raízes de uma nova cultura e de uma nova civilização para a recém-instaurada República brasileira, ele tinha definido em seus primórdios o carácter restrito que caracterizaria seus primeiros tempos²²¹.

²²⁰ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1925, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 15ª legislatura, pelo Mauricio Graccho Cardoso, presidente do Estado, p. 92-93. Grifo presente no original.

²²¹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 22-23.

O público vestia-se com bons trajes e congregava muitas famílias nobres da cidade. As partidas iniciais não atraíam muita gente, mas “a falta de popularidade nem de longe preocupava os adeptos do novo esporte, que mostravam com seu aprumo ter outros motivos de preocupação”²²². O que interessava era mostrar a elegância tanto dos espectadores, quanto dos próprios jogadores que chegavam aos estádios em seus automóveis luxuosos. O time do Fluminense era composto por jovens de pele clara e com bigodes aparados, dando ao jogo no Rio de Janeiro um caráter de afirmação de modismos e hábitos europeus, uma marca de modernidade, e faziam com que os estádios servissem como espaço de celebração do refinamento da juventude endinheirada. Muitas vezes o caráter esportivo era posto de lado, e os jogos apresentavam-se como grandes encontros sociais, reuniões fechadas de grupos letrados, inclusive tendo a participação de autoridades do país.

Várias parcelas da população foram excluídas, como trabalhadores e negros, pois destoaria o caráter cavalheiresco do futebol. Destarte, os clubes futebolísticos criaram formas de exclusão social: aumento das taxas de filiação; para ser sócio no time Botafogo, a pessoa não podia ser profissional de serviço braçal; as regras e as normas no campo deveriam ser regidas de acordo com padrões ingleses, etc. Entretanto, o povo espremido e mal acomodado nos campos de futebol mostrava interesse pela futura paixão nacional. Surgiram novos clubes, houve participação de jogadores negros – Carlos Alberto passou pó de arroz por conta das críticas de sua cor de pele -, a população se improvisava nas falsas arquibancadas para poder assistir as partidas. O entusiasmo produziu o incremento da torcida que era composta por pessoas de baixas condições sociais, atraídas pela imagem de modernidade construída pelo esporte. Então:

De elemento de diferenciação, o futebol transformava-se assim em uma prática que, admirada por todos, ganharia uma força social somente experimentada até então por eventos como o carnaval – que já conseguia há tempos empolgar parcelas muito diferentes da população carioca. Longe de poder ser definido nesse momento como um símbolo de identidade de classe, fosse ela qual fosse, ele transformara-se então, a partir das apropriações e ressignificações feitas por membros dos mais diversos segmentos sociais, em um grande fenômeno de massas²²³.

O futebol teve aceitação no meio operário e entre os empresários capitalistas. De pensamento contrário, Lima Barreto e inúmeros dirigentes sindicais, especialmente anarquistas, falavam que os trabalhadores cariocas eram passivos e alienantes, reduzindo

²²² Idem, p. 30.

²²³ Idem, p. 127.

assim o futebol a uma coisa pitoresca, que tinha pouca importância, além de ser desviante da crítica ao capital. Os trabalhadores cariocas eram considerados remansosos, pois parte considerável participava mais dos clubes recreativos e menos dos sindicatos ou associações de resistências. Preferiam o futebol que gerava corpos alienantes, dóceis, algo sem relevância política, distração, e que aproximava os patrões dos seus empregados operários. O Bangu foi o primeiro time de futebol operário e tinha o apoio da diretoria da Companhia Progresso Industrial do Brasil que serviu como sustentáculo financiando uniformes e festivais, cedendo o terreno para o campo e a sede, e comprando móveis e utensílios para o clube. A sujeição para com a fábrica continuava ainda mais: os sócios precisaram da autorização da direção para que os jogadores do time argentino visitassem as instalações do clube; para chegar ao grau de sócio, seria necessário ser empregado da indústria e, caso fosse demitido por mau comportamento, teria que deixar o clube; proibiam-se discussões de assuntos políticos ou religiosos. Apesar desse controle, os jogadores-operários conseguiam certos benefícios no Bangu, por exemplo, caso sofressem alguma lesão nas disputas eram atendidos pela direção da fábrica e estavam liberados do serviço.

Os times proletários serviam para efetivar identidades porque agregavam vários profissionais da mesma empresa e, mais tarde, de outras profissões e lugares. Essas redes de sociabilidades produziam uma afirmação de autonomia e também uma forma de luta dos trabalhadores, como foi o caso da greve de 1917. Enfim, o esporte bretão tinha um caráter político nas ações cotidianas dos operários. E nisso os militantes começaram a notar que o futebol poderia atrair mais pessoas aos sindicatos e ser capaz de impulsionar a formação de consciência política para a luta contra os exploradores burgueses²²⁴.

Em Salvador, o pontapé inicial do futebol (1901) contou com o jovem José Ferreira Júnior, mais conhecido como Zuza, que quando criança viajou à Europa para ter uma boa educação. Filho do tesoureiro do British Bank, ele logo terminou os estudos e retornou a Salvador, em 25 de outubro de 1901, reunindo os seus amigos, entre eles Petersen e Drumond, para uma partida do novo esporte no Campo dos Mártires (Campo da Pólvora). Outra versão afirma que, antes mesmo da chegada de Zuza, já havia certo envolvimento dos habitantes com o futebol principalmente entre os universitários que estudavam na Faculdade de Medicina da Bahia. As primeiras partidas ainda eram poucas, sendo realizadas nos feriados ou no dia de domingo, e tinham a participação da elite soteropolitana. Os amistosos eram frequentados por profissionais liberais, médicos, advogados, comerciantes e principalmente

²²⁴ Idem, p. 255-280.

estudantes que viam aí um espaço de sociabilidades. Ao final, os jogadores saíam do campo e faziam confraternizações em bares e em outros lugares, despertando assim a modernidade em Salvador. Se no Rio e em São Paulo proibia-se terminantemente a participação de determinados segmentos da sociedade no futebol das elites, o mesmo acontecia na Bahia: o Yankee Foot-ball Club (1914) excluía os analfabetos (75% da população), desempregados, e indivíduos que exercessem profissões consideradas humilhantes, como engraxates, pedreiros e peixeiros, entre outros; já o Sport Club Bahia, fundado em 1903, proibia os negros como sócios. Todavia, existiam clubes pequenos como o Germânia, o White, São Bento e o Ypiranga, que era o mais popular do período, que se constituíam de segmentos sociais menos favorecidos. Em 1930, o futebol baiano sofrerá mudanças e se tornará profissional²²⁵.

O pesquisador Henrique Sena dos Santos²²⁶ critica os estudos que falam sobre os primeiros anos do futebol em Salvador, pois abordam uma espécie de etapismo, isto é, que esse esporte primeiro foi praticado pelas elites para depois se difundir entre as camadas populares. Ele percebeu que o desenvolvimento do futebol se deu de maneira paralela e de múltiplas formas entre esses dois grupos. Portanto, as elites não necessariamente foram o centro desse processo. Os chamados moleques, vadios e peraltas constituíram o futebol (1903) com sentidos próprios e específicos, praticando-o nas ruas e nos terrenos sem horários e dias específicos, além de adaptarem os materiais – utilizavam latas, pano velho, meias e até bexiga de boi como bolas -, e de não seguirem às normas inglesas tendo brigas, agressões, ferimentos.

O futebol também se fez presente no território sergipano durante os anos iniciais do século XX. Entretanto, não nos interessa aqui fazer uma reconstituição do surgimento desse esporte localmente. O ponto que merece destaque é a criação do time Confiança e o seu sucesso com o público durante os anos 40 e 50.

Evidentemente, na década de 1940, o futebol fazia parte da realidade tanto dos grupos mais abastados quanto dos grupos pobres. O jornalista Ferreira Rocha confirma que “o esporte que predomina aqui no baixo sanfrancisco e por que não dizer no Brasil inteiro é, indiscutivelmente, o futebol”, pois era dentre todos os esportes o mais barato e por isso os seus adeptos praticavam-no, ainda meninos, nos quintais utilizando bola de pano ou de borracha. Ferreira Rocha lembra que ele mesmo machucou os dedos por diversas vezes “no jogo de pé raspado”. Era uma prática comum entre os meninos que jogavam. Se o futebol

²²⁵ SANTOS, Henrique Sena dos. Entre negros e brancos: considerações sobre a formação da cultura futebolística em Salvador 1901-1920. *Recorde: Revista de História do Esporte*, volume 2, nº 1, junho de 2009.

²²⁶ _____. “Desastres materiais, desordens morais”: o “foot-ball de vagabundos” nas ruas de Salvador, 1905-1920. *Recorde: Revista de História do Esporte*, volume 5, nº 1, junho de 2012.

ganhava cada vez mais adeptos, o remo e o tênis seguiam caminhos contrários na medida em que eram esportes caros:

Numa cidade do interior, como Propriá, por exemplo, o rapaz pobre que não dispõe de recursos para adquirir uma raquete por tantos e quantos, não pode jogar o tênis. O remo está na mesma razão, é esporte destinado aos granfinos. Com o futebol, entretanto, não se dá o mesmo, está ao alcance de todos, bastando, para isto, adquirir o couro. É esporte proletário por excelência. Jogam-no todos, o rico e o pobre, o preto e o branco, o filho do burguês e o filho do operário²²⁷.

O jornalista Ferreira Rocha tinha razão quando afirmou que o futebol estava sendo jogado por diversos segmentos sociais. Esse esporte ganhou fama que até conquistou o dono da fábrica Confiança. A Associação Desportiva Confiança - criada em 1º de maio de 1936 para prática do basquete e do vôlei - teve como fundadores Isnard Cantalice e Epaminondas Vital após assistirem a uma partida de voleibol, sendo que tal iniciativa foi abraçada por Joaquim Ribeiro. Em 1º de maio de 1949 surgiu o time de futebol, inicialmente controlado pela fábrica Confiança, para só “separar-se” em 1955. Formou-se rapidamente uma torcida, mais popular e menos elitista, que lotava os estádios para ver o time proletário e que confirmava os *slogans* construídos pela associação esportiva ao longo de sua história, tais como “Dragão do Bairro Industrial”, “Da Caverna do Bairro Industrial”, “ADC”, “O Gigante Operário”, “Campeão dos Campeões”, “A Academia do Futebol Sergipano” e o famoso “Já Nasceu Grande”.

O time Confiança, assim como quase todos os clubes futebolísticos operários do país, estava subordinado à fábrica e controlado pelo patrão Sabino Ribeiro que fazia interferências constantes, principalmente para fortalecer os laços paternalistas e disciplinares. As comemorações do time de futebol, inauguração do seu estádio, etc., tinham como aspecto emblemático o dia do trabalho. Com isso, apresentava a ideia de que o clube proletário era uma preocupação do patrão para os seus operários dando-lhes um lazer positivo. Além disso, o público obreiro tinha gratuidade nas comemorações.

Sabino Ribeiro procurou também fazer investimentos no clube: disponibilidade de materiais, contratação de árbitros fora do Estado, exigência de resultados e posturas profissionais de seus jogadores²²⁸. O maior investimento desse industrial foi a construção e a inauguração do estádio do Confiança nos dias 30 de abril e 01 de maio de 1955:

²²⁷ *Diário de Sergipe*, 09-01-1945, p. 03. “No reino do futebol”.

²²⁸ RIBEIRO, Sérgio Dorenski Dantas. *Da fábrica ao campo de futebol, vender tecido e vender espetáculo: tecendo os fios da história de um “Casamento Feliz”*. Florianópolis (SC), 2005, Dissertação de Mestrado (Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina.

Tiveram início, na tarde do sábado último, as solenidades de inauguração do Estádio do Confiança, com um coquetel oferecido à Imprensa e aos diretores dos clubes locais. No domingo, pela tarde, houve sensacional encontro que reuniu os quadros do Confiança, campeão absoluto do Estado, e do Passagem, campeão do Interior. Saiu-se vencedor o quadro do Confiança, a quem pertencia a grande festa de inauguração de sua praça de esporte. Dêste modo, esperamos que Associação Desportiva Confiança saiba aproveitar os grandes esforços da direção geral conquistando uma posição de destaque no certame do centenário²²⁹.

Além do estádio, os jogadores do time Confiança tinham outros benefícios. Um operário fez uma comparação entre o tratamento dado aos jogadores desse time com aquele dado aos funcionários que trabalhavam na fábrica. Citou que os atletas recebiam, quando venciam o time rival, cerca de Cr\$ 100,00 e, caso de empate, cerca de Cr\$ 50,00, além de serem bem alimentados. Então:

- Fazemos votos para que o dr. Joaquim Ribeiro continui tratando os jogadores como êles merecem e nós que o enriquecemos, que nos dispense mais atenção, melhorando os nossos vencimentos, para que possamos trabalhar com a mesma disposição que os jogadores. Sabemos, no entanto, que isso depende mais de nossa união, de nossa luta para conquistarmos melhores condições de vida²³⁰.

O operário era torcedor do clube proletário e, apesar de fazer tal comparação crítica, afirmava que a culpa era do patrão que não dava tanta atenção aos operários que trabalhavam dentro do seu próprio estabelecimento. É certo que Sabino Ribeiro investia no futebol, por paixão e por mera propaganda do seu time, como se nota na temporada de jogos em Recife. Perdendo o primeiro jogo contra o Santa Cruz com um placar de 1x0, e sendo vencido na segunda partida para o Náutico por 5x3, os jogadores disputaram o último jogo contra o América, que era tido como o favorito. A linha de frente era comandada por Bequinhos, tendo também o auxílio de Sandoval, Mergulho e Pagé que conquistaram os aplausos da multidão através das suas jogadas magistrais; Lulu também sobressaiu na zona de defesa do time. No final, a vitória do Confiança se deu por 3x2 contra o seu rival que tinha dado muita dificuldade, pois Guil e Pedro saíram machucados e foram substituídos. Os jogadores que balançaram a rede foram Bequinho (dois gols) e Labodi (um gol), enquanto que Guilherme e Arthur fizeram um gol cada um para o América. Com a consagração, o patrão Joaquim Ribeiro gratificou cada jogador com Cr\$ 100,00, inclusive o técnico e o massagista

²²⁹ *A Cruzada*, 07-05-1955, p. 06. “Inaugurado o Estádio do Confiança”.

²³⁰ *Fôlha Popular*, 02-07-1955, p. 03. Coluna “Voz das emprêsas”, “Conquistemos melhores salários”.

Romualdo²³¹. Para incremento ainda mais do time, o dono da fábrica contratou o goleiro pernambucano Ademar²³²; dois renomados jogadores de Alagoas²³³; enviou uma proposta ao treinador recifense Zago, nome conhecido no país e que havia sido titular como zagueiro entre vários selecionados pernambucanos, para dirigir a equipe no próximo campeonato²³⁴; adquiriu também o goleiro Lourival, antigo reserva do Vitória da Bahia, que logo no primeiro treino agradou plenamente²³⁵.

Em contrapartida, em 1950, o clube perdeu vários dos seus craques como Pedrinho que foi para o Rio de Janeiro, ao passo de que notícias, ainda não confirmadas, circulavam pela cidade de que Edilberto, Mergulho e Dão deixariam o Confiança²³⁶. Essa situação não era inédita para os clubes sergipanos, pois já em 1945 vários jogadores estavam deixando o futebol local “em busca de outros centros mais adiantados onde os recursos sobram e onde os homens de responsabilidades sociais dão uma parcela de suas atividades e de seus interesses pelo famoso esporte”. A Bahia era o lugar que mais recebia esses jogadores valiosos. E “urge, portanto, mais uma vez estamos a dizer, que os responsáveis pelo nosso futebol tomem medidas acauteladoras dos seus interesses [...]”, além de que “necessitamos também entrar no regime profissional dentro das nossas condições de vida, contando que se dê ao jogador sergipano o que ele precisa e fique assegurada, ao mesmo tempo, a defesa dos interesses financeiros dos clubes, interesses grandemente prejudicados com a saída de jogadores [...]”²³⁷.

Ser jogador de futebol requeria algumas premissas que deveriam ser levadas em conta. A profissionalização e o pagamento eram fatores importantes para o bom resultado durante os campeonatos. Outra coisa que merece destaque, para o jornalista Ferreira Rocha, “significa, pois, que o jogador não deve possuir somente o preparo moral decorrente da catequese e da preleção, senão também o excelente preparo físico adquirido por meio das ginásticas e do conselho médio especializado”²³⁸. O jornalista traz um aspecto fundamental para todos os esportes, isto é, a manutenção da disciplina dentro e fora dos campos. Os jogadores deveriam

²³¹ *Diário de Sergipe*, 29-03-1950, p. 07. “Venceu galhardamente o ‘Confiança’ em Recife”, reportagem de J. Tomaz.

²³² *Diário de Sergipe*, 29-09-1950, p. 03. “Olimpico e Confiança o maior clássico de 1950”.

²³³ *Diário de Sergipe*, 14-02-1950, p. 02. “A maior vitória já conquistada pelo ‘Confiança’”.

²³⁴ *Diário de Sergipe*, 04-05-1950, p. 02. “Virá um famoso treinador para o ‘Confiança’”.

²³⁵ *Diário de Sergipe*, 03-03-1950, p. 02. “Tem novo goleiro o ‘Confiança’”.

²³⁶ *Diário de Sergipe*, 07-03-1950, p. 02. “Fogem os nossos melhores craques”, de Castro Gama, e “Debandada no Confiança”.

²³⁷ *Diário de Sergipe*, 04-01-1945, p. 03. “Um problema que precisa ser cuidado com urgência: celeiro valioso e barato”. Matéria não assinada.

²³⁸ *Diário de Sergipe*, 25-01-1945, p. 03.

ter um preparo físico e moral, corpo submetido e dirigido, assim como os próprios torcedores. O mesmo Ferreira Rocha argumentou agora sobre a simbiose entre educação e futebol:

No campo esportivo do interior, entretanto, verificamos a ausência de educação e disciplina esportivas. A educação categorisa o nível mental de um povo, ao passo que a disciplina fala bem alto do valor preparatório de um quadro. Ambas são importantes. [...] Levado pelas emoções e pelo sentimento de partidarismo, torna-se imprescindível a educação que faz esquecer as revêzes, aproximando cordialmente o vencedor do vencido e a disciplina que estabelece o sentimento de compreensão e respeito mútuo. Fazem-se necessárias em suma, a educação e a disciplina, em todas as circunstâncias²³⁹.

O aspecto disciplinar consistia em uma série de fatores que contribuíam para o sucesso esportivo de cada partida: os jogos não deveriam ser violentos, era proibido dizer palavras grosseiras e ter atitudes deselegantes, indicava-se contar com a presença de policiais²⁴⁰. Exemplo de educação no esporte aconteceu no campeonato da cidade, o Torneio Início, que, consagrando-se campeã a Associação Desportiva Confiança, decorreu animadamente, com bom programa e público pagante tendo momentos de entusiasmos e emoções. Os atletas desfilarão ao redor do estádio, mostrando postura e empenho, acompanhados da banda de música da Força Policial do Estado²⁴¹.

A realização plena de uma partida de futebol acontecia quando se tinha um misto de tensão e de relaxamento. A emotividade e a excitação dos torcedores, jogadores e dirigentes deveriam se perpassar por todo o estádio²⁴². Ademais, um pouco de autocontrole e de emoção serviria para equilibrar e não partir para a violência. Infelizmente, as agressões fizeram parte do cotidiano do futebol sergipano. No Estádio de Aracaju, mesmo com a proteção do alambrado, o intervalo do primeiro tempo teve o atleta Lipiu (do Palestra) que, em vez de se dirigir ao vestiário, foi até a arquibancada agredir um torcedor, que o havia reprimido pela falta cometida no time adversário. O público presenciou a infração e dois policiais não fizeram nada²⁴³. Noutro jogo, o Vasco e o Sergipe “se empenharam numa luta desleal, parecendo nos que estávamos num campo de batalha da Coréia, ou num picadeiro onde se desenrolava uma tourada”. O atleta Maurício (Vasco) saiu do campo para tomar satisfação com um torcedor exaltado – que, na verdade, esse torcedor era o presidente do time Palestra e que já estava brigando com o irmão do vascaíno. Finalmente, “o jogo foi um autentico ‘abacaxi’ e o deixamos de descrever, porque saímos enojados do Estádio” que terminou com

²³⁹ *Diário de Sergipe*, 23-03-1945, p. 03. “Educação e disciplina”

²⁴⁰ *Diário de Sergipe*, 01-06-1945, p. 03. Reportagem de Ferreira Rocha.

²⁴¹ *Correio de Aracaju*, 11-04-1957, p. 02. “Confiança campeão do torneio”.

²⁴² HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia, op. cit., p. 40.

²⁴³ *Diário de Sergipe*, 15-05-1950, p. 03. “Lipiu saiu de campo para agredir um popular”.

o empate de 4x4²⁴⁴. No Estádio Joaquim Ribeiro, o Náutico (Recife) ganhou do Confiança por 3x0 começando em seguida uma agitação. O jogador do Confiança Paulo chutou – aos vinte e oito minutos do primeiro tempo – a mão do goleiro visitante Cazuza que não estava segurando a bola, terminando o jogo com apenas 45 minutos²⁴⁵.

O Confiança venceu diversos jogos e conquistou cada vez mais sucesso entre o público popular. Obteve vitória sobre o Itabaiana por dois a zero²⁴⁶; venceu, no Estádio de Aracaju, o Cotinguiba por 4x0²⁴⁷; mesmo tendo os desfalques Labodí, Sandoval e Dão, ganhou por 2x1 do time Palestra²⁴⁸. Uma das maiores goleadores do Confiança foi sobre o clube Olímpico com o placar final de 7x1 que contou com a presença dos jogadores Silvio, Zé Antônio, Mergulho, Dão, Bidú, Pedrinho, Bia, João, Jaime, Anastacio, e Tião. Arbitragem teve a boa atuação de Marcionilo Oliveira²⁴⁹. Assim, “o Confiança, como sabemos, é o quadro de futebol que tem demonstrado mais eficiencia no pebolismo da cidade, ora porque vem conseguindo formar um plantel respeitável de craques, ora porque os mesmos, em virtude de sua direção, teem que levar a sério a sua qualidade de craque”²⁵⁰.

As vitórias serviam para divulgar o nome da fábrica que era o mesmo do time de futebol. Os periódicos dedicavam constantemente notas, colunas, e principalmente páginas inteiras sobre o futebol sergipano e destacavam os jogos que o Confiança iria fazer, bem como as suas vitórias e mesmo as derrotas. Além da imprensa, o estádio do time era outro divulgador: o jornal católico *A Cruzada* destacou o jogo – vitória do Confiança sobre o Sergipe por 6x1 – que aconteceu “no estádio ‘Joaquim Ribeiro’”²⁵¹. Como patrono do futebol, era comum que Sabino Ribeiro fosse constantemente associado ao estádio Confiança, cuja construção teve iniciativa do próprio. Outros símbolos serviam como propagandas, como a cor do uniforme, a contratação de técnicos de outros estados, os jogos fora de Sergipe, entre outros. Fatima Martin afirma que os industriais brasileiros viam no futebol uma maneira de divulgar e vender os produtos da fábrica. Os clubes eram uma espécie de cartão de visitas e veículo publicitário das suas empresas²⁵².

²⁴⁴ *Diário de Sergipe*, 02-08-1950, p. 03. “Verdadeira tourada no Estádio de Aracaju”.

²⁴⁵ *Gazeta Socialista*, 07-05-1957, p. 03. “Náutico 3 Confiança 0”.

²⁴⁶ *Diário de Sergipe*, 26-07-1950, p. 03. “O Confiança venceu em Itabaiana”.

²⁴⁷ *Diário de Sergipe*, 17-07-1950, p. 03. “Brilhante vitória do Confiança”.

²⁴⁸ *Diário de Sergipe*, 16-10-1950, p. 03. “Vitoriou o Confiança no seu último compromisso”.

²⁴⁹ *Diário de Sergipe*, 23-01-1950, p. 03. “Goleada na tarde de ontem no Estádio de Aracaju”.

²⁵⁰ *Diário de Sergipe*, 16-10-1950, p. 03. “Vitoriou o Confiança no seu último compromisso”.

²⁵¹ *A Cruzada*, 28-05-1955, p. 06. “Derrotado o Sergipe por 6x1, frente o Confiança”.

²⁵² ANTUNES, Fatima Martin Rodrigues Ferreira. O futebol nas fábricas. *Revista USP*, São Paulo, nº 22, p. 102-109, junho/julho/agosto: USP, 1994, p. 106.

O Confiança também perdia os jogos, porém os comentaristas faziam questão de salientar que o grupo de jogadores era constituído por craques respeitáveis, fruto de uma direção técnica que sabia trabalhar e produzi-los. O Olímpico devolveu a derrota vergonhosa e ganhou a peleja pelo placar de 2x1, mesmo que de maneira dramática²⁵³. Em outro momento, o Confiança jogou contra o Galícia e perdeu, apesar de contar com o reforço de Guil, Pajé e Lipiu que não teve um ataque eficiente e não aproveitou as chances de golear. O centro atacante Dunga e o ponta-esquerda Valdemar irritaram os torcedores com suas repetidas e erradas intervenções. Dessa forma, somente o ataque formado por Bia, Pajé e Belanisa conseguiu agradar. O tento fez com que o time vencedor “suasse a camisa”, mas “não deixa de ser uma vitória de certa envergadura para o Galícia, uma vez que a resistência dos locais, embora sem um padrão de jogo rápido, à maneira de como atuou o Paulistano, surpreendeu o onze profissional dos baianos”²⁵⁴. As derrotas do Confiança eram suavizadas pelos comentaristas, pois poucos ousavam exercer críticas severas. Então, muitos diziam que o time perdia, mas que tinha lutado bravamente e dado trabalho ao seu rival.

Alguns comentaristas iam além e faziam críticas ao clube proletário, mesmo que ainda ficassem receosos. Afirmava-se que “o time entrou em campo já certo da vitória” e “seus jogadores glorificados pela Imprensa precisam se convencer que são iguais e mortais como os demais que jogam no football de Sergipe. A derrota do Confiança foi até um bem, porque mostrou que o time pode Perder”²⁵⁵. O jornalista informa que os atletas acreditavam serem os melhores do futebol sergipano e nisso já entravam em campo convencidos de que o resultado seria positivo. Todavia, parte da imprensa destoava desse caráter áureo do time e exercia críticas.

O ano 1955 foi marcado pela “separação” da fábrica com o seu clube de futebol. A segunda partida do campeonato sergipano entre Sergipe e Confiança, numa série de melhor de três, deveria ser realizada no estádio Sabino Ribeiro. Contudo, a FSD (Federação Sergipana de Desportos) marcou essa partida para outro campo, fato que culminou com a saída do Confiança do campeonato. Joaquim Ribeiro ficou desanimado com o episódio e queira acabar com as atividades esportivas do seu clube. Então, membros da sociedade, operários e cronistas esportivos realizaram uma passeata que saiu do centro da cidade até as proximidades do estádio pedindo à volta aos gramados. O patrão afirmou que haveria a separação da fábrica com o time, mas o Confiança agora estaria nas mãos do povo. Apesar disso, o time de futebol

²⁵³ *Diário de Sergipe*, 11-10-1950, p. 03. “Uma grande vitória do Olímpico sobre o Confiança”.

²⁵⁴ *Diário de Sergipe*, 18-11-1950, p. 03. “Caiu o Confiança pelo escore mínimo”.

²⁵⁵ *Gazeta Socialista*, 07-05-1957, p. 03. “Náutico 3 Confiança 0”.

continuou e até o patrão ajudava financeiramente nos suprimentos das condições materiais. Ainda como consequência do desânimo do diretor, o Confiança desligou-se da FSD e voltou apenas em 1957²⁵⁶.

O Confiança foi se reestruturando aos poucos e voltou ao cenário futebolístico local, tornando-se bicampeão em 1962/1963. A década de 60 irá marcar a profissionalização do futebol sergipano: em contrapartida, o vôlei e o basquete perderam espaço²⁵⁷. Os esportes, já na década de 1950, estavam em pleno declínio, com exceção do futebol. O prefeito de Aracaju assinou uma lei que concedia a ajuda de Cr\$ 3.000,00 as entidades esportivas sediadas na capital. O auxílio seria pago após o início do campeonato, perdendo o direito ao mesmo a entidade ou clube que não participasse. A maior preocupação era com o esporte náutico que estava quase paralisado: o Esporte Clube Aracaju dedicava-se quase que exclusivamente ao remo e só teria direito ao benefício da prefeitura caso realizasse pelo menos duas corridas de barcos ou regatas durante o ano²⁵⁸.

O repórter José Eugênio escreveu sobre o remo afirmando que “segue as pegadas do futebol em sua fase de regresso”. Então, “dizemos regresso, porque já vimos o Remo em Sergipe em fases diversas. Vimos quando ele atraía as multidões e quando o glorioso Clube Esportivo Sergipe açambarcara os títulos durante anos a fio”. Em 1955, Helman Lage foi ao Rio de Janeiro cujo propósito era fazer com que a delegação sergipana participasse do Certame Nacional do Remo. Conseguiu hotel, verba suficiente para os preparativos, diárias de Cr\$ 250,00 e outras coisas mais, porém os clubes de remo daqui não quiseram colaborar e participar do evento nacional. O Clube Esportivo Sergipe era o que possuía o melhor plantel e, mesmo assim, não quisera nada com o certame. Por sua vez, o Esporte Clube Aracaju estava desprovido de barcos e atletas; o Cotinguiba seguia também uma fase precária. Destarte, “o Remo está regredindo a passos largos, sendo preciso por um paradeiro em tal situação porque, se assim continuar, assistiremos dentro em breve, se ainda estivermos por essas plagas, aos funerais de tão apreciado Esporte da aquática”²⁵⁹. É o triunfo do futebol local sobre o remo, vôlei e o basquete.

Atualmente, a fábrica não existe mais, pois parte do seu terreno foi vendido e é onde hoje está a fábrica têxtil Santa Mônica, no Bairro Industrial. O time de futebol Confiança ainda continua forte nos campeonatos pelo país inteiro e congrega grande quantidade de torcedores.

²⁵⁶ RIBEIRO, Sérgio Dorenski Dantas, op. cit., p. 120-124; 138.

²⁵⁷ Idem, p. 126; 136.

²⁵⁸ *Gazeta Socialista*, 22-07-1950, p. 01. “Um projeto beneficiando o esporte”.

²⁵⁹ *A Cruzada*, 24-12-1955, p. 01. “Remo esporte decadente em Sergipe”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que o cotidiano operário, tanto no interior quanto fora da fábrica, apontou um ambiente de precariedade principalmente no consumo de gêneros básicos pelos trabalhadores e pelo reduzido valor do salário pago pelo patronato industrial. Entretanto, não são apenas esses aspectos econômicos que sujeitam e subjugam os trabalhadores, mas acrescenta-se o poder disciplinador que se perpassa constantemente pelo cotidiano. Essa disciplinarização, como já se sabe, tem várias características: enquadramento espacial dos empregados, domesticação do corpo e da mente das pessoas, ordenamento e aproveitamento do tempo útil, obrigação em seguir às normas e regras, entre outros. Além disso, esse poder disciplinar do patrão sabe aproveitar muito bem as situações criadas no ambiente fabril.

A crise nacional no setor têxtil, em 1957, foi um momento em que os capitalistas aproveitaram para demitir vários operários, pois seria uma justificativa perante os tribunais trabalhistas. Foi o período em que diversos funcionários foram colocados para fora da fábrica: principalmente os poucos produtivos e os que deveriam receber benefícios. Aconteceu assim com três fiandeiras que trabalharam durante seis a sete anos na fábrica Confiança: Ivanete Santos²⁶⁰ – casada, morava na Rua Porto Dantas, 14, Bairro Industrial, recebia o salário semanal médio de Cr\$ 500,00, e contava com oito meses de gestação -, Corália Menezes Oliveira – casada, residente à Rua Santa Catarina, 264, Bairro Siqueira Campos, recebia o salário semanal médio de Cr\$ 500,00, e tinha já sete meses de gestação – e Lindinalva Bispo dos Santos, que era casada, morava na Rua Pernambuco, 1037, recebia o mesmo salário das suas companheiras, e contava com seis meses de gravidez. As operárias queriam receber o auxílio gestante e, por isso, argumentaram que a fábrica demitiu-as para não pagar tal direito.

O advogado fabril João de Araújo Monteiro ressaltou “primeiramente que as reclamantes não foram dispensadas em virtude do seu estado de gravidez, mas tão somente em face da crise que está assolando a indústria de tecidos, crise esta que vem determinando a dispensa constante de operários, com o pagamento das respectivas indenizações e aviso prévio”. Argumentou ainda que o “auxílio enfermidade” somente é devido seis semanas antes do parto, sujeitando-se a gestante a apresentar atestado médico oficial para o empregador. Completou dizendo que esse auxílio não era indenização, mas simplesmente dias sem trabalho

²⁶⁰ Ivanete Santos e outras, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-296/57, Recs. 382 a 384/57, Aracaju (SE), Reclamante: Ivanete Santos e outras, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

e com recebimento do salário. Todas receberam indenizações por tempo de serviço e que não se referiam ao auxílio gravidez, pois era melhor a fábrica demiti-las do que ter que pagar o salário semanal para que ficassem em casa e não produzissem.

As operárias apresentaram comprovantes médicos e também tiveram os seus filhos no decorrer do processo, casos de Ivanete Santos e Corália Menezes. O advogado da fábrica voltou a salientar que o auxílio maternidade não era indenização, “mas um repouso que se dá à gestante, cujo contrato de trabalho está vigorando” e que as fiandeiras não comunicaram à gerência que estavam grávidas, então isso “exonera o empregador de quaisquer obrigações decorrentes do contrato de trabalho”. Os benefícios que queriam só podiam ser dados se ainda fossem funcionárias da fábrica. Parece mera coincidência que a direção fabril resolveu logo demitir operárias que estavam grávidas e, ainda mais, argumentou que não sabia da situação delas. É muito estranha tal alegação porque, mesmo que as fiandeiras não apresentassem os atestados médicos, bastava olhar para a barriga de cada uma delas ou mesmo escutar os comentários dos outros funcionários. Lembre-se de que os operários menos especializados – caso das fiandeiras – eram supervisionados pelos contramestres e mestres. Então, supõe-se que a gerência da fábrica aproveitou a oportunidade da crise no setor têxtil para mascarar a demissão e assim fazer com que as operárias não gozassem do direito ao repouso remunerado da gravidez.

O tribunal decidiu pela procedência das alegações das fiandeiras Ivanete Santos e Corália Menezes, e pela improcedência das reclamações de Lindinalva Bispo porque contava com apenas seis meses de gestação. O poder disciplinar da fábrica esbarrou na justiça trabalhista que não deu muita importância para a crise têxtil, visto que sua função era julgar as brigas que chegavam diariamente entre reclamante e reclamado.

As fábricas de tecidos do país detinham parte substancial do capital brasileiro investido e absorviam certo contingente de força de trabalho, dando empregos e meios de subsistência. A crise estava gerando um desequilíbrio na economia do país e também na situação social. O nordeste era a região que mais sofria, pois as indústrias têxteis - juntamente com a açucareira - eram os pilares da economia e produziam tecidos grossos através de maquinários que tinham baixa capacidade de rendimento.

O industrial Joaquim Sabino Ribeiro concedeu entrevista ao jornal *Gazeta Socialista* e falou sobre a crise têxtil nacional²⁶¹. Ele lembrou que a crise de 57 era “uma das mais sérias de que se há memória e, em Sergipe, é agravada por uma série de fatores, que vêm atuando de

²⁶¹ *Gazeta Socialista*, 26-09-1957, p. 01-02. “A crise da indústria de tecidos”.

maneira negativa, dentre os quais sobressaem a péssima qualidade e pequena quantidade do algodão produzido no Estado”. A fundamental causa dessa situação seria a queda do poder aquisitivo do trabalhador rural, que era o principal consumidor dos tecidos grossos e que não mais poderia comprá-los, visto que não recebeu o aumento do salário mínimo. Em contrário, outras classes sociais tiveram aumentos financeiros e passaram a consumir mais tecidos finos do que os grossos. As despesas das fábricas também aumentaram como “o valor do salário, da matéria prima, dos acessórios, dos combustíveis e lubrificantes; da força motriz, dos impostos e transportes e mais”. O repórter João Oliva Alves perguntou ao dono da fábrica Confiança se havia estoques acumulados de tecidos não vendidos, cuja resposta foi:

Não são grandes os estoques de tecidos no Estado, mas isso não representa desafôgo das indústrias, pois, para atenderem a seus compromissos, os industriais se submetem a vender seu produto a preços vis e a longo prazo, produzindo a sua descapitalização, com perspectivas sombrias para o futuro. Não é só o patrimônio material das indústrias que está em jôgo; preciso se torna alertar os homens públicos do País, sejam municipais, estaduais ou federais, para o perigo que ameaça a nação, com a diminuição ou mesmo a supressão de amplas fontes de renda e ante o grave problema social criado com o desemprego em massa do operariado. Nós, os industriais, não criamos esse problema e quem o criou tem o dever de ajudar à nossa sobrevivência, para o bem da própria coletividade.

Uma solução encontrada para acabar com a crise seria a produção de tecidos finos em maior quantidade pelas fábricas. Todavia, Sabino Ribeiro rejeitou essa ideia, pois seria necessária grande capacidade financeira para suportar as despesas dessa transformação e com isso o governo teria que apoiar o setor têxtil. Os bancos oficiais poderiam financiar a compra de novas máquinas a longos prazos e juros baixos, acabando assim com a concorrência injusta das fábricas nacionais com as estrangeiras. Sabino Ribeiro destaca outro ponto fundamental da crise, isto é, “o Brasil se afastou, por mais de 10 anos, do comércio mundial de tecidos onde, grandes concorrentes vêm dominando o mercado” por consequência da “política brasileira de proibir a exportação de tecidos foi verdadeiramente desastrosa para os interesses nacionais e contra todas as normas comerciais dos demais países”. Outra solução seria o aumento do salário mínimo dos trabalhadores rurais para que se elevasse o poder de compra desses consumidores. Com isso, “sem dúvida, melhoraria, imediatamente, pois o nosso grande consumidor é o trabalhador rural”.

Os industriais nordestinos reuniram-se na Primeira Convenção da Indústria Têxtil do Nordeste, realizada em Recife, e debateram sobre uma possível cooperação para solucionar os problemas da crise. Em complemento, os representantes iriam entregar ao presidente do país um memorial mostrando a realidade da situação “que se debate a nossa indústria e sugerindo

medidas capazes de evitar a catástrofe que se aproxima”. Sabino Ribeiro também participou da convenção em Recife e depois viajou para Brasília com o intuito de contribuir com os outros empresários na reunião com o presidente Juscelino Kubitschek²⁶².

O jornalista João Oliva Alves continuava, através do periódico *Gazeta Socialista*, a sua série de reportagens com o patronato sergipano, contando, dessa vez, com a participação de Josias Vieira Dantas, diretor da Sergipe Fabril, localizada no município de Maruim²⁶³. Ele concordou que as baixas econômicas do povo influenciaram na redução do consumo e que a população precisava produzir mais e reclamar do respectivo salário. Para melhorar a situação, afirmou que “além do credito, deve o Govêrno auxiliar, por todos os meios ao seu alcance, a exportação dos excedentes” e que a ampliação dos nossos mercados internos poderia ter efeitos positivos, mesmo que tardios.

Em São Paulo, as fábricas têxteis tiveram acúmulo de estoques invendáveis devido à fraqueza do mercado consumidor do país, gerando assim cada dia mais o desemprego e a intranquilidade do povo²⁶⁴. Além desse local, Pernambuco e Rio de Janeiro tinham grande contingente de operários demitidos²⁶⁵. Em Sergipe, na cidade de Propriá, dezenas de operários estavam sendo dispensados, que inclusive já contavam com mais de dois anos de serviços, não sendo registrados e sem receberem a devida indenização. Os trabalhadores que continuavam na fábrica estavam fazendo os serviços durante doze ou até quinze horas²⁶⁶. Para ter um cenário mais marcante, a entrevista dada por Luciano Amado, diretor da fábrica de tecidos São Gonçalo, de São Cristovão, e presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em nosso estado, esclareceu vários aspectos principalmente sobre o número de operários demitidos que “já atinge a cerca de 600 operários. Se a cousa continuar como vae, este número poderá ser acrescido”²⁶⁷.

A crise, segundo Luciano Amado, vinha se manifestando desde agosto do ano anterior quando entrou em vigor a nova tabela do salário mínimo, a qual agravou as dificuldades já existentes nas indústrias, principalmente, no setor de tecidos cuja exportação para o exterior era proibida. O consumidor atingido pelos desajustamentos salariais teve que desviar maior soma do seu parco salário para compra de gêneros alimentícios, consequentemente, teve uma retração na compra de tecidos grossos. Assim:

²⁶² *Gazeta Socialista*, 31-08-1957, p. 01. “Dr. Joaquim Ribeiro”.

²⁶³ *Gazeta Socialista*, 28-11-1957, p. 01 e 04. “A crise da indústria de tecidos”.

²⁶⁴ *Gazeta Socialista*, 23-05-1957, p. 01. “200 mil desempregados na capital paulista”.

²⁶⁵ *Gazeta Socialista*, 15-06-1957, p. 02. “Dos trabalhadores têxteis ao govêrno, ao congresso nacional e ao povo”.

²⁶⁶ *Gazeta Socialista*, 09-05-1957, p. 02. “Pelos municípios”.

²⁶⁷ *Gazeta Socialista*, 24-10-1957, p. 01. “A crise na indústria de tecidos”.

A política intervencionista do Governo – cita o entrevistado – elevou, por outro lado as taxas assistenciais, em favor dos institutos, criando maiores onus ao empregador; elevou impostos e, pretendendo uma deflação inopinada de moeda, baixou, a famosa instrução 135, através da SUMOC, restringindo o crédito bancário. A indústria nacional e, principalmente, a indústria de tecidos, não poderia suportar o impacto brusco dessas medidas, quando nem ao menos temos mercado interno.

Os patrões e os proletários reclamavam da gravidade da crise na indústria têxtil. Os primeiros alegavam que as demissões ocorriam porque não podiam arcar com a responsabilidade da mão de obra, por não estarem vendendo os tecidos fabricados e, com isso, queriam evitar o crescimento dos seus estoques²⁶⁸. Além do patronato, os operários sofriam muito com a crise de 1957: muitos eram demitidos e tinham que enfrentar a carestia de vida que aumentava cada vez mais.

O cotidiano operário era marcado pela constante precariedade de vida, além dos baixos salários pagos pelos patrões e pela sujeição ao controle dentro e fora das fábricas, como dito anteriormente. Essa situação agravante começa a gerar insatisfações por parte dos trabalhadores, conquanto, percebe-se que o poder disciplinar possui brechas e que não é tão forte assim. Começam então as resistências operárias que acontecem no próprio cotidiano. Os trabalhadores questionam as condições insalubres dentro da fábrica, a hierarquia dos contramestres e mestres, etc., e principalmente os baixos salários pagos pelos industriais. Nisso, Michelle Perrot estava correta quando afirmou que “ora, é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra”²⁶⁹.

Existem várias formas de resistência ao poder disciplinar. Na França, as lutas mais comuns contra os capitalistas eram as petições, uso de cartazes, interdições, e a própria destruição de máquinas, peça por peça, que só acontecia como último recurso. Essas contraofensivas mais ou menos calculadas defendiam o direito ao emprego e aos bons salários. Os operários brasileiros praticavam essas lutas “miúdas” e diárias, que recusavam a lógica do partido, na contestação do modelo capitalista de organização da produção. Margareth Rago cita que:

Estas “manifestações da ação direta”, como o boicote, o ataque aos instrumentos de produção, o roubo, a recusa a dar o rendimento exigido pelos patrões através do freio à produção permitiriam associar o conjunto dos trabalhadores, uni-los na

²⁶⁸ *Gazeta Socialista*, 08-10-1957, p. 03. “Crise da indústria têxtil”, Coluna Sindical, de Wilson Moura.

²⁶⁹ PERROT, Michelle, op. cit., p. 55.

transformação de sua condição social, sem ter de passar pela mediação de um organismo burocrático constituído por um reduzido número de pessoas²⁷⁰.

A sabotagem era utilizada pelos trabalhadores, pois significava não apenas a redução da mais valia, mas também a deterioração dos produtos e maior prejuízo ao proprietário²⁷¹. Tais lutas, muitas vezes espontâneas e sem a presença de organização sindical, apareceram frequentemente num momento em que no país não existia carteiras de trabalho, as leis eram motivadas por algumas exigências e ainda não tinha se realizado a Consolidação das Leis do Trabalho e as Juntas de Conciliação e Julgamento.

Em Sergipe, entre os anos 1940 e 1950, pode-se destacar como principal resistência dos operários da fábrica Confiança a busca pelos direitos na justiça do trabalho. As Juntas de Conciliação e Julgamento de Aracaju receberam diversos operários descontentes com os seus empregadores, seja por conta das demissões sofridas ou mesmo pelas perseguições dos superiores hierárquicos. Pode-se criticar esse órgão por ser burocrático e, certas vezes, os juízes e os vogais apoiavam os donos de fábrica, porém os operários recorrentemente conseguiam vencer os processos e obtinham as suas pretendidas indenizações. A vitória do operário acontecia quando se comprovava que não houve quebra da disciplina no interior fabril, isto é, que ele não foi um indivíduo desidioso e nem indisciplinado.

Todos sabiam onde procurar os seus direitos, mesmo que a empresa estivesse com a razão. E não era preciso conhecer plenamente às leis, visto que contavam com o suporte dos advogados dos sindicatos proletários e os conselhos cotidianos dos seus colegas operários que, inclusive, já tinham ido ao tribunal do trabalho.

Para além, outras resistências cotidianas aconteciam constantemente. A operária Maria Bernadete Araújo²⁷², solteira, morava na Rua Rio Grande do Norte, nº 33, Bairro Siqueira Campos, produzia pouco por conta de suas conversas no trabalho, muitas vezes largava o serviço e ia merendar fora de hora, e tinha constantes faltas. Apesar de ser bastante prejudicada pelo baixo rendimento, visto que recebia por produção, a operária ia contra o poder disciplinar do estabelecimento quando ficava conversando com outros funcionários e ao merendar em pleno horário de serviço. Tal ousadia estava justificada porque não dava muita relevância para o seu emprego, tanto que desistiu do processo e viajou para o sul do país. A

²⁷⁰ RAGO, Margareth, op. cit., p. 28.

²⁷¹ Idem, p. 29.

²⁷² Maria Bernadete Araújo, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-32/56, Rec. JCJ-SJ-50/56, Aracaju (SE), Reclamante: Maria Bernadete Araújo, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

urdideira Maria José Lima²⁷³, solteira, vivia na Rua Lagarto, 421, justificou suas faltas dizendo que esteve doente – e não mostrou o atestado médico porque a direção não pediu – além de que sua tia ficou enferma precisando tomar remédio durante três dias. A operária, como morava na mesma casa, não podia se ausentar, pois o remédio da tia era aplicado de hora em hora.

Muitos trabalhadores utilizavam várias táticas para ludibriar os dirigentes da fábrica como o fato de conversar em horário de serviço e, conseqüentemente, não ter que produzir naquele dia, bem como aproveitar as enfermidades dos familiares para ganhar mais alguns dias de descanso em casa. Outras oportunidades encontradas pelos funcionários eram: os acidentes de trabalho, afirmando que ainda não estavam recuperados ou não podiam mais exercer atividades pesadas; alguns afirmavam que não sabiam desempenhar determinadas funções e pediam então para serem remanejados; uso de grosseiras com os seus superiores hierárquicos; chegar atrasado ao serviço argumentando que morava longe, entre outros.

Cabe agora ressaltar o processo trabalhista movido pelo operário Pedro Vieira de Melo²⁷⁴ contra a fábrica Confiança. Trabalhador braçal, solteiro, morava na Rua Dom Quirino, Vila São José, nº 44, foi acusado pelo advogado da fábrica de que ele e mais um companheiro teriam ido ao escritório técnico declararem que não iriam mais serrar lenha pelo preço de um cruzeiro e cinquenta centavos o metro. Afirmaram que a “importância recebida não era dinheiro algum e reafirmar que não trabalhava mais por êsse preço, deixaram o serviço” e “que além da recusa verifica-se ainda a rebeldia da parte do reclamante”. O operário defendeu-se argumentando que “era obrigado a trabalhar de sete às dezesseis horas, com uma hora de intervalo para almoço; que, entretanto, o declarante, interessado em ganhar mais, trabalhava, de sua livre e espontânea vontade, até às vinte e duas, digo, até às vinte e três horas, e às vezes dobrava à noite”. Ele trabalhava com mais três operários e recebia por produção, mas dois desses ficaram doentes e então foi enviado um diarista, “ganhando diária fixa, não tendo, portanto, interesse em produzir”, e com isso viu o seu ordenado diminuir. Pedro Vieira, vendo que o diarista não queria trabalhar e o prejuízo que ele causava, fazia até nove horas extras por dia. Por fim, o operário negou as acusações do advogado da fábrica e que, quando retornou ao trabalho, “procurou o doutor Joaquim, o qual lhe disse que estava dispensado”.

²⁷³ Maria José Lima, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-336/51, Aracaju (SE), Reclamante: Maria José Lima, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

²⁷⁴ Pedro Vieira de Melo, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-384/51, Aracaju (SE), Reclamante: Pedro Vieira de Melo, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

As resistências operavam-se no próprio cotidiano dentro da fábrica: tem o caso do diarista que, como ganhava tabela fixa, não se preocupava em produzir além do limite designado; outro caso, mesmo que seja de acordo com as palavras do advogado da fábrica, era o do próprio Pedro Vieira que se negou a trabalhar pelo salário que recebia e ficou com rebeldia no serviço. Ele olhou para a sua própria vida e percebeu que não usufruía quase nenhum benefício, logo começou a criticar o sistema disciplinar do seu patrão que lhe pagava pouco e que consumia praticamente o dia inteiro, não tendo tempo inclusive para o lazer. A disciplinarização, na medida em que faz os indivíduos trabalharem durante longas jornadas e receberem um baixo salário, forma outro poder invertido, que agora vem “de baixo”, isto é, produz as contraofensivas mais ou menos calculadas, como diria Michelle Perrot. A rebeldia de Pedro Vieira, como denominou o advogado fabril, foi fruto da negação da exploração que sofria.

Pairava pela fábrica que Pedro Vieira estava fazendo greve, quer dizer, que tinha se negado a executar qualquer serviço a menos que aumentassem o seu salário. A primeira testemunha do reclamante, Hermenegildo Vieira dos Santos, dentre outros comentários, falou “que acha que o reclamante e seu companheiro não queriam fazer greve”. A segunda testemunha, Olívio Fernandes, informou que o operário trabalhava até de manhã a pedido do mestre, ao passo de tê-lo visto reclamar o aumento de salário e “que não percebeu que o reclamante e seu colega tivessem o desejo de fazer greve ou abandonar o trabalho”. Francisco Pina, terceira testemunha, tem depoimento importante quando afirma “que os novos não gostam de trabalhar por produção”, indicando que havia certa resistência contra essa forma de trabalho. Pode-se entender nesse aspecto que os trabalhadores não eram vislumbrados com a produtividade, querendo menos trabalho e mais salários. O ideal de que o trabalho seria algo positivo e que levaria à nação ao crescimento nem sempre foi aceito por todos os indivíduos.

Edson Lacerda, primeira testemunha da reclamada, era chefe de secção e “que, então, procurou o reclamante e perguntando a êste se ia deixar a serra parada, respondeu aquele que por produção não trabalharia”. O advogado da Confiança frisou que:

Houve no caso, com o intuito claro de se forçar uma alta de salário, por se tratar de uma secção vital para a Fábrica, a prática de um ato de indisciplina e de insubordinação da parte do reclamante, configurado pela recusa do mesmo em executar serviços expressamente convencionados no seu contrato de trabalho.

O tribunal, em decisão final, argumentou que “ao reclamante assistia o direito de pleitear melhoria de salário, desde que se sentiu prejudicado, mas não se justifica que a sua

reclamação fôsse acompanhada de ameaça de não continuar trabalhando, nem que houvesse interrompido, mesmo por curto espaço de tempo, a sua tarefa na empresa”. Porém a sua falta “não chegou a constituir justa causa para a sua despedida”, resolvendo julgar procedente. Já o vogal dos empregadores julgou improcedente o processo do operário, afirmando que:

Nada mais justo seria ao reclamante promover meios de aumentar seu ordenado, no entanto, condenável foi a maneira como procedeu para alcançar tal objetivo. Fazer isto pelos meios legais é louvável, mas invertendo os papéis por gesto de rebeldia e deixando o exemplo num núcleo de centenas de operários, com a paralisação do serviço, para forçar a direção em aumentar o seu salário é, sensatamente, impraticável, é fomentar a discordia no ambiente onde deve reinar a ordem, a disciplina, para haver, dentro desta harmonia, a boa marcha do trabalho.

O vogal continua as suas acusações afirmando que o operário praticou duas faltas. Em primeiro, a “mudança exigida, de sua parte, do contrato do trabalho no qual foi sempre por produção”; segundo, “o plano maquiavelico de, na hora do serviço, parar a maquina de cuja secção muito dependia o funcionamento da fabrica, pois é publico e notorio de que a Empresa, onde o reclamante é operario, é movida a lenha e a falta deste combustível importa na paralisação das demais seções”.

O processo de Pedro Vieira vai parar em outras instâncias trabalhistas e continua a confusão por várias laudas. O advogado do operário argumentou “de vez que ao empregado assiste o direito de dirigir-se, cortêsmente, aos seus superiores hierárquicos [...] para protestar contra qualquer ato da empregadora que lhe cause embaraços e desvantagens no serviço”.

Lutar por melhores salários, recusar-se a trabalhar, falar com os superiores hierárquicos, querer mudar a sua função no serviço, tudo foi mais ou menos calculado pelo operário para tentar modificar a sua vida dentro da fábrica. Ele utilizou várias estratégias para burlar as normas disciplinares que vigoravam no estabelecimento fabril.

Até agora foram destacadas as resistências que são bastante conhecidas pelas produções acadêmicas sobre o movimento operário. Existem formas de lutas que não aparecem diretamente, ou seja, que se operam nos bastidores, ocorrendo de maneira quase velada, às escondidas, enfim, que não aparecem em público. O autor James C. Scott²⁷⁵ teorizou sobre o conceito de “discurso oculto” que seria uma forma de resistência dos grupos subordinados, principalmente aqueles que careciam de direitos políticos e civis, tendo uma posição social definida ao nascer, com pouca mobilidade social, como os escravos, os servos e os intocáveis na sociedade Hindu. Estas camadas da população não se atreviam a exercer

²⁷⁵ SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. Colección Problemas de México. Ediciones Era, 2000.

críticas públicas, mas farão isso às escondidas num espaço social no qual se poderá expressar sua dissidência contra o poder oficial dos dominantes. Os escravos, por exemplo, não podiam agredir os seus senhores, nem tampouco buscar a eficácia da lei que era praticamente inexistente para eles²⁷⁶, então as suas resistências operavam-se ocultamente: usava-se a religião, os disfarces linguísticos, os códigos rituais, a esperança de um regresso de um profeta, celebração de heróis rebeldes, etc. Os cantos populares, as canções, o teatro serviam também como veículos para que os desvalidos insinuassem suas críticas ao poder, ao mesmo tempo em que se protegiam no anonimato.

É no oculto onde o indivíduo se revela, mostra a sua verdadeira personalidade, e não tem que seguir o ritual da conduta social. Ao contrário, quando a pessoa está em público precisa fazer uma atuação que pode ser claramente enganosa, então é preciso usar uma “máscara” que serve como defesa. É necessário olhar dentro dessa “máscara social” dos subordinados e tentar decifrar suas verdadeiras intenções. Entretanto, torna-se muito difícil entender esse “discurso oculto”, que é uma conduta fora de cena, na medida em que ocorre de maneira velada, e encontra-se na maioria das vezes restrito à mente do indivíduo. Apesar disso, ele mostra os seus indícios moderadamente e pode deixar o plano oculto e aparecer em público. Ele é encontrado nos espaços em que os poderosos estão distantes. O escravo se sentirá mais seguro no seu íntimo, ou seja, quando se está mais próximo de sua família e longe da casa grande.

O “discurso oculto” é uma resistência de indignação frente à exploração dos dominadores. Os subordinados poderão se vingar não atacando pessoalmente os seus inimigos, mas sim criando fantasias de enfretamento tais como paródias, sonhos, visões de um mundo invertido em que o divino irá fazer justiça, desejando maldições, etc. É importante dizer que este discurso não é apenas individual, mas também coletivo, pois cada pessoa se familiarizará com o seu respectivo círculo.

A resistência que acontece fora de cenário produz uma cultura política dissidente, tornando-se complexa e gerando autoafirmação, além de se manifestar de maneira subversiva e de oposição. Representa uma linguagem feita de gestos, falas e atos, e é um espaço de poder e de interesses.

O “discurso oculto” pode aparecer no cotidiano dos trabalhadores têxteis, mesmo que esse ambiente tivesse certa liberdade e gozasse de direitos políticos quando comparado à estrutura das sociedades com quase nula mobilidade, como no caso do escravismo. Nota-se

²⁷⁶ No Brasil, os escravos tiveram certos direitos com a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871).

que muitos operários da fábrica Confiança enfrentavam os seus superiores hierárquicos, incluindo o patrão, e até utilizavam palavras grosseiras. As punições que podiam receber seriam advertências, multas e perda do emprego, sendo que alguns nem davam importância ao trabalho que tinham, pois já viviam mesmo na precariedade. Eles não seriam açoitados, nem presos, tampouco sofriam violências físicas; aliás, poderiam até arranjar empregos em outras regiões do país. Todavia, certos operários queriam manter o emprego e, para tanto, seria importante que não criticassem abertamente o seu patrão e os contramestres e mestres. Era preciso que se fizesse a crítica através do anonimato: em 1956, as demissões estavam acontecendo na fábrica Confiança, apesar do aumento da carestia de vida, contando já com oito operários da zona de enrolador e uma da urdideira. Uma operária contou ao jornal que “Tudo está pelos olhos da cara”²⁷⁷. Ela, querendo se manter no anonimato, preferiu que o seu nome não constasse na denúncia do periódico por temer represálias da direção da fábrica, porém mesmo assim criticou e não achou justo que operários fossem demitidos sem justificativas cabíveis.

Os gestos dos dominados, como afirmou James Scott, fazem parte das resistências cotidianas. Os indivíduos deveriam mostrar uma atuação convincente, representando a situação sofrível através dos seus gestos. A atuação será convincente quando se conseguir controlar os sentimentos através da repetição. Tem-se um exemplo:

[...] Sabado ultimo, assistimos a saida dos operarios da Fabrica Confiança e constatamos em todos maior dóse de tristeza pois haviam sofrido o desconto de um dia de salario, para pagamento do Imposto Sindical. Enquanto os operarios cabisbaixos, faces depauperadas e acabrunhados, contavam e recontavam tristemente a fêria da semana, os ‘ratos’ que vivem ás custas deste queijo, estão na epoca dos banquetes, vendendo alegria pelas gordas comissões que irão perceber para mais este periodo [...] ²⁷⁸.

As pessoas que olhassem para os operários iriam ter uma ideia negativa sobre o trabalho fabril. Assimilariam que os empregados da fábrica Confiança sofriam com os baixos salários e que andavam constantemente tristonhos, com poucas perspectivas de melhora da situação econômica e social. Criticaram abertamente a situação em que viviam, mas não recorreram à violência, aos insultos, e aos impulsos naturais. A grande maioria dos subalternos procuravam outras formas de manifestar a raiva que sentiam.

O “poder oculto” está presente nas reuniões dos indivíduos. Além de gerar um impacto visual e de expressar um “discurso oculto” comum, a massa deixa a pessoa no anonimato,

²⁷⁷ *Fôlha Popular*, 23-06-1956, p. 02. “Na Confiança: sucedem-se as demissões”.

²⁷⁸ *Gazeta Socialista*, 01-04-1950, p. 02. “Os ratos e o queijo”, de José Francisco Santos.

pois será muito difícil identificar alguém na multidão. Fala-se não no único, mas no plural: todos estão envolvidos na luta por direitos comuns:

*Os salarios na Fabrica Confiança não são em nada superior aos pagos pelos srs. Cruz e Cia. Queixam-se os trabalhadores daquela Fabrica dos salarios percebidos semanalmente, que não chegam sequer para a aquisição dos generos mais necessarios á manutenção do organismo e muito menos a necessidade outras que a vida exige. E em vista disto é que o apoio daqueles trabalhadores á luta dos tecelões da ‘Fabrica Velha’ é seguro porque assim o estomago determina forçado pela fome que domina nos lares dos que trabalham naquela Fabrica possuida de um ‘serviço de assistencia social perfeitissimo’ para deleite apenas do empregador, desde quando a *assistencia social* que os trabalhadores ali conhecem é trabalhar a semana toda e no sabado levar para casa uma importancia que muitas vezes não dá para pagar o segundo *gringo* que vem receber a prestação da roupa²⁷⁹.*

Os proprietários das fábricas Sergipe Industrial e Confiança sabiam que os seus funcionários estavam indignados com os salários que recebiam. Porém, quem eram de fato esses operários? É difícil saber ao certo seja porque cada indivíduo fazia parte da multidão e assim conseguia manter o seu anonimato, seja por conta de ser um descontentamento geral, e nisso, os patrões teriam que despedir todos os operários. O fragmento da matéria acima demonstra as resistências cotidianas que tinham como foco a falta dos gêneros básicos, apesar de ser uma triagem dos jornalistas que muitas vezes tornavam os fatos mais polêmicos, consequentemente imprimiam denúncias que os operários nem estavam fazendo e nem pediram a ajuda deles. Segundo James Scott, os dominadores não se importam muito em saber que os seus subordinados os criticam, mas o problema está quando isso se torna explícito, público. E nesse período em Sergipe, muita coisa da vida cotidiana dos trabalhadores fabris era publicada pela imprensa.

O “discurso oculto” pode transformar-se em público. Os escravos bebiam licor nas festas e ligeiramente perdiam as inibições normais. Os operários tinham bem mais liberdade para criticar o seu patrão, caso de J. Santos:

A Fábrica Confiança achando que ganhamos muito, resolveu fazer os pagamentos sem a fração de Cr\$ 0,80. Não é nada, são apenas Cr\$ 800,00 por semana e Cr\$ 3200,00 por mês. Para onde vai esse dinheiro, sr. Joaquim Ribeiro? Nós operários, desejamos saber do destino do que nos pertence. Mas, não é só isso. Agora não querem pagar as horas que passamos parados na fábrica por falta de serviço. [...] O que não admitimos é que os industriais, no caso o sr. Joaquim Ribeiro, cruzem os braços e, como saída, descarregue em nossas costas o peso de suas dificuldades. Nesse caso, encontramos-nos em luta, porque está em jogo a defesa de um direito nosso, e que, somente nós podemos defendê-lo²⁸⁰.

²⁷⁹ *Gazeta Socialista*, 25-03-1950, p. 01. “Continuam baixos os salarios na ‘Sergipe Industrial’ e na fabrica ‘Confiança’”. Grifos presentes no original.

²⁸⁰ *Fôlha Popular*, 11-06-1955, p. 04. “Para quem vai a fração?”.

É difícil saber se o operário trabalhava na fábrica quando fez essa denúncia ou se havia sido demitido e resolveu procurar a imprensa para mostrar a sua indignação. Mas, lembrando os processos trabalhistas, os operários iam até a justiça mesmo que não fossem demitidos, como foi o caso de Neuza dos Santos que sofreu advertência e, após o fim do processo, ainda continuou trabalhando na fábrica por certo período. Enfim, o importante a ressaltar é que os operários, na maioria das vezes, optavam por enfrentar os seus superiores hierárquicos mais pessoalmente e de forma menos velada.

Muitos operários tinham consciência política sobre o seu meio social e sobre o sistema fabril, inclusive os analfabetos que estavam incluídos nessa cultura. O “fazer-se” da classe operária era fomentado pelo cotidiano, como os ingleses que formavam uma consciência radical tendo como bases o teatro, o cartum político, a imprensa, as sociedades de leituras, entre outros²⁸¹. Com isso, percebe-se que o poder disciplinar do patronato sofreu abalos, apesar de por vezes funcionar muito bem, inclusive sujeitando os trabalhadores e criando neles o ideal de que o trabalho é positivo, não se admitindo assim manifestações ou quaisquer tipos de resistências. Sabotagens, diminuição da produção, manifestações, greves e resistências ocultas eram estratégias dos trabalhadores contra os capitalistas, mesmo que não visassem à alteração da ordem vigente.

Por fim, resta aqui não prolongar uma discussão que mereceria uma pesquisa acadêmica tendo como base o contrapoder dos operários da fábrica Confiança. O importante foi reconhecer que o poder disciplinador do patrão muitas vezes não dava tão certo assim. Até Michel Foucault - o teórico da “microfísica do poder” - teve que reconhecer, por conta de Michelle Perrot, a fragilidade real e simbólica do panóptico: “A análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e sempre vencedor. Trata-se ao contrário de demarcar as posições e os modos de ação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros”²⁸². O patrão Sabino Ribeiro com a sua disciplinarização teve muita “dor de cabeça” com as resistências dos operários.

A pesquisa abordou como era a disciplinarização dentro da fábrica Confiança e os meios utilizados pelo patrão Sabino Ribeiro para majorar a produção dos operários. Na primeira parte, a pesquisa tratou dos anos iniciais da fábrica e do conceito de poder

²⁸¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária Inglesa: a força dos trabalhadores*. 2 ed. Volume III. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

²⁸² FOUCAULT, Michel, op. cit., p. 341-342.

disciplinar, tendo como base o processo da operária Neuza dos Santos referente ao ano de 1949. Outros processos trabalhistas trouxeram a possibilidade de se compreender como se dava a sujeição dos funcionários, o controle do tempo, a catalogação da vida no trabalho, punições, entre outros fatores. A partir da segunda parte, a pesquisa abordou os princípios do taylorismo e a transformação do ambiente fabril em um local mais higiênico e harmônico. Então, era importante investir na saúde, construir clínicas e contratar médicos especializados que analisavam periodicamente as doenças dos trabalhadores, informando-os se estavam aptos ao serviço diário. Outro tópico analisado trata mais especificamente do controle dos menores aprendizes que também ficaram sujeitos às ordens dos mestres e contramestres. A última parte da pesquisa abordou o cotidiano dos operários fora da fábrica Confiança, como o consumo de alimentos e vestimentas, a vida nas moradias de propriedade do patrão, os altos aluguéis dos imóveis na capital, e o lazer – as noites nos cabarés e as diversões proporcionadas pelos jogos de azar e pelas bebidas alcoólicas. Sabino Ribeiro estava preocupado com o tempo livre dos seus funcionários e, para tentar livrá-los dos vícios sociais, fazia festas dentro de sua própria indústria e até construiu um campo de futebol para o seu time Confiança.

Foi possível entender como o capitalista Sabino Ribeiro controlou os seus empregados, sujeitando-os ao ritmo das extensas jornadas de trabalho. Ele não divergia muito dos outros industriais brasileiros no tocante ao paternalismo e a criação de meios que extraíam a força física dos operários. Além disso, a pesquisa focou principalmente nos múltiplos aspectos do cotidiano operário, mostrando as situações de dificuldades e incertezas, bem como as lutas dos trabalhadores contra a disciplinarização imposta, tentando diariamente burlar as regras dentro do estabelecimento fabril e buscando também melhores condições salariais e sociais.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. PROCESSOS TRABALHISTAS

Abigail Cruz, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-97/56, Rec. JCJ-SJ-123/56, Aracaju (SE), Reclamante: Abigail Cruz, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação

Amintas Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-443/53, Aracaju (SE), Reclamante: Amintas Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Antônio Humberto da Silva, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-138/55, Rec. JCJ-SJ-210/55, Aracaju (SE), Reclamante: Antônio Humberto da Silva, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Antônio José dos Santos (menor), Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Pro. JCJ-SJ-77/55, Recl. 119/55, Aracaju (SE), Reclamante: Antônio José dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Cândido Vitorino Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-394/49, Aracaju (SE), Reclamante: Cândido Vitorino Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Carmosita Dias Tavares, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-65/49, Aracaju (SE), Reclamante: Carmosita Dias Tavares, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Eduardo Eloy dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-183/49, Aracaju (SE), Reclamante: Eduardo Eloy dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação. Processo com várias danificações.

Francisco Apolinário, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-230/45, Aracaju (SE), Reclamante: Francisco

Apolinário, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Genildes Freire de Oliveira (menor), Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-33/55, Rec. 37/55, Aracaju (SE), Reclamante: Genildes Freire de Oliveira, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Helena Vieira Santana, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-323/51, Aracaju (SE), Reclamante: Helena Vieira Santana, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Ivanete Santos e outras, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-296/57, Recs. 382 a 384/57, Aracaju (SE), Reclamante: Ivanete Santos e outras, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

João Batista dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-187/57, Rec. 245/57, Aracaju (SE), Reclamante: João Batista dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

José dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-66/53, Aracaju (SE), Reclamante: José dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

José Juvêncio dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-140/55, Rec. JCJ-SJ-212/55, Aracaju (SE), Reclamante: José Juvêncio dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Josias de Almeida Silva, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-143/57, Rec. 193/57, Aracaju (SE), Reclamante: Josias de Almeida Silva, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Leônidas dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-74/56, Rec. 99, Aracaju (SE), Reclamante: Leônidas dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Lindinalva da Paixão, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-306/57, Rec. 395/57, Aracaju (SE), Reclamante: Lindinalva da Paixão, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Luiz Adolfo Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-370/49, Aracaju (SE), Reclamante: Luiz Adolfo

Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Maria Bernadete Araújo, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-32/56, Rec. JCJ-SJ-50/56, Aracaju (SE), Reclamante: Maria Bernadete Araújo, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Maria Ester Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-529/52, Aracaju (SE), Reclamante: Maria Ester Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação

Maria José Lima, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-336/51, Aracaju (SE), Reclamante: Maria José Lima, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Maria Vanda Vieira de Andrade, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-3/56, Rec. JCJ-SJ 3/56, Aracaju (SE), Reclamante: Maria Vanda Vieira de Andrade, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Maria Vandelina Freitas de Jesus, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-115/55, Recl. 184/55, Aracaju (SE), Reclamante: Maria Vandelina Freitas de Jesus, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Marina dos Santos, Tribunal Regional do Trabalho, Recurso Ordinário nº 69/53, Recorrentes: Ribeiro, Chaves e Cia., Recorrido Marina dos Santos, Relator Juiz Jaime Vilas Boas Filho, Procedência Junta de Aracaju. Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-87/53, Aracaju (SE), Reclamante: Marina dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Mercedes de Oliveira Costa, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-81/45, Aracaju (SE), Reclamante: Mercedes de Oliveira Costa, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

Neuza dos Santos, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-352/49, Aracaju (SE), Reclamante: Neuza dos Santos, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho, 20ª Região. Sem Catalogação.

Pedro Vieira de Melo, Reclamação Trabalhista, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, Poder Judiciário, Proc. JCJ-SJ-384/51, Aracaju (SE), Reclamante: Pedro Vieira de Melo, Reclamado: Ribeiro, Chaves e Cia. Arquivo Geral do TRT, 20ª Região. S/ Catalogação.

2. MEMORIALISTAS

CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*. 3ed. Aracaju: Banese, 2001.

MELINS, Murillo. *Aracaju romântica que vi e vivi – Anos 40 e 50*. 4 ed. Aracaju: Unit, 2007.

3. LITERATURA

FONTES, Amando. *Os Corumbas*. 25ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____. *Rua do Siriry*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1937.

4. REVISTAS

Poliantéa, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, ano 1949, Catálogo SS-22101/02, IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe). “Uma empresa que lidera a assistência social em Sergipe”, reportagem de J. Tomaz.

Poliantéa, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 02, Ano 1952, Catálogo SS-22101/02, IHGSE. “Perdição”.

Revista Novidade, ano VI, nº 17, julho e agosto de 1942, Volume A.VI, Catálogo SS-23152, IHGSE. “Justa homenagem a memória do Cel. Sabino Ribeiro.”.

5. RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DO ESTADO DE SERGIPE

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1915, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, presidente do Estado.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1916, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 12ª legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, presidente do Estado.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1917, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 13ª legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, presidente do Estado.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1918, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 13ª legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, presidente do Estado.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1919, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 13ª legislatura, pelo coronel José Joaquim Pereira Lobo, presidente do Estado.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1920, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo coronel José Joaquim Pereira Lobo, presidente do Estado

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1921, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo coronel dr. José Joaquim Pereira Lobo, presidente do Estado.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1922, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo coronel José Joaquim Pereira Lobo, presidente do Estado

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1925, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 15ª legislatura, pelo Mauricio Graccho Cardoso, presidente do Estado.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1927, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 16ª legislatura, pelo Manoel Corrêa Dantas, presidente do Estado.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1928, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 16ª legislatura, pelo Manoel Corrêa Dantas, presidente do Estado.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1930, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 17ª legislatura, pelo Manoel Corrêa Dantas, presidente do Estado.

6. ESTATUTOS

Estatutos da Fábrica Confiança, Sociedade em Comandita por ações, Ribeiro, Chaves e Cia, Aracaju (SE). Aprovados em reunião da Assembleia Geral Extraordinária, celebrada a 10 de fevereiro de 1935, IHGSE.

7. JORNAIS

A Cruzada - 07-05-1955 / 28-05-1955 / 24-12-1955

Correio de Aracaju - 08-02-1956 / 31-02-1956 / 31-01-1957 / 11-04-1957 / 08-11-1957

Diário de Sergipe - 04-01-1945 / 09-01-1945 / 12-01-1945 / 25-01-1945 / 31-01-1945 / 02-02-1945 / 20-03-1945 / 23-03-1945 / 01-06-1945 / 18-06-1945 / 01-01-1950 / 23-01-1950 / 14-02-1950 / 03-03-1950 / 07-03-1950 / 29-03-1950 / 12-04-1950 / 04-05-1950 / 15-05-1950 / 17-07-1950 / 26-07-1950 / 02-08-1950 / 29-09-1950 / 11-10-1950 / 16-10-1950 / 25-10-1950 / 18-11-1950

Fôlha Popular - 28-05-1955 / 11-06-1955 / 18-06-1955 / 02-07-1955 / 23-06-1956 / 30-06-1956 / 11-08-1956 / 01-09-1956 / 29-09-1956 / 20-10-1956 / 01-12-1956

Gazeta Socialista - 22-05-1948 / 28-08-1948 / 30-10-1948 / 27-11-1948 / 20-01-1950 / 28-01-1950 / 25-02-1950 / 25-03-1950 / 01-04-1950 / 17-06-1950 / 15-07-1950 / 22-07-1950 / 01-04-1951 / 01-05-1951 / 11-02-1956 / 18-02-1956 / 17-03-1956 / 24-03-1956 / 14-04-1956 / 05-05-1956 / 12-05-1956 / 09-06-1956 / 16-06-1956 / 21-07-1956 / 28-07-1956 / 01-09-1956 / 31-10-1956 / 07-11-1956 / 25-11-1956 / 09-04-1957 / 07-05-1957 / 09-05-1957 / 14-05-1957 / 23-05-1957 / 08-06-1957 / 15-06-1957 / 13-08-1957 / 31-08-1957 / 12-09-1957 / 14-09-1957 / 21-09-1957 / 26-09-1957 / 08-10-1957 / 24-10-1957 / 31-10-1957 / 09-11-1957 / 26-11-1957 / 28-11-1957 / 05-12-1957 / 12-12-1957 / 14-12-1957 / 17-12-1957 / 19-12-1957 / 11-02-1958

O Nordeste - 21-06-1952 / 04-10-1952 / 20-06-1953 / 11-11-1953 / 31-03-1954

Sergipe Jornal - 20-08-1954 / 31-08-1954

8. OUTROS

CLT (1943) – Decreto Lei 5452/43

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Lindolfo Alves do. *Sergipe: história, povo e cultura*. Aracaju: Governo de Sergipe, SEED, Projeto Nordeste, 1998.

ANTUNES, Fatima Martin Rodrigues Ferreira. O futebol nas fábricas. *Revista USP*, São Paulo, nº 22, p. 102-109, junho/julho/agosto: USP, 1994.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Organização de Tomaz Tadeu. Traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno e Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BULLA, Beatriz (et al). *Justiça do Trabalho: 70 anos de direitos*. São Paulo: Alameda, 2011.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

CAMARGO, Daisy de. *Alegrias engarrafadas: os alcoóis e a embriaguez na cidade de São Paulo no final do século XIX e começo do XX*. Assis, 2010. Tese de Doutorado (História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos; 172).

CÂNDIDO, Antônio. A Revolução de 1930 e a Cultura. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2,4, p. 27-36, abril 84.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica de Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Dominíos da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. *A Greve Geral de 1917 e a LDP*. Disponível em <<http://www.anarkismo.net/article/5284>> Acessado em 07/05/2011.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. Notícias de greves em Sergipe 1915-1930. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 31, p. 139-156, ano 1992.

_____. *O domínio militar em Sergipe*. Artigo disponível em <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1996%3AAbb-o-dominio-militar-em-sergipe-&catid=58%3Aobservanordeste&Itemid=414> acessado em 14 de agosto de 2013.

DECCA, Edgar Salvadori de. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção tudo é história 51).

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920/1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, (História em documentos), 1991.

_____. *Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo – 1889/1940*. São Paulo: Brasiliense, 1990 (coleção tudo é história, 130).

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. Tradução de Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, (Debates; 82), 2012.

FARIAS, Cláudia Maria de. A introdução dos esportes no Rio de Janeiro. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 2, nº 1, junho de 2009.

FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros de Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, (Coleção Ditos e escritos, IV).

_____. O olho do poder. In: *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

_____. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

_____. O nascimento do hospital. In: *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

_____. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: Um caso de parricídio do século XIX*. Tradução de Denise Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FRIEDMAN, David M. *Uma mente própria: A história cultural do pênis*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GASPARIN, Marizete. *Prazer e Sorte: o jogo do bicho em Porto Alegre (1893-1903)*. Porto Alegre, 2007. Dissertação Mestrado (História) – UPF / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

HERSCHMANN, Micael; LERNER, Kátia. *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993.

IGLÉSIAS, Francisco. *A revolução industrial*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção tudo é história, 11).

KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica e Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin/Rj: Solon Ribeiro, 1997.

LINHART, Robert. *Greve na fábrica*. Tradução de Miguel Arraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Literatura e teoria literária; v. 31).

MARINHO, Márcia Maria Fonseca. Ao mar gente moça!: O esporte como meio de inserção da modernidade na cidade de natal. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 2, nº 1, junho de 2009.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz; MAYNARD, Dilton Cândido Santos. *Dias de luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, Luminária Academia, 2011.

MORAES, Vinicius de. *Soneto de fidelidade e outros poemas*. São Paulo: Ediouro, 2002 (Clássicos de ouro).

MORANGUEIRA, Vanderlice de Souza. *Vila Maria Zélia: visões de uma vila operária em São Paulo (1917-1940)*. São Paulo, 2006. Dissertação Mestrado (História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MOURA, Rodrigo Caldeira Bagni. O futebol em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930: as partidas e diversões, os sururus e outras tramas. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 04, nº 01, junho de 2011.

NETTO, Luiz Roberto. Por debaixo dos panos – a máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910-1930). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, nº 17, p. 129-141, set. 88/fev. 89.

ORWELL, George. 1984. Tradução de Alexandre Hubner e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PASSETTI, Edson. *O que é menor*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 (coleção primeiros passos, 152).

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. As crianças de Petite-Roquette. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, nº 17, p. 115-128, set. 88/fev. 89.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Dominíos da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 1997.

_____. *Histórias Íntimas: Sexualidade e Erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. *O que é taylorismo?* São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos 112).

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Coleção Estudos Brasileiros, v.90), 1985.

_____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. Revisão técnica de Maria do Rosário Gregolin São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Sérgio Dorenski Dantas. *Da fábrica ao campo de futebol, vender tecido e vender espetáculo: tecendo os fios da história de um “Casamento Feliz”*. Florianópolis (SC), 2005, Dissertação de Mestrado (Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina.

ROCHA, Emanuel Souza. *Bairro América: a saga de uma comunidade*. Aracaju: Info Graphics, 2009.

RODRIGUES, Jaime. *Alimentação, vida material e privacidade: uma história social de trabalhadores em São Paulo nas décadas de 1920 a 1960*. São Paulo: Alameda, 2011.

ROMÃO, Frederico Lisboa. *Na trama da história: O movimento operário de Sergipe – 1871 a 1935*. Aracaju: Gráfica J. Andrade Ltda. 2000.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

SANTANA, Antônio Samarone de; DIAS, Lúcio Antônio Prado; GOMES, Petrônio Andrade. *Dicionário biográfico de médicos de Sergipe: séculos XIX e XX*. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009.

SANTOS, Henrique Sena dos. Entre negros e brancos: considerações sobre a formação da cultura futebolística em Salvador 1901-1920. *Recorde: Revista de História do Esporte*, volume 2, nº 1, junho de 2009.

_____. “Desastres materiais, desordens morais”: o “foot-ball de vagabundos” nas ruas de Salvador, 1905-1920. *Recorde: Revista de História do Esporte*, volume 5, nº 1, junho de 2012.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida; LEÃO, Eudorica Luciana Almeida. Prostituição, cidade e imprensa: um ensaio sobre Aracaju na era Vargas (1937- 1945). *Cordis - Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, n. 7, p. 01-14, 2011.

SCOTT, James C. *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. Colección Problemas de México. Ediciones Era, 2000

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: Os comunistas, o antifascismo e a Revolução burguesa no Brasil 1936 – 1948*. São Paulo, Anablume, 2009.

SEVCENKO, Nicolau (orgs.). Introdução. In: *História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do rádio*. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Literatura como missão*. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SILVA, Henrique Batista e. *História da Medicina em Sergipe*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2007.

SILVA, Maria Ivonete Santos. *Romance Industrial: aspectos históricos e sociológicos da obra de Amando Fontes*. Brasília: Fundação Universidade de Brasília. Aracaju: governo do Estado de Sergipe. FUNDESC. 1991.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Disciplina e resistência: cotidiano dos operários têxteis em Aracaju (1910 a 1930)*. São Cristóvão, 1991. Bacharelado (História) - Universidade Federal de Sergipe.

STREAPCO, João Paulo França; RÚBIO, Kátia. Hipóteses para a popularização do futebol em São Paulo (1894-1920). *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 2, nº 1, junho de 2009.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de Administração científica*. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2ed. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2012.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade*. 6ed. Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *A formação da classe operária Inglesa: a força dos trabalhadores*. 2 ed. Volume III. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltenser Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. *A repressão oficial ao jogo do bicho: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885-1917)*. Porto Alegre, 2011. Dissertação Mestrado (História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FOTOGRAFIAS



Figura 1 - Policlínica operária Sabino Ribeiro. In: Poliantéa, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, ano 1949.



Figura 2 - Frente da Fábrika Confiança nas primeiras décadas do século XX. in: Clodomir Silva. Álbum de Sergipe. 1920.



Figura 3- Coronel Sabino José Ribeiro, fundador da Fábrica Confiança. In: Poliantéa, Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 01, ano 1949.



Figura 4 - Vila Operária. In: Diário de Sergipe, 01-01-1950, p. 15.

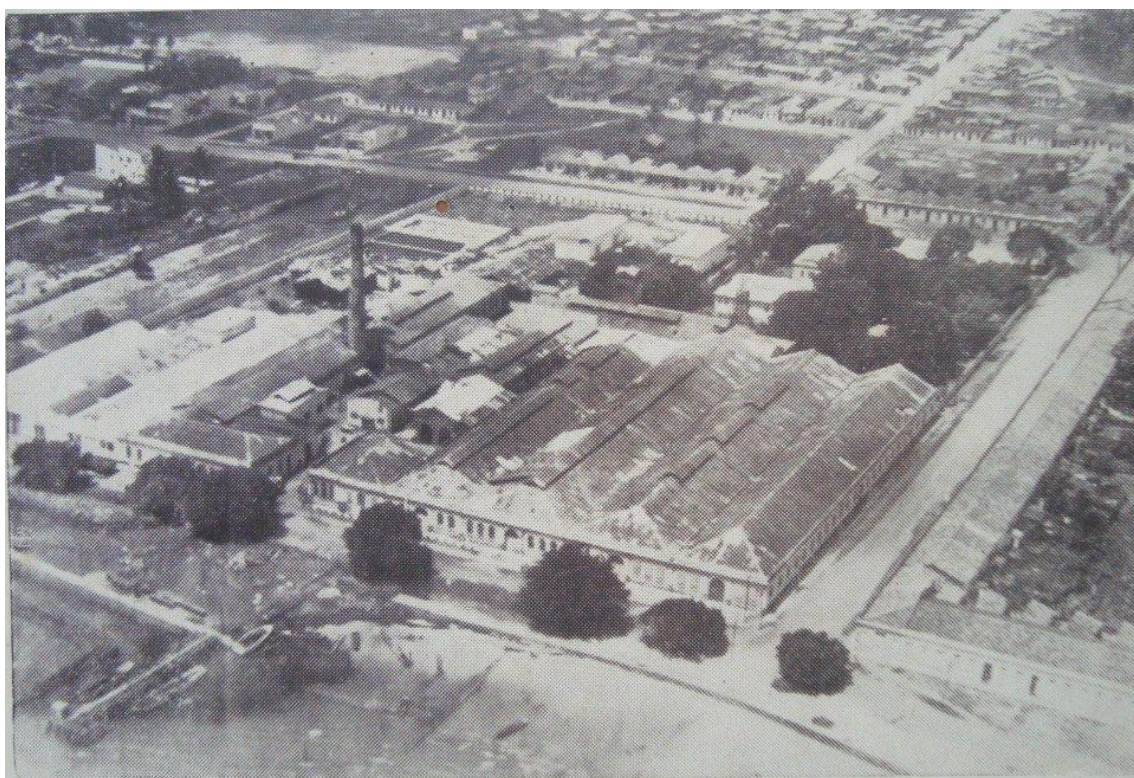


Figura 5 - Vista aérea da fábrica Confiança. In: Revista da Associação Sergipana de Imprensa, nº 03, ano 1960.



Figura 6 - Jogadores do time de futebol Confiança. In: Diário de Sergipe, 07-06-1950, p. 03.

FABRICA DE FIAÇÃO E TECELAGEM
CONFIANÇA

DE

Ribeiro, Chaves & Cia.

Fustões, Zefires, Brins, Colchas,
Toalhas Sacos e Camisas de Meia

AGENTES nas principais praças do País

Telegr. CONFIANÇA -:- C. Postal, 31

CAPITAL \$ 5.000.000,00

ARACAJU **SERGIPE**

Figura 7 - Anúncio da fábrica Confiança. In: Diário de Sergipe, 31-12-1950, p. 11.

— FABRICA DE FIAÇÃO E TECELAGEM —

« C O N F I A N Ç A »

— DE —

Ribeiro, Chaves & Cia.

+ COMANDITA POR AÇÕES

FUSTÕES, — ZEFIRES, — BRINS, — COLCHAS,
— TOALHAS E CAMISAS DE MEIA —

AGENTES NAS PRINCIPAIS PRAÇAS DO PAIZ

TELEGRAMAS : “CONFIANÇA”
CAIXA POSTAL, 31

ARACAJU — :: — SERGIPE

Figura 8 - Outro anúncio da fábrica Confiança. In: Correio de Aracaju, 31-01-1957, p.07.



Figura 9 - Joaquim Sabino Ribeiro. In: Diário de Sergipe, 01-01-1950, p. 15.

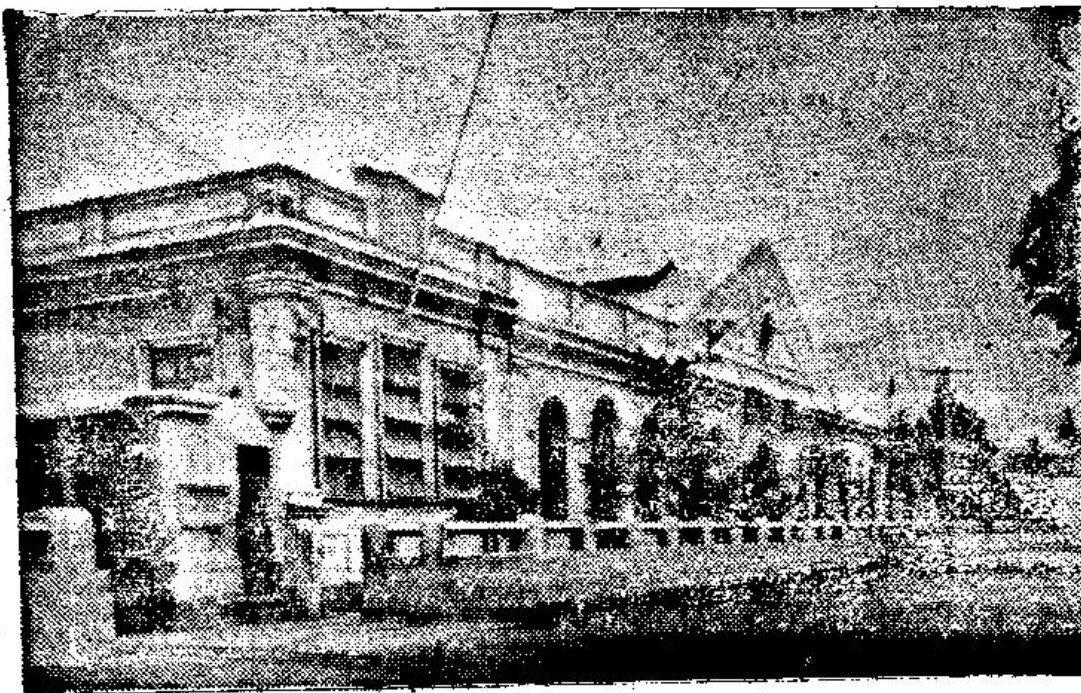


Figura 10 - Outro ângulo da frente da fábrica Confiança. In: Diário de Sergipe, 01-01-1950, p. 15.

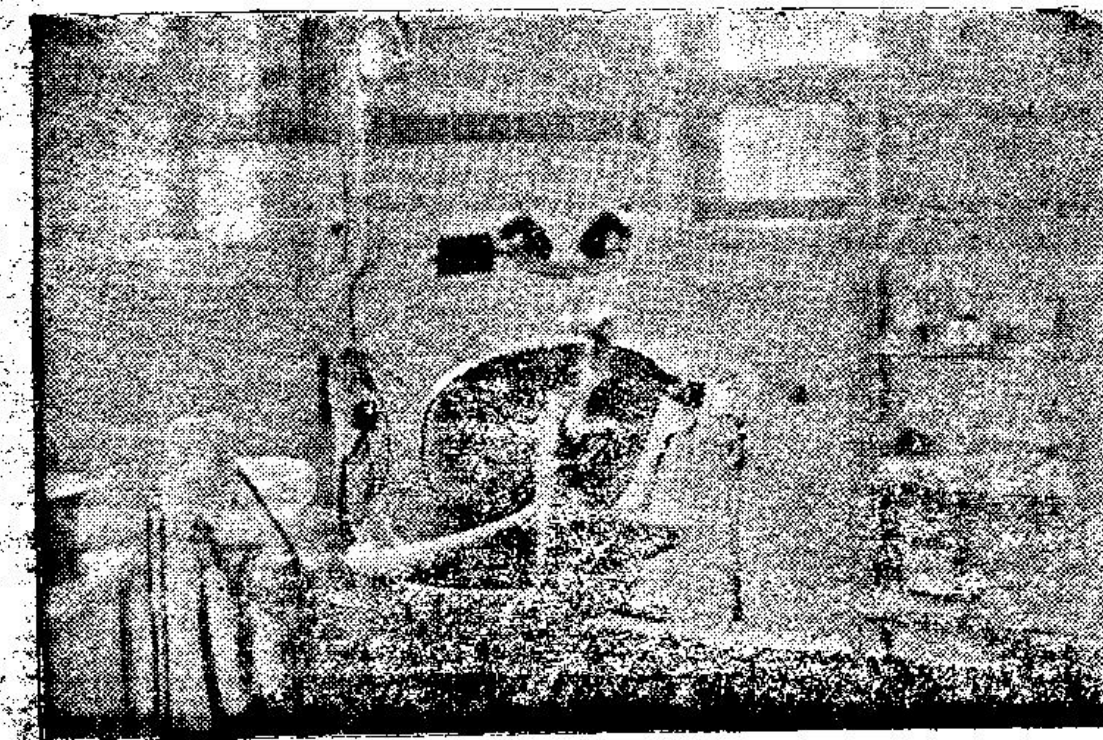


Figura 11 - Gabinete dentário. In: Diário de Sergipe, 01-01-1950, p. 15.